



Universidade do Estado do Rio de Janeiro  
Centro de Educação e Humanidades  
Faculdade de Educação

Tamires Farias de Paiva


**Noções para persuadir e educar: os discursos médico-higiênicos na  
formação e ofício do professorado primário (1914-1928)**

Rio de Janeiro

2013

Tamires Farias de Paiva

**Noções para persuadir e educar: os discursos médico-higiênicos na formação e ofício do professorado primário (1914-1928)**



Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós Graduação em Educação, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Orientadora: Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Márcia Cabral da Silva

Rio de Janeiro

2013

CATALOGAÇÃO NA FONTE  
UERJ / REDE SIRIUS / BIBLIOTECA CEH/A

P149 Paiva, T. F.

Noções para persuadir e educar: os discursos médico-higiênicos na formação e ofício do professorado primário (1914-1928) / Tamires Farias de Paiva. – 2012.

212 f.

Orientadora: Márcia Cabral da Silva.

Dissertação (Mestrado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Faculdade de Educação.

1. Professores - Formação – Teses. 2. Educação – História – Brasil – 1914-1928 – Teses. 3. Higiene – Ensino – 1914-1928 – Teses. 4. Higiene – Discursos, alocações, etc. – 1914-1928 – Teses. I. Silva, M. C. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Faculdade de Educação. III. Título.

rc

CDU 371.13

Autorizo apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta dissertação.

---

Assinatura

---

Data

Tamires Farias de Paiva

**Noções para persuadir e educar: os discursos médico-higiênicos na formação e ofício do professorado primário (1914-1928)**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós Graduação em Educação, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Aprovada em 15 de Abril de 2013.

Banca examinadora:

---

Professora Doutora Márcia Cabral da Silva (Orientadora)  
Faculdade de Educação – UERJ

---

Professor Doutor José Gonçalves Gondra  
Faculdade de Educação – UERJ

---

Professora Doutora Heloísa Helena Pimenta Rocha  
Faculdade de Educação - UNICAMP

Rio de Janeiro  
2013

## **DEDICATÓRIA**

Aos meus pais, Débora e Paulo Roberto, por caminharem comigo e suavizarem os percalços.

## AGRADECIMENTOS

Entre o acalento de beijos, de abraços apertados e palavras de apoio de familiares e amigos, para além de simplesmente sentir a vida passar, sentia-a pulsar e me impulsionar o amadurecimento. Enquanto os dias passavam e deles recolhia as mais intensas experiências, entre o sim e o não, a ousadia e a retração, estas corrigíveis páginas guardavam segredos, tentavam esconder o labor do cotidiano através de palavras cerimoniosas. Todavia, por detrás de toda teoria, da escrita formal de uma pesquisadora iniciante, sempre existiram os pais e amigos que, direta ou indiretamente, ajudavam-me na escrita destas páginas. Pelo carinho e apoio, por eles deixo de lado as formalidades nestes agradecimentos.

Para mim, são a base: *Débora* e *Paulo Roberto*, meus pais, amigos e maiores incentivadores. Sou muito grata a vocês, pois não apenas me encorajaram durante toda esta trajetória acadêmica, mas estiveram presentes em cada momento, caminhando comigo. Pai e mãe, vocês são especiais em minha vida.

Para Professora e orientadora *Márcia*, também deixo registrado meu carinho e agradecimento. Obrigada pelo atencioso e interessado acompanhamento de meu trabalho e pelos conhecimentos compartilhados ao longo destes dois anos. O caminho árduo se tornou mais leve com suas palavras de incentivo e gestos encorajadores. A você, querida, meus sinceros agradecimentos.

Àquelas que acompanharam bem de pertinho meu trabalho e auxiliaram com suas críticas nas reuniões do grupo *Infância, Juventude, Leitura, Escrita e Educação: Ana Carol, Nathália, Jéssica, Mariana, Patrícia, Lorena e Carla*. São lições de trabalho e dedicação.

Quantos caminharam comigo nesses anos! E, como dos primeiros passos não posso esquecer, a estes registro meus agradecimentos: ao *José Claudio Sooma* e *Ana Luisa Costa*, meus primeiros professores de História da Educação na graduação e impulsionadores da minha *iniciação científica*. Através de vocês, tive a oportunidade de conhecer o **NEPHE** e marcar, deste então, minha inserção nos estudos de História da Educação. Obrigada, Professor *Gondra* e Professora *Alessandra Schueler* por me receberem e me abraçarem no grupo de pesquisa, tornarem-se amigos e exemplos de profissionalismo para mim. E, para não cometer o risco de esquecer de algum, agradeço a **TODOS** os integrantes do **NEPHE** (sem exceções) desde os mais “antigos” no grupo até os mais “novos”! Todos, de alguma forma, contribuíram nesta minha trajetória, não apenas nas formalidades acadêmicas, mas nos sorrisos compartilhados pelos agradáveis e inesquecíveis encontros. *Gisele Baptista* e *Angélica*

assumiram funções importantes no início do mestrado, por isso a elas também dedico estas páginas. Mesmo, talvez, sem perceberem, encorajaram-me a arriscar os primeiros passos. **Gisele**, com as sugestões bibliográficas iniciais, para a realização da prova de seleção e elaboração do projeto, além das palavras de encorajamento; **Angélica**, pela assistência nos e-mails, nos quais registrava minhas dúvidas e, claro, pela aventura de se dispor a “viajar pela USP” (mesmo com suas ocupações) a fim de encontrar um livro precioso para mim. Seu gesto é admirável. Muito obrigada.

Também agradeço às Professoras **Heloísa Rocha** e **Ana Magaldi** que, juntamente com os demais componentes da banca examinadora, aceitaram o convite de leitura crítica deste trabalho. Ao aceitarem, registraram o interesse de não apenas examinarem esta dissertação, mas, outrossim, de se constituírem colaboradoras e colaboradores em meu amadurecimento na condição de pesquisadora da área de História da Educação. Portanto, a todos os componentes da banca, meus agradecimentos aqui registro.

Também agradeço à família Fontenelle, especialmente à querida **Elizabeth**, que, com muito atenção recebeu-me e concedeu a possibilidade de ter acesso ao acervo de seu avô, José Paranhos Fontenelle, mantido pela família. Isto colaborou bastante para escrita desta dissertação.

Na nova etapa do projeto, com a ida para Buenos Aires, **Cíntia** foi companheira e demonstrou-se incansavelmente solidária, por isso dedico também a ela minha sincera gratidão. Com suas dicas, sugestões e palavras de apoio, não poderia realizar o estágio com toda a tranquilidade da qual dispus! Também agradeço aos Professores **Walter Kohan** e **Myriam Southwell**, coordenadores do projeto ao qual estive articulada, *Táticas de emancipação em redes e práticas educativas, na cotidianidade da formação de professores: articulação histórica, filosófica, sociológica e antropológica*, articulado entre Brasil-Argentina, com fomento da CAPES. E, ao Professor **Pablo Scharagrodsky**, pelas orientações durante o estágio de mestrado-sanduíche. Também ao CNPQ, FAPERJ e CAPES, instituições que financiaram a realização desta pesquisa.

**Paloma, Hellen, Dayane, Adriana, Regiane, Priscila Brito, Patrícia Brito, Bruno, Flávio** e **Maria Luisa**, apenas uma palavra pode descrevê-los: essenciais. Obrigada pela amizade e compreensão pelas minhas ausências. Amo vocês!

## RESUMO

PAIVA, T. F. **Noções para persuadir e educar: os discursos médico-higiênicos na formação e ofício do professorado primário (1914-1928)**. 2013. 228f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

O projeto de *higienização*, com efeitos sentidos ainda no século XIX, atravessou as primeiras décadas dos novecentos propondo intervenções cada vez mais incisivas na população brasileira, porém pautadas no princípio da educação higiênica. O pressuposto de que era necessário conscientizar e educar higienicamente a população, ao invés de impor apenas a obediência a medidas legislativas, tornou a escola primária um dos principais escopos das iniciativas em proveito da formação de hábitos sadios. Este olhar sobre a escola primária exigiu do professorado o preparo para lidar com tais desafios. Esta dissertação situa-se no âmbito da proposta de refletir acerca da interferência dos discursos e conhecimentos médico-higiênicos na formação e ofício da docência primária. Para tal efeito, tomamos como algumas das principais fontes os compêndios escolares de higiene, endereçados às escolas normais, bem como os programas da disciplina, produzidos para conduzir o ensino na Escola Normal do Distrito Federal. Tendo em vista que este aparato didático-pedagógico, composto pelos compêndios e pela disciplina de Higiene, manteve forte relação com o que se difundiu acerca do professorado primário – a respeito de seu papel na campanha higiênica –, também fez parte da perspectiva deste estudo o exame dos discursos proferidos nos congressos médicos e educacionais. Tais discursos nos auxiliaram no sentido de perceber a retórica que requisitava o alargamento do papel do professorado primário, no contexto das primeiras décadas do século XX, impulsionando uma suposta adequação do plano de formação docente às emergências da saúde pública. Ademais, as iniciativas voltadas para o aperfeiçoamento dos professores primários, fora das escolas normais, também se expressaram como discursos destas novas atribuições: tratamos dos cursos de aperfeiçoamento em higiene, promovidos por instituições distintas. Tornava-se necessário disciplinar a infância e suscitar nela novos hábitos. Portanto, os professores primários foram convocados a se constituírem *braços direitos* dos higienistas.

Palavras chave: Higiene. Formação. Ofício Docente. Discursos.



## ABSTRACT

PAIVA, T. F. **Notions to persuade and educate: the medical speeches in the formation and craft of primary teachers (1914-1928)**. 2013. 212f. Dissertation (Masters Degree in Education) – Faculdade de Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

The hygienical project, with effects that has felt in nineteenth century, went through the first decades of 1900's proposing interventions increasingly incisives on Brazilian population, but guided by principle hygienic education. The pretext which it was necessary to raise awareness and educate the population hygienically – instead of impose only the obedience to legislative measures –, became the primary school one of the principals aims of initiatives in behalf of the formation of healthy habits. This perception about the primary school required the teacher's preparation to deal with these challenges. The purpose of this dissertation is reflecting about the interference of hygienical discourses and knowledge in training and labor of primary teachers. For this purpose, we take as principal sources Hygiene textbooks, for training school, and syllabuses produced to guide the teaching in Escola Normal do Distrito Federal. Considering that this didactic and pedagogical device, composed of textbooks and Hygiene discipline, maintained a strong connection with what was spreaded about the primary teachers – concerning his role in hygiene campaign – the exams of speeches at medicals and educational conferences also was part of this study. These speeches have assisted us to notice the rhetoric that has requested the expansion of the role of primary teacher, in the context of the first decades of the twentieth century, propelling a hypothetic adequacy of the training plan for teachers for exigencies of public health. Furthermore, the initiatives directed to improvement of primary teachers, outside training school, also expressed themselves as discourses of these new attributions: we speak about courses of improvement in Hygiene, promoted by different institutions. It was necessary to discipline the childhood, raise new habits. Therefore, the primary teachers were summoned to constitute right arm of the hygienists.

Keywords: Hygiene. Training. Labor of teachers. Discourses.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Imagem 1 –	Folha de rosto da 1ª edição do <i>Compendio de Hygiene</i> .....	28
Imagem 2 –	Materialidade de <i>Noções de Hygiene</i> e do <i>Compendio de Hygiene</i> .....	34
Imagem 3 –	Folha de rosto do livro de texto <i>The Elements of Physiology and Hygiene</i> .....	42
Imagem 4 –	Folha de rosto da 1ª edição de <i>Higiene y Puericultura</i> , de Mariano Etchegaray.....	44
Imagem 5 –	Capa do compêndio <i>Noções de Hygiene Escolar</i> , de Aristides Ricardo....	51
Imagem 6 –	Folha de rosto da 2ª edição de <i>Noções de Hygiene</i> .....	130
Imagem 7 -	Campanha anti-alcoolismo em <i>Noções de Hygiene</i> .....	131
Imagem 8 –	Exemplificação de descendência degenerada dos alcoólatras.....	131
Imagem 9 -	Ante-rosto do <i>Compendio de Hygiene</i> com inscrição de aluna.....	146
Imagem 10 –	Demonstração de atitude correta para a realização do trabalho de leitura na 1ª edição de <i>Noções de Hygiene</i> .....	157
Imagem 11 –	Demonstração de atitude correta para a realização do trabalho de leitura na 1ª edição do <i>Compendio de Hygiene</i> .....	157

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 –	Balanço de produção específica nos anais dos congressos brasileiros de História da Educação.....	20
Tabela 2 –	Balanço de produção específica nos anais dos congressos luso-brasileiros de História da Educação.....	23
Tabela 3 –	Compêndios brasileiros com abordagem da Higiene.....	50
Tabela 4 –	Tendências do coeficiente de mortalidade infantil no Distrito Federal (RJ).....	70
Tabela 5 –	Disciplinas do curso de Guardiães da Saúde.....	84
Tabela 6 –	Programa do curso de Aperfeiçoamento em Higiene, organizado pela <i>Secção de Educação Physica e Hygiene</i> em 1928 (Associação Brasileira de Educação).....	98
Tabela 7 -	Programa de Zoologia do 3º ano da Escola Normal da Corte.....	115
Tabela 8 –	Programa de Higiene do 4º ano da Escola Normal do Distrito Federal.....	122
Tabela 9 -	Organização da 1ª edição de Noções de Hygiene (1914).....	128
Tabela 10 -	Organização da 1ª edição do Compendio de Hygiene (1918).....	135
Tabela 11 –	Organização da parte prática da disciplina de Higiene do curso normal (1927).....	139
Tabela 12 –	Comparativo das edições de Noções de Hygiene e Compendio de Hygiene.....	145
Tabela 13 -	Programa de Higiene dos compêndios (1ª edição).....	152

## LISTA DE SIGLAS

CBHE	Congresso Brasileiro de História da Educação
COLUBHE	Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação
SEPH	Secção de Educação Physica e Hygiene
ABE	Associação Brasileira de Educação

## SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	13
<b>1</b> <b>COMPENDIAR NOÇÕES DE HIGIENE, DIVULGAR PRECEITOS CIENTÍFICOS.....</b>	<b>28</b>
1.1 <b>Compêndio escolar: algumas definições.....</b>	<b>32</b>
1.2 <b>Prescrever e difundir a Higiene a partir de artefatos escolares.....</b>	<b>37</b>
1.3 <b>Lições de <i>bem viver</i> para professores primários.....</b>	<b>41</b>
1.4 <b>Em favor da “verdadeira cultura higienica”: breves apontamentos sobre a produção de compêndios brasileiros.....</b>	<b>48</b>
<b>2</b> <b>DISCURSOS, PRÁTICAS E INTERVENÇÕES NA FORMAÇÃO E OFÍCIO DOCENTE.....</b>	<b>58</b>
2.1 <b>A quem se entrega uma <i>vida em botão</i>, a médicos ou professores?.....</b>	<b>58</b>
2.1.1 <u>Mulheres, “as atalaias do povoamento útil”.....</u>	79
2.1.2 <u>Zelar pela saúde: um compromisso do magistério.....</u>	85
2.2 <b>Intervenções na formação do professorado: os cursos de educadores (as) sanitários(as).....</b>	<b>94</b>
<b>3</b> <b>DA HIGIENE NA FORMAÇÃO DO PROFESSORADO PRIMÁRIO.....</b>	<b>109</b>
3.1 <b>Uma breve trajetória da <i>Hygiene</i> nos programas de ensino da Escola Normal: de conteúdo à disciplina escolar.....</b>	<b>110</b>
3.2 <b><i>As Noções de Hygiene</i> no programa de ensino: novos contornos da disciplina.....</b>	<b>126</b>
3.3 <b>A <i>Hygiene</i> divulgada pelos compêndios.....</b>	<b>141</b>
3.3.1 <u><i>Noções de Hygiene e Compendio de Hygiene</i>: breves aspectos da produção e circulação das obras.....</u>	143
3.3.2 <u>Arte de prolongar a vida? Higiene segundo os autores dos compêndios.....</u>	149

3.3.3	<u>O programa de Higiene para os futuros professores.....</u>	151
3.3.4	<u>“Fábrica de tortos e míopes”: a abordagem da higiene escolar nos compêndios.....</u>	158
3.3.5	<u>Higiene pedagógica: o entrecruzamento de olhares a respeito do ensino escolar.....</u>	164
3.3.6	<u>O ensino da leitura e da escrita: perspectivas higiênicas.....</u>	164
3.3.7	<u>A educação intelectual em pauta.....</u>	167
3.4	<b>“É preciso que a carreira do ensino não seja o refúgio dos débeis”: a saúde do mestre sob a mira da higiene.....</b>	182
	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	188
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	193
	<b>ANEXO A - Conclusões da Seção <i>Educação Sanitária</i> da II Conferência Nacional de Educação (1928).....</b>	204
	<b>ANEXO B – Programa do Curso de Aperfeiçoamento em Higiene constante na Ata da 10ª Reunião da <i>Secção de Educação Physica e Hygiene</i> da Associação Brasileira de Educação (14/12/1928).....</b>	206
	<b>ANEXO C – Conteúdos do programa da disciplina <i>Higiene e Primeiros Cuidados Médicos</i>, da Escola Normal do Distrito Federal do ano de 1915.....</b>	209
	<b>ANEXO D – Projeto de modificação do plano de ensino das escolas normais na Argentina.....</b>	212

## APRESENTAÇÃO

Embora veiculados ao longo do século XIX e ancorados em práticas institucionais as mais diversas, os discursos médico-higiênicos não perderam suas forças na Primeira República brasileira, tampouco seu estudo a partir da intervenção no campo educacional pode ser dado como esgotado. A tentativa de estender a influência de tais discursos aos distintos domínios da vida confere a este tema possibilidades variadas e distintas de reflexões. A reflexão que optamos nesta dissertação é acerca da relação entre os discursos médico-higiênicos e a educação escolar. De modo mais específico, problematizamos as maneiras como tais discursos procuraram interferir na formação e ofício docente a partir de distintos mecanismos.

Esta dissertação desenvolve-se segundo três principais eixos de investigação que se concatenam: 1) a formação e ofício de professores primários; 2) o papel pedagógico do impresso; 3) a circulação dos discursos médico-higiênicos acerca do papel docente. O investimento de pesquisa aqui realizado guarda significativa relação com a experiência como bolsista de iniciação científica, ainda na graduação em Pedagogia, na Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Os primeiros contatos com a História da Educação foram marcados pelo envolvimento com o projeto de pesquisa “A força do presente: sujeitos, instituições, problemas, fontes e abordagens na escrita da história da educação (1822-1889)”<sup>1</sup>, a partir do qual o interesse pela historiografia educacional se intensificou e, acompanhando tal processo, as possibilidades de inserção neste campo de estudo foram ampliadas. Ao lidar, no âmbito da pesquisa desenvolvida neste projeto, com um corpo documental bastante heterogêneo – dentre correspondência, relatórios administrativos, programas de ensino, manuscritos –, o exercício de olhar para a educação republicana, suas instituições e sujeitos tornava-se recorrente. Conquanto o projeto de pesquisa procurasse tornar pensáveis as representações educacionais sobre o Estado imperial a partir de uma cadeia discursiva de manuais brasileiros de História da Educação, minhas perguntas, insistentemente, direcionavam-se, cada vez mais, aos tempos republicanos.

Ao examinar, no âmbito daquele projeto, a narrativa constitutiva do manual *Noções de História da Educação*, de autoria do médico e professor Júlio Afrânio Peixoto, o contato que estabelecia com a trajetória intelectual deste autor e, sobretudo, o modo como um conjunto de

---

<sup>1</sup> O projeto é coordenado pelo Prof. Dr. José Gonçalves Gondra e participei do mesmo durante os dois últimos anos da graduação (2008-2010).

fontes se apresentava instigante ao meu olhar, vi-me diante de um emaranhado de questões que me apontavam uma das outras facetas assumidas pelo *polígrafo baiano*<sup>2</sup>: a de médico e um dos protagonistas do movimento higienista no Brasil ao longo das primeiras décadas republicanas. Uma educação pensada por higienistas, em nome de um discurso *científico*, instigava-me e capitaneava minha atenção. Conclui a graduação com um compêndio de higiene em mãos e uma imensidão de questões. Fui à busca de outras fontes que complementassem o que havia construído de modo preliminar em minha trajetória de pesquisa. Muitas questões eram ainda obscuras, porém instigantes.

O compêndio a que me refiro intitula-se *Noções de Higiene*, de autoria de Afrânio Peixoto e Graça Couto, na 1ª edição, de 1914. Figurando dentre os livros de adoção reprovada na instrução pública do estado de São Paulo<sup>3</sup> e com uso atestado pelo programa de ensino, para subsídio da disciplina de Higiene, na antiga Escola Normal do Distrito Federal, em 1915, este compêndio de higiene apresentava elementos ambíguos, porém instigantes: uma recusa e uma adoção. Mais além, ao tentar explorar a cadeia discursiva do livro, outro elemento se apresentava instigante: anunciava-se o livro como o “primeiro do gênero” que se publicava no Brasil. A que gênero fazia-se referência? Ainda em 1902, Balthazar Vieira de Mello havia publicado um manual que objetivava colocar a contribuição da higiene ao alcance dos

---

<sup>2</sup> Afrânio Peixoto é assim representado por biógrafos, dada sua inserção em diferentes campos de conhecimento e sua produção com temáticas bastante diversificadas. A incursão do educador baiano nos diferentes espaços sociais e campos de saberes representou não somente uma vontade de se legitimar socialmente, mas de difundir ações que tornassem visíveis a aproximação que realiza destas diferentes incursões. Exemplo desta aproximação é o discurso científico de higienização que interfere em suas representações educacionais enquanto Diretor da Escola Normal do Distrito Federal, em 1915, e Diretor Geral da Instrução Pública do Distrito Federal, em 1916. Foi neste último cargo que Afrânio Peixoto reorganizou, na Escola Normal e nas demais escolas municipais, o serviço de inspeção médica escolar. Em 1932 se tornou professor de História da Educação, no Instituto de Educação (antiga Escola Normal do Distrito Federal). A inserção de Afrânio Peixoto no campo educacional resultou na publicação de livros como *Ensinar a Ensinar* (1921), *Noções de História da Educação* (1933) e *A educação da mulher* (1936). Outro livro interessante, que resultou de sua atuação como deputado federal pela Bahia, foi *Marta e Maria* (1931), no qual reuniu os principais trabalhos produzidos por ele na câmara federal. Dentre as questões tratadas, esteve a defesa da centralização do ensino elementar, a universalização do ensino secundário e a distinção das competências dos poderes públicos para a administração do ensino público no país. Afrânio Peixoto esteve dentre os intelectuais que defenderam a presença prioritariamente feminina no exercício do magistério. Sua condição de signatário do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, em 1932, e sua atuação na Associação Brasileira de Educação delinearão a representatividade do professor baiano no campo educacional.

<sup>3</sup> A respeito desta rejeição de *Noções de Higiene*, Rocha (2000) registra: “Indícios da circulação do manual e das críticas de que foi alvo, nos meios educacionais, podem ser lidos nos pareceres dos professores que compuseram a comissão instituída pela Secretaria do Interior do Estado de São Paulo, em 1918, com o objetivo de selecionar, dentre os livros aprovados para uso dos alunos das escolas primárias, os mais adequados. Composta pelos professores Sampaio Doria, Americo de Moura e Plínio Barreto, a comissão elegeu como critérios a boa linguagem, a propriedade do assunto e a didaticidade, produzindo, como resultado do seu trabalho, uma listagem enviada a todos os estabelecimentos de ensino público paulistas. No parecer preliminar, elaborado por Sampaio Doria, resultante do exame quanto à propriedade do assunto, as *Noções de higiene* figuram entre os “livros rejeitáveis”. [...] Examinado sob o ponto de vista da didaticidade por Americo de Moura, o manual figurou, no seu parecer, dentre os não recomendáveis. (p.6)



professores e demais interessados na causa educacional, como constata Rocha e Gondra (2002). Um investimento de um autor brasileiro, como também eram Afrânio Peixoto e Graça Couto, já anunciava, nas primeiras décadas do século XX, um manual que se destinava à educação higiênica de professores. Um livro, intitulado *A hygiene na escola*, que refutava o pioneirismo de Afrânio Peixoto e Graça Couto.

Mobilizada por estas questões a respeito de *Noções de Higiene* e, especialmente atenta à adoção do manual no programa para o 4º ano da Escola Normal do Distrito Federal, três principais núcleos de questões se conformavam a partir disto: 1º a proximidade entre as questões educativas e aquelas relativas à higiene; 2º um corpo discursivo voltado para os professores primários em formação; 3º a materialização deste mesmo corpo discursivo que, dentre outras formas impressas, tomava os compêndios como suportes. O pioneirismo de *Noções de Higiene* se apresentava como interessante questão, porém existiriam outros livros com o mesmo propósito de atender à demanda da formação de professores primários? A partir deste questionamento, tomava novos rumos no esforço de investigação em que me engajava.

As buscas se tornaram mais insistentes e, como um jogo de quebra-cabeça, unia os indícios em um esforço de desvelar, em primeiro momento, a produção de compêndios de higiene segundo um aspecto que nos parece ainda pouco investigado: sua função como veículo de discursos voltados para a educação higiênica do professorado primário. Este investimento de pesquisa, portanto, procura explorar os modos como a higiene se apresentou àqueles que estariam encarregados de cuidar daquela infância e dirigir o cotidiano das salas de aula. Para isto, tomamos dentre o conjunto de fontes examinadas dois compêndios destinados à formação higiênica dos futuros professores primários: *Noções de Hygiene* e o *Compendio de Hygiene*, do médico e professor da Escola Normal do Distrito Federal, José Paranhos Fontenelle. Necessário registrar que ambos se encontraram inseridos em um contexto no qual se elevava o papel do professorado primário na causa higiênica. Procuramos, pois, cruzar tais fontes com outros discursos difusos na sociedade de início do século XX, bem como compreendê-las a partir da estrutura didática na qual cumpririam importante função: a disciplina de Higiene na Escola Normal do Distrito Federal. Estes núcleos de questões, nos quais operamos com distintas fontes, cumprem a função de refletir acerca da interferência dos discursos e conhecimentos médico-higiênicos na formação e ofício da docência primária.

Ao longo desta dissertação, apresentaremos, de forma mais detalhada, as questões que nos fizeram tomar estes dois compêndios de higiene como duas das principais fontes. No entanto, cabe antecipar que temos, para os dois casos, um lugar comum de adoção nos programas de

ensino do curso normal: a Escola Normal do Distrito Federal. Ademais, tanto Afrânio Peixoto (que passa a ser o único autor de *Noções de Hygiene* a partir da segunda edição) como José Paranhos Fontenelle atuaram nesta escola, como professores, e também estiveram presentes nas discussões travadas no âmbito da Associação Brasileira de Educação (ABE), constituindo-se signatários do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, em 1932. Tais questões se apresentam apenas como justificativas iniciais para a escolha de *Noções* e do *Compendio de Hygiene* como fontes principais. É importante assinalar, no entanto, que se constitui como principal objetivo desta dissertação o estudo das ressonâncias dos discursos médico-higiênicos na formação do professorado e em seu ofício, pelos quais se produziram representações acerca deste grupo. Para isto, recorreremos tanto aos compêndios de higiene com a finalidade de atender a esta formação, como a um conjunto de outras fontes, como exemplos registramos os anais de congressos e programas de ensino, a fim de matizar tais discursos.

Adotamos como delimitação temporal desta dissertação o período correspondente a 1914 e 1928 pelas seguintes razões: o ano de 1914 registra a publicação da primeira edição do compêndio *Noções de Hygiene*, dos médicos Afrânio Peixoto e Graça Couto. O ano de 1928 traz o registro da elaboração de um curso de aperfeiçoamento em saúde <sup>4</sup> para as professoras primárias da capital, Rio de Janeiro, organizado pela ABE. Neste período, que tanto compreende a publicação das duas primeiras edições de *Noções* e do *Compendio de Hygiene* (respectivamente, 1914 e 1921; 1918 e 1925) como abrange as iniciativas externas à Escola Normal – no sentido de complementar a educação higiênica do professorado primário –, verificamos a possibilidade de examinar os modos como os discursos médico-higiênicos procuraram interferir na formação e ofício da docência primária. Esta interferência, que se deu tanto a partir da seleção de um corpo de conhecimentos reunidos sob o tema da Higiene, como através das representações de docência forjadas no plano discursivo dos compêndios, serve-nos como ponto de partida para a reflexão acerca de apenas um dos muitos aspectos que matizam a história da formação docente.

Embora em início do século XX não houvesse um consenso quanto ao estatuto da Higiene <sup>5</sup>, o principal propósito desta “nova medicina” parecia muito bem delineado: a

---

<sup>4</sup> Encontramos este registro na ata da 10ª Reunião da Seção de Educação Física e Higiene, da Associação Brasileira de Educação, em 1928.

<sup>5</sup> Para o médico José Augusto de Magalhães (1921), a título de exemplo, a higiene constituía uma ciência que tinha por fim defender a saúde e aumentar no organismo os elementos de resistência às doenças. Já na acepção do médico Júlio Afrânio Peixoto (1921), a higiene não era precisamente uma ciência porque aplicação prática de quase todas as ciências.

conservação da saúde e, por conseguinte, a promoção da vida. Segundo Jurandir Costa (1989), a higiene formulou novos conceitos científicos e os transformou em táticas de intervenção, incorporando a cidade e a população ao campo do saber médico. A amplitude que o estatuto da higiene desejava alcançar registrava uma expansão para diferentes domínios da vida – como a vivência em família, na escola e trabalho –, arregimentando para si um corpo de agentes autorizados a veicular seus preceitos, dentre os quais os professores primários.

Na historiografia educacional brasileira, por um registro de pouco mais de uma década, pode ser identificado um conjunto de pesquisas interessadas no exame da relação que se constituiu entre os saberes médicos e a instituição escolar, como exemplificam os estudos de Marta Maria Chagas de Carvalho (1998), Maria Stephanou (1999), Heloísa Rocha (2003a), José Gondra (2004) e Lausâne Pycosz (2007). Dando tratamento, de modo específico, aos compêndios de higiene destinados à formação escolar e ampliando os registros para as produções também de outros países, podem ser destacados, além dos investimentos, no Brasil, de Heloísa Rocha (2000; 2005; 2011), os de Carlos Ernesto Noguera Ramírez (2002), na Colômbia, e os da historiadora Maria Silvia Di Liscia (2004), na Argentina, como alguns dos exemplos.

Pelo levantamento de trabalhos produzidos sobre o tema higiene e educação, observa-se que o interesse dos mesmos – ao menos pelo registro destes dez últimos anos – incide, de forma recorrente, sobre a educação escolar e a infância. Nessas pesquisas, estão marcadamente presentes as reflexões sobre as estratégias de intervenção higienista no espaço escolar e o lugar da infância escolarizada nos discursos que visavam à regeneração da vida em seus múltiplos sentidos. Nota-se, no entanto, que o lugar dos professores primários – também importantes agentes na efetivação destas estratégias –, e o papel que sobre eles é lançado na disseminação dos preceitos higiênicos são tomados de um modo secundário, quando ainda, por vezes, não são referenciados nessas pesquisas. Chama-se atenção, por conseguinte, para a necessidade de voltar o olhar para os discursos que também se direcionaram ao professorado primário, forjando representações sobre o seu fazer e desejando consolidar projetos de formação, em um contexto em que a ordem de expurgo das doenças físicas e morais da população pobre, especialmente, escamoteava-se nos discursos em prol do progresso da nação brasileira.

Se as perspectivas de pesquisa apontadas têm contribuído para o tratamento de questões caras à compreensão dos modos como a instituição escolar e a infância escolarizada foram atravessadas por representações forjadas no interior das práticas discursivas médicas,

há de se considerar, neste quadro, a relevância de também voltar o olhar para agentes de igual importância nesse processo: os professores das classes primárias. Este investimento de pesquisa procura explorar, deste modo, um núcleo de questões que se volta para aqueles que estavam encarregados de cuidar daquela infância no cotidiano das salas de aula, não deixando escapar as questões referentes às práticas pedagógicas e à própria configuração da relação entre higiene e pedagogia, em início do século XX. Se a escola primária fora posta como um dos principais escopos do projeto de higienização da população brasileira, há de se investigar de que maneira um corpo de discursos científicos atingiu a formação de professores que, supostamente, deveriam estar capacitados para atender às demandas de seu lugar de ofício. Se os hábitos higiênicos necessitavam ser difundidos nas escolas primárias, a partir de diferentes mecanismos, é necessário voltar nosso olhar aos suportes que puseram em circulação um corpo de discursos direcionados ao professorado primário. Para este caminho proposto vale, no entanto, algumas considerações. Le Goff (1996), ao nos lembrar que o documento não é inócuo e que se trata, antes de mais nada, do resultado de uma montagem da história, da época e da sociedade que o produziu, oferece-nos uma proposição de olhar que possui um notável valor ao ofício do historiador. Ao propormos atenção para os suportes que puseram em circulação discursos acerca do professor e de seu ofício, investimos esforços para a compreensão da questão no campo das representações, reconhecendo que se trata de textos que carregam a percepção do social que um dado grupo deseja impor, dispondo de distintos mecanismos para tal. Neste sentido, temos como referência o conceito de representações sociais abordado por Chartier (1990). Ao dar tratamento a este campo de estudo, este autor afirma que as representações sociais “embora aspirem à universalidade de um diagnóstico fundado na razão, são sempre determinadas pelos interesses de grupo que as forjam” (p. 17). Dentro desta perspectiva, compreendemos que os discursos médico-higiênicos, ao produzirem representações acerca da prática docente, constituíram-se apenas como algumas das percepções a respeito do professorado primário e seu suposto papel na sociedade de início do século XX.

Para nos aproximarmos da dinâmica de produção de pesquisas no âmbito da História da Educação, – ainda que colocada a incapacidade de dimensionar toda a realidade de produção e divulgação das mesmas– elaboramos um quadro privilegiando dois recortes de acordo com os interesses deste estudo: no primeiro, ao qual atribuímos a classificação **Grupo I**, reunimos os trabalhos que operam com o tema “higiene e educação escolar”; no segundo, procuramos quantificar, sob a classificação **Grupo II**, os artigos que, tomando de modo mais

específico este mesmo tema, caminham para a investigação dos manuais ou compêndios que cumpriram a função de dispositivos de veiculação dos preceitos higiênicos no espaço escolar e formação dos sujeitos nele circunscritos. Tal escolha se deu, especialmente, em dois sentidos: o primeiro se traduz na necessidade de apresentar o campo de discussões acerca do tema já referenciado; o segundo dá-se no sentido de, a partir da observação deste campo de discussões, tentar perceber que lacunas a proposta desta investigação pode vir a preencher e, deste modo, trazer contribuições para a pesquisa no campo da historiografia educacional brasileira. Desse modo, tomamos como referência da Tabela I os anais dos Congressos Brasileiros de História da Educação, realizados nos últimos onze anos e que, por sua difusão em âmbito nacional, congregam pesquisadores de distintas regiões brasileiras, permitindo-nos uma percepção pouco mais abrangente acerca das produções no país.

Tabela 1 - Balanço de produção específica nos Anais dos Congressos Brasileiros de História da Educação.

Ano	Total de artigos submetidos <sup>6</sup>	Total de referências a “higiene e educação escolar” (Grupo I)	Total de referências a “manuais ou compêndios escolares de higiene” (Grupo II)
2000	231	***	***
2002	428	***	***
2004	418	***	2 <sup>7</sup>
2006	340	2 <sup>8</sup>	***
2008	754	2 <sup>9</sup>	2 <sup>10</sup>
2011	837	9 <sup>11</sup>	2 <sup>12</sup>
<b>Total</b>	<b>3008</b>	<b>13</b>	<b>6</b>

<sup>6</sup> Estão inseridas comunicações individuais e coordenadas.

<sup>7</sup> No III CBHE, os artigos localizados sobre manuais ou compêndios escolares de higiene foram os seguintes: **Saúde, Higiene e Civilidade em manuais** (Maria Stephanou) e **A Higiene Escolar no Curso de Pedagogia de Helvécio F. de Andrade** (Josefa Eliana Souza).

<sup>8</sup> No IV CBHE, os artigos sobre higiene e educação escolar foram: **Forma(ta)ção de cidadania: controle social e debates sobre educação e higiene em Uberabinha, MG (1892-1930)**, de Handel Carrera Ching e Carlos Henrique de Carvalho e **Saúde, Higiene, Educação Física e Cultura Escolar: um olhar sobre a infância a partir da Revista Educação Physica**, de Rosianny Campos Berto.

<sup>9</sup> No V CBHE, os artigos sobre higiene e educação escolar foram: **Ideias médicas sobre educação: o papel dos congressos de higiene e educação na década de 1920 no Brasil** (Lausane Corrêa Pycosz) e **Legislar para educar e transformar: higiene e salubridade no Paraná, final dos anos 1910** (Liane Maria Bertucci e Francielly Giachini Barbosa).

<sup>10</sup> No V CBHE, os artigos localizados sobre manuais ou compêndios escolares de higiene foram os seguintes: **Curso de Pedagogia: a higiene escolar nas prescrições de Helvécio de Andrade** (Adênia Santos Andrade e Josefa Eliana Souza) e **Pedagogia da Higiene na Paraíba: saberes que circulavam nos livros escolares** (Aparecida de Lourdes Paes Barreto).

<sup>11</sup> No VI CBHE, os artigos que tratam sobre higiene e educação escolar foram: **A Escola-laboratório do projeto escolanovista e a medicalização na formação de professores** (Dayse Martins Hora); **Higiene escolar e educação da infância na obra do médico Moncorvo Filho de 1909 a 1922** (Sonia Oliveira Camara Rangel); **A reforma Fernando de Azevedo e as Colméias laboriosas e higiênicas no Distrito Federal de 1927 a 1930** (Sonia Oliveira Camara Rangel); **Saúde e Educação nos textos do médico paranaense Eurico Branco Ribeiro** (Claudia Rejane S. A. dos Santos); **A higiene nas páginas da Revista de Ensino** (Marisa Silva Cunha); **Uma nova escola a partir dos princípios científicos: os discursos médicos sobre a reforma da educação nacional (Rio de Janeiro 1920-1940)**, de Ronaldo Aurélio Gimenes Garcia; **Educação e Saúde Pública no Pará Imperial e republicano (1875 a 1895)**, de Samires Avelino de S. França; **Estado e infância no Brasil (1899-1920): o discurso médico-higienista e a inspetoria de higiene infantil**, de Débora Teixeira de Mello; **Objetos da escola e preceitos higienistas: condutas no grupo escolar Lauro Müller** (Ana Paula de Souza Kinchescki).

<sup>12</sup> No VI CBHE, os únicos trabalhos localizados sobre compêndios escolares de higiene foram: **Manuais escolares de higiene como fontes para a história da educação** (Carolina Toshie Kinoshita) e **“Curso de Pedagogia”- Um Compêndio para o curso de formação de professor** (Miguel Andre Berguer).

A observação desta tabela nos permite constatar que, nos últimos cinco anos, houve um crescimento da publicação de trabalhos sobre o tema higiene e educação escolar (grupo I), enquanto no grupo II o número não se altera, quando temos por referência apenas os trabalhos completos, tanto das comunicações individuais como coordenadas. Vale observar, do mesmo modo, que em ambos os grupos as produções são posteriores ao ano de 2004, não havendo nenhum registro, nos dois primeiros congressos, das abordagens a que se referem os grupos I e II.

Para a quantificação do grupo I, foram tomados apenas os trabalhos em que a higiene e o espaço escolar constituem os objetos de estudo, mesmo que tratando de recortes temporais e objetivos distintos. Em princípio, também não foram incluídos neste quadro os artigos que consideram um recorte específico da higiene (como o caso da Higiene Mental), dado que os propósitos diferem daquele contemplado pela compreensão de higiene, em seu sentido lato, que, nos limites deste estudo, exploramos<sup>13</sup>. Se, no entanto, consideramos os trabalhos que, conquanto tratem do tema da higiene, não têm como objeto de estudo a questão escolar, os resultados quantitativos deste grupo I se modificam, expressando uma realidade distinta. Para dimensionar esta análise sem, no entanto, tornar exaustivo o exame, tomamos apenas o último CBHE (2011) como exemplo da dinâmica observada no grupo I da tabela I. Somamos ao número total deste CBHE um grupo de trabalhos que realizam o que denominaremos de *apropriação incidental*<sup>14</sup> e onde se incluem os artigos em torno da **higiene mental**. Nisto, vemos aumentar de nove para vinte e dois<sup>15</sup> os artigos que assinalam a presença da higiene na

---

<sup>13</sup> A compreensão de higiene que exploramos abrange desde a preocupação com o corpo até a interferência no campo pedagógico, procurando nelas sua relação com o espaço escolar. Dado que a Higiene Mental constituiu um campo bastante específico com instituições próprias, inclusive, decidimos não contabilizar no levantamento específico que aqui realizamos.

<sup>14</sup> Incluímos neste grupo todos os trabalhos que realizam referências breves à presença da higiene na formação educativa.

<sup>15</sup> Aos nove artigos contabilizados no quadro elaborado, somam-se: **“O ferradura”: a socialização institucional vista pelos alunos da escola média de agricultura de florestal (MG)- 1953** (Milton Ramos Pires de Oliveira, Bruno Geraldo Alves e Angela Maria Garcia); **A disciplina do corpo e a viabilização da ordem nas primeiras décadas do século XX no Maranhão** (Kilza Fernanda Moreira de Viveiros e Marlúcia Menezes de Paiva); **A saúde da mulher: práticas educativas nas propagandas de Curitiba na década de 1920** (Sarasvati Yakchini Zridevi Conceição); **Discursos sobre a escolarização da infância pobre veiculados pela Revista do Ensino de Minas Gerais (1925-1930)**, de Paula David Guimarães; **Educando a sensibilidade: a puericultura como alicerce da moral e do trabalho na Escola Maternal da Sociedade aos necessitados (Curitiba, 1928-1944)**, de Keli Fernanda Rucco Turina e Marcus Aurélio Taborda de Oliveira; **Estratégias de intervenção no espaço do lar: a relação família- escola no âmbito do Serviço de Ortofrenia e Higiene Mental (1934-1939)**, de Juliana Vital Abreu David; **Movimentar o binóculo, entrelaçar saberes: Arthur Ramos e o Serviço de Ortofrenia e Higiene Mental no Rio de Janeiro de 1930** (Adir da Luz Almeida); **A criança problema e as relações estabelecidas entre família e escola a partir do projeto do Serviço de Ortofrenia e Higiene Mental** (Nathália Wanderley Chianello); **A higienização da família e da infância na imprensa de Uberlândia (MG) do Estado Novo**, de Marcos Paulo Sousa; **A saúde do espírito: um manual de**

formação educativa. Vale ressaltar que, deste total, prevalecem os estudos sobre as primeiras décadas do século XX (apenas dois artigos fazem referência ao período imperial no Brasil). Este movimento realizado se fundamenta na necessidade encontrada de sistematizar, ainda que sem a preocupação de apresentar dados gerais, um quadro parcial da produção de trabalhos na história da educação que ajudem a pensar a dinâmica das pesquisas interessadas na investigação sobre os *discursos científicos* e a formação de sujeitos, especialmente via escola.

Chamamos a atenção, ainda, para o grupo II desta mesma tabela, no qual procuramos ressaltar os trabalhos sobre manuais ou compêndios escolares de higiene. Assim, observamos que as investigações são presentes a partir do III CBHE, em 2004, e, do total contabilizado até o último CBHE (seis artigos), em 2011, três deles se referem ao compêndio na condição de impresso destinado à formação de professores, embora com uma ressalva: os três trabalhos produzidos examinam o *Curso de Pedagogia*, de Helvécio de Andrade <sup>16</sup>, evidenciando uma produção restrita à região nordeste do país.

Já no balanço de produções registradas nos anais dos congressos luso-brasileiros de 2006 a 2010, pode ser identificado um aumento progressivo de trabalhos interessados na temática higiene e educação escolar, embora o quantitativo de abordagens sobre compêndios de higiene tenha sido nulo. Devido à dificuldade em localizar, por meio virtual, os trabalhos publicados nos demais congressos luso-brasileiros realizados (anteriores ao ano de 2006), foram privilegiados aqueles a partir do ano de 2006. A observação da tabela a seguir auxilia na visualização das produções que abrangem a temática deste projeto de pesquisa e que foram compartilhadas nesse evento:

---

**orientação médica para pais e professores (Rio de Janeiro 1930-1940)**, de Ronaldo Aurélio Gimenes Garcia; **Artur Ramos e a criança problema: a higiene mental escolar e a psicanálise no antigo Distrito Federal (1934-1939)**, de Cátia Regina Papadopoulos; **Pela lavoura, higiene e instrução (1917-1939)**, Amália Dias; **Tratados de Pedagogia para a família: aliança entre igreja e medicina na conformação da sociedade brasileira** (Juliana Vital Abreu David e Evelyn de Almeida Orlando).

<sup>16</sup> Respectivamente, no III, V e VI Congresso Brasileiro de História da Educação.



**TABELA 2** - Balanço de produção específica nos Anais dos Congressos Luso-brasileiros de História da Educação.

Ano	Total de artigos submetidos	Total de referências a “higiene e educação escolar”	Total de referências a “manuais ou compêndios escolares de higiene”
2006	<b>542</b>	<b>6</b> <sup>17</sup>	*** <sup>18</sup>
2008	<b>854</b>	<b>4</b> <sup>19</sup>	***
2010	<b>847</b>	<b>10</b> <sup>20</sup>	***
Total	<b>2243</b>	<b>20</b>	***

No VIII COLUBHE (2010), ao lado dos trabalhos sobre a temática higiene e educação escolar, há uma ocorrência de recorte específico, por meio do qual o autor dá tratamento especial à questão da higiene mental. Trata-se do trabalho **Higiene mental e educação: pressupostos da normalização da infância na década de 1920**, de Antonio Basílio Novaes Thomaz de Menezes. Em linhas gerais, a observação do quantitativo de trabalhos publicados nos anais dos congressos luso-brasileiros permite registrar o aumento do interesse pelo tema,

<sup>17</sup> Os trabalhos tratam de Higiene, moral e civismo: a ótica da educação pelo trabalho no patronato agrícola de Sergipe (1924-1934), de Marco Arlindo Amorim Melo Nery; O Higienismo na Educação Escolar, de Maria Lucia Boarini; A educação de corpos por meio do processo de higienização das escolas: um estudo dos grupos escolares curitibanos (1904 - anos 20), de Lausane Corrêa Pykosz; A produção do aluno higienizado, Heloísa Helena Pimenta Rocha e Vera Regina Beltrão Marques; A pedagogia de Manuel Bomfim: uma proposta higienista na educação, de Roselania Francisconi Borges e Maria Lucia Boarini; A educação na forma(ta)ção da cidadania e da higiene: Uberabinha, 1892-1920, de Handel Carrera Ching e Carlos Henrique de Carvalho.

<sup>18</sup> Embora não contabilizado, destacamos o trabalho Higiene e Saúde nos livros didáticos do professor Felisberto de Carvalho – (1880-1960), de Rozélia Bezerra e Circe Maria Fernandes Bittencourt. O trabalho produzido, embora não trate propriamente de um manual de higiene para professores, constitui-se como exemplo para pensar o lugar destes tipos de suportes (os livros didáticos) na difusão de preceitos de higiene e saúde no ambiente escolar.

<sup>19</sup> **Educação e pensamento fien de siecle: o adocimento da população escolar nos discursos dos higienistas portugueses(1880/1900)**, de Maria Cristina Soares de Gouveia; **Francisco de Melo Franco e suas discussões sobre a educação do corpo: o discurso médico-higienista e suas tensões no séc.XVIII**, de Rosana de Sousa Patané; **A higiene como tempo e lugar da educação do corpo – preceitos higiênicos no currículo dos grupos escolares no Paraná**, de Lausane Corrêa Pykosz e Marcus Aurélio Taborda de Oliveira; **Arquitetura escolar e racionalidade médico-higiênica na corte imperial e em São João Del-Rei (1872-1898)**, de Maria Aparecida Arruda e Madison Oliveira de Moraes.

<sup>20</sup> Os trabalhos localizados foram **A higiene escolar no debate internacional**, de Heloísa Helena Pimenta Rocha; **Higiene mental e educação: pressupostos da normalização da infância na década de 1920**, de Antonio Basílio Novaes Thomaz de Menezes; **A infância pela lente da higiene: o discurso médico-higienista na criação da creche no Brasil**, de Débora Teixeira de Mello; **Educação da criança e pedagogia científica: a perspectiva do médico, educador, político e intelectual Helvécio de Andrade (Sergipe, 1911-1935)**, de Yolanda Dantas de Oliveira; **A presença da educação do corpo nas obras dos intelectuais sergipanos Helvécio de Andrade e Baltazar Góes**, de Angélica Jesus de Santana; **A educação sexual: moral e higiene no projeto do monsenhor Álvaro Negromonte**, de Evelyn de Almeida Orlando; **Saber médico e medicalização: o processo de redefinição de uma nova sociedade em Teresina no período do Estado Novo (1937-1945)**, de Iêda Moura da Silva e Alcília Afonso de Albuquerque Costa; **Saúde e higiene na escola: uma leitura da reforma de ensino de 1930 em Goyaz**, de Aparecida Maria Almeida Barros; **O “Correio do Colegial” (1938-1973) e as representações sobre saúde e higiene**, de Josefa Eliana Souza; **Higienismo e o campo médico-social no Brasil: uma leitura a partir dos cuidados com a infância no Maranhão**, de Kilza Fernanda Moreira e Marlúcia Menezes.

com números maiores quando realizados no Brasil (2006 e 2010). Observa-se, no entanto, que nenhum trabalho sobre compêndios de higiene para professores foi registrado nestes três congressos.

O resgate da produção sobre a temática em periódicos especializados da área também é outra maneira de perceber a dinâmica das pesquisas realizadas no país. Na Revista Brasileira de Educação, mantida pela Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Educação (ANPED), dos 218 artigos disponibilizados virtualmente – nesta condição, compreendem-se as produções entre os anos 1997 e 2009 – apenas um artigo dá tratamento à temática e tem por título **A arte de endurecer “miolos moles e cérebros brandos”: a racionalidade médico-higiênica e a construção social da infância**, de José Gondra e Inára Garcia. Na Revista Brasileira de História da Educação, publicação da Sociedade Brasileira de História da Educação, para os artigos publicados entre 2001 e 2010 <sup>21</sup>, comparece **Leituras de formação: raça, corpo e higiene em publicação pedagógica do início do século XX**, de Regina Cândida Ellero Gualtieri, em 2008 <sup>22</sup>. Nos Cadernos de História da Educação, mantido pela Faculdade de Educação da Universidade Federal de Uberlândia, as publicações sobre a temática, entre 2008 e 2011 <sup>23</sup> são: **Educação, Higiene e Eugenia no Estado Novo: as palestras de Savino Gasparini transmitidas pela rádio Tupi (1939-1940)** <sup>24</sup>, de Mauro Castilho Gonçalves; **Aventuras no mundo da higiene – ecos do discurso médico no texto de Érico Veríssimo** <sup>25</sup>, de Marília Mezzomo Rodrigues; **Educar nos e para os preceitos higienistas: Juiz de Fora (1889-1906)** <sup>26</sup>, de Luciana Araújo Valle de Resende e Wenceslau Gonçalves Neto, **Os grupos escolares mineiros como lugar de disciplina e higienização dos corpos** <sup>27</sup>, de Sarah Jane Alves Durães e Fátima Rita Santana Aguiar. Já na Revista História da Educação, mantida pela Associação Sul-rio-grandense de História da Educação, entre as publicações do período 2005-2011, temos o artigo intitulado **Entre o cura e o**

---

<sup>21</sup> Não há registro de artigos sobre higiene e educação para os anos de 2011 e 2012, nesta revista.

<sup>22</sup> Revista Brasileira de História da Educação, n° 18, set./dez. 2008

<sup>23</sup> Nesta Revista, não há registro sobre a temática no ano de 2012.

<sup>24</sup> Cadernos de História da Educação, vol. 10, n. 1, 2011.

<sup>25</sup> Cadernos de História da Educação, vol. 9, n. 2, 2010

<sup>26</sup> Cadernos de História da Educação, vol. 8, n. 2, 2009

<sup>27</sup> Cadernos de História da Educação, vol. 7, 2008.

**médico: higiene, docência e escolarização no Brasil Imperial** <sup>28</sup>, de José Gonçalves Gondra.

Para além de demonstrar tão somente o interesse pela temática da higiene e educação escolar na historiografia educacional brasileira, esses artigos e trabalhos publicados em anais de eventos registram uma série de investigações voltadas para a percepção da instituição escolar e a circulação de projetos de formação que nem sempre deixam evidências dentro do próprio sistema escolar. Interrogá-los, deste modo, exige uma compreensão para além dos muros da escola. Se esta afirmação parece soar como uma percepção um tanto “externalista” sobre esta instituição, vale lembrar que, ao pensarmos especificamente sobre o fenômeno da “higienização escolar”, temos um corpo bastante diversificado de agentes que na escola atuavam e que, por vezes, confundiam-se com aqueles compreendidos como os sujeitos “próprios da escola”, como os inspetores, professores e diretores escolares. Se os médicos ocupavam as cátedras de medicina, é possível observar, sem muito esforço, a circulação destes mesmos sujeitos nas escolas normais e demais níveis de ensino. Como, no entanto, compreender esta relação que se configurava entre a medicina e pedagogia? É necessário investigar.

Para alcançar os objetivos propostos nesta dissertação, no primeiro capítulo, intitulado *Compendiar noções de Higiene, divulgar preceitos científicos*, realizamos alguns apontamentos acerca da produção de compêndios de Higiene que foram endereçados ao uso nas escolas normais nas primeiras décadas do século XX. Para isto, privilegiamos tanto um breve levantamento da produção nacional, como realizamos alguns apontamentos sobre os aspectos transnacionais da publicação de compêndios para professores, apresentando, portanto, algumas experiências vivenciadas em outros países. O interesse em realizar esta abordagem se deu no propósito de apresentar o movimento no qual esteve inserida a publicação tanto de *Noções* como do *Compendio de Hygiene*. Ainda neste primeiro capítulo, para além de problematizarmos a condição destes compêndios como suportes da “mensagem da Higiene” levada aos professores primários em formação, procuramos situá-los como artefatos pertencentes à cultura material escolar, reconhecendo-os também como objetos que cumpriram função pedagógica.

No segundo capítulo, *Discursos, práticas e intervenções na formação e ofício docente*, examinamos os discursos voltados ao professorado veiculados nas conferências nacionais de educação e nos congressos brasileiros de higiene, bem como problematizamos as iniciativas

---

<sup>28</sup> Revista História da Educação, v. 11, n.22, 2007

tomadas para a complementação da educação higiênica do professorado fora do âmbito das escolas normais. Tais iniciativas foram materializadas a partir da realização de cursos de Higiene promovidos por instituições distintas e endereçados àqueles que tinham como ofício a instrução e educação das crianças. Ao realizarmos este exame, partimos do pressuposto de que *Noções* e o *Compendio de Hygiene* estiveram inseridos em um campo complexo de discursos que necessita ser investigado. Investigar este campo de discursos, difusos em diferentes instâncias, auxilia-nos no sentido de compreender, ao lado dos compêndios, os mecanismos pelos quais se procurou alcançar a formação do professorado a partir da veiculação de discursos biologizantes da prática educativa e, propriamente, docente. Para além do ensinar a ler e escrever, as exigências sociais impulsionavam a participação do professorado na amenização dos problemas que minavam o físico, a moral e o intelecto da população brasileira.

O terceiro capítulo da dissertação é intitulado *Da Higiene na formação do professorado primário*. Nele examinamos o aparato didático-pedagógico constituído a partir da disciplina de Higiene e os compêndios utilizados para o ensino da mesma. Partindo da hipótese de que existiu uma relação entre a instituída disciplina de Higiene, no plano de formação da Escola Normal do Distrito Federal, e os conhecimentos divulgados através dos compêndios escolares, procuramos investigar o que a Higiene endereçada à formação dos futuros professores reuniu de conhecimentos elencados como necessários à prática docente. Outrossim, examinamos os modos como a partir dos assuntos abordados, tanto nos programas de ensino como na cadeia discursiva dos compêndios, produziram-se representações acerca do que deveria *ser o professor*, no âmbito dos discursos médico-higiênicos, bem como em que deveria constituir sua prática. Quais posicionamentos esperavam-se do professorado primário frente à educação concebida no espaço escolar? Que papel é delegado a este grupo a partir do que se apresentava nos conteúdos a serem ensinados? Estas são algumas das questões que exploramos ao longo do capítulo assinalado.

Ademais, convém assinalar que procuramos apontar, ao longo desta dissertação, breves indícios acerca da interferência médico-higiênica na formação do professorado primário em outros países. Tais apontamentos cumpriram o propósito de tentar registrar um cenário no qual se percebeu esforços, em diferentes territórios, no sentido de pôr em relevo o papel da escola e seus sujeitos no âmbito dos discursos médico-higiênicos. Tendo em vista a

concessão de bolsa para realização de estágio de mestrado-sanduiche <sup>29</sup>, junto à Universidad Nacional de La Plata, em Buenos Aires, alguns destes apontamentos evidenciam, mormente, questões pontuais acerca da experiência argentina com relação ao tema tratado nesta dissertação. O conjunto de fontes reunidas ao longo das pesquisas nos arquivos <sup>30</sup> de Buenos Aires permitiu um esforço de comparação em alguns momentos sem que, contudo, tivéssemos como objetivo um exame exaustivo.

As questões apresentadas ao longo desta dissertação cumprem o propósito de refletir acerca de uma das múltiplas facetas pelas quais se constituíram histórias da formação e do ofício dos professores. Na condição de grupo para o qual se voltaram políticas e produziram-se estatutos, o professorado primário esteve no escopo de distintas intervenções, dentre as quais aquelas que procuraram erguer a bandeira de uma pedagogia *mais científica* e calcar a prática docente na racionalidade dos pressupostos médico-higiênicos.

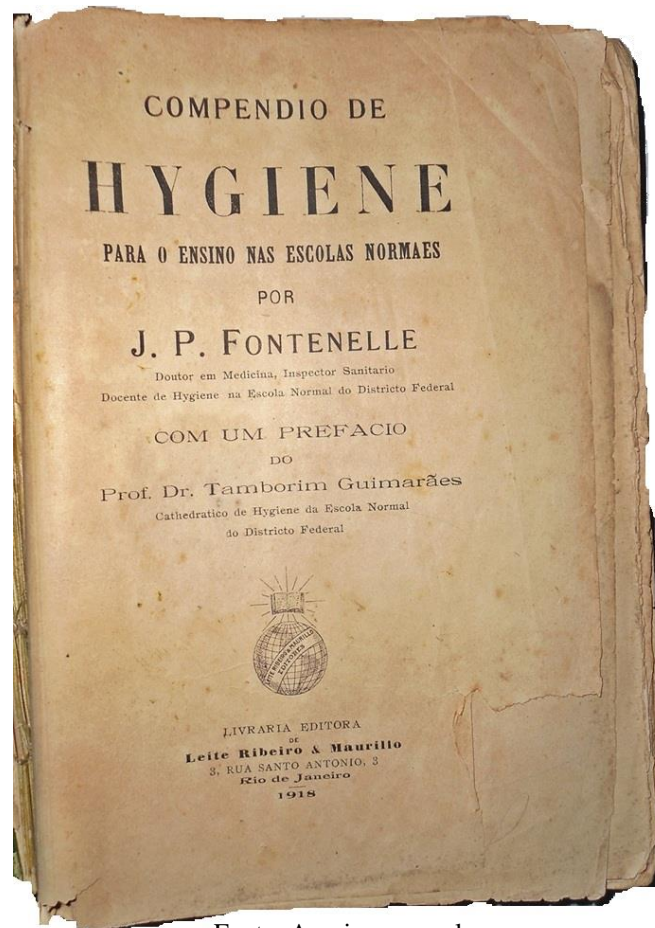
---

<sup>29</sup> Entre agosto e dezembro de 2012, realizei, com financiamento da CAPES (Programa de Centros Associados de Pós-graduação Brasil/Argentina), um estágio de mestrado-sanduiche. O projeto no qual estive vinculada intitula-se *Táticas de emancipação em redes e práticas educativas, na cotidianidade da formação de professores: articulação histórica, filosófica, sociológica e antropológica* e é coordenado pelo Prof.º Dr.º Walter Kohan (Brasil/ UERJ) e Myriam Southwell (Argentina/UNLP).

<sup>30</sup> Os arquivos nos quais realizamos pesquisa foram, especialmente, a *Biblioteca Nacional de Maestros, o Archivo General de la Nación* e o Centro de Investigación *da Escuela Superior Nº 1 en Lenguas Vivas Pte Roque Sáenz Peña*.

# 1 COMPENDIAR NOÇÕES DE HIGIENE, DIVULGAR PRECEITOS CIENTÍFICOS

Imagem 1 – Folha de rosto da 1ª edição do *Compendio de Hygiene*.



Fonte: Arquivo pessoal.

A folha de rosto do *Compendio de Hygiene*, publicado pelo médico e professor de Higiene da Escola Normal do Distrito Federal (RJ), José Paranhos Fontenelle <sup>31</sup>, ilustra um

<sup>31</sup> O médico José Paranhos Fontenelle nasceu em 15 de novembro de 1885, no Pará. Como na trajetória de muitas famílias brasileiras àquele período, mudou-se para o Rio de Janeiro e, nesta cidade, cursou o nível secundário no Colégio Militar. Nomeado docente de higiene da Escola Normal do Distrito Federal, em 1917, Fontenelle passou a ter interesse pelas questões de higiene escolar, desenvolvendo, dentre outros, estudos sobre deficiência mental nos escolares e antropometria física e psíquica da criança. No mesmo ano em que passou a compor o corpo docente da Escola Normal, este médico publicou notas das aulas de higiene professadas naquela mesma escola, antecedendo a publicação da primeira edição do *Compendio de Hygiene*, editado até a década de 1940. Em 1925, Fontenelle seguiu para os Estados Unidos, em decorrência de bolsa da Fundação Rockefeller, onde estudou biometria e estatística, epidemiologia e administração de saúde pública. Na condição de conselheiro técnico da saúde pública do Rio de Janeiro, Fontenelle projetou e orientou a produção de filmes de curta-metragem para sessões de cinema (“Os inimigos invisíveis”, sobre micróbios e contaminação; “Maternidade”, abordando o tema da higiene natal e “Os homens de amanhã”, acerca da higiene escolar), além de ter publicado “O alfabeto da saúde da criança”, com a colaboração financeira e técnica de uma organização

tipo de impresso peculiar. Trata-se de um compêndio destinado à formação dos professores das classes primárias em início do século XX. Tal como outros compêndios publicados com o intuito de atender à formação concebida no espaço escolar, o *Compendio de Hygiene* constitui-se dispositivo que, a um só tempo, cumpriu o papel de instruir e de educar. Por um lado, fornecia aos futuros professores primários a instrução necessária acerca das “noções elementares” de higiene, capacitando-os para o ensino da disciplina nas escolas primárias; por outro, procurava educar a inteligência, o corpo e o espírito daqueles que, em “culto à pátria”, engajavam-se no magistério primário. Educando-se higienicamente, os professores estariam aptos a tornarem-se exemplos para aqueles que tinham sob sua tutela no cotidiano escolar.

O que torna o *Compendio de Hygiene*, bem como *Noções de Hygiene*, de autoria do médico Afrânio Peixoto, casos exemplares para tornar pensáveis os dispositivos utilizados para o alcance do professorado primário é o modo como os discursos neles contidos são apresentados e adequados para alcançar o público-leitor previsto. Embora a compreensão dos modos como os leitores entendem os sinais da palavra impressa seja atravessada por muitas interrogações, como assinala Robert Darnton (2010), examinar o que estes compêndios deixam ler acerca das verdades que pretendem instaurar e das operações nele realizadas, a fim de legitimar o que por eles se divulga, é um exercício que nos parece necessário.

Tais compêndios escolares de higiene foram publicados em contexto nacional e internacional, nos quais os movimentos higienista e eugenista ganhavam força discursiva nos meios educacionais. No Brasil, a tomada como matriz do princípio biológico da vida perpassava a discussão acerca dos rumos do país e, embora guardando especificidades teóricas, eugenia e higiene<sup>32</sup> requisitavam a regeneração integral dos indivíduos. Buscava-se, a um só tempo, explicar os problemas do país, a partir de suas qualidades raciais, e investir no aperfeiçoamento daqueles que não correspondiam aos ideais de uma nação supostamente sadia física e moralmente. A “atitude científica”<sup>33</sup> já assumida desde o século XIX para pensar os problemas do país atravessou algumas das representações sobre a sociedade brasileira e, inclusive, a educação. Classificar e ordenar foram palavras que assumiram

---

norte-americana (FONTENELLE, 1920). Fontenelle atuou como membro na Associação Brasileira de Educação e, em 1932, foi um dos signatários do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova. Em 1947, foi eleito vice-presidente da Associação Americana de Saúde Pública e no ano de 1951 foi jubilado na Escola Normal do Distrito Federal (que, a partir de 1932, passou a se chamar Instituto de Educação), quando era professor catedrático de Biologia Educacional, Higiene e Estatística.

<sup>32</sup> Grosso modo, podemos afirmar que a principal distinção entre higiene e eugenia presidiu nos seus escopos de ação: a higiene procurava melhorar as condições do meio, e também as individuais, em proveito do melhor estado físico do indivíduo; já a eugenia, com tendência seletiva, procurou gerar indivíduos “bem dotados”, intervindo-se na questão da herança genética e visando-se a “boa procriação”. Para um aprofundamento acerca da difusão dos princípios eugênicos no Brasil, ver Diwan (2007).

<sup>33</sup> Retomamos a expressão utilizada por Lilia Schwarcz (2000).

importância no interior dos discursos científicos que procuravam pensar o país a partir da percepção das teorias que germinavam em diversas partes do mundo. Desta feita, o Brasil, posto como um país doente, tornava-se um “laboratório” no qual se procurava investigar as causas de um suposto atraso, a partir dos traços biológicos dos que o habitavam. Ao lado disto, o investimento na educação higiênica da população constituía-se uma tentativa de amenizar a força da imposição das leis e decretos, intentando estimular a conscientização da população acerca dos benefícios da adoção de hábitos sadios.

A produção não apenas dos compêndios escolares, mas, de modo geral, de impresso voltado para a veiculação da campanha higiênica encontrou esteio no contexto social que se configurava no limiar do século XX, no Rio de Janeiro. No ano de 1904, a capital do país era agitada pela insurreição popular em resistência à lei da vacina obrigatória. Inaugurava-se o novo século com a convulsão de uma população que, tendo a intimidade desvelada e invadida, reagia contra o que afetava não apenas o físico, mas os princípios daqueles que acreditavam, por exemplo, que a exposição de determinadas partes do corpo feria a decência. De acordo com Nicolau Sevcenko (1989), a cidade do Rio de Janeiro, em 1904, passava por um amplo surto endêmico que contabilizou 4.201 óbitos em decorrência da contração da varíola. A insatisfação popular e de alguns setores do governo, contrários à violência, tanto física como moral, com que se impunha a vacinação aos homens, mulheres, jovens, crianças e velhos desconhecedores das reais razões de tal prática, resultou na devastação da cidade e na configuração de um cenário de guerra. O adágio por meio do qual se afirmava o Brasil como “imenso hospital” deveria ser combatido por técnicas profiláticas, sanitárias e médicas, pelas quais se desejava modificar não apenas o espaço físico da cidade, mas os corpos que nela circulavam. Neste contexto, além de tais técnicas – ou mesmo, antecedendo-as – passava-se a divulgar, com mais recorrência, a importância da educação da população, no sentido da campanha higiênica alcançar êxito não pela imposição, mas pela persuasão. A cidade em polvorosa dava indícios da necessidade de estimular a consciência sanitária da população carioca, que vivenciava todo o espetáculo sem compreender, contudo, seus reais sentidos. A palavra impressa, associada às palestras e filmes educativos, cumpriria importante função neste propósito.

Há de se acrescentar, ainda, que a reforma urbana, orquestrada por Pereira Passos, em início do século XX, e a intervenção incisiva das medidas sanitárias <sup>34</sup> não possuíam apenas

---

<sup>34</sup> Segundo Bretas (1997), já na década de 1890 o Rio de Janeiro assistia às primeiras investidas das autoridades sanitárias contra os cortiços e pela expulsão dos sujeitos pobres, que ocupavam a região central da cidade. Com a renovação do espaço arquitetônico da cidade do Rio de Janeiro, mais melhorias foram exigidos, como os dos



dimensões físicas, mas, de igual modo, simbólicas. Em detrimento do uso da força e arbitrariedade, a população necessitava ser convencida acerca dos benefícios do asseio corporal, da recusa aos vícios, dentre outras condutas que concorreriam para a “conversão dos sujeitos à nova ordem urbana”, como assinala Jurandir Costa (1989). Corpos e espaço físico da cidade deveriam estar harmonizados, dando os ares de uma paisagem moderna. Nas palavras de Marcos Luiz Bretas,

A intenção dos reformadores era dotar o país de uma capital à altura dos principais centros urbanos da época. O porto foi reformado e as velhas ruas estreitas foram cortadas por um largo bulevar, a Avenida Central, que deveria ser ligeiramente mais larga que a principal avenida da rival Buenos Aires, e onde cada edifício tinha que observar rigorosamente os planos do prefeito para parecer parte integrante de uma paisagem parisiense. (BRETAS, 1997, p. 20)

A paisagem que se configurava requisitava bons e aseados sujeitos em circulação. Necessário também assinalar que a própria organização do espaço físico da cidade deveria colaborar para a manutenção da ordem. O alargamento das ruas, para além de insinuar a inspiração francesa, fora pensado no sentido de impedir a população de “tomar a cidade de assalto, protegendo-se por trás de um cinturão de barricadas e enfrentando violentamente a polícia” (SEVCENKO, 1989, p. 61). A dissidência da população carioca com relação à obrigatoriedade da vacina foi entendida, por muitos intelectuais médicos, como ignorância e rudeza de sujeitos que necessitavam ser educados, polidos pela educação escolar e limpos pela adoção de hábitos higienicamente aprováveis.

A retomada destes acontecimentos que marcaram o limiar do século XX, na capital do país, não apenas nos auxilia no sentido de observar os traços de uma modernização que atingia o espaço físico da cidade e intentava alcançar a subjetividade dos indivíduos. Outrossim, reforça algumas das questões que perpassavam a necessidade de educar higienicamente a população carioca, pondo na escola primária parte da responsabilidade do desenvolvimento desse processo. As reformas pelas quais passava a cidade do Rio de Janeiro constituíam-se, portanto, apenas parte de um oneroso projeto que incluía a extirpação das endemias e a limpeza do espaço urbano, sem cortiços e vadios.

O esforço empreendido em prol da melhoria das condições sanitárias do país buscou sua efetivação em diferentes esferas da vida social, como a família, a instituição escolar, hospitais e quartéis. Pela difusão dos princípios da higiene estes espaços sociais “foram sendo

---

transportes urbanos, da eletrificação da cidade, acompanhados pelas reformas sanitárias para extirpar as ameaças de epidemias.

convertidos em pontos estratégicos por intermédio dos quais o programa civilizatório seria posto em funcionamento, conquistando lugares de enunciação, difusão e de realização” (GONDRA, 2003, p. 27). Nas instituições educacionais, as campanhas promovidas para a difusão das medidas profiláticas expressavam “uma inabalável crença no poder modelador da educação e da escola” (ROCHA, 2003b, p. 40). Desta feita, é neste contexto que se assentou a necessidade de se preparar os professores das classes primárias para lidar com os desafios postos pelo projeto de regeneração da nação brasileira.

Especialmente em início do século XX, com a entusiasmada defesa da necessidade de convencer a população carioca dos benefícios da higiene e a multiplicação de discursos em proveito da elevação da escola primária como meio eficaz de alcance de tal intento, forjou-se um corpo heterogêneo de representações acerca do ofício dos mestres. Tais representações podem ser identificadas através do que se divulgou pelas teses apresentadas em congressos <sup>35</sup>, expressas nas iniciativas de instituições distintas, como a ABE <sup>36</sup>, e, de modo especial, delineadas pela própria formação concebida nas escolas normais, a partir de disciplinas como a Higiene que, juntamente com outras, compuseram o “cabedal científico” dos futuros mestres.

## 1.1 Compêndio escolar: algumas definições

*Noções de Higiene e o Compendio de Higiene* se constituíram como dispositivos didático-pedagógicos que materializaram parte do projeto de higienização que pretendeu alcançar a formação do professorado primário carioca. Abordando, dentro do amplo campo de estudo da higiene, o problema da educação escolar e seus sujeitos, ambos os textos funcionaram como importantes dispositivos para a conformação de representações acerca dos professores e seu ofício. Para operarmos com este tipo de fonte, ao longo desta dissertação,

---

<sup>35</sup> Os anais dos três primeiros Congressos Brasileiros de Higiene, realizados nos anos 1923, 1924 e 1926, respectivamente, bem como da I Conferência Nacional de Educação, que aconteceu no ano de 1927, são algumas das fontes que tomamos no segundo capítulo desta dissertação para tornar pensáveis a capilarização de determinadas representações de docência sob a rubrica da higiene, para além dos compêndios escolares que aqui examinamos.

<sup>36</sup> A existência da Seção de Educação Physica e Hygiene, no âmbito desta associação, fornece indícios para se pensar como os membros da ABE procuraram articular ações que visavam a integração entre a escola e as propostas higiênicas. Um olhar sobre a ata desta Seção, registrada no ano de 1927, por exemplo, permite-nos verificar a proposta de levar ao diretor geral de instrução pública um programa de higiene para as escolas primárias da capital.

consideramos necessário realizar, primeiramente, apontamentos que dizem respeito desde a justificativa da adoção que aqui fazemos do termo *compêndio* – em detrimento do mais usual *manual escolar* –, até a própria questão da produção e circulação dos compêndios de higiene para uso de professores em início do século XX.

Como forma de homogeneizar a nomenclatura neste estudo, adotamos o termo *compêndio*, ao invés do comumente utilizado *manual de higiene*. Ainda que tenhamos identificado vasta bibliografia a respeito do impresso escolar <sup>37</sup> com o uso recorrente de termos como livro e manual, mantivemos o termo *compêndio* para nos referirmos tanto ao *Noções de Higiene* como ao *Compendio de Higiene*. A razão desta escolha foi facilitar a referência aos textos que aqui tomamos como duas das principais fontes examinadas, não desrespeitando as características da materialidade que possuem.

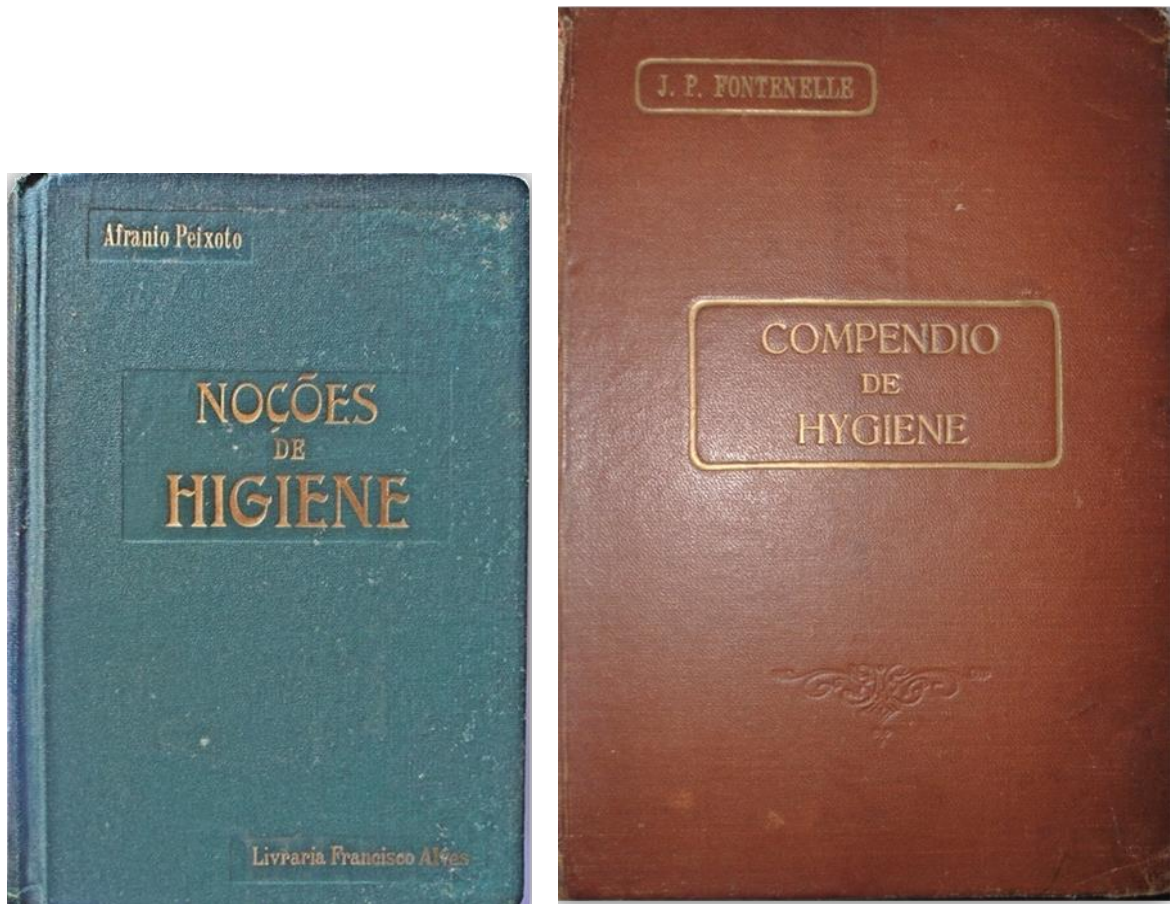
Segundo o Dicionário Etimológico de Língua Portuguesa, de Antônio Geraldo da Cunha (2010), a palavra *manual* vem do latim tardio *manuale*, que tem por significado “livro que se pode ter nas mãos”, o que podemos entender como aquele cuja materialidade se apresenta em pequeno formato. Recorrente nos estudos sobre impresso, o uso do termo *manual* <sup>38</sup> por vezes é utilizado indistintamente, sendo referenciado como sinônimo de livro. Tendo em vista estas considerações, seria pertinente classificarmos *Noções de Higiene* como um manual escolar, especialmente por sua materialidade; mas, por outro lado, se adotamos como referência o que é apresentado por Antônio Geraldo da Cunha (2010), o *Compendio de Higiene* não corresponderia ao significado do termo *manual* tanto pela materialidade que apresenta como pelo próprio título que já sugere este último.

---

<sup>37</sup> Há ao menos três décadas o impresso de uso escolar tem sido objeto de interesse na historiografia educacional. Para um aprofundamento a respeito do tema, ver Choppin (2002), Bittencourt (2008) e Teixeira (2008).

<sup>38</sup> Deve-se acrescentar ainda a utilização da palavra *manual* como sinônimo de guia que reúne informações sobre um determinado assunto, no sentido de orientar aqueles para os quais se destina – por exemplo, manual de candidato ao vestibular –, ou com instruções sobre o manuseio de determinados objetos.

Imagem 2 – Materialidade de *Noções de Hygiene* e do *Compendio de Hygiene*.



Fonte: Arquivo pessoal.

Ademais, recorreremos ao significado da palavra *compêndio*, apresentada por este mesmo dicionário, onde se registra que este termo vem do latim *compendium* e tem por significados “resumo, síntese, sumário”. Em outros dicionários <sup>39</sup>, o termo *compêndio* é apresentado pelo significado de “tratado resumido sobre dada ciência ou disciplina” e também como “livro que serve de texto escolar”. Observamos, desta maneira, que diferente do termo *manual* – cujo significado está relacionado mais fortemente a questões de ordem material do que, propriamente, com o conteúdo –, a palavra *compêndio* exprime, em primeira ordem, os aspectos do conteúdo, seu caráter sumário. Se em ambos os livros o propósito explícito pelos próprios autores era o de servir aos leitores previstos “noções elementares”, apresentando os pontos principais do problema da higiene, é pertinente que se adote para os mesmos a referência de *compêndios de higiene*.

<sup>39</sup> Tomamos como referência os dicionários Michaelis e Aurélio.

O impresso escolar (seja do tipo compêndio, manual, livro escolar, de texto, ou didático) tem a característica de apresentar aos seus leitores os conhecimentos que, em determinada época, são elencados como necessários à formação básica do indivíduo. No caso dos compêndios de higiene endereçados aos professores primários em formação, a característica digna de destaque é a modulação pela qual passam os discursos que estes objetos dão suporte no sentido de reunir noções elencadas como úteis à formação destes sujeitos. Um dos capítulos da medicina, a higiene recebeu nestes compêndios contornos pedagógicos, tentando adequar-se ao seu público-leitor, instruindo e educando higienicamente os futuros mestres. Neste sentido, também é interessante observar como o próprio uso do termo “noções” é feito nestes compêndios, com o intuito aparente de tanto reforçar a ideia da função elementar que estes textos cumpririam – eximindo-se do compromisso com uma exposição aprofundada do conteúdo – bem como de, direta ou indiretamente, classificar seu público-leitor pela forma como o texto é apresentado, numa exposição sumária. Para os futuros mestres eram necessárias apenas “noções”, conquanto a higiene tenha sido colocada como essencial à prática docente.

Para além da dimensão material e das questões referentes ao conteúdo que os compêndios escolares dão suporte, consideramos necessário assinalar outra característica deste tipo de impresso: sua efemeridade. Sumariando conteúdos escolares, estes objetos alcançam números expressivos de reedições, em muitos casos. Estas reedições que, em geral, vêm acompanhadas por revisões editoriais, com acréscimo de imagens, modificações nos aspectos gráficos e mesmo a atualização do conteúdo pelo autor, dão indícios de como este tipo de impresso escolar é passível de transformações. Embora se constituam como obras de referência subsidiárias do ensino das disciplinas escolares, estes artefatos “são mais efêmeros que outras obras do gênero, já que se desatualizam rapidamente” (BUFREM, SCHMIDT, GARCIA, 2006, p. 123). O caso do *Compendio de Higiene*, por exemplo, é expressivo quanto a este aspecto. Da primeira à última edição, em 1918 e 1941, respectivamente, acréscimos e supressões de conteúdo foram realizados neste compêndio, assinalando a constante revisão realizada pelo autor. A incorporação de imagens, ao longo das edições, e o acréscimo ao texto de conteúdos atualizados sugerem que o autor do *Compendio de Higiene* procurou atender às demandas do ativo mercado livreiro escolar. Estas intervenções nos aspectos materiais do compêndio para além de sinalizarem a atenção do autor ao público-leitor esperado, evidenciam, outrossim, uma maneira de interferir nas formas de ler e produzir significados desta leitura. Neste sentido, assinalamos as palavras de Silva, ao identificar que “a produção

de significado deve-se em grande parte aos aspectos materiais da leitura, afinal, o texto não chega ao leitor de forma abstrata; há uma série de ingredientes de ordem material determinando a qualidade e o sentido daquilo que se lê” (SILVA, 2009, p. 77). Tais ingredientes, no caso do *Compendio*, podem ser o recurso à numeração de parágrafos – acentuando o objetivo didático de facilitar a identificação dos assuntos, ao longo do texto –, as imagens mais recorrentes na composição textual e o índice alfabético dos assuntos. Estes elementos conformavam, por conseguinte, o caráter didático da obra e distinguiam o público, prioritariamente escolar. Possivelmente, se destinado, por exemplo, às mães, este compêndio não assumiria as formas apresentadas; tal como se fosse, igualmente, endereçado a pequenos leitores.

Na condição de objetos que dão suporte a discursos dos mais variados, os compêndios escolares, como nos lembra Jean Yves-Mollier (2008), também devem ser referenciados como artefatos regidos por uma racionalidade econômica e que se constituem como campo preferido das políticas editoriais. Neste sentido, ao procurar examinar alguns indícios da produção de compêndios de higiene endereçados à formação dos professores das classes primárias, não perdemos de vista que, embora estes objetos tragam as marcas de seus autores, são produzidos na dependência de um conjunto de regras, como, além das editoriais, as políticas, sociais, culturais e pedagógicas.

Ademais, na perspectiva da história cultural, Justino Magalhães (2006) destaca a condição do impresso escolar como símbolo do campo pedagógico e alerta para os planos da representação e da apropriação que oferece ao se constituir, a um só tempo, produto editorial e suporte de práticas de leitura. Ainda de acordo com este autor, o impresso escolar “é uma combinatória de saber/conhecimento/(in)formação”(MAGALHÃES, 2006, p. 6). A utilização de compêndios como recurso pedagógico nas escolas expressou-se como uma das maneiras de registrar e fazer multiplicar a recepção das doutrinas da higiene via palavra impressa. Vale lembrar, no entanto, que o historiador Roger Chartier (1990), ao trazer uma perspectiva da história do livro a partir da experiência francesa, lembra não apenas o papel pedagógico do livro e a disciplina que impõe, mas o reconhecimento da extrema diversidade de práticas de leitura.

## 1.2 Prescrever e difundir a Higiene a partir de artefatos escolares

Ao darmos tratamento aos discursos médico-higiênicos endereçados aos professores primários, o olhar para o âmbito das prescrições se faz necessário. Neste sentido, investigar o estatuto do professor primário, bem como as representações de docência veiculadas por estes discursos é um exercício que também passa pelo intuito de tornar pensáveis os modos como as questões educacionais foram atravessadas por interesses de grupos. Conquanto tenhamos em vista os esforços, na historiografia educacional, em se investigar as *culturas escolares praticadas*<sup>40</sup>, não desconsideramos os significados do exame das *culturas escolares prescritas* no âmbito das pesquisas. Consideramos, desta maneira, que aprofundar questões sobre esta última também é resgatar traços dos espaços escolares já que, de algum modo, normas estarão presentes neles, sendo aqui escidadas ou transgredidas na produção do cotidiano<sup>41</sup>.

Lidar, deste modo, com estas duas questões que se colocam para a historiografia educacional pode ser um desafio para o horizonte tanto desta como de outras pesquisas. No âmbito destas *culturas escolares prescritas*, Marta Carvalho e Maria Rita Toledo (2007) assinalam a condição que assume o impresso escolar como dispositivo *modelizador de práticas de leituras*:

Pensar em termos dessa *arqueologia* implica lidar com as fontes como objetos culturais que, constitutivamente, guardam as marcas de sua produção e de seus usos. No caso de estudos sobre impressos, trata-se, em primeiro lugar, de analisá-los da perspectiva de sua produção e distribuição, como produtos de *estratégias* editoriais em complexa correspondência com estratégias políticas e pedagógicas determinadas.

<sup>40</sup> A emergência do debate em torno da cultura, que já se realizava no Brasil dos anos 1970, pôs em relevo, nas pesquisas produzidas no campo educacional brasileiro, a proposição de questionamentos acerca da função cultural da escola (FARIA FILHO et al, 2004). Reconhecia-se, àquele momento, a existência de uma cultura escolar, ou culturas escolares, que demandava o engajamento de distintas áreas disciplinares para sua investigação, como a sociologia e a filosofia da educação. Na historiografia educacional, esta categoria de análise tem ganhado visibilidade há pelo menos uma década (Ibid., p. 142).

<sup>41</sup> Ressaltamos que a constatação da ênfase que se tem dado ao estudo das prescrições fez Faria Filho, Diana Vidal, André Paulilo e Irlen Gonçalves, no texto *A cultura escolar como categoria de análise e como campo de investigação na história da educação brasileira*, de 2004, asseverarem que “em boa parte das vezes estamos lidando mais com culturas escolares prescritas do que com culturas escolares praticadas no interior das escolas” (p. 154). Nesta perspectiva, a afirmação dos autores parece demonstrar uma preocupação com relação ao esvaziamento dos significados da categoria *cultura escolar*, já que a ênfase dada às prescrições tem sugerido atenção maior ao que, supostamente, “vem de fora” da escola – ou que não é capaz de dar conta das *mil maneiras de fazer* o cotidiano, tomando de empréstimo o termo utilizado por Michel De Certeau (1998). Insistimos, no entanto, no horizonte desta dissertação, que é investigar os conjuntos de prescrições endereçadas aos professores primários, conquanto reconheçamos a necessidade de ter em vista a questão das práticas escolares.

De uma perspectiva complementar, mas distinta, trata-se de analisá-los em sua materialidade, como suporte material e como dispositivo modelizador de práticas de leitura, trazendo à tona os usos que prescrevem. (CARVALHO, TOLEDO, 2007, p. 90. Grifos das autoras)

As marcas da produção e distribuição dos objetos culturais, como assinalam Carvalho e Toledo no excerto acima, expressam estratégias tanto políticas como pedagógicas que merecem ser analisadas quando se propõem estudos sobre o impresso escolar. Neste sentido, vale assinalar que, concomitante ao exame dos usos prescritos destes objetos, torna-se necessário problematizar o “relacionamento dos discursos proferidos com a posição de quem os utiliza”, como nos lembra Roger Chartier (1990, p. 17). Tal proposição sugere o reconhecimento da parcialidade destes objetos e da complexidade que possuem como produtos editoriais, suportes materiais e dispositivos que prescrevem usos a públicos determinados.

Tendo em vista tais considerações, a perspectiva de se investigar as prescrições reunidas nos compêndios de higiene, e endereçadas aos futuros professores primários, não nos faz perder de vista as possibilidades de existência de contracondutas e contradiscursos, conformando um campo de resistências no espaço escolar. Constituindo estas *culturas escolares prescritas*<sup>42</sup>, os compêndios de higiene fazem parte do contexto no qual a elevação do papel social da escola primária, nos discursos educacionais de início do século XX, imprimiu ao professor grande responsabilidade sobre os aspectos formativos dos escolares. Catalisado por um discurso científico e racional, o papel dos professores primários dos “novos tempos educacionais” se expressava por um olhar mais investigativo sobre aqueles que tinham sob sua tutela. Neste sentido, a palavra impressa assumiu notável função, ao pretender instruir e educar higienicamente professores e alunos, subsidiando o ensino da Higiene nas escolas normais.

O lugar que a palavra impressa ocupou (e tem ocupado) na história da educação brasileira, suas instituições e sujeitos, tem impulsionado a um expressivo quantitativo de pesquisadores a tomar os textos escolares como fontes históricas. A importância que tais fontes têm ganhado no âmbito das pesquisas pode ser justificada pelas possibilidades que as mesmas oferecem de se reunir vestígios acerca das experiências escolares que atravessaram séculos de

---

<sup>42</sup> Haja vista tais desafios postos para os pesquisadores na área da história da educação, comparece também no cenário desta chamada *cultura escolar* uma atenção para a materialidade dos objetos que para ela (e nela) são produzidos. A proposição compartilhada por Abreu Júnior (2005) sobre a existência de uma cultura material escolar chamou a atenção para, digamos, um subcampo de investigação, referenciado como *cultura material escolar*. Manifesta na concretude dos objetos e nas práticas empreendidas com os mesmos, a cultura material escolar, segundo Laerthe de Moraes, demanda um trabalho de investigação por um enfoque interdisciplinar (Ibid., p. 146). Desta forma, no quadro da cultura material escolar o que está em pauta é, primeiramente, a materialidade dos objetos. Laerthe de Moraes assinala que fazem parte desta cultura material desde os livros até os tinteiros e supõe que através destes objetos é possível resgatar os “sentidos das práticas” (2005, p. 154).



história. Inseridos no universo da cultura escolar, estes textos dão suportes aos mais diversificados discursos e seus dispositivos materiais fornecem indícios dos modos como se procurou alcançar o público escolar. Realizando considerações acerca de um tratado endereçado à formação do professorado e situando-o no âmbito da discussão sobre os textos escolares, em início do século XX, Silva e Paiva assinalam que,

No âmbito da historiografia da educação, o manual, o livro, o tratado têm comparecido como promissoras fontes de investigação. Por um lado, permitem aproximações em relação à ordem do discurso formulada por agentes em exercício no campo educacional. Por outro, favorecem interpretações que dizem respeito aos dispositivos materiais nas múltiplas configurações pelas quais são agenciados. Dentre as possibilidades de investigação já mapeadas na área, elementos relativos à produção assim como à circulação desse tipo de impresso podem indicar outros vestígios, de modo que os pesquisadores considerem de forma ampliada as coordenadas da categoria de análise designada na historiografia por cultura escolar. (SILVA; PAIVA, 2012, p. 135)

Foi no contexto das primeiras décadas do século XX que, associados às propagandas sanitárias no interior das escolas e aos filmes educativos acerca da profilaxia das doenças, encontramos este tipo de impresso (o destinado ao uso escolar) reunindo lições postas como úteis à manutenção da saúde. Neste sentido, o investimento em uma linguagem simples e objetiva, associada à disposição de imagens bem vivas e coloridas, fazia chegar às pequenas mãos lições de higiene que deveriam ser levadas para além dos muros da escola, alcançando a intimidade familiar através das crianças. Heloísa Rocha (2003a), tratando da experiência no estado de São Paulo, relata que, em 1920, um livro de histórias ilustrado fora encomendado pelo diretor interino do Instituto de Hygiene, Dr. Paula Souza, com o intuito de difundir os preceitos higiênicos dentre o público infantil. Nas palavras de Rocha (PAIVA, 2012, p.198) “a iniciativa de encomendar um livro infantil que se prestasse à divulgação de preceitos de higiene, certamente, não era uma iniciativa isolada, articulava-se a outras formas de fazer chegar à população, pela palavra impressa, a mensagem da Higiene”.

Através do ensino prático, baseado nos exemplos que deveriam partir, sobretudo, dos mestres, as lições de higiene concebidas no ambiente escolar contribuiriam para convencer as crianças acerca do valor inestimável da saúde e sua ideia como o maior patrimônio a ser zelado. Pelo exemplo e a repetição contínua de ações, acreditava-se que os preceitos da higiene passariam do consciente para o inconsciente, transformando-se, dessa maneira, em um sistema de hábitos. Neste processo, a intervenção do professor, mormente pela vigilância das atitudes de seus alunos, constituía-se como fundamental. Na marcha pela civilização e aperfeiçoamento da raça brasileira, os compêndios de higiene se constituíram como dispositivos – ao lado de

cartazes e outros tipos de impresso – que visavam à conformação, por um lado, de um fazer docente harmonizado com as exigências sanitárias daquele momento e, por outro, de uma escola primária que resguardava “vidas em botão”, cuja saúde necessitava ser enrijecida, pois dela acreditava-se promanar uma mocidade vigorosa.

Produzidos para subsidiar o ensino da Higiene nas escolas primárias, normais e também alcançar outros espaços educativos <sup>43</sup>, os compêndios deveriam reunir um conjunto de conhecimentos que visassem a um fim essencialmente prático, já que a inculcação de hábitos se constituía como um dos principais objetivos das doutrinas higiênicas. No caso específico daqueles endereçados aos professores primários, ao compendiar normas elementares para a manutenção de uma vida saudável, os textos pretendiam, a um só tempo, instruir os futuros mestres sobre as doutrinas que envolviam o ensino da Higiene nas escolas primárias e educá-los para que, exercendo a auto-vigilância, tornassem-se bons exemplos para aqueles que eles tinham sob sua guarda. Acreditava-se, especialmente, que as noções de higiene chegariam aos lares através dos pequenos, portanto o investimento na educação higiênica no âmbito escolar era posta como imprescindível.

A experiência da higienização do espaço escolar foi vivenciada, além do Brasil, por diferentes países. Na Espanha, por exemplo, tal momento é tratado por Pedro Luíz Martinez (2007), destacando-se em suas palavras as transformações da vida social espanhola em decorrência da revolução industrial e as implicações desse processo para o investimento em medidas sanitárias, especialmente no estudo das questões escolares no interior da perspectiva da higiene:

El desarrollo de la Higiene Escolar con la realización de estudios sistemáticos sobre la higiene de los edificios, el mobiliario y los materiales escolares, el estudio del crecimiento de los niños o de las patologías detectadas en los escolares, así como de su institucionalización por medio de la implantación de los servicios médico-escolares comenzarían a producirse a partir de la segunda mitad del siglo XIX. La emergencia de la Higiene Escolar estaría asociada a las transformaciones derivadas de la revolución industrial, con la consiguiente depauperación de las condiciones de vida de las clases sociales populares, y a la progresiva generalización de la enseñanza obligatoria. (MARTINEZ, 2007, p. 169)

---

<sup>43</sup> A este respeito, cabe acrescentar que o uso de compêndios de higiene não se restringiu às escolas primárias e normais. O próprio *Noções de Higiene*, da autoria de Afrânio Peixoto e Graça Couto, foi endereçado para, além das escolas normais, aos cursos de farmácia e odontologia, bem como às escolas profissionais, ginásios e liceus. Outro exemplo acerca da capilarização do discurso higiênico a partir da palavra impressa é o *Lições de Higiene*, do médico José Augusto Magalhães, publicado em 1921 e destinado a Escola Prática de Comercio do Pará, compêndio este cujo prefácio é assinado por Afrânio Peixoto.

Como assinalado por Martinez (2007), a progressiva expansão do ensino obrigatório e, conseqüentemente, o crescimento em números de seus frequentadores, pode ser pensado como um dos fatores que serviu como justificativa para que as medidas higiênicas alcançassem o espaço escolar. No Brasil, podemos afirmar ao menos duas questões que se encontraram associadas a este processo: a primeira, como lugar propício para o rápido contágio de doenças – em decorrência da aglomeração de pessoas –, a escola foi vista como um dos escopos do projeto higiênico; a segunda, reunindo “cérebros virgens e maleáveis”<sup>44</sup>, apresentava-se, supostamente, como eficaz espaço para a inculcação dos preceitos da higiene nas crianças e, a partir delas, sua proliferação nos ambientes familiares. Neste sentido, o que se esperava do professor era um olhar mais biológico sobre a educação das crianças, entendendo este processo como responsabilidade que extrapolava os muros da escola. A prática docente passava a ser pensada a partir de parâmetros científicos, por meio dos quais se procurou demarcar limites, inclusive, entre pedagogia e higiene.

Notáveis dispositivos escolares, estes compêndios deveriam cumprir a função de difusores dos ideais higienistas entre a população em processo de escolarização. Dessa forma, o exame destes objetos pode dar à vista não somente um corpo de doutrinas que tem a higiene como seu referencial, mas podem oferecer elementos para tornar pensáveis a escola e os modos como dispositivos próprios a ela, como os compêndios, serviram para a conformação de modelos de práticas educativas.

### 1.3 Lições de *bem viver* para professores primários

Em 1873, um opúsculo intitulado *Hygiene para uso dos mestres-escola* era destinado às administrações das escolas do Império, no Brasil, e a quem conviesse a “prática do que ensina” (GONDRA, 2007, p. 183). A iniciativa que, segundo Gondra (2007), fora resultado de um conjunto de quatro conferências pedagógicas apresentadas por um médico a professores primários franceses, em 1867, expressa um dos modos como as doutrinas da higiene procuraram interferir no *fazer docente*<sup>45</sup> e forjar um estatuto para os professores primários àquele momento. Embora esta dissertação se ocupe do exame de compêndios de higiene para

---

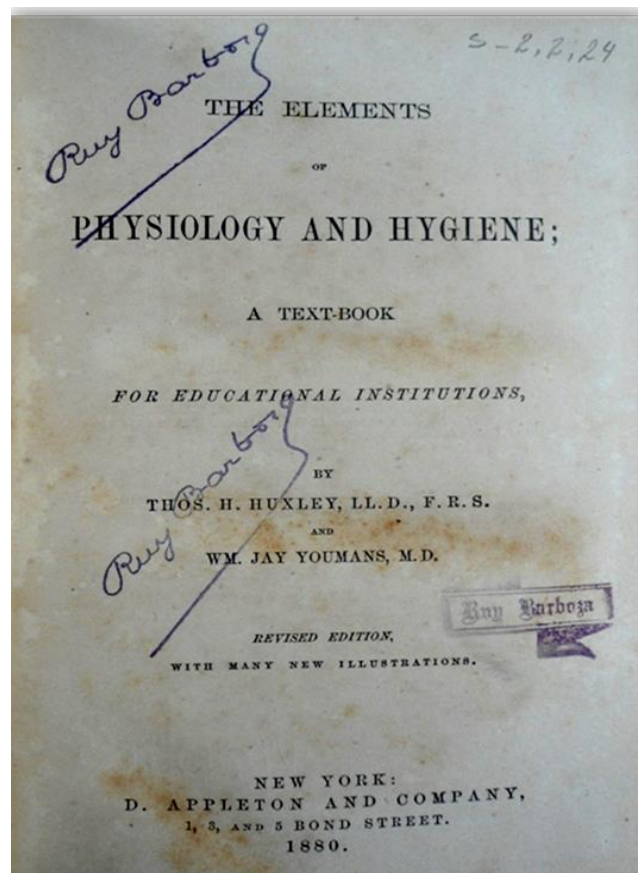
<sup>44</sup> A crença na plasticidade infantil se apresentou como uma das justificativas para o investimento da educação higiênica desde a mais tenra idade. A este respeito ver Rocha (2003a).

<sup>45</sup> Utilizamos esta expressão no sentido de remeter à questão do ofício do professor, sua prática em sala de aula.

professores primários produzidos no limiar do século XX, o caso relatado nos serve como ponto de partida para a reflexão que propomos neste momento.

A presença de médicos nos debates educacionais e no exercício da docência nas escolas normais é sensível na história da educação brasileira já desde o século XIX. Também em Madrid, em meados do século XIX, a participação de médicos na produção de manuais para professores de jardins de infância é atestada por Antonio Viñao Frago (2010). Citando o *Manual para los Maestros de Escuelas de Párvulos* (1850), do médico e pedagogo Pablo Montesino, Viñao Frago demonstra o entrelaçamento dos discursos médicos e pedagógicos na Espanha do século XIX. Na Argentina, o compêndio traduzido dos ingleses Thomas Henry Huxley e William Jay Youmans (*The elements of Physiology and Hygiene: a textbook for educational institutions*), intitulado, na versão em espanhol, *Elementos de Fisiología é Higiene: libro de texto para los institutos de educación* foi utilizado na formação de professores em fins do século XIX <sup>46</sup>.

Imagem 3 – Folha de rosto do livro de texto *The elements of Physiology and Hygiene*



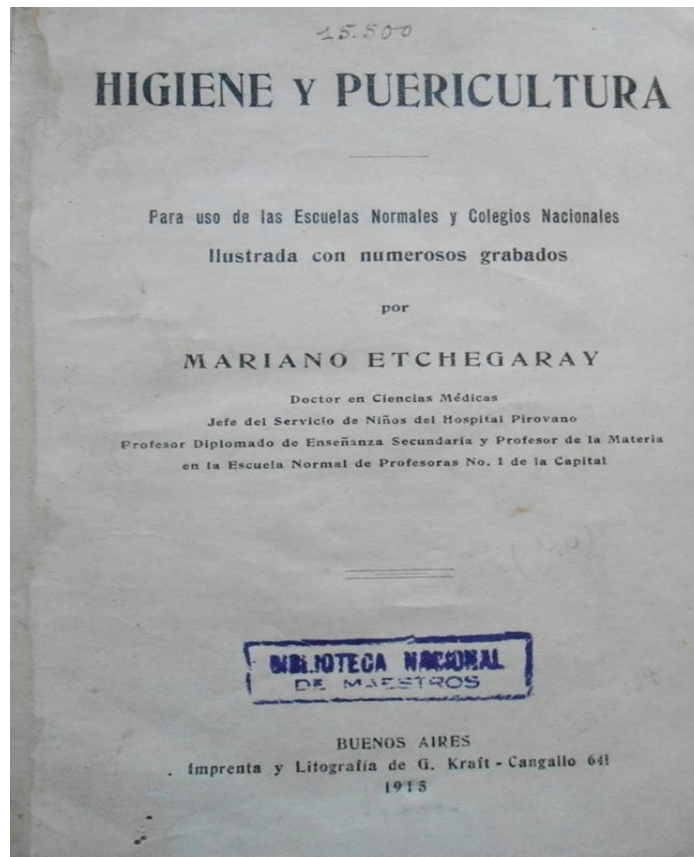
Fonte: Casa de Rui Barbosa.

<sup>46</sup>Esta tradução, dentre outras obras, é registrada no site da *Biblioteca Nacional de Maestros* (Argentina) como uma das indicações de leitura realizadas pelos alunos das escolas normais na virada do século XIX. Acesso por [http://www.bnm.me.gov.ar/e-recursos/medar/exposiciones/formacion\\_docente/expansion.htm](http://www.bnm.me.gov.ar/e-recursos/medar/exposiciones/formacion_docente/expansion.htm)

Como sugere o próprio título, este compêndio inglês é dividido em duas partes: a primeira consagra-se à fisiologia elementar, tratando das estruturas e funções corporais; a segunda realiza abordagens acerca de uma intitulada *Higiene Elementar*. Nesta última, os autores procuram trazer considerações sobre a “art of preserving health”, explorando “verdades e mentiras” acerca da saúde e a doença. Para dimensionar a relação entre a saúde do indivíduo e o meio, conhecimentos sobre o estado do ar, água, alimentos e indumentária foram privilegiados. Os autores também procuraram elevar a importância dos exercícios físicos e da higiene mental para a preservação da vida. A forma de organização deste compêndio se assemelha a que encontramos em *Noções de Higiene* (1914), dos médicos Afrânio Peixoto e Graça Couto. Cabe ressaltar, todavia, que em *Noções de Higiene* esta organização comparece apenas na 1ª edição. Na segunda edição deste compêndio, datada de 1921, por ocasião da morte de Graça Couto, Afrânio Peixoto empreendeu modificações dentre as quais a supressão do estudo sobre o corpo humano. Segundo o autor, a primeira parte (sobre fisiologia humana) se constituía “inútil”, pois estudada nos livros de história natural.

Outro caso que ajuda a pensar a circulação de compêndios escolares de higiene e que foram endereçados aos professores em formação, no âmbito de uma produção estrangeira, é *Nociones de Anatomía, Fisiología e Higiene*, de Emílio R. Olivé, editado pela primeira vez no ano de 1884, em Buenos Aires. Segundo María Di Liscia e Graciela Salto (2004), o livro era utilizado como material de leitura e estudo nas escolas normais bonaerenses até princípios do século XX. Também se constitui como exemplo o compêndio *Higiene y Puericultura*, do médico e professor Mariano Etchegaray, que, publicada a primeira edição no ano 1915, tratou-se da compilação de conferências anteriormente ditadas pelo autor na *Escuela Normal N° 1*, localizada em Buenos Aires.

Imagem 4 – Folha de rosto da 1ª edição de *Higiene y Puericultura*, de Mariano Etchegaray



Fonte: Biblioteca Nacional de Maestros, Buenos Aires.

Um último exemplo deste tipo de produção é o *School Hygiene and The laws of health: a textbook for teachers and student in training*<sup>47</sup>. Publicado em 1906 por Charles Porter, trata-se de um ciclo de palestras sobre a “art of preserving health” em forma de livro, endereçadas a professores em formação da Escola Normal de Sheffield, na Inglaterra. Recorrer a exemplos como estes auxilia-nos, por um lado, no sentido de perceber que a interferência médica na constituição de um estatuto do professor primário, sob uma perspectiva higiênica, foi experimentada em diferentes países e já constituída desde o século XIX; por outro, retomar a ideia de que a relação entre medicina e formação de professores oferece questões interessantes para tornar pensáveis representações acerca da prática docente e de seus sujeitos. Nas palavras de Carlos Ernesto Noguera (2002), os manuais de higiene

Constituyen un documento particularmente significativo en la historia de la educación y la pedagogía nacional. Antes que textos para apoyar el trabajo de enseñanza de los principios higiénicos a los escolares, los manuales de higiene pretendieron constituirse

<sup>47</sup> Disponível em <http://www.archive.org/stream/schoolhygienean01portgoog#page/n16/mode/2up>

en guía para la formación pedagógica del maestro, para el cuidado y perfeccionamiento de los escolares, y más ampliamente para la orientación de la nación hacia la civilización y el progreso. (NOGUERA, 2002, p. 277)

No excerto acima são evidenciadas duas interessantes funções dos manuais escolares de higiene: a primeira remete à sua condição de texto auxiliar da prática docente, já que subsidiaria o ensino dos princípios higiênicos aos alunos; a segunda diz respeito ao próprio mestre, à sua formação pedagógica, uma vez que estes manuais (ou, insisto, compêndios de higiene) também reuniam orientações acerca de assuntos relacionados diretamente ao ensino. Desta maneira, com relação à prática docente a higiene procurou interferir em diferentes questões, modulando seus discursos no sentido de convencer os responsabilizados pela tarefa de ensinar acerca dos supostos benefícios de suas doutrinas para o bom desenvolvimento dos escolares e a manutenção de um ambiente de ensino saudável.

Os casos aqui apresentados ajudam a compreender que havia uma interessada produção de compêndios sobre higiene que, pretendendo atender também a formação de professores, sinalizava para novos papéis que estes agentes deveriam assumir ao lidar com vidas em sala de aula. De algum modo, como esperavam os médicos interessados no estudo da higiene escolar, esta “nova medicina”<sup>48</sup> deveria oferecer novas posturas à prática docente, pois, ao conhecer, por exemplo, as etapas de desenvolvimento da criança, o professor supostamente contribuiria para que a escola perdesse, cada vez mais, as evidências de uma “fábrica de anormais”. No contexto brasileiro, um conjunto de iniciativas foi posto em ação em proveito da promoção da harmonia entre o espaço da cidade e a escola. Uma destas iniciativas foi a regulamentação do serviço de inspeção médica nas escolas do Distrito Federal, em 1909, e, pouco mais tarde, a criação dos Pelotões de Saúde<sup>49</sup>, que viam nas marchas públicas e nas campanhas por estes grupos organizadas, dentro e fora das escolas, a possibilidade de disseminar a educação higiênica dentre a população carioca. Neste sentido, é necessário sobrelevar o fato de que as investidas na relação entre educação e saúde procuraram estar afinadas aos princípios da higiene defendidos nos meios científicos brasileiros já desde meados do século XIX. Gondra (2004), ao tornar pensável, a partir das teses apresentadas à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, no século XIX, um amplo

---

<sup>48</sup>Em *Noções de Higiene* é a partir da expressão “nova medicina” que os autores Afrânio Peixoto e Graça Couto se referem à higiene, assinalando uma oposição entre cura (desígnio da medicina) e prevenção (desígnio da higiene).

<sup>49</sup> De acordo com Oliveira & Oliveira (2008), o primeiro pelotão de saúde foi criado em São Gonçalo, no Rio de Janeiro, em 1924, e no ano seguinte a experiência foi desenvolvida nas escolas primárias do Distrito Federal.

programa de regras endereçadas ao funcionamento dos colégios, indica os modos como foram apropriados em solo brasileiro modelos higienistas, especialmente franceses. A extensão deste programa de regras às primeiras décadas republicanas pode ser assinalada também pelos próprios compêndios de higiene – mas não somente<sup>50</sup> – que circularam neste período, sendo endereçados a um público variado, dentre eles os professores das classes primárias.

Em função da normalização dos hábitos e condutas dos sujeitos configurava-se uma estreita relação entre cidade e escola, refletida nas práticas cotidianas dos agentes que atuavam nesta última. Nas palavras de José Claudio Silva (2009), em início do século XX, “cidade e escola passaram a ser concebidas a partir de um repertório comum de estratégias, posto que para a reorganização do cotidiano era necessária a remodelação dos comportamentos da população” (p. 46). No intento de reorganizar o espaço da cidade, as escolas primárias, como primeiro nível de acesso à educação escolar, apresentavam-se como espaços adequados para esta remodelação do comportamento dos indivíduos. A condição da escola como lugar favorável à disseminação das doenças infecto-contagiosas – dada a aglomeração diária de indivíduos – e, propriamente, a produção de deformidades corporais também reforçou a ideia de que se tornava necessária a tomada de iniciativas em proveito da melhoria deste espaço. Amalgamavam-se discursos médico-higiênicos e educacionais no sentido de operar transformações no seio da sociedade carioca considerada doente, física e moralmente. A obediência aos preceitos da higiene, mais que significar um benefício individual, foi posta como expressão de culto à pátria, já que se acreditava no princípio de que a riqueza e a prosperidade de uma nação promanava de um povo sadio. Desvelava-se, naquele cenário, a importância de educar a população integralmente e a escola, especialmente primária, cumpriria notável função.

Embora se pretendessem aplicar as regras de bem viver no espaço escolar, é preciso lidar com o fato de que a realidade das escolas nem sempre se apresentou coerente com os idealizados aspectos higiênicos, sobretudo quando se tinha a constatação de prédios alugados para servir às atividades escolares. Sobre a realidade do ano de 1928, por exemplo, Fernando de Azevedo (1958) assinala que dos 236 prédios escolares que existiam na capital federal, 147 eram alugados. A situação é ainda mais irregular quando o então Diretor Geral da Instrução Pública, entre 1927 e 1930, constata o “péssimo estado de conservação” dos prédios que, em geral, eram casas de residência utilizadas para fins escolares. Desta feita, embora não se negue

---

<sup>50</sup> Cabe registrar que, como corpo de doutrinas que procurou alcançar diferentes instâncias, a higiene também se fez presente em outros dispositivos, como livros destinados às famílias, manuais de leitura e literatura destinados ao público infanto-juvenil. A este respeito, podemos assinalar os trabalhos de David (2009), Bezerra (2010) e Bastos (2005), respectivamente.



que houve investimentos em propagandas sanitárias nas escolas e medidas como a instituição do serviço médico-escolar foram levadas à prática, é necessário reconhecer que, por outro lado, o projeto de higienização escolar encontrou obstáculos relativos a políticas públicas para a sua implementação.

Tais obstáculos também puderam ser percebidos na capital argentina, Buenos Aires, e nos serve como outro exemplo dos modos como a interferência médico-higiênica no espaço escolar foi concebida. A baixa quantidade de médicos escolares atuantes já servia como um indício de que o projeto se apresentava como oneroso demais para ser efetivamente implantado em todo o território argentino. Stella Cornelis e Maria José Bolloriou (2012) apresentam o quadro de dificuldades enfrentadas para a efetivação dos anseios médico-higiênicos no ambiente escolar argentino ao longo das primeiras décadas do século XX. Embora as autoras tenham registrado alguns dados positivos acerca da instalação dos serviços de higiene escolar em Buenos Aires, ao mesmo tempo assinalam que a realidade das outras províncias era díspar. Além de ressaltarem a insuficiência de pessoal capacitado para atuar no interior das escolas, como médicos e visitadoras, as autoras destacam que, na década de 1930, autoridades educacionais afirmavam que os serviços médicos nas províncias e demais territórios eram “absolutamente nulos” (CORNELIS, BOLLORIOU, 2012, p. 14).

Tendo em vista tal contexto, quais os significados do endereçamento de um corpo de lições sobre fisiologia humana, estudos sobre a relação do homem com o meio e a abordagem de questões sobre a higiene escolar para professores em formação? No caso do Rio de Janeiro, o enfrentamento das questões de saúde no ambiente escolar representava um importante passo no sentido de estimular a consciência sanitária da população, convencê-la por um meio mais “dócil” – que não a desastrosa imposição violenta – de um corpo de regras higiênicas. No âmbito das práticas discursivas higiênicas, não poderia o professor ensinar que o uso desmedido do álcool tinha consequências maléficas física e moralmente para os indivíduos se, além do muro escolar, repetia tal ação outrora repudiada. No entanto, como nos lembra Michel De Certeau (1998), é necessário assinalar que há “mil práticas pelas quais os usuários se reapropriam do espaço organizado pelas técnicas da produção sócio-cultural” (p. 41). Neste sentido, o historiador alerta para a necessidade de reconhecermos as “mil maneiras de fazer” que formam a contrapartida, a “caça não autorizada”.

#### 1.4 Em favor da “verdadeira cultura higienica”: breves apontamentos sobre a produção de compêndios brasileiros

Em 1914, os autores Dr. Afrânio Peixoto e Graça Couto anunciavam no prefácio de *Noções de Hygiene* uma suposta lacuna na produção de compêndios didáticos de higiene endereçados às escolas brasileiras. Assumindo a publicação deste compêndio como atitude patriótica, os autores o situam como resposta a uma suposta carência da produção didática brasileira sobre higiene, já que a circulação de compêndios estrangeiros, especialmente franceses, é atestada por indícios nos programas de ensino das escolas normais, e também nas escolas primárias e secundárias, desde o século XIX:

Num país novo, em que tudo está quase por fazer, para a protecção dos que o habitam, para a confiança dos immigrantes e capitaes que o procuram, pareceu aos autores esforço patriótico esse de dotar as nossas escolas de um livro que propaga idéas e conhecimentos uteis, em bem da saude. Elle preencherá uma lacuna sensível, pois é o primeiro desse gênero que se publica no Brasil: essa vanglória é compensada pela esperança de que o estímulo promova melhores, motivo de justas felicitações. (Trecho do prefácio à primeira edição de *Noções de Hygiene*, em 1914)

O exame deste tipo de impresso escolar não apenas tem esclarecido questões referentes aos modos como os ideais higienistas procuraram interferir na organização do espaço escolar e das práticas nele exercidas, como tem ajudado a tornar pensáveis os diferentes projetos de formação que foram postos em circulação a partir destes compêndios. Neste sentido, realizamos um levantamento sobre este tipo de produção destinada aos professores das classes primárias, optando por um recorte que compreende as quatro primeiras décadas do século XX. Reconhecemos que este levantamento é lacunar e baseia-se na informação historiográfica de trabalhos publicados em congressos, artigos de revistas, bem como no Banco de Dados LIVRES<sup>51</sup>. Não obstante, o material levantado permite-nos ter noções a respeito de alguns dos títulos publicados, seus autores, bem como o ano de publicação; oferece-nos, pois, um matiz do que foi endereçado ao professorado, em um

---

<sup>51</sup>O Banco de Dados LIVRES se insere no projeto “Educação e Memória: organização de acervos de livros didáticos” e é desenvolvido no Centro de Memória Escolar da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo. Pela internet, este banco de dados disponibiliza o acesso a produções editoriais de diversas disciplinas escolares brasileiras desde o século XIX. No âmbito deste projeto, realiza-se a recuperação de obras e coleta de documentos sobre a produção didática, no país, além de legislação, programas curriculares, de acordo com as informações no sítio eletrônico <http://paje.fe.usp.br/estrutura/livres/>.

contexto em que a experiência da higienização convocou distintos agentes e acionou um corpo de dispositivos a fim de levar seus princípios à população escolarizada.

Cabe assinalar que tanto com relação a sua constituição como disciplina escolar como sua condição de corpo de conhecimentos a ser apresentado nos compêndios, é recorrente o aparecimento da higiene em associação com os estudos da fisiologia humana e história natural. Isto dá a ver o próprio estatuto da higiene como “ciência compósita” ou, como afirma Afrânio Peixoto (1921), “aplicação prática de quase todas as ciências”. Desta maneira, como veremos na tabela abaixo, em alguns títulos a higiene se constituirá um dos assuntos abordados no interior do compêndio, o que não deixa de ser indício da presença da “arte de preservar a vida” na formação do professor primário ou da condição que exerceu como guia do ofício destes sujeitos.

Os compêndios listados, na próxima tabela, referem-se apenas àqueles que foram destinados ao ensino nas escolas normais (sendo isto atestado pelos trabalhos nos quais encontramos referências ou por fontes terceiras), ou destinados aos professores primários, já em exercício, entre as décadas de 1900 e 1930.

Tabela 3– Compêndios brasileiros com abordagem da Higiene

<b>Autor(es)</b>	<b>Título</b>	<b>Ano</b>	<b>Localização/Referência</b>
<b>Balthazar Vieira de Mello</b>	<i>A hygiene na escola</i>	1902	Artigo de periódico <sup>52</sup>
<b>Helvécio de Andrade</b>	<i>Curso de Pedagogia: lições práticas elementares de psicologia, pedologia, metodologia e hygiene escolar, professadas na Escola Normal de Aracaju.</i>	1913	Trabalho publicado em anais de evento <sup>53</sup>
<b>Afrânio Peixoto e Graça Couto</b>	<i>Noções de Hygiene</i>	1914	*** <sup>54</sup>
<b>Balthazar Vieira de Mello</b>	<i>Higiene escolar e pedagógica para uso de médicos, educadores e estabelecimentos de ensino</i>	1917	Artigo de periódico <sup>55</sup>
<b>José Paranhos Fontenelle</b>	<i>Compendio de Hygiene</i>	1918	Programas de ensino da Escola Normal
<b>Oscar Clark (autor de prefácio ou apresentação)</b>	<i>Educação sanitária: hygiene e medicina preventiva.</i>	1930	Banco de dados do LIVRES (USP) <sup>56</sup>
<b>Emílio Kemp</b>	<i>Higiene elementar e noções de puericultura</i>	1934	Banco de dados do LIVRES (USP)
<b>Aristides Ricardo</b>	<i>Noções de hygiene escolar</i> <sup>57</sup>	1936	Banco de dados do LIVRES (USP)

<sup>52</sup> *Inspecionando a escola e velando pela saúde das crianças*, de Heloísa Rocha (2005a), publicado na revista Educar (UFPR).

<sup>53</sup> *A higiene escolar no curso de pedagogia de Helvécio F. de Andrade*, de Josefa Eliana Souza, publicado nos anais do III Congresso Brasileiro de História da Educação, em 2004.

<sup>54</sup> Compêndio localizado em decorrência de envolvimento em projeto de pesquisa (IC/ CNPQ) anterior ao mestrado.

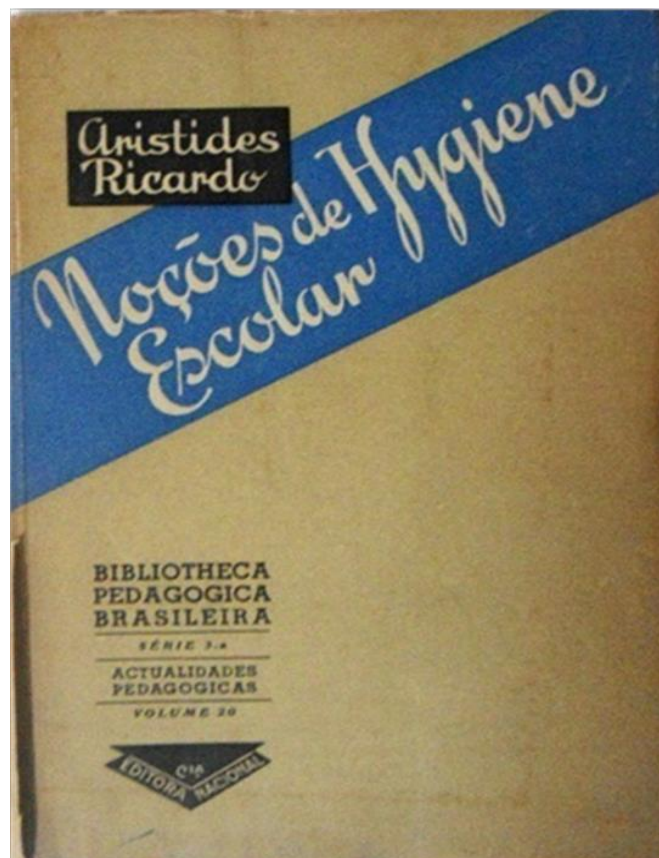
<sup>55</sup> *Inspecionando a escola e velando pela saúde das crianças*, de Heloísa Rocha (2005a), publicado na revista Educar (UFPR).

<sup>56</sup> Nos registros de identificação deste compêndio, no campo denominado “Uso”, há a indicação para a Escola Normal. O compêndio foi publicado pela Francisco Alves e Paulo Azevedo, no Rio de Janeiro.

<sup>57</sup> Este compêndio foi publicado no âmbito do projeto da Biblioteca Pedagógica Brasileira (BPB), da Editora Companhia Nacional.

Dos compêndios apresentados na tabela acima, três deles foram localizados e manuseados. Trata-se de *Noções de Hygiene* (1914), de Afrânio Peixoto e Graça Couto, *Compendio de Hygiene* (1918), do médico e professor da Escola Normal do Distrito Federal José Paranhos Fontenelle e *Noções de hygiene escolar* (1936), de Aristides Ricardo. A princípio, a ideia que norteava a escrita desta dissertação era realizar um mapeamento amplo e aprofundado da produção e circulação de compêndios de higiene destinados aos professores primários no Brasil de início do século XX, associando-o ao exame dos discursos neles contidos. A tarefa, no entanto, apresentou-se fora das condições reais de execução da pesquisa devido à dificuldade de localizar e ter acesso aos compêndios, bem como dispor de tempo para um exame mais acurado destes artefatos. Desta feita, a partir de um breve exame por meio do qual se levou em consideração especialmente a temporalidade das produções e a possibilidade de localizar documentos que dessem alguns indícios da trajetória de circulação destes compêndios, decidiu-se pela ênfase em *Noções de Hygiene*, com sua primeira edição em 1914, e no *Compendio de Hygiene*, com sua primeira edição em 1918.

Imagem 5 – Capa do compêndio *Noções de Hygiene Escolar*, de Aristides Ricardo.



Fonte: Arquivo pessoal.

De modo diferente do *Compendio de Hygiene e Noções de Hygiene*, o texto *Noções de Hygiene Escolar*<sup>58</sup>, publicado para o “aperfeiçoamento cultural e profissional do professor”, tem seu conteúdo voltado estritamente para o estudo da higiene escolar. Baseando-se em uma série de estudos realizados em escolas brasileiras<sup>59</sup> e estrangeiras, *Noções de Hygiene escolar* dá tratamento desde as questões postas pela escola ativa (sobretudo, pautando-se no princípio da liberdade do aprendiz) até aquelas referentes à alimentação do aluno e professor, indicando dietas alimentares essenciais para estes dois grupos. Ademais, realiza interessante abordagem acerca dos modos de proceder do professor primário em sala de aula e das formas de evitar determinadas doenças que, supostamente, a escola ocasionava o desenvolvimento. Para Aristides Ricardo (1936), autor de *Noções de Hygiene Escolar*, os olhos do professor deveriam *ver fundo* e aquilo que não vissem na superficialidade dos exames deveria ser mostrado por uma observação íntima, levada a efeito cuidadosamente, à distância, quando a criança, longe do mestre, se revelaria tal como na realidade. A crítica aos procedimentos “tradicionais” que conduziam o ensino brasileiro também encontrou lugar propício na narrativa do médico Aristides Ricardo. No lugar da transmissão arbitrária dos conhecimentos escolares, o médico sugeria que se despertasse a *curiosidade epistemológica* dos educandos. Ao invés da palmatória, o carinho e a cordura deveriam ser os instrumentos corretivos dos possíveis desvios de condutas. O bom exemplo seria a expressão máxima do professor comprometido com o crescimento e desenvolvimento ativo da criança.

Como resultados de relações de poder, de desejo de grupos, projetos e políticas de uma sociedade na qual se elevava a importância da promoção da saúde, os compêndios de higiene destinados à formação de professores cumpriram função instrutiva e educativa ao se prestarem como aparato didático de subsídio ao ensino da Higiene nas escolas normais – e, como no próprio caso de *Noções de Hygiene Escolar*, serviriam para a atualização dos professores já em atuação. Se as escolas primárias, já desde o século XIX, demandavam o ensino da higiene, cabe-nos interrogar como eram capacitados os professores para lidar com os desafios impostos àquele momento. Verifica-se, pois, a pertinência em se investigar os programas de formação contidos em *Noções* e no *Compendio*, sem perder de vista a importante relação que estas publicações mantiveram com o contexto social de início do

---

<sup>58</sup> Este compêndio esteve inserido no âmbito do projeto editorial da Biblioteca Pedagógica Brasileira, dirigida por Fernando de Azevedo, e compôs um dos volumes publicados na série *Atualidades Pedagógicas*.

<sup>59</sup> Alguns dos autores destes estudos são Bastos de Avila, Alvaro Osorio de Almeida, José Paranhos Fontenelle, João de Barros Barreto, Tobias Moscoso (Distrito Federal), Almeida Junior, Balthazar Vieira de Mello, Emma Azevedo e Moncau Junior (São Paulo).

século XX e os discursos médicos e educacionais difusos socialmente, pelos quais se elevava o papel do professorado primário na conformação de hábitos saudáveis nos escolares.

Os significados desta tentativa de intervenção higiênica nas escolas brasileiras, via palavra impressa, podem ser percebidos pela concatenação entre o papel social que estas instituições deveriam cumprir e as transformações pelas quais passava o espaço urbano. Na condição de capital, a cidade do Rio de Janeiro era tanto porta de entrada das ideias que circulavam nos países europeus como deveria ser vitrine da modernização que chegava ao país. Dessa maneira, entre meados do século XIX e as primeiras décadas do século XX, a penetração de modelos científicos em território brasileiro foi intensa e sua releitura um exercício realizado por diferentes intelectuais no esforço de adequar o país tropical às ideias correntes. Ao dar tratamento a esta experiência, Lilia Schwarcz assinala que

Nas grandes cidades a entrada desse ideário cientificista difuso se faz sentir diretamente a partir da adoção de grandes programas de higienização e saneamento. Tratava-se de trazer uma nova racionalidade científica para os abarrotados centros urbanos, implementar projetos de cunho eugênico que pretendiam eliminar a doença, separar a loucura e a pobreza. (SCHWARCZ, 2000, p. 34)

Em um país de raças miscigenadas, a tarefa compartilhada por um grupo heterogêneo de intelectuais foi pensar os problemas imediatos do país a partir, dentre outras iniciativas, da também aplicação local das teorias eugenistas<sup>60</sup>. O princípio da melhoria e aperfeiçoamento da raça encontrou disseminação, inclusive, no campo educacional a partir da defesa do ensino da puericultura desde a mais tenra idade. Dessa maneira, incluía-se no plano da regeneração da raça brasileira um projeto educacional que projetava para a “geração do amanhã” um futuro sadio, próspero e feliz. Em 1921, em seu livro *Ensinar a Ensinar*, o médico Afrânio Peixoto destacava que a eugenia era a “moderna arte ou ciência que se preocupa com uma raça humana sadia e feliz, e começa, para obtê-la, em procurar a saúde e a felicidade daqueles donde há de vir” (p. 63). Após esta definição, o autor defende a importância que cumpriria o ensino da puericultura, sobretudo para meninas, no sentido de prepará-las e educá-las para a vida. Pelo fato de gerar uma infância saudável, acreditava-se que o futuro do país seria promissor econômica e socialmente.

---

<sup>60</sup> Embora trate do período pós-guerra, Célia Rocha (2010) realiza um interessante trabalho acerca da presença do discurso eugenista na educação, tomando como escopo de sua análise a formação docente em Minas Gerais. A tese intitula-se *A re-significação da eugenia na educação entre 1946-1970: um estudo sobre a construção do discurso eugênico na formação docente*, e opera, dentre outras fontes, com materiais didáticos das disciplinas Biologia Educacional e Higiene e Puericultura do Instituto de Educação de Minas Gerais.

O lugar ocupado pela escola primária nos intentos da higienização da população brasileira contribuiu para que se dilatasse o papel do professor na sociedade de início do século XX. Somado ao papel da instrução que este sujeito deveria realizar, a educação higiênica se desvelava como mais uma das tarefas pertinentes ao ofício dos professores. Empenhado na tarefa de vigilância constante daqueles que tinha sob seu resguardo, o professor das classes primárias deveria ser um exímio investigador, sob a perspectiva dos discursos médico-higiênicos, pois instruído e dotado dos conhecimentos necessários da higiene para identificar os escolhos que, porventura, interferissem maleficamente no desenvolvimento normal das crianças. Observa-se, por conseguinte, a reclamação de um olhar mais criterioso e apurado do professor sobre seus alunos, em uma associação de conhecimentos médicos e pedagógicos, tendo em vista uma prática docente harmonizada com os desafios sociais daquele momento.

Conquanto este corpo de discursos tenha ganhado força nos diferentes espaços de debate – seja no parlamento ou na escola, nas associações científicas ou educacionais –, na capital do país erguiam-se vozes contrárias ao que se chamou de “despotismo sanitário”. As cartas publicadas por parte da Igreja e Apostolado Positivista do Brasil <sup>61</sup>, com sede no Rio de Janeiro, embora não seja aqui escopo de análise pormenorizada, podem ser assinaladas como interessantes fontes para se pensar o não-dito nestes discursos ou o que foi interpretado como ignorância de uma população sem educação e doente. No ano de 1908, em carta de repúdio intitulada *A Higiene oficial e a verdadeira Higiene*, publicada na seção editorial do Jornal do Commercio, o vice-diretor desta instituição, Teixeira Mendes, que assina o documento, assinala a insatisfação frente ao que se presenciava na então capital:

[...] quanto são descabidas as pretensões [sic] da higiene oficial. Correspondendo mal à crédula confiança dos seus patronos políticos, que são inteiramente alheios às questões científicas, em geral, e especialmente médicas, os higienistas oficiais apégão-se a um ou outro *detalhe*, a uma ou outra eceção, menosprezando, já a questão geral, já as ligações desse detalhe ou dessa eceção com a questão geral. Ainda mais, desconhecem a natureza moral do problema higiênico, reduzindo tudo a expedientes materiais que redundão na *criação de numerosos empregos médicos altamente remunerados*. (MENDES, 1908, p. 13; grifo do autor).

---

<sup>61</sup> Discutindo os problemas sociais em pauta àquele período e, inclusive, os educacionais, a Igreja e Apostolado Positivista do Brasil teve interessante atuação no cenário carioca. De acordo com Silva (2006), “as intervenções públicas do Apostolado, nas discussões educacionais davam-se por diferentes meios. Através de livros, folhetos, periódicos, que compunham uma farta publicação de material, oriundo da Igreja Positivista do Brasil, com sede no Rio de Janeiro, dos núcleos positivistas regionais por diferentes Estados e dos artigos em jornais escritos por membros e simpatizantes da Igreja” (p. 8).



A crítica realizada por Teixeira Mendes torna pensável o quadro de “antidisciplina”, o campo de tensões e conflitos no qual a Higiene tentou impor-se como saber legítimo de regulação quer das práticas familiares, quer de instituições como escolas, hospitais e quartéis. Neste excerto retirado da carta, pode-se perceber que a crítica se direcionava, especialmente, aos “numerosos empregos médicos altamente remunerados” quando Teixeira Mendes acreditava que o problema da higiene da população referia-se, em sua natureza, a um problema moral. Na carta publicada ainda são apresentados quadros das taxas de mortalidade da população do Rio de Janeiro, entre 1903 e 1906, baseados nos *Relatórios do Ministério do Interior*, segundo o autor. Estes quadros foram utilizados na tentativa de sustentar a hipótese, levantada por Teixeira Mendes, de que se morria de outras moléstias muito mais constantes e numerosas que a febre amarela, peste e varíola – principais alvos das medidas sanitárias no Rio de Janeiro.

Outra carta, publicada em junho de 1910, traz como título *O ensino público e o Despotismo sanitário*, por meio da qual Teixeira Mendes, em nome da Igreja e Apostolado Positivista do Brasil, realiza rígida crítica ao decreto n. 778 que regulamentava, na então capital do país, o serviço de inspeção médica escolar. Logo ao início da carta Teixeira Mendes registra que

A sociedade não é, felismente [sic], uma massa informe e passiva, que os arbítrios dos órgãos, fatalmente efêmeros, do governo, possam modelar caprichosamente. A sociedade é um organismo vivo, regido por *leis naturais*, superiores a todas as vontades, pretendidas divinas ou humanas. (MENDES, 1910, p.1; grifos do autor).

Em defesa da família, da pátria e da humanidade “atacadas pelo despotismo dos representantes do poder temporal” Teixeira Mendes, mais uma vez, manifesta-se em nome da instituição pela qual professa crença, realizando crítica contra o governo do então prefeito do Distrito Federal, Serzedelo Correa, e as intervenções sanitárias que vinham tomando corpo na capital. O vice-diretor da Igreja e Apostolado Positivista reiterava no documento que “governar não era decretar às cegas”, mas contribuir para o bem comum da sociedade. Posto como “tirânico”, “monstruosidade do despotismo sanitário”, o decreto n. 778 também recebia críticas por “usurpar a função moral da mulher”, já que contava com o apoio de enfermeiras para o cumprimento da inspeção nas escolas primárias da capital. Segundo Teixeira Mendes, o emprego de mulheres nas repartições públicas infringia a ordem social na qual o homem é

quem deveria sustentar a mulher <sup>62</sup>. Observamos, a partir do exame desta carta, que o repúdio ao “despotismo sanitário” na capital do país tinha como estopim, além do que propriamente se constituiu como serviço de inspeção médica escolar, a contrariedade das ações do “governo temporal” aos princípios professados pela Igreja e Apostolado Positivista com relação à função precípua da mulher na sociedade daquele tempo. Estas duas cartas servem-nos como casos para pensar o regime disciplinar imposto pelas medidas sanitárias e as “mil maneiras de fazer” o cotidiano encontradas pelos grupos sob a vigilância do aparelho estatal e de seus agentes. Como assinala Certeau (1998),

Se é verdade que por toda a parte se estende e se precisa a rede da “vigilância”, mais urgente ainda é descobrir como é que uma sociedade inteira não se reduz a ela: que procedimentos populares (também “minúsculos” e cotidianos) jogam com os mecanismos da disciplina e não se conformam com ela a não ser para alterá-los; enfim, que “maneiras de fazer” formam a contrapartida, do lado dos consumidores (ou “dominados”?), dos processos mudos que organizam a ordenação sócio-política. (CERTEAU, 1998, p. 41).

Embora os pressupostos da Higiene tenham gerado um conjunto amplo de dispositivos a fim de regular as práticas e hábitos da população carioca, a escola, a família e a sociedade, em geral, coexistiram formas de subversão à ordem estabelecida, como se pode observar a partir do exame que realizamos das cartas da Igreja e Apostolado Positivista do Brasil. Portanto, ao lidar com uma “cultura prescrita”, é preciso reconhecer, por outro lado, as práticas que constituem o cotidiano dos sujeitos relativamente submetidos aos ordenamentos que regulam a sociedade. Examinar, no entanto, as prescrições e normas que incitam, de algum modo, a emergência de tais práticas não deixa de ser, também, um exercício necessário para se pensar a sociedade, suas representações e determinados mecanismos dos quais se utilizam para também impor as verdades que professam e nas quais acreditam.

É, portanto, a partir deste quadro que o interesse em examinar dois compêndios de Higiene endereçados à formação do magistério no Rio de Janeiro fortalece-se. Para examinar estes compêndios de higiene, parte-se da primeira proposição, assinalada por Michel Foucault (1987), de que por mais que o livro se apresente como um objeto que se tem na mão, o mesmo só se constrói a partir de um campo complexo de discursos. Isto significa afirmar que, ao examinar a cadeia discursiva destes compêndios de higiene, considera-se necessário um

---

<sup>62</sup> “[...] o ensino não se moralizará enquanto as mães não estiverem nas casas de ensinar seus filhos, e enquanto não houver um sacerdócio ensinando gratuitamente, popularmente e não burguesmente [sic], sem outro fito que não fornecer o conhecimento da doutrina universalmente aceita, que define os deveres de todos para com todos” (MENDES, 1910, p. 6).

esforço de compreensão que tenha em vista o solo que constitui a produção destes artefatos e das relações discursivas das quais são produtos.

## 2 DISCURSOS, PRÁTICAS E INTERVENÇÕES NA FORMAÇÃO E OFÍCIO DOCENTE

A história da formação docente, no Brasil, é marcada por tradições, rupturas, embates e consensos. Tratá-la implica reconhecer a existência de um campo complexo de discursos que não se reduz às visões de um dado grupo apenas, mas que se constrói a partir das divergências, dos pontos de contato e também das forças repulsivas. Optar, no entanto, pela percepção das representações de um dado grupo social no que tange a esta história, também pode se expressar como uma possibilidade de perceber, ao inverso, os movimentos que as produzem.

Isso posto, questionar os discursos que se direcionaram aos professores primários em início do século XX, bem como problematizar as intervenções no campo da formação deste grupo, com relação ao tema da higiene, é um exercício caro a este capítulo. Que modelo(s) de professores desejava-se forjar? Para além do ensinar a ler e a escrever, as exigências sociais impulsionavam a participação do professorado na amenização dos problemas que minavam o físico, a moral e o intelecto da população brasileira.

### 2.1 A quem se entrega uma *vida em botão*, a médicos ou professores?

Ora, quem melhor conhece os estreitos laços de relação que prendem a saúde física ao desenvolvimento intelectual, senão o médico? Quem por idoneidade compete fazer a seleção entre os métodos pedagógicos os que quadram melhor com as condições normais do desenvolvimento racional da criança, senão o médico?

(Tese apresentada à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, em 1906).

*Dr. Irineu Lopes D'Alcantara Bilhar*

Na impossibilidade de recorrermos aos auxílios de enfermeiros diplomados, como fizeram organizações similares estrangeiras, lançamos mão de professores públicos que tivessem feito curso especial de higiene, e o fizemos com o maior êxito. Como nos foi grato verificar, corresponderam estes, magnificamente, à expectativa, pelos conhecimentos especiais adquiridos, adicionados da prática do

ensino público. São as pessoas mais qualificadas para transmitir aos outros as noções elementares de hygiene.

(Trecho da Tese apresentada no III Congresso Brasileiro de Higiene, em 1926).

*Dr. Geraldo de Paula Souza*

A escolha destes dois excertos, distintos na finalidade que a elaboração de cada um deles presidiu, para além de permitir constatar a evidenciada relação que se pretendeu estabelecer entre conhecimentos médicos e pedagógicos, dão evidências de um campo concorrencial de discursos que fomentou o debate acerca do papel do professor na sociedade brasileira das primeiras décadas do século XX.

No primeiro excerto, o aluno da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro Irineu Lopes D'Alcantara Bilhar, – em tese elaborada para a conclusão do curso–, ao tentar sobrelevar os conhecimentos pertencentes ao domínio da medicina e, portanto, inerentes ao ofício do médico, antecipa às questões pedagógicas o problema da saúde. A posição do Dr. Irineu Lopes poderia ser utilizada para reforçar a tese que se passou a divulgar, de forma contumaz, no campo educacional de que o problema da educação atravessava o problema da saúde no país e vice-versa. No entanto, para além desta constatação, este trecho corrobora o lugar discursivo deste sujeito; dá a ver os procedimentos de controle e interdição com os quais se operam os discursos.

A defesa do Dr. Irineu Lopes nos faz retomar a proposição de Michel Foucault (2010), por meio da qual, ao demonstrar a existência de jogos de poder e desejo nas práticas discursivas, sustenta a hipótese de que somente entra na *ordem do discurso* o sujeito que atende a certas exigências ou é qualificado para fazê-lo. É neste sentido que o investimento na qualificação do professor primário, para lidar com as questões higiênicas em seu ofício deveria partir, supostamente, de agentes previamente qualificados e autorizados neste campo discursivo, os médicos-higienistas. A *competência*<sup>63</sup> da classe médica é reforçada pelas palavras do Dr. Irineu Lopes, em outro momento de sua tese, quando afirma: “Os educadores são incompetentes em matérias de diagnostico medico, eles não poderão evitar as causas constantes e manter a prophylaxia necessária das molestias communs ás escolas” (p. 9). Delimitando a ação do educador, Lopes produz um discurso atravessado por restrições e

---

<sup>63</sup> Vale aqui destacarmos a discussão levantada por Marilena Chauí (1993), ao operar com a noção de *discurso competente*. Segundo a autora, “O discurso competente é aquele instituído. É aquele no qual a linguagem sofre uma restrição que poderia ser assim resumida: não é qualquer um que pode dizer a qualquer outro qualquer coisa em qualquer lugar e em qualquer circunstância” (Ibid., p. 7).

reforça a ideia da não qualificação do primeiro agente para algo que, legitimamente, caberia ao médico, especializado e capacitado para lidar com a questão da profilaxia das doenças no espaço escolar.

Pronunciar certo número de regras e não permitir que todos tenham acesso aos discursos é uma forma de controlar sua multiplicação. Nesse sentido, quais representações o discurso deste médico produzia, ao assinalar a incompetência da pedagogia (já que defende a seleção dos métodos pedagógicos realizada pelos próprios médicos) e do professor, quando não qualificado para evitar as moléstias nos escolares? Segundo o Dr. Irineu Lopes, os professores não poderiam evitar o alastramento das moléstias próprias ao ambiente escolar (como a miopia, escoliose, cefalalgia e surdez, de acordo com a tese deste médico) porque incompetentes para diagnosticá-las. A defesa de tal incompetência pode ser interpretada pela tentativa de fixar e distinguir o papel do médico e do professor, sobretudo determinando os limites entre um campo de formação e outro. No entanto, as palavras do Dr. Geraldo de Paula Souza, destacadas no segundo excerto, dão indícios de uma percepção diferenciada acerca do ofício docente duas décadas mais tarde.

O segundo excerto, destacado anteriormente, origina-se da tese *Os centros de saúde na organização sanitária do Estado de São Paulo*, apresentada pelo Dr. Geraldo de Paula Souza<sup>64</sup> no III Congresso Brasileiro de Higiene, realizado no ano de 1926 pela Sociedade Brasileira de Higiene<sup>65</sup>, em São Paulo. Com base na avaliação da realidade do serviço público de saúde, possivelmente precário quanto ao seu recurso humano especializado, o Dr. Paula Souza admite a importância que ganhou o engajamento dos professores públicos paulistas na difusão das noções elementares de higiene. Contrário ao assinalado pelo Dr. Irineu Lopes, este médico acolhe a iniciativa do professorado paulista, atestando a qualificação destes agentes para o cumprimento de tal serviço. Deve-se assinalar, no entanto, que os professores engajados na difusão da higiene, no caso de São Paulo, eram aqueles provenientes de curso especial<sup>66</sup>, o que supõe um investimento no grau de conhecimento e aprofundamento do professor para o cumprimento *competente* desta tarefa.

---

<sup>64</sup> Para aprofundamento da atuação deste inspetor sanitário no Estado de São Paulo, ver ROCHA (2005a).

<sup>65</sup> A Sociedade Brasileira de Higiene (SBH) foi fundada no ano de 1923 e se caracterizou como um dos espaços privilegiados de discussão de políticas sanitárias no país (ROCHA, 2003a, p. 232). Os congressos organizados por esta instituição expressaram o propósito que a mantinha: a difusão das bases modernas e científicas da higiene. Estes reuniram médicos de diferentes estados a fim de discutir as ações sanitárias no país e intervir nos distintos espaços de sociabilidade, dentre eles a escola.

<sup>66</sup> Veremos, em outro momento, elementos relativos à natureza de tal curso.

Paula Souza é mais incisivo em sua defesa, na mesma tese, ao afirmar que os professores paulistas “alargaram, destarte, apenas o âmbito de suas preocupações, saíram uns da escola para educar o povo nos próprios domicílios, ensiná-lo a viver melhor dentro dos recursos próprios” (PAULA SOUZA, 1926, p. 60). Tal afirmação dá indícios da intenção, outrora compartilhada, de fazer com que a missão do professor extrapolasse os muros da escola, alcançando outros domínios do âmbito social; o que supõe, de igual modo, a própria concepção de educação do Dr. Paula Souza, não restrita ao ambiente escolar, mas extensa à vida social mais ampla. Este médico defende que a ação administrativa sanitária tinha base sólida na educação, sobretudo quando concebida “no período da vida em que o sistema nervoso é maleável às impressões e favorável à formação de bons hábitos, isto é, na infância, na meninice e secundariamente na mocidade” (PAULA SOUZA, 1926, p. 59). A irradiação da *nova fé*, expressão utilizada por Paula Souza nesta tese para se referir à saúde, deveria, dessa maneira, ser confiada também ao professorado, alargando seu campo de atuação na sociedade e auxiliando na elucidação dos benefícios da higiene junto à população.

Tal como outros espaços heterogêneos de discussão estabelecidos ao longo das primeiras décadas republicanas, os Congressos Brasileiros de Higiene realizados entre os anos 1923 e 1930 – período este que, segundo Rocha (2003a), constituiu a primeira fase da Sociedade Brasileira de Higiene – reuniram médicos como José Paranhos Fontenelle, Afrânio Peixoto, Gustavo Lessa<sup>67</sup> que, além de se constituírem alguns dos porta-vozes dos discursos médicos, compartilharam os debates também levantados na ABE ao longo das décadas de 1920 e 1930, especialmente. Desta feita, os anais dos Congressos Brasileiros de Higiene reúnem vozes nas quais se concatenam representações e registros de experiências de médicos de diferentes estados do país, fazendo também convergirem discursos médicos e educacionais, modulados de acordo com a posição ocupada por cada um destes sujeitos.

A experiência vivenciada na Argentina também comparece como caso exemplar para se pensar a tentativa de associação entre o ofício dos médicos e professores na causa da profusão dos conhecimentos da higiene nos países latino-americanos. María Silvia Di Liscia (2004), examinando a transformação produzida entre o desenvolvimento do higienismo e as modificações introduzidas pelas ideias eugênicas em vinculação com as instituições escolares, assinala que o professorado argentino foi também convocado para o cumprimento da tarefa higiênica nas escolas, em apoio ao aparelho estatal. Ao contrário do que ocorria até em torno

---

<sup>67</sup> José Paranhos Fontenelle e Gustavo Lessa foram dois dos presidentes da *Secção de Educação Physica e Hygiene*, da ABE, e Júlio Afrânio Peixoto presidente desta associação, tendo participação efetiva como membro associado entre o período de 1933-1947.

dos anos de 1900, quando a autora assinala a condição dos educadores como membros de um setor subordinado na tomada de decisões concebidas no âmbito do Consejo Nacional de Educación, Di Liscia identifica que as próximas décadas do século XX aguardavam a atuação dos professores na formalização do discurso institucional sobre as necessidades e êxitos sanitários do país:

En virtud de la magnitud de la finalidad eugênica, que significaba una intervención mayor en la vida cotidiana de multitud de niños en edad escolar – y de sus familias – , la tarea inicial de los médicos escolares fue desbordada y asumió otras connotaciones cuando las autoridades educativas hicieron una apelación concreta a la acción de los maestros nacionales, distribuidores del mensaje médico. (DI LISCIA, 2004, p. 39)

Encarregados diretos da higiene dos alunos, os *maestros e maestras* compareciam no âmbito dos discursos de médicos e inspetores argentinos como aqueles que assegurariam um desenvolvimento harmônico da criança. Posta como uma necessidade social, a educação higiênica deveria se realizar com o apoio dos docentes e, para isto, não bastaria apenas ensinar a Higiene através de livros, requisitava-se a formação de hábitos. Nas palavras do inspetor médico Roberto Aguirre, em artigo publicado na *Revista de Educación*, em 1923, a educação das crianças deveria se realizar de forma completa e, para isto, necessitava da participação eficaz do professorado:

Nuestros maestros deben tener siempre en cuenta que son los encargados directos de velar por la higiene de los locales, de los alumnos y la de ellos mismos. Su tarea principal debe ser concentrada en el alumno cuya educación se le confía y esta educación debe ser completa: intelectual, física, moral e higiénica. Para asegurar la armonía del desarrollo del niño que se le ha confiado, el docente no debe ignorar todas las partes de este desarrollo, indudablemente no puede tener una acción personal en todos los dominios pero sí debe estar capacitado para ejercer su control, ya se trate de la educación física y moral, como de la limpieza del cuerpo y de los vestidos; debe interesarse también por el ambiente familiar del alumno y hacer llegar hasta el hogar consejos útiles cuando sean necesarios. (AGUIRRE, 1923, p. 120)

A relação entre a escola e o lar é, com frequência, lembrada nos discursos dos médicos portenhos. A necessidade de se estabelecer esta relação partia do pressuposto de que a escola consistia em uma continuidade do lar. Neste sentido, por mais anti-higiênicas fossem as atitudes dos alunos, aprendidas no âmbito familiar, a escola serviria como um ambiente de correção e aperfeiçoamento da saúde. As *maestras* exerceriam a função de cooperadoras deste aperfeiçoamento e, dessa maneira, a elas caberia a vigilância sobre todas as atitudes dos alunos, corrigindo aquelas que, porventura, oferecessem perigos ao desenvolvimento daqueles



que tinha sob seus cuidados. Para o inspetor Roberto Aguirre, tal vigilância exercida pela professora se definia como atitude patriótica, útil e prática.

“Distribuidores da mensagem médica”, os professores argentinos foram convocados para a cooperação na efetivação do serviço sanitário do país. A situação apontada pelo médico brasileiro Paula Souza, na tese do III Congresso Brasileiro de Higiene, na qual supostamente o baixo número de enfermeiros diplomados fez convocar a participação do professorado paulista na causa higienista, guardou semelhanças com o caso argentino. María Silvia Di Liscia (2004) assinala que o número de médicos das “profissões sanitárias” registrado no censo de 1895, em todo o país, em comparação ao quantitativo de docentes, era dez vezes menor. Isto significa afirmar que a realização do serviço de inspetoria médica nas escolas era relativamente precária, de acordo com a região atendida, se pensamos que a população que frequentava a escola superava, em seus números, o registrado para os docentes (de 10.063 efetivos, segundo a autora) e, mais ainda, o número de médicos disponíveis para atuarem na capital, Buenos Aires <sup>68</sup>.

Na então capital do Brasil, o Rio de Janeiro, o inspetor médico escolar e pediatra Leonel Gonzaga registra situação semelhante em sua tese intitulada *Como se pode fazer a assistência médica aos alunos pobres das escolas primárias*, publicada nos Anais da I Conferência Nacional de Educação, realizada em Curitiba, no ano de 1927. Após tratar da importância do acompanhamento dos alunos das escolas primárias pela organização da ficha individual de saúde, o inspetor assinala algumas das dificuldades que perpassavam este serviço:

Não há de ser com um só médico para cada distrito, sem enfermeiras adestradas que se não de colher convenientemente os dados necessários à organização de tabelas que façam fé. Um profissional entendido em tais assuntos, não fazendo outra coisa nas escolas, poderá em consciência organizar, dentro do expediente escolar, no máximo 10 fichas por dia, ou 200 por mês, ou 1.600 nos oito meses letivos de cada ano. Ora, cada médico escolar tem sob sua jurisdição de 4.000 a 6.000 e mais alunos! (GONZAGA, 1927, p. 456)

As palavras do inspetor médico escolar Leonel Gonzaga não apenas registra a precariedade do funcionamento do serviço de inspeção nas escolas primárias da capital, mas

---

<sup>68</sup> O periódico argentino *El Monitor* traz na publicação de 1914 alguns dados que confirmam esta realidade: “ Para ello es necesario, absolutamente indispensable, que cada médico escolar tenga bajo su atención inmediata en numero limitado de alumnos que em Francia se preconiza em 1.200, em algunas ciudades de Alemania 2.000, em Nueva York 1.000 y que para nosotros creemos que puede elevarse a 3.000, término médio. [...] En las condiciones actuales, con el número de médicos escolares y por consecuencia con la cifra de 6.000 a 8.000 niños que tiene cada uno a su cuidado, es tarea imposible de pretender realizar la ficha individual de lós escolares de la Capital. ” (SISTO, 1914, p. 317)

dá a conhecer as fragilidades e tensões que constituíam a realidade da saúde escolar no Rio de Janeiro. Embora após quase duas décadas de instituído na capital do país, o serviço de inspeção médica escolar <sup>69</sup> não correspondia aos altos desígnios antes assinalados no momento de sua criação. Para tentar suprir algumas das lacunas deste serviço, o inspetor registra, na mesma tese apresentada, a iniciativa que tomou de criar um consultório em que pudessem ser tratadas as crianças encontradas doentes nas escolas a seu cargo.

É importante assinalar que o ensino da higiene nas escolas esteve integrado às políticas de saúde pública. Portanto, representava as ações do Estado sobre a vida escolar. Como assinala Boarini (2003), a higiene, individual e coletiva, não era apenas uma necessidade rotineira, mas se apresentava como um imperativo para a ordem social. Tendo em vista as dificuldades vivenciadas pelos serviços de saúde, como assinalamos anteriormente a partir das palavras de Paula Souza, no III Congresso Brasileiro de Higiene, a convocação da participação dos professores na realização da educação higiênica, tanto nas escolas como junto às famílias, também deve ser entendida como uma das medidas tomadas para a redução dos gastos com a saúde pública <sup>70</sup> àquele momento. Na Argentina, a conjugação entre o trabalho do médico e do professor também era requerida nos discursos postos em circulação através da *Revista de Educación* – publicação oficial da direção de escolas de Buenos Aires. A publicação referente aos meses de abril e maio de 1914 traz em suas páginas as palavras do médico inspetor Clemente Trejo, em texto intitulado *Necesidad de enseñar la higiene escolar aplicada en las escuelas normales*. Embora Clemente Trejo afirmasse não conhecer os benefícios da higiene dirigidos à “massa do povo”, destaca o lugar do professor na campanha higiênica:

Los beneficios de la enseñanza de la higiene a la inmensa masa del pueblo es indiferente, por no conocerlos; - esta situación debe resolverla el Estado, consciente de sus responsabilidades y de la importancia de la materia, - haciendo intervenir la escuela, confiando esta misión a los médicos y a los maestros con la dirección adecuada correspondiente, a fin de que la infundan convencidos de que son los factores preparados que enseñan y aprenden a diario como los verdaderos guardianes de los intereses generales de la instrucción pública. (TREJO, 1914, p. 316)

---

<sup>69</sup> O decreto que criava o serviço de inspeção médica escolar foi baixado pelo nº 778, em 1909, de acordo com Moncorvo Filho (1926).

<sup>70</sup> Luciana Maria Viviani (2003), examinando as teses da III Conferência Nacional de Educação, realizada em 1929, destaca as palavras do professor Oscar Guelli, inspetor escolar de São Paulo, pelas quais afirmava ser “mais econômico fazer do próprio professor o educador sanitário, mediante formação apropriada, dispensando a presença constante do médico e da enfermeira em todas as localidades do estado e do país” (p. 109). Estas palavras reforçam a ideia de que o engajamento do professor na educação sanitária se apresentava também como um meio mais econômico de gerir a vida da população.

A ideia de que a tarefa do médico escolar seria facilitada pela atuação do professor na observação do aluno e registro de dados que suscitavam suspeitas, sob o ponto de vista higiênico, estava presente na fala daqueles que eram convocados a gerir a vida da infância escolarizada. Tornava-se necessário disciplinar todos aqueles indivíduos, docilizar seus corpos e suscitar neles novos hábitos. Portanto, a instrumentalização das práticas médicas com o uso de fichas, estatísticas, fotografias e relatórios permitia que os processos biológicos fossem cada vez melhor governados <sup>71</sup>. É com relação a esta instrumentalização, sobretudo, que podemos observar a expansão das tecnologias de governo operadas pela classe médica, com vistas a controlar os riscos e promover a vida. O conjunto de saberes sobre a população que se configurou nas práticas dos médicos higienistas expressa a vontade de governar nos detalhes e de cooperar, especialmente, para a manutenção da ordem social.

O trabalho médico realizado nas escolas contava, portanto, com a atuação do professor. É curioso observar que este discurso esteve difuso em início do século XX e em diferentes países. O periódico *El Monitor* <sup>72</sup> é suporte deste tipo de discurso, compartilhado por seus articulistas, que procurava elevar a função do professor primário, auxiliar no ofício dos médicos:

Ayudado en esta tarea por el maestro, que a su vez há observado sus niños y podrá aportarle no pocos datos apreciables, la tarea del médico escolar se hará más fácil y será el momento entonces de adoptar las medidas que la escuela y el maestro puedan llenar inmediatamente y las otras que convenga hacer llegar a la familia. En este instante de la vida escolar los médicos escolares separaron los niños que crean incapaces por el momento de soportar las exigencias físicas de la escuela e instruirán al maestro sobre las condiciones particulares de los niños a su cargo. (SISTO, 1914, p. 318)

A presença do médico, como orientador das ações do professor no âmbito escolar – e a importância do professor como cooperador neste processo –, sugere a não-condição deste último como voz autorizada para conduzir sozinho a educação higiênica dos pequenos

---

<sup>71</sup> Para exemplificar esta instrumentalização das práticas médicas, destacamos o trabalho de David (2011) que, ao dar tratamento ao problema da relação família-escola no contexto do Serviço de Ortofrenia e Higiene Mental (SOHM), registra a função que as fichas de observação comportamental cumpriram como estratégia “mais direta” de intervenção no espaço familiar. De acordo com a autora, estas fichas eram preenchidas através de informações colhidas na escola, dentre as crianças, e eram preenchidas, muitas vezes, por professoras capacitadas pelo curso de caracterologia, ministrado por Arthur Ramos. Este é apenas um caso que nos serve como exemplo da interferência médica no espaço escolar e dos modos como esteve instrumentalizada, a fim de efetivar e tornar mais incisiva sua atuação.

<sup>72</sup> A revista *El Monitor de la Educación* foi fundada em 1881, na Argentina, pelo educador Domingo Faustino Sarmiento, e circulou até o ano de 1976. Neste período, houve duas interrupções de sua publicação, a primeira compreendida entre os anos de 1950 e 1958 e a segunda entre junho de 1961 até agosto de 1965. A revista era subordinada ao *Consejo Nacional de Educación*, conforme informação constante nas publicações.

escolares. Desta forma, a orientação do médico – como sujeito autorizado do discurso higiênico –, ao professor dá a ver procedimentos de *rarefação* do discurso a partir dos quais as formações discursivas se configuram. Compreendemos os procedimentos de *rarefação* a partir da proposição apresentada por Michel Foucault (2010), pela qual afirma que na ordem do discurso, nem todas as regiões são igualmente abertas e penetráveis, algumas são proibidas e outras parecem “quase abertas”. Esta proposição nos ajuda a pensar os limites do compartilhamento dos discursos médico-higiênicos pelos professores primários – não deixando de considerar as resistências e conflitos que também configuram as práticas discursivas e as *mil maneiras de fazer o cotidiano* forjadas pelos sujeitos. É preciso pensar, portanto, tanto o campo médico como o educacional como zonas de produções discursivas que operam a partir de mecanismos próprios de funcionamento e controle e que se apóiam em suportes institucionais.

Nas palavras de Foucault (2010), pronunciar certo número de regras e não permitir que todos tenham acesso aos discursos é uma forma de controlar sua multiplicação. Reportando-nos para início do século XX, podemos pensar que o investimento discursivo na qualificação higiênica do professorado primário – embora não pudesse dar conta de toda a complexidade que envolvia a relação entre saúde pública e educação escolar – expressa uma estratégica tentativa de associação entre a atuação deste profissional e a dos médicos, enfermeiras, inspetores sanitários, dentre outros profissionais da saúde. Tomando de empréstimo a definição de “discurso competente”, indicada por Marilena Chauí (1993), observamos que a responsabilidade de formar hábitos higiênicos na escola, enquanto caracterização de um discurso instituído e legitimado, procurou atingir a formação do professorado primário com o objetivo de arregimentar sujeitos capazes de multiplicar as “verdades científicas” em nome de um progresso que tinha a escola como um de seus principais escopos. Era necessário incluir o professor primário neste projeto tanto por ser ele quem lidava, por maior tempo, com as crianças na escola como por ser uma maneira mais econômica de levar os hábitos saudáveis ao ambiente escolar.

Havia dois grandes problemas que necessitavam ser enfrentados na capital do país: a saúde e a educação do povo. A precariedade da saúde pública e o estado de “ineducação das massas”<sup>73</sup> – que, de algum modo, também se apresentava como estorvo para a conscientização da população acerca dos supostos benefícios da higiene - implicavam, conseqüentemente, em prejuízos econômicos e morais ao país. Portanto, era necessário solvê-

---

<sup>73</sup> Esta é a expressão utilizada por Afrânio Peixoto para se referir à realidade educacional do país nos anos 1920 (Ver PEIXOTO, 1933).

los. Percebe-se, entretanto, que a tarefa compartilhada por médicos, professores, inspetores, enfermeiras e o aparelho estatal enfrentou uma série de problemas em sua execução. Incorporar à educação escolar os ensinamentos da higiene apresentava-se como meio supostamente eficaz de garantir o futuro próspero da nação, já que a crença na plasticidade infantil constituía a base dos pressupostos de intervenção nas escolas primárias espalhadas pelo país. A missão da educação moderna era, pois, mais biopsicossocial do que literária, consistindo na prática dos preceitos da higiene e procurando despertar nos indivíduos o interesse pelo próprio desenvolvimento e pelo respeito à vida alheia. Para que a escola cumprisse tal finalidade, a figura do professor, especialmente suas ações exemplares, seria imprescindível.

Retornando aos Anais da I Conferência Nacional de Educação, a tese apresentada pelo médico Belisário Penna <sup>74</sup>, intitulada *Por que se impõe a primazia da educação higiênica escolar*, ajuda-nos a aprofundar as reflexões acerca dos debates que se apresentaram nas duas primeiras décadas do século XX, acerca da missão escolar e dos professores primários, enaltecidos como sujeitos indispensáveis aos rumos da nação brasileira. Para este médico, o Brasil evoluía patologicamente e tornava-se necessário desenvolver na população a consciência sanitária. O bem viver era o *dever elementar e essencial* de todos. Portanto, a propagação da higiene deveria atingir desde a privacidade do lar até os mais distintos espaços de sociabilidade:

Para isso, torna-se indispensável criar a consciência sanitária pela educação higiênica na escola, no lar, nas fábricas e nas casernas, a fim de gravar no espírito de toda a gente o valor inestimável – econômico, étnico, moral e social – da normalidade biológica resultante da saúde, conquistada pela obediência às leis inflexíveis da biologia, pela execução de medidas de saneamento, pela prática das virtudes higiênicas do asseio, da sobriedade, da castidade, da laboriosidade, e pelo conveniente aproveitamento e uso dos elementos naturais agentes todo poderosos da vida: a terra, o ar, a água e o sol (PENNA, 1927, p. 30)

De acordo com o médico Belisário Penna, a educação higiênica deveria constituir o máximo interesse dos governos e dos professores, a fim de que a saúde se tornasse um *culto patriótico*, retórica esta compartilhada por diferentes sujeitos àquele momento. Defendia-se a ideia de que o investimento em ações em proveito da preservação da vida refletia consequentemente na capacidade de trabalho dos indivíduos e, dessa maneira, cooperava para

<sup>74</sup> Inspetor sanitário, diretor da Liga Pró-Saneamento do Brasil, presidente da Associação Brasileira de Educação (ABE), diretor do Departamento de Saneamento e Profilaxia Rural e gestor do Ministério da Educação e Saúde, Belisário Penna trouxe algumas contribuições ao pensamento educacional dignas de friso. Especialmente no que tange às intervenções higienistas no espaço escolar, Belisário Penna foi um dos intelectuais que defenderam o concurso da escola para a formação nacional.

o aumento da riqueza da coletividade. À escola caberia a “obra de disciplinamento e conformação da infância aos imperativos da racionalidade higiênica” (ROCHA, 2003b, p. 39). Elevada como fator indispensável à formação moral e intelectual do povo, a escola primária foi percebida como um meio de os preceitos higiênicos alcançarem, em larga escala, diferentes sujeitos, especialmente aqueles pertencentes às classes menos abastadas, compostas por aqueles classificados como *rudes e ignorantes*.

Representante da Liga Paulista de Higiene Mental, Alvaro Guimarães Filho na tese intitulada *Educação e Higiene Mental*, apresentada também na I Conferência Nacional de Educação, registrava “a importância que deve[ria] ter para o professor os conhecimentos dos princípios fundamentais em que se esteia[vam] a higiene e a profilaxia mental” (FILHO, 1927, p. 464). Embora, em seu discurso, Guimarães Filho trate, de modo especial, do ramo da Higiene Mental, encontramos a defesa que realiza sobre o papel do professor no desenvolvimento da criança, bem como da necessidade da Pedagogia reconhecer, cada vez mais, a importância que cumpriam os preceitos e os conhecimentos da higiene mental como guias da tarefa da adaptação escolar. Estimulado por discursos baseados na *cientificidade*, o papel do professor dos “novos tempos educacionais” deveria se expressar, dentre outras formas, por um vivo interesse de investigação sobre o desenvolvimento da criança, já que a escola era a segunda instituição na qual passaria grande parte de sua vida e da qual retiraria ensinamentos que supostamente ficariam gravados no pequeno “cérebro indelével”. O que se vê emergir é um corpo de discursos que, embora guarde heterogeneidades em seu interior, pretende convencer o professor primário de uma “nobre missão” frente à infância sob sua tutela e à nação vindoura, composta por uma mocidade enrijecida. Os professores, especialmente das classes primárias, foram convocados a aliarem-se aos médicos, inspetores sanitários e enfermeiras nesta missão. Acerca deste agenciamento no território argentino, por exemplo, María Silvia Di Liscia ressalta que

Lo curioso, entonces, de este proceso iniciado desde el Estado, pero refrendado por un conjunto importante de la sociedad, fue que los maestros adoptaran la función de agentes sanitarios sin que fuera necesaria una verdadera imposición, de manera tal que fue una extensión “natural” del rol del educador. Se introdujo entonces la vigilancia higiénica como un factor de la enseñanza pedagógica y patriótica en las escuelas, y al maestro, como el responsable final de su éxito. (DI LISCIA, 2004, p. 47)

Pelas palavras de Di Liscia, percebe-se que a tentativa de associar à prática pedagógica os ensinamentos da higiene não foi experiência tão somente vivenciada pelo professorado brasileiro. Aliás, o esforço de compreender as representações de docência em início do século

XX – e também em fins do século XIX, quando já se registrava a presença de iniciativas na educação escolar em proveito da divulgação da higiene no Brasil – deve ter em seu alcance a ideia de que os discursos médico-higiênicos concorreram para muitas delas. Examinar representações acerca do *fazer* docente implica reconhecer um campo concorrencial de discursos no qual se engajaram um corpo distinto de sujeitos.

No âmbito da I Conferência Nacional de Educação ainda é possível assinalar, pela tese apresentada por Guimarães Filho, algumas das justificativas que deram suporte aos discursos em que o professor fora posto como um dos elementos essenciais da missão educativa e higiênica em início do século XX. Estes discursos vieram acompanhados não apenas pelo tom científico, mas pelo apelo ao moral:

O professor é, antes de tudo, um dos grandes elementos de que dispõe a sociedade para salvaguardar os seus interesses, principalmente os de ordem intelectual e moral. Ele recebe os meninos das mais baixas classes sociais para ministrá-los, além da instrução primária ou secundária, também os princípios da educação, a começar dos mais rudimentares; e também tem entrada nos lares dos nobres e afortunados da sorte para, igualmente, instruir e levantar o nível intelectual de seus filhos. [...] O professor é o educador por excelência, porque sempre que dele nos avizinharmos é para aprender alguma coisa, mesmo quando estamos bem longe dos bancos escolares. (GUIMARÃES FILHO, 1927, p. 468)

“Educador por excelência”, o professor primário se constituía estratégico aliado na instrução e educação higiênica de seus alunos. Percebe-se, pois, na campanha sanitária, uma concatenação de discursos *científicos* e educacionais, por meio dos quais se realiza o apelo ao moral e à atitude exemplar, bem próprios ao que se via divulgar sobre o papel dos professores e professoras primárias na Primeira República. Lúcia Müller (1999), que opera com a questão do gênero e a formação de professoras no primeiro período republicano no Brasil, destaca a autoridade concebida à voz das professoras, àquele momento, como construtoras da nação. Sobre a experiência da formação de professores vivenciada no âmbito da Escola Normal de Niterói, ainda na Primeira República, Ecar (2011) assinala, a partir da análise de exames realizados para a avaliação dos normalistas, que a própria ideia de “missão” docente atravessava a escrita dos futuros mestres. Segundo esta autora, “os alunos haviam aprendido que o magistério era sacerdócio, exercido com aptidões e filantropia” (ECAR, 2011, p. 167). Desta feita, para compreender este lugar que se desejava reservar ao professorado primário na sociedade de início do século XX, é necessário reconhecer a concatenação de discursos, por meio dos quais o *científico* também se unia ao apelo da moral e do exemplo, reforçando a figura do professor primário como a de “redentor da nação”.

Ao lado das questões da moral e do exemplo, do sacerdócio e da ideia de “missão” que conformavam representações acerca da docência àquele período, é necessário assinalar que o papel do professor também se configurava a partir da crença que se depositava na infância. Especialmente quando tratamos das questões higiênicas, o escopo das medidas sanitárias, embora tomassem o professor como um dos principais agentes no ambiente escolar, também tinha a infância escolarizada como confiável meio de propagação dos princípios da higiene, mormente quando se tratava do recinto familiar. Fazia-se necessária a condução da vida familiar para que os malefícios da ignorância fossem menos incidentes, evitando que afetasse a coletividade. Dessa maneira, o investimento na propagação da educação higiênica nas escolas primárias fora vista como um meio supostamente mais *dócil* de levar ao interior das famílias os hábitos salutareos. A preocupação com a higiene infantil assumia proporções ainda maiores quando os dados estatísticos sobre a mortalidade eram trazidos a público, manchando de sangue a realidade carioca.

Tabela 4- Tendências do Coeficiente de Mortalidade Infantil no Distrito Federal <sup>75</sup>.

Grupos de causas	1903-1919 (percentuais de aumento e diminuição)	1920-1936 (percentuais de aumento e diminuição)
Diarréia e enterite	+ 2.50	+ 4.42
Respiratórias	- 15.54	+ 36.13
Pré-natais, natais, etc.	+ 14.22	+ 8.41
Infecciosas e parasitárias	- 16.99	+ 29.66
Sífilis	+ 343.00	+ 34.01
Outras causas	- 27.82	- 14.03
Todas as causas	- 7.28	+ 8.16

Em 1937, o médico José Paranhos Fontenelle publica o livro *A saúde pública no Rio de Janeiro* (Distrito Federal) e nele registra dados, acima apresentados na tabela, sobre a mortalidade na capital do país, agrupando-os em dois períodos: o primeiro, entre 1903 e 1919 representa, segundo o autor, o período de gestão da saúde pública pelo médico Oswaldo Cruz. Segundo Fontenelle, foi o período no qual ocorreram os surtos de febre amarela e as grandes epidemias de varíola (1904, 1908, 1914) e de gripe (1918), não existindo nenhum serviço sanitário especialmente devotado à higiene infantil. O segundo é representado pelo período

<sup>75</sup> Tabela baseada em Fontenelle (1937).



entre 1920 e 1936, marcado pela criação do Departamento Nacional de Saúde Pública e a aparição, pela primeira vez, de um serviço especial de higiene da criança. Embora neste período tenha havido um aumento no coeficiente de mortalidade infantil por quase todas as doenças listadas, como se pode observar pela tabela, as iniciativas de atendimento da infância foram maiores no Distrito Federal. Neste sentido, o quadro apresentado pelo médico José Paranhos Fontenelle registra as questões que perpassaram a sociedade e suas instituições, em início do século XX, especialmente com relação ao lugar que passava a ocupar a infância nas políticas de saúde pública.

A veiculada representação da infância na condição de etapa da vida mais suscetível à moldagem – além da própria constatação do desagradável quadro da mortalidade infantil – pareceu justificar a crescente preocupação com o cotidiano escolar, que se verificou nos círculos de intelectuais médicos e educadores. Depositava-se especial confiança nos benefícios dos conhecimentos da higiene para a proteção da saúde contra as imperfeições e excessos do regime escolar, capazes de perturbar o desenvolvimento normal e sadio da criança. Nas palavras de Guimarães Filho (1927), proferidas na I Conferência Nacional de Educação, é possível observar a ênfase dada ao papel do professorado na causa higienista pela metáfora utilizada, pelo autor, de “preparar o terreno”. A educação concebida no âmbito escolar funcionaria no sentido de fazer com que cada indivíduo, orientado pelos preceitos da higiene, tornasse-se um agente consciente da necessidade de se impedir a propagação de moléstias. “Propagandistas dos princípios da profilaxia” no seio da família, os alunos contribuiriam para que a *portentosa obra* da higiene fosse realizada:

Sem a instrução e sem a educação não há higiene, e podemos dizer que o professor bem orientado é o braço direito do higienista. Este age no próprio foco da infecção; **aquele tem o papel de preparar o terreno para que a moléstia não se alastre**, transformando, pela educação, cada indivíduo em uma barreira que impeça o desenvolvimento do mal. O professor não deve contentar-se com a instrução de seus alunos, mas deve procurar inculcar-lhes tão profundamente essas ideias de profilaxia, que os transforme em propagandistas de seus princípios no seio da família. (GUIMARÃES FILHO, 1927, p. 469; grifos meus)

No âmbito de discursos como o de Guimarães Filho, os professores primários eram representados como coadjuvantes no processo de regulação da vida escolar em que se pretendia interferir diretamente na maneira de viver dos indivíduos. O investimento discursivo procurava, de algum modo, convencer os professores primários de que a participação na cruzada civilizatória da higiene também era algo concernente ao seu ofício, tal como o apreço à moral e a preocupação com a exemplaridade. Não foi sem propósito que conteúdos de

higiene já faziam parte do plano de estudos dos professores primários em formação desde o século XIX, na antiga Escola Normal da Corte, e outras iniciativas, ao longo do XX, concatenaram-se ao propósito de capacitar estes sujeitos para lidar com as pequenas vidas.

Ademais, mecanismos que procuravam convencer a todos dos benefícios da higiene, as propagandas sanitárias realizadas nas escolas, através de campanhas de vacinação, realização de conferências, palestras e usos de filmes educativos, investiam-se da retórica médico-higiênica e das promessas de uma nação sadia para convocar a participação de todos, desde os pequeninos. Por mais uma vez, Guimarães Filho é incisivo em sua defesa, destacando a necessidade da perseverança do professorado brasileiro na causa higiênica:

Se a obra do professor for perseverante, como sempre o é, em algumas dezenas de anos aqueles que aprenderam a higiene nas escolas se transformarão em chefes de família que se tornarão, por sua vez, os baluartes da profilaxia (GUIMARÃES FILHO, 1927, p. 469)

Os discursos médico-higiênicos, embora não se possa homogeneizá-los, convergiam pelo intento de alcançar o professorado primário, interferir em sua formação, impulsionados também pelo propósito de arregimentar sujeitos capazes de multiplicar as “verdades científicas” em nome de um progresso. Com o empenho de médicos, enfermeiras e inspetores sanitários nas campanhas direcionadas às escolas primárias, fixava-se o papel daqueles para quem a sala de aula se apresentava como lugar de ofício, o professor primário. É recorrente em discursos de médicos e educadores, àquele período, a defesa de que a higiene física, intelectual e moral deveria ser realizada desde as *escolas da infância*. Dessa maneira, intentava-se convencer que as noções elementares de higiene necessitavam ser colocadas como aliadas no processo de desenvolvimento das crianças. A higiene escolar destinada aos professores em formação nas escolas normais poderia oferecer a estes sujeitos os preceitos atinentes a uma educação supostamente moderna, contribuindo para a conformação de uma pedagogia mais *científica*.

A partir do exposto, observa-se que a missão do professor primário constituía-se, para além do educar e instruir a infância, nos cuidados com a integridade física, intelectual e moral. No intento de levar as *armas da ciência contra a fraqueza do corpo* à infância escolarizada, os professores primários deveriam, portanto, adquirir nas escolas normais as noções pelas quais ensinariam a higiene elementar e contribuiriam para a formação dos “baluartes da profilaxia”. A promoção e o zelo pela saúde, associados à instrução, pareciam completar os elementos da peregrinação civilizatória que encontrava seu alicerce nas escolas

primárias brasileiras. A educação higiênica se impunha como inadiável no combate à degeneração da população, como assinala o professor da Escola Normal Primária de Ponta Grossa (PR), Nicolau Meira de Angelis, em tese intitulada *Pela perfeição da raça brasileira*, apresentada na ocasião da I Conferência Nacional de Educação:

É preciso a educação, como o maior recurso para os milagres da regeneração física. A educação higiênica se impõe, como um postulado da razão, como necessidade inadiável e imprescindível, como um dilema de sobrevivência ou iluminação. Deve ser a peleja de hoje, a luta de amanhã, o combate de sempre. E nessa cruzada entrem os professores, os médicos, os jornalistas, os homens de Estado, os dirigentes da Nação, a fim de se conseguir a educação sanitária [...]. (ANGELIS, 1927, p. 445)

É importante assinalar que, como *locus* de debates compartilhado por médicos, inspetores sanitários e professores, especialmente, as conferências nacionais de educação, organizadas pela ABE <sup>76</sup>, não apenas expressaram idealizações a respeito da educação brasileira, mas pensaram ações e intervenções no campo educacional. Especialmente com relação à educação sanitária, um dos eixos de debate que orientavam as ações da ABE, ressalta-se – a partir do exame das teses defendidas na I e II Conferência Nacional de Educação, esta última realizada em 1928 –, a proposição de programas de ensino de higiene para as escolas primárias e de cursos de aperfeiçoamento para os professores públicos. Ademais, esta associação tentava manter um diálogo com as ações das inspetorias sanitárias nos diferentes estados brasileiros, sobretudo com o auxílio dos próprios discursistas nestas conferências, por vezes representantes destas instâncias.

O que se deseja tornar pensável, a partir do exame dos discursos proferidos no âmbito das duas primeiras conferências organizadas pela ABE, é que a convocação do professorado primário para a causa higienista, para além de ser reforçada pela formação higiênica concebida nas escolas normais, contara com a intervenção de outras instâncias, conformando um aparato disciplinar que requeria dos professores primários a aquiescência. Infelizmente, não foi possível localizar, para esta dissertação, fontes documentais que nos ajudassem a refletir sobre como o professorado primário carioca correspondeu a esta convocação, pela prática docente no cotidiano das escolas primárias. Mas, não se podem desprezar os indícios que alguns destes discursos trazem no sentido de perceber, ao menos, a procura dos

---

<sup>76</sup> A fundação da Associação Brasileira de Educação (ABE), que ocorreu no ano de 1924, no Rio de Janeiro, assumiu importância no campo de debates acerca da educação nacional. Dinamizando debates, incentivando reformas e desenvolvendo projetos educativos junto às escolas tanto primárias como normais – além do desenvolvimento de atividades junto às famílias cariocas –, a ABE contou com a participação de intelectuais médicos, educadores, engenheiros, dentre outros profissionais interessados em pensar a educação do país.

professores públicos pelos cursos de aperfeiçoamento em higiene também oferecidos, no Rio de Janeiro, pela ABE.

Ao delinear o papel do professor primário com relação à educação higiênica da infância escolarizada, estes discursos operaram no sentido de produzir representações acerca do que consistia *ser* professor em início do século XX, quando a escolarização se expandia e os riscos de infestação de moléstias nas escolas também acompanhavam este número. Dessa maneira, para compreender algumas das razões que, de certa forma, sustentaram este corpo de discursos, é necessário não apenas levar em consideração o fato de que as ideias higienistas encontraram terreno fértil no campo educacional, mas ressaltar que, por trás de prédios luxuosos e do glamouroso ar de capital do país, reuniam-se condições sociais, econômicas, políticas e educacionais para que tais discursos proliferassem. Ou seja, especialmente pela constatação das condições miseráveis em que vivia a população, além da doença que a cercava, somada às condições ainda precárias dos prédios escolares, que ressaltavam o processo díspar entre os supostos avanços da higiene e a realidade social, a capital do país reunia elementos que pesavam e, de certa forma, justificavam o contundente empreendimento discursivo em torno da escola primária e do papel do professor na causa da regeneração.

Nas palavras do Dr. Francisco Figueira de Melo, em conferência intitulada *Educação Sanitária em São Paulo* e proferida na II Conferência Nacional de Educação, os professores foram postos como “modeladores da alma da criança”, incumbindo-se a eles a tarefa de “cultivar, na criança, o amor à saúde em benefício de cada indivíduo e no da coletividade e por amor à Pátria” (MELO, [191?], p. 122). É necessário estranhar estes discursos no sentido de perceber que os mesmos concorriam para a propagação de princípios caros à percepção social daqueles que se colocavam como dirigentes da sociedade, pois preparados para falarem em nome da *ciência* e do *progresso*. Amalgamavam-se discursos médico-higiênicos e educacionais, na tentativa de convencer a população de que o conhecimento das noções elementares de higiene traria benefícios às suas condições de vida. A higiene intentava extirpar da alma e do corpo da população as sujeiras dos maus hábitos, dos vícios do alcoolismo e da imoralidade. Como assinala José Claudio Sooma Silva (2009), a tentativa de infundir e propagar preceitos educativos na população, a partir da lógica de uma tradição de urbanidade na capital, investia na interferência benéfica que os comportamentos, hábitos e disciplinamentos internalizados pelas crianças, nos estabelecimentos de ensino, desencadeariam no meio social.

Ademais, a projeção da educação, concebida no espaço escolar, para o meio social envolvia os professores primários na tarefa de amenizar a discrepância entre a realidade das famílias, supostamente ignorantes, e das escolas, com sua autoridade disciplinar. *A obra da educação* deveria ser continuada pela escola, como assinala Maria Antonieta de Castro <sup>77</sup>, em conferência intitulada *A escola e a educação sanitária*, também apresentada na II Conferência Nacional de Educação:

Mas a obra da educação não se completa num dia. Continua-se através da vida da criança, no lar e fora dele. Vem a ocasião em que a criança inicia suas experiências na vida em comum e ingressa na escola. Aí então o lar cede lugar à escola, e esse aparelhamento é ideal para ser implantada a educação e ministrada a instrução sanitária e em que abundantes resultados podem ser colhidos. (CASTRO, 1928, p. 125)

Maria Antonieta de Castro prossegue, em sua conferência, assinalando a autoridade moral do mestre e sua condição de exemplo para os alunos que compreendiam seus ensinamentos como “ouro de lei”. O discurso desta professora primária encontrou-se conduzido pelas representações de docência, muito em voga à época, acerca do estatuto moral dos mestres. Aliás, a produção do discurso de Maria Antonieta Castro pode ser compreendida a partir das próprias posições que ocupa: a de professora primária e educadora sanitária. A relação que se procurou estabelecer entre docência primária e os cuidados relativos à saúde fica clara a partir da própria trajetória desta mulher, na qual o ensinar e o cuidar entrelaçavam-se pela fala e experiência.

Antonio Viñao Frago (2010) compreende o período <sup>78</sup> em que se constata a forte presença dos ideais higienistas em distintas dimensões da vida, inclusive na escolar, como aquele que vivenciou um processo de modernização e renovação pedagógica. A presença da higiene nas escolas normais somava forças, juntamente com a psicologia, por exemplo, no sentido de transformar o que se denominava como a “arte de ensinar” para uma pedagogia que, além do dom e da vocação, requisitava o domínio de técnicas e conhecimentos, um rigor supostamente mais apurado. Embora persistissem práticas discursivas que investiam na retórica da missão e da vocação, é necessário observar que não bastava apenas o “dom natural”. Ao longo da história da formação de professores primários, no Brasil, é possível

---

<sup>77</sup> Maria Antonieta de Castro foi professora primária, diplomando-se na Escola Normal de São Paulo e, em 1925, foi nomeada educadora sanitária e comissionada junto ao Instituto de Hygiene de São Paulo para a realização do recém-criado curso de educadores sanitários. Para melhor aprofundamento acerca da trajetória desta educadora, ver Rocha (2005b).

<sup>78</sup> Segundo o autor, período que abarca meados do século XIX e primeiras décadas do XX.

identificar iniciativas que intentavam qualificar o magistério a partir de uma educação formalizada, fornecida nas escolas normais, a partir do século XIX. Nestas instituições, os professores primários receberiam aquilo que a prática, sozinha, supostamente não poderia fornecer.

É muito interessante observar, por intermédio dos discursos da professora Maria Antonieta de Castro, como a higiene passava a compor os cursos de especialização destinados aos professores, assumindo-se como modalidade que, em certo sentido, aperfeiçoaria a prática docente. A questão lançada pela professora e educadora sanitária Maria Antonieta de Castro reservava ao professor o alargamento de seu papel:

Dito o que já fizemos, vamos propor a seguinte pergunta: Por quem deve ser implantada a educação e ministrada a instrução sanitária nas escolas? E a resposta será esta:

- a) Pelo educador sanitário – professor especializado em higiene;
- b) Pelo próprio professor de classe. (CASTRO, 1928, p. 127)

Os cursos de aperfeiçoamento em saúde, ou de educadores(as) sanitários(as), destinados aos professores primários, dão indícios de como a higiene passava a ser tratada no âmbito das cidades brasileiras. A realização destes cursos pode ser interpretada, para além de uma tentativa de aprofundamento do conhecimento dos professores das classes primárias sobre a higiene, como mais uma possibilidade de atuação profissional destes sujeitos. Apostava-se, desta feita, na atuação do professor para que os hábitos sadios encontrassem na escola seu efetivo lugar de profusão. Diferente de separar momentos para o ensino da higiene, o que se desejava do professor era a vigilância constante para que todas as ações em sala de aula fossem motivo para apontamentos do que se julgava certo ou incorreto, de acordo com os preceitos da higiene. Tarefa difícil esta, tendo em vista o conjunto de questões para as quais o professor deveria (e deve) estar atento, em sala de aula. De todo modo, o que se pode observar nos discursos, tanto no campo médico como no educacional, é a requisição de novas posturas do professor, pois apenas instruir já não bastava. A crença na escola como espaço onde se realizaria a verdadeira educação e instrução do povo fazia desconfiar da educação concebida no âmbito familiar<sup>79</sup> - especialmente, da família pobre – portanto era necessário intervir nesta última instituição e, para isso, diferentes mecanismos foram acionados.

As palavras da professora e educadora sanitária Maria Antonieta de Castro, ainda na tese que apresenta na II Conferência Nacional de Educação, trazem as marcas do que se

---

<sup>79</sup> Para aprofundamento desta discussão, ver Magaldi (2002).

requisitava do professor em início do século XX. No entanto, é necessário compreender o discurso desta professora como algo marcado por uma *vontade de verdade* – retomando a expressão utilizada por Michel Foucault (2010) –, que suscitava a adesão do público para o qual era destinado. Neste sentido, para além da tentativa de reforçar a ideia de que a educação sanitária fosse tomada também como compromisso dos professores, especialmente das classes primárias, requisitava-se a adesão destes sujeitos. Lançando mão de estratégias argumentativas, Maria Antonieta de Castro se utiliza de aforismos para levar a mensagem higiênica ao público da segunda conferência de educação, possivelmente também composto por professores de diferentes partes do país:

Professores: vede as possibilidades que vos oferece a escola na formação da consciência sanitária do cidadão. Não a desprezeis. Tomai-as como um dos objetivos para o qual deveis nortear vossa atividade. Crime seria o não fazer. A hominicultura – cultura de homens -, na frase de Waldomiro de Oliveira, Cultura de homens para o Brasil de amanhã, porque *the child is the father of man*. Dos professores depende, em grande parte, que esse elo que liga as gerações passadas às gerações futuras seja retemperado na prática dos hábitos sadios, para que, rijo como o aço, não se quebre, não se esfaleça essa cadeia formidável que é a raça brasileira. Esse lema da educação sanitária diz: “A educação sanitária semeia. A raça colherá o fruto”. (CASTRO, 1928, p. 128)

Como se pode observar da leitura do excerto acima, a “possibilidade” da educação sanitária que a escola oferecia ao professor das classes primárias emergia, essencialmente, da crença tão difundida àquele período de que a infância era a esperança do futuro. Como vasos a serem moldados, acreditava-se que os frequentadores das escolas primárias eram suficientemente maleáveis, para que a higiene fosse inculcada de maneira que jamais fosse esquecida. Por outro lado, investir na educação higiênica do professor das classes primárias significou domesticá-lo para que, como na metáfora do oleiro, moldasse os pequenos e para eles se constituísse exemplo.

A proliferação de discursos pautados na plasticidade infantil fez aparecer uma confiança desmedida nas crianças, na escola primária e no professor como importante “agente” neste processo. Cabe-nos interrogar, no entanto: como examinar a apropriação destes discursos pelos mestres, diretores e inspetores, por exemplo? Quais foram os efeitos destes discursos no ambiente escolar? Estas são questões que, embora com o esforço empreendido na busca de fontes, não puderam ainda ser respondidas. Contudo, é necessário assinalarmos que, se estes discursos atravessaram as décadas da primeira metade do século XX, e foram persistentes no sentido de demarcar o papel do professor e a importância da infância no processo de multiplicação das doutrinas da higiene, talvez o tenha sido porque a realidade

apresentava razões para isto. Marcada por discursos que apregoavam a exemplaridade, a moral, o civismo, dentre outras características que deveriam acompanhar a nobre missão do ensinar, a profissão docente esteve sob o resguardo da crença generalizada na escola como encarnação do progresso:

A profissão docente exerce-se a partir da adesão colectiva (implícita ou explícita) a um conjunto de normas e de valores. No princípio do século XX, este “fundo comum” é alimentado pela crença generalizada nas potencialidades da escola e na sua expansão ao conjunto da sociedade. Os protagonistas deste desígnio são os professores, que vão ser investidos de um importante poder simbólico. A escola e a instrução encarnam o progresso: os professores são os seus agentes. A época de glória do modelo escolar é também o período de ouro da profissão docente. (NÓVOA, 1991, p.16)

Este poder simbólico do professor, assinalado por Antonio Nóvoa no excerto acima, fortalecia a necessidade de investir discursivamente no papel que o professorado deveria cumprir no contexto de início do século XX, incluindo-se a realização da tarefa higiênica no âmbito escolar. Ao mesmo tempo em que a autoridade delegada ao mestre reservava a ele um lugar emblemático no processo de civilização da nação brasileira, também requeria deste agente a obediência a um conjunto de valores e normas. Ser espelho para os alunos significava fazer da própria vida do mestre um exemplo vivo, especialmente de moral, que deveria ir além dos muros escolares. Naquele contexto, as crianças passavam a ser vistas como capital humano e “à medida que se erguiam as chaminés de novas fábricas e se multiplicavam os cargos burocráticos, crescia demanda por uma força de trabalho moderna, sadia, qualificada e bem disciplinada” (BESSE, 1999, p. 100). Investir na infância, na perspectiva de médicos, educadores e governantes, era projetar um futuro auspicioso.

Na II Conferência Nacional de Educação, encerravam-se os trabalhos da seção Educação Sanitária com conclusões relatadas por Raul Magalhães. Vinte conclusões foram retiradas do corpo das teses apresentadas naquela seção<sup>80</sup>. Porém, a conclusão registrada por Ernani Agrícola dá o tom do que se reservava àqueles que exerciam a nobre tarefa de ensinar: “O elemento de mais eficiência para a educação sanitária na escola primária é a professora, satisfatoriamente instruída nas modernas práticas de saúde pública e capaz de atuar pelo ensino e pelo exemplo” (p. 128). As palavras de Ernani Agrícola, ao destacar a “professora” como elemento importante na realização da educação para a promoção da saúde no ambiente escolar, resgatam uma discussão que esteve incluída nos debates educacionais àquele momento: o papel da mulher na sociedade de início do século XX. Portanto, faz-se necessário

---

<sup>80</sup> Ver Anexo A.



apresentar, ainda que brevemente, como a mulher-professora esteve incluída no debate acerca da educação para a saúde no contexto educacional daquele momento a partir da divulgação de certas representações acerca do sexo feminino.

### 2.1.1 Mulheres, “as atalaias do povoamento útil”

Em uma mirada retrospectiva ao século XIX, podem-se perceber medidas legislativas que concorriam para o regulamento da instrução primária e secundária da Corte, como observado no texto da Reforma Couto Ferraz, em 1854. Nos parâmetros desta reforma, também esteve em tônica o currículo relativo às aulas primárias de meninas, estabelecendo limites ao ensino de álgebra, geometria, gramática, história e geografia pátrias (SCHUELER, 2004, p. 29). É sensível e explícita, nesta medida, a tentativa de diferenciação de currículos, regulando o ensino que seria adequado para meninos e outro para meninas e reiterando aquelas representações de vida doméstica (à mulher mãe e esposa), pois às meninas se reservavam, além da leitura, escrita, cálculo e doutrina cristã, as aulas de agulha, bordado e costura.

A puericultura e os preceitos higiênicos estiveram também na centralidade da educação feminina <sup>81</sup>, já desde meados do século XIX, o que auxiliava no reforço das representações de maternagem e um conjunto de outras representações que concorriam para o incentivo à frequência cada vez maior de mulheres na docência primária <sup>82</sup>. Neste sentido, a reflexão sobre a presença de mulheres no magistério primário não deve ser compreendida isoladamente ou somente como desdobramento do campo de lutas femininas em busca do *status* de profissionais do ensino. Há de se considerar ainda os próprios mecanismos institucionais postos em funcionamento no sentido de se intensificar este processo. No caso da Escola Normal do Distrito Federal, em 1901, por exemplo, como reforço desta tendência

---

<sup>81</sup> A respeito da educação feminina e as representações de mulher, em início do século XX, ver Paiva (2010).

<sup>82</sup> Além das representações de que o magistério primário seria a extensão da maternidade e que seu exercício, especialmente por mulheres, associava-se às características “naturais” deste sexo, outras questões também estiveram associadas ao incentivo da presença feminina neste ofício e são apontadas por outros historiadores da educação. Guacira Louro (2008), por exemplo, assinala que o processo de feminização do magistério – fenômeno que se verificou em distintas regiões brasileiras – também pode ser compreendido como resultante de uma maior intervenção e controle do Estado sobre o exercício da docência. Esta intervenção e controle, segundo a autora, poderiam ser constatados a partir da determinação que se fazia de conteúdos e níveis de ensino, a exigência de credenciais dos mestres, horários, livros e salários, além do processo paralelo à perda de autonomia que passavam a sofrer as novas agentes do ensino.

observada, apenas as matrículas de moças passaram a ser admitidas no curso normal. Esta ação contribuiu para o reforço das representações que destinavam este espaço à atuação feminina prioritariamente. Ainda que esta medida, posteriormente, tenha sido suspensa, constitui-se uma hipótese de que a presença masculina na Escola Normal tenha sido cada vez mais rarefeita. Na década de 1930, Diana Vidal (2001) identifica no quadro de matrículas do Instituto de Educação do Distrito Federal que:

A frequência era quase que exclusivamente feminina, incentivada pelo Departamento de Educação. Apesar de não ser formalmente vetada a matrícula aos rapazes, restringia-se a 10% o número máximo de alunos aprovados no exame de admissão à Escola Secundária. A prática apontava para a persistência das mulheres no curso. No ano de 1932, das 99 inscrições registradas no Livro de matrícula da Faculdade de Educação, 9 correspondiam a homens, sendo que um deles talvez cursasse a escola em companhia a sua irmã. (VIDAL, 2001, p. 37)

Diana Vidal ainda aponta que, em 1933, de 100 registros de matrículas, 7 eram de rapazes e que, destes, dois desistiram e outros dois foram retidos no primeiro ano de curso. Para os anos seguintes, registra-se um número cada vez menor de rapazes, chegando, por exemplo, no ano de 1935, a apenas um registro de ingresso masculino das 91 matrículas realizadas, registrando-se o abandono do inscrito durante o ano letivo. Quanto ao incentivo do Departamento de Educação, que a autora assinala no excerto destacado acima, cabe ressaltar que a assertiva se deu fundamentada pelo fato de ser o exame de admissão à Escola Secundária a única forma de ingresso na Escola de Professores. A Escola Normal do Distrito Federal – que, em 1932, passava a ser denominada Instituto de Educação –, por meio de reformas realizadas no ensino, esteve articulada à necessidade de oferecer ao sexo feminino uma formação profissional.

Verifica-se, portanto, que o resgate da presença feminina no magistério das classes primárias faz retomar, inevitavelmente, as representações de mulher que se viram veiculadas no contexto das primeiras décadas do século XX, quando o espaço público passa a contar, cada vez mais, com a circulação de mulheres e sua participação na mão-de-obra assalariada – incentivada, dentre outras formas, pelo vapor que ganhava as indústrias no cenário da produtividade econômica do país. Com relação ao exercício do magistério primário, é preciso ter em vista o fato de estar atravessado por discursos que intentavam estabelecer uma relação entre as funções exercidas e as “características naturais” da mulher. No que tange à realização da educação higiênica nas escolas primárias, não foi sem propósito que médicos, como Belisário Penna, defendiam que a mulher era quem melhor poderia exercê-la, pois, supostamente mais paciente e bondosa. Dotada destas “qualidades inatas” ela estimularia com

suficiente desvelo a consciência sanitária da população. É importante assinalar que tais representações sobre a mulher encontraram suportes institucionais para sua difusão e estimularam ações no sentido de incentivar a presença feminina no magistério. Como destaca Paiva (2011),

Algumas ideias correntes sobre o magistério pretendiam estimular ações, forjar exemplos e uma espécie de estatuto moral modelador de virtudes e caráter da professora. Estas ideias eram reforçadas pelas estratégias editoriais através de poesias, poemas, músicas, instrumentos que conferiam à professora leitora atitudes e qualidades que deveriam ser tomadas como exemplo para ela. Embora não tenha sido resolvido energicamente, o problema da educação feminina estava posto na pauta dos debates sobre a educação nacional e um conjunto de medidas foi articulado objetivando sanar as dificuldades vividas na instrução. Para a profissionalização deste sexo, estas reformas e outras ações convergiam, em diferentes partes do país, para a “melhoria” da formação docente, já que o projeto de escolarização da população demandava, cada vez mais, o recrutamento de professoras (PAIVA, 2011, p. 16)

Em manuscrito intitulado *Guardiãs da saúde*<sup>83</sup>, da autoria de Belisário Penna, este médico afirma que as professoras primárias, juntas com outras mulheres previamente capacitadas, eram as *atalais do povoamento útil, alicerçado numa infância sadia e vigorosa, alegre e triunfadora*. Este manuscrito do médico Belisário Penna faz referência a um curso, de mesmo título, que seria realizado em dois anos e só poderia “frequentar o curso e obter a carta de Guardiã da saúde após rigoroso exame final moças ou senhoras de relativa instrução, em condições de aproveitar as matérias de que ele se compõe para se submeterem a um exame de suficiência”. O curso se destinava, excepcionalmente, a mulheres e moças – como pode ser atestado pelas palavras de Belisário Penna no documento – e tinha como objetivo auxiliar na *campanha saneadora e da formação da consciência sanitária*, complementando o trabalho das professoras primárias que se iniciava nas escolas. De acordo com este médico, o curso fazia desenvolver a mais nobre e dignificante função, *a mais apropriada ao sexo feminino* e previa-se a atuação de mulheres especialmente nas famílias da “massa popular”, como o próprio termo utilizado por Belisário Penna.

A *assistência carinhosa* por meio da qual as mulheres supostamente difundiriam os preceitos da higiene justificava a ideia de que eram elas as mais apropriadas para transformar os maus hábitos em práticas saudáveis. Neste sentido, compreender a inclusão do professorado das classes primárias como potenciais agentes na campanha educativa da higiene inclui admitir a existência de discursos que intentavam resguardar à mulher, de um modo

---

<sup>83</sup> Localização BP/PI/TP/90002040-28. Este documento pertence à série Belisário Penna e se encontra no acervo da Casa de Oswaldo Cruz (RJ).

especial, esta mesma tarefa. As “qualidades femininas”, no entanto, deveriam associar-se a uma compreensão mais racional e científica do trabalho exercido pela mulher. Neste sentido, Susan Besse assinala que a mulher

Era também adornada com a aura de uma profissão científica moderna, baseada em habilidades extremamente desenvolvidas e em conhecimento especializado. Já não se considerava suficiente que as mulheres fossem bem intencionadas, “plenas de heroísmo e amor”, e naturalmente dotadas do instinto maternal (qualidades femininas que eram tidas como certas). Os médicos e os educadores influenciados pelo movimento da eugenia insistiam em que as mulheres precisavam de uma compreensão racional e “científica” do desenvolvimento infantil e dos modernos princípios de higiene para que pudessem cumprir seu novo dever patriótico e sua função social de “aperfeiçoar” a raça. (BESSE, 1999, p. 109)

A ideia de que as mulheres, professoras primárias, deveriam levar à frente a campanha educativa da higiene partia do pressuposto de que era possível assegurar a cooperação voluntária do povo, se educados. Deste modo, atuando nos lares e escolas, as mulheres auxiliariam para que de forma branda, porém racional e científica, a população fosse paulatinamente convencida de que a higiene oferecia benefícios para a saúde e o futuro da nação. Neste sentido, é necessário compreender que, no esforço de convocar a participação de professores primários na difusão dos preceitos da higiene, a presença de mulheres era vigorosamente incentivada, reservando a elas, de um modo especial, a responsabilidade de formar as futuras gerações. O médico Belisário Penna, mais uma vez, registra a sensível participação de mulheres na educação higiênica realizada no âmbito escolar:

Essa elevada função patriótica de salvação da raça, de dignificação da espécie, de engrandecimento da pátria, está reservada, principalmente, ao magistério das classes primárias exercido em geral por moças e senhoras as mais aptas e as mais apropriadas para dar cabal desempenho a essa tarefa sublime, se a isso se dispuserem com alma, com sentimento patriótico, com a cordura, a paciência e a tenacidade, de que são possuidoras em grau quase divino as filhas e as mães. (PENNA, s.d)<sup>84</sup>

É possível reconhecer, nas palavras deste médico, representações que atravessaram a sociedade das primeiras décadas do século XX e que intentaram produzir um determinado tipo de mulher, afeito às necessidades daquele tempo. A imagem da mulher-professora esteve fortemente vinculada àquelas “características naturais” assinaladas pelo médico Belisário Penna – cordura, paciência, tenacidade, dentre outras. Ademais, é interessante observar, na historiografia social da mulher, como a simples aparência de distanciamento destas

<sup>84</sup> Este excerto foi retirado do manuscrito intitulado *Escola Prática de Higiene*, que pode ser encontrado pela localização BP/PI/TI 90002040-43, no acervo da Casa de Oswaldo Cruz.

características fora “diagnosticada” como indício de anormalidade <sup>85</sup>. Sublinha-se, portanto, na fala deste médico a presença de outras vozes, como aquelas que defendiam o papel da mulher na (re)estruturação da família e da sociedade de um modo geral, já que a ela supostamente conviria o doar-se aos outros. Deste modo, o incentivo à participação de mulheres na tarefa higiênica, como professoras ou simplesmente representantes do sexo feminino, esteve associada à necessidade de estreitar a relação das mulheres com seus deveres familiares e sua missão de estabilizadora da moralidade na família e na sociedade. A parceria entre a professora primária e a guardiã da saúde é assinalada, de modo enfático, por Belisário Penna no manuscrito *Guardiãs da Saúde*:

Em perfeita união de vistas e de sentimento com a professora primária, a Guardiã da Saúde se infiltrará nas fazendas, nas fabricas, nas administrações municipaes, esclarecendo, socorrendo, ensinando ricos e pobres no trabalho nobilitante da valorização do homem pela educação sanitária, e do ambiente e da terra, fazendo praticar as medidas de saneamento, numa missão verdadeiramente patriótica, de pura e legítima defesa nacional, de dignificação da raça e da espécie (PENNA, s.d)

Alcançar todos os espaços possíveis pela atuação da mulher e da professora primária, tenaz e paciente, era exercer a defesa da nação, realizar uma missão patriótica, como assinala Penna. Era preciso extirpar o perigo da não governabilidade, portanto o trabalho exercido por mulheres comuns, preparadas em cursos de especialização, e pelas professoras primárias concorreria para a valorização da educação higiênica da população brasileira, nos meios urbanos e rurais. A transformação de cada lar em uma escola de saúde contava, deste modo, com a participação de mulheres que construiriam os pilares da saúde pela educação escolar e pela educação familiar. No cenário da época, o médico Belisário Penna, influenciado pelo movimento eugenista no Brasil, defendeu o papel da educação escolar na seleção, adaptação e aperfeiçoamento da espécie humana e denunciou o *descaso* pelas leis da biologia – por ele consideradas imprescindíveis ao desenvolvimento humano – e a ignorância por parte dos governos e da população sobre os preceitos da higiene. O ensino literário das escolas primárias, considerado superficial pelo médico mineiro, foi apontado como uma das causas da *deprimente situação* que se encontrava o país.

---

<sup>85</sup> Maria Clementina Cunha (1989) realiza um interessante estudo acerca dos modos como a psiquiatria produziu enunciados sobre a mulher de início do século XX, estabelecendo parâmetros de normalidade e anormalidade pautados, especialmente, na questão das “inclinações naturais do espírito feminino”. Nas palavras de Cunha, às mulheres “restavam as tarefas estratégicas da reprodução e da conservação da família e do lar, de ‘ser-para-os-outros’ conforme exigiriam sua própria determinação biológica” (Ibid., p. 126) e aquelas que fugiam a este padrão eram enquadradas em um perfil patológico, reservando-se a estas o internamento em hospícios.

Segundo o médico mineiro, homem de destaque nas campanhas sanitárias dirigidas por Oswaldo Cruz pelo interior do Brasil, muito pouco havia conseguido o país com leis e regulamentos. Por isto, defendia a indispensabilidade dos ensinamentos da higiene aos costumes da coletividade e o curso de *Guardiã da Saúde* reforçaria esta tarefa, pelo exercício de mulheres capacitadas por um conjunto de conhecimentos. As disciplinas que comporiam o curso de dois anos são enumeradas por Belisário Penna no manuscrito *Guardiãs da Saúde*:

Tabela 5- Disciplinas do curso de Guardiãs da Saúde

Conteúdos introdutórios	Noções gerais	Higiene	Conteúdos de fechamento
<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Elementos de História Natural</li> <li>▪ Elementos de biologia humana</li> <li>▪ Elementos de pedagogia</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Noções de higiene geral</li> <li>▪ Noções de microbiologia e parasitologia</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Higiene e proteção da infância pré e pós-natal</li> <li>▪ Higiene e profilaxia das doenças transmissíveis</li> <li>▪ Higiene domiciliar</li> <li>▪ Higiene alimentar</li> <li>▪ Higiene rural</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Condutas em casos de acidentes</li> <li>▪ Educação sexual</li> </ul>

O “cunho essencialmente prático” do curso, ressaltado por Belisário Penna, dava relevo à proposta da educação higiênica: o aprendizado dos preceitos a partir da vivência dos alunos. Os “elementos de pedagogia” serviriam no sentido de oferecer àquelas mulheres apenas noções rudimentares sobre a prática educativa, prevalecendo na organização dos traços gerais do curso os conteúdos que atravessavam o estudo da higiene, como a biologia humana e história natural, por exemplo. As guardiãs da saúde deveriam ser orientadas pelas professoras primárias, realizando um trabalho conjunto para a campanha sanitária no campo e na cidade. Agentes importantes na propaganda e difusão dos preceitos da higiene, as mulheres-professoras primárias dariam continuidade ao trabalho iniciado no lar através da educação concebida no cotidiano escolar.

O curso de educadoras sanitárias também se configura como exemplo para pensarmos a participação de mulheres na campanha sanitária mobilizada nas primeiras décadas do século

XX. A ocupação do magistério primário por um número cada vez mais significativo de mulheres pode servir como justificativa para que cursos desta modalidade tenham contado com a participação feminina. No entanto, cabe assinalar que esta presença expressiva de mulheres não deve ser entendida como um movimento espontâneo – aliás, muitos trabalhos produzidos no âmbito da história da educação têm se preocupado em demonstrar as questões que serviram de pano de fundo para o engajamento de mulheres no magistério primário desde fins do século XIX <sup>86</sup> –, mas como um fenômeno que também foi impulsionado pelos próprios discursos que circulavam nos meios sociais e acadêmicos, como os proferidos pelo médico Belisário Penna. A elevação da família e da infância como alicerces do processo civilizatório da nação brasileira, por exemplo, ajuda-nos a compreender os modos como as mulheres foram incluídas nos desígnios da campanha sanitária, pois por detrás de uma família equilibrada e uma infância educada e sadia estava a imagem da mulher, mãe, esposa e educadora.

### 2.1.2 Zelar pela saúde: um compromisso do magistério

Quais intenções atravessaram os discursos veiculados pelos compêndios de higiene endereçados aos professores primários? Em que solo foram produzidos e circularam? Examinar um conjunto de discursos produzidos no âmbito de sociedades científicas nos auxilia no sentido de perceber os modos como certas representações de docência foram produzidas no contexto de início do século XX, a partir de uma matriz médico-higiênica, intentando conformar modelos de práticas afiançados por um regime disciplinar que se impunha como verdadeiro. Neste sentido, tomamos para análise algumas das teses apresentadas nos congressos brasileiros de higiene, realizados ao longo dos anos 1920 pela Sociedade Brasileira de Higiene. Compreendemos que estes congressos se constituíram interessantes espaços de interlocução, cabendo-nos examinar os modos como o magistério é posto no âmbito do debate acerca da relação entre saúde e educação.

Tendo em vista estas considerações, é necessário considerar que parte dos médicos que participavam de espaços de debates como dos Congressos Brasileiros de Higiene (CBH), organizados pela Sociedade Brasileira de Higiene, também eram professores de escolas

---

<sup>86</sup> Ver Villela (2000).

normais e membros da ABE <sup>87</sup>, o que nos indica que a fala destes sujeitos por vezes se confundia com a experiência propiciada no magistério secundário. José Paranhos Fontenelle foi um destes sujeitos que, ocupando-se do magistério da Escola Normal do Distrito Federal, também presidiu a comissão executiva de alguns dos congressos, além de ter presença ativa na apresentação de teses no âmbito dos mesmos <sup>88</sup>.

Quais representações sobre o magistério são veiculadas no âmbito dos congressos de higiene? Quais intervenções são previstas para a formação deste grupo? Com o propósito de observar as maneiras como estes congressos, ao longo dos anos 1920, integraram ao problema da saúde pública a questão do preparo do professor primário, recorreremos a algumas teses apresentadas por médicos nestes eventos. Os anais destes congressos foram elencados como fontes especialmente porque, a partir dos mesmos, temos acesso a um conjunto de relatos de iniciativas realizadas em distintas cidades brasileiras, possibilitando-nos, ainda que parcialmente, uma percepção pouco mais ampliada acerca do debate sobre a relação entre higiene e preparo do professorado primário. Detemo-nos, neste sentido, naquelas teses nas quais se pode registrar a presença do debate sobre este grupo de agentes e que nos oferece indícios para se pensar os mecanismos de produção acerca do ofício docente.

Fundada em 1923, a Sociedade Brasileira de Higiene se constituiu um espaço privilegiado de discussão de políticas sanitárias no país, reunindo médicos de distintas partes do país. Nas palavras de Heloísa Rocha (2003a), a Sociedade Brasileira de Higiene configurou-se como “*locus* de difusão do *modelo paulista*, gestado no âmbito do Instituto de Hygiene” (p. 232). Os congressos periodicamente organizados por esta instituição, desde o ano de sua fundação, expressaram o propósito que a mantinha: a difusão das bases modernas e científicas da higiene. Nestes congressos discutiram-se ações sanitárias, desejosamente aplicáveis em todo o país, e procurou-se intervir nos distintos espaços de sociabilidade, dentre eles a escola. Desta feita, é necessário assinalar que, dentre um amplo campo de ações planejadas pelas teses defendidas nestes congressos, a escola, especialmente as classes primárias, esteve no âmbito das discussões.

A intenção de governar a população nos detalhes, extirpar os índices de mortalidade infantil e aperfeiçoar os serviços de saúde pública, a partir, dentre outras intervenções, da

---

<sup>87</sup> Alguns deles são Gustavo Lessa, Fernando Magalhães e José Paranhos Fontenelle.

<sup>88</sup> Para esta dissertação, foram examinados os anais do I, II, III e V Congresso Brasileiro de Higiene (não foi possível localizar os anais do IV CBH). Embora nas teses apresentadas por José Paranhos Fontenelle não haja defesa explícita do professorado primário como importante corpo de agentes na difusão da educação higiênica, é presente em seu discurso a aliança entre higiene e instrução, sendo cara a este médico a atenção à higiene infantil.



qualificação de profissionais para a atuação nesta área, atravessa os discursos proferidos no âmbito dos congressos. O investimento discursivo na convocação dos professores primários, como parte deste projeto de governo, deve ser compreendido ainda como uma medida de somar, numericamente, o quantitativo de agentes engajados no problema da saúde pública no Brasil. Com o diploma de nível secundário – formação esta que era um diferencial em uma sociedade cujo nível de escolaridade era baixo <sup>89</sup> – os professores primários já cumpriam parte dos requisitos mínimos para o ingresso em cursos de aperfeiçoamento para eles destinados. Embora a intenção não fosse elevar o professor primário à condição de um efetivo profissional da saúde – questão esta que também suscitou muitos questionamentos acerca das reais condições destes agentes atuarem no âmbito das escolas e das famílias na difusão da educação higiênica com apenas a capacitação concebida nas escolas normais –, podemos observar um corpo de discursos que convergiam no sentido de reservar a este sujeito um lugar no debate acerca da relação entre saúde e educação. Não se pode deixar de inserir na discussão acerca desta relação o próprio lugar da pedagogia. O que se esperava deste campo, por exemplo, com o desenvolvimento de estudos acerca do trabalho intelectual, por exemplo, e o que tais estudos implicavam no questionamento da organização do tempo escolar? É preciso considerar, portanto, que as intervenções no preparo do professorado primário, para lidar com as questões de saúde no âmbito escolar foram acompanhadas da necessidade de interferir, também, no próprio campo da pedagogia – há de se investigar os limites desta interferência.

Era consensual a necessidade de atenção e assistência à infância. Como espaço legitimado de governo desta infância, a escola primária é apresentada como escopo das intervenções médicas em muitas teses cujo tema integra o problema da higiene infantil. A compreensão da criança como um ser que “viria a ser” incumbia ao professorado primário uma responsabilidade que excedia o ensinar a ler, a escrever e a contar. Justificativas pautadas especialmente na maleabilidade da criança conformavam a base dos discursos que reservam ao professorado primário o dever de fazer da sala de aula um local de aprendizado das questões de saúde que, supostamente, seriam levadas para a vida adulta. Ao mesmo tempo em que estes discursos desejavam instaurar verdades acerca do ofício docente, em início do

---

<sup>89</sup> O médico Afrânio Peixoto, em seu livro *Noções de História da Educação*, registra dados referentes à realidade do analfabetismo no Brasil dos anos 1920: “Em 1920, o Censo Geral da República permitiu publicar-se a sinopse relativa á instrução: em 1000 brasileiros, de todas as idades, para 245 que sabiam ler e escrever, 755 eram analfabetos: deduzindo daí os de 0 a 6 anos, por força analfabetos, em geral, ou 21,2%, e ajuntando 9, em 1.000 ou 60,1% coeficiente um pouco maior que em 1900, em que se contaram, pelo mesmo processo, 58,8% de analfabetos” (PEIXOTO, 1933, p. 252)

século XX, também se apresentavam como uma convocação do professorado para a adesão daquilo que médicos-higienistas erguiam como bandeira: o entrelaçamento entre as questões médicas e pedagógicas. No I Congresso Brasileiro de Higiene, realizado em 1923<sup>90</sup>, Filogônio Lisboa era um dos médicos que defendiam a escola elementar como espaço eficaz de difusão das noções de higiene. Como outros médicos, apostava que quanto mais precocemente se realizasse a educação higiênica, maiores seriam as chances de se obter, no futuro, adultos vigorosos. Nas palavras do médico Filogônio Lisboa, por intermédio das escolas primárias, era possível alcançar a totalidade daqueles que tinham acesso apenas a este nível de ensino:

É sobretudo na escola elementar que as noções de hygiene devem ser dadas, pois duplamente eficazes serão pela precocidade da aprendizagem dos meios de conservar a saúde e pela vantagem de atingir, em tenra idade, a totalidade daquelles que só frequentam o curso primário. [...] Esses ensinamentos não poderão ser inculcados no espírito das creanças com os resultados que esperamos, senão por professoras especialmente instruídas que com sua auctoridade, apesar de brandura, saberão chamar a attenção das creanças sem intimidar-as e nem despertar nellas a vontade de fraudar-lhes as exigências. (LISBOA, 1926, p. 146)

A difusão das noções de higiene requisitava, nos discursos como o do médico Filogônio Lisboa, a participação do professorado das classes primárias. Salientando a presença da professora neste processo, o médico chama a atenção para dois interessantes elementos que deveriam compor a figura do mestre: a autoridade e a brandura. Especialmente instruídas, as professoras deveriam conduzir a educação dos pequenos não pela intimidação, mas pelo exercício da autoridade, ainda que afavelmente. A tese do médico Filogônio Lisboa, apresentada neste I Congresso Brasileiro de Higiene, tem como objeto a organização do serviço de enfermeiras no estado do Maranhão. Chamou-nos a atenção nesta tese, especialmente, o fato deste médico defender a formação de *professoras enfermeiras*. Neste sentido, propunha que fosse criada “uma das pedras fundamentais do edifício da defesa sanitária nacional”: um grupo de enfermeiras recrutadas entre as professoras diplomadas pela Escola Normal do Maranhão. Embora se trate de um caso específico que não conseguimos identificar igualmente na fala de outros médicos, a proposta do médico Filogônio Lisboa é interessante no sentido de fornecer indícios para se pensar, por mais uma vez, o lugar da mulher professora na sociedade de início do século XX e das próprias representações sobre o ofício docente.

---

<sup>90</sup> Embora o I Congresso Brasileiro de Higiene tenha ocorrido em 1923, apenas em 1926 foram publicados seus anais. Desta maneira, todas as referências aqui realizadas sobre este congresso serão datadas de 1926, conforme data de publicação do documento.

Que possibilidades de interpretação as palavras do médico Filogônio Lisboa nos oferece? Ao registrar a proposta de recrutar, dentre o professorado, mulheres para o exercício da enfermagem, para além do reforço a algumas das representações que se forjavam acerca do sexo feminino, a fala deste médico faz equiparar estas duas atividades a partir da compreensão das mesmas como um exercício de assistência. Nas palavras de Filogônio Lisboa, um médico, um guarda, nem mesmo uma enfermeira, conseguiria o que *a mestra* poderia exigir dos pais e dos alunos, possivelmente pela autoridade de sua palavra. Para os cursos de formação de *professoras enfermeiras*, este médico assinala que

Terão como objecto o ensino de praticas higienicas apropriadas ao meio e com o fim de ensinar a evitar todas as moléstias evitáveis, que, por falta de hygiene, se adquire na escola e nos domicílios. Deverão as professoras, para esse mister, estudar e submeterem-se perante uma commissão de Inspectores Sanitarios do Serviço de Saneamento e Prophylaxia Rural, a um exame em concurso, versando sobre as varias questões de hygiene social e individual, máxime sobre as do momentoso problema do saneamento do Brazil. (LISBOA, 1926, p. 146)

A partir das palavras de Filogônio Lisboa e de outros médicos que, àquele momento, posicionavam-se frente ao problema da relação entre higiene e educação escolar, podemos fundamentar a tese de que o professorado primário se apresentava como um grupo de agentes no qual se apostou no engajamento e para o qual se investiu esforços no sentido de obter sua adesão. Buscava-se o preparo do professor em higiene, para fazê-lo entrar na ordem do discurso, embora com restrições que se impunham a sua própria formação, tanto nas escolas normais como nos cursos de aperfeiçoamento que se destinaram a estes agentes. A formação higiênica do professorado se dava, frequentemente, a partir do aprendizado de *noções*, termo que sugere a existência de um corpo elementar de conhecimentos, limitado ao que se supunha como necessário à prática docente e diferenciado daquilo que se apresentava à formação do médico. Cabe-nos, pois, investigar que corpo de conhecimentos era este.

No II CBH, realizado em 1924, mais uma vez a escola comparece no debate. Nas palavras de abertura deste evento, proferidas pelo Dr. Manoel Ferreira, afirma-se serem a higiene e a instrução as “irmãs borralheiras” para as quais deveria se incumbir pesado trabalho. A afirmação deste médico vai ao encontro, mais uma vez, de um consenso de que era necessário fazer com que as questões de saúde fossem em conjunto com as questões de instrução e educação da população. Dessa maneira, como base da realização da educação higiênica, por alguns dos motivos aqui já assinalados, a escola esteve inserida na discussão a partir de questões que diziam respeito desde a prática educativa no interior das salas de aula até a qual repartição deveria pertencer os serviços de saúde a ela prestados. Na conferência

realizada pelo médico José Paranhos Fontenelle, em ocasião deste mesmo evento, intitulada *A profissão sanitária*, a educação comparece, mais uma vez, no discurso proferido. As palavras deste médico registram as mudanças no governo da população, por meio das quais se evidencia uma tentativa de deslocamento da instituição compulsória de leis e decretos sobre saúde pública para um investimento, mais incisivo, na criação de hábitos através da educação. Não queremos afirmar que as forças legislativas deixaram de atuar. No entanto, é necessário perceber que o alargamento do debate acerca da educação escolar, neste contexto, esteve associado a essa tentativa de minimizar os efeitos da obediência imposta e fortalecer o autogoverno da população através da formação de hábitos.

Automatizar as normas de vida significou iniciar a campanha higiênica desde a mais tenra idade. Cercada pela vigilância e cuidado por parte de diferentes agentes, a infância escolarizada estava no centro das atenções da saúde pública e para ela deveriam concorrer vários esforços. Como expressão desta intervenção, na ocasião do III CBH, a tese apresentada pelo Dr. Mario Pernambuco, intitulada *A ação do Posto de Hygiene Municipal em Hygiene Escolar*, registra o papel do professor com relação ao desenvolvimento da higiene no âmbito escolar:

O professor que, como já vimos, presta o seu concurso na inspeção medica dos alumnos, será depois de devidamente instruído pelo próprio Posto de Hygiene, um collaborador precioso na execução do programma da educação sanitária: ministrando e relembrando conhecimentos e preceitos estabelecidos pela autoridade sanitária; fiscalizando a acceitação por parte dos alumnos dos conselhos e ensinamentos applicados. Como collaborador do Posto, o professor ampliará o seu papel eminentemente nobre na formação do espírito das creanças que lhes são confiadas. (PERNAMBUCO, 1929, p. 446)

Para o médico Mario Pernambuco, o assunto de maior importância no âmbito da higiene escolar era a inspeção médica dos alunos, que tinha como fim descobrir anormalidades e de “selecionar, separar os escolares em normais e anormais”. Na tese apresentada por este médico são registradas as atividades que deveriam ser desenvolvidas pelo professor com relação à inspeção dos alunos. Dentre elas, estava a anotação de dados, nas fichas individuais dos alunos, como idade, frequência escolar, aproveitamento e asseio geral. Ao professor também cabia a separação daqueles que, por um conjunto de dados coletados, poderiam ser classificados como normais e anormais (acometidos de defeitos ou moléstias como magreza, má audição e vista defeituosa, por exemplo). O projeto educativo relatado pelo médico Mario Pernambuco incluía palestras periódicas especializadas – porém que fossem de fácil compreensão –, fitas cinematográficas e quadros murais capazes, pela sua

elaboração, de chamar a atenção dos alunos. O Dr. Pernambuco compartilha a ideia, também defendida por outros médicos, da maleabilidade infantil e afirma que realizar a educação sanitária desde a mais tenra idade significava “cultivar em terra virgem, dando sementeira certamente proveitosa” (PERNAMBUCO, 1929, p. 445). O papel das professoras formadas no curso e prática de higiene também é assinalado na fala deste médico.

Tomando como referência a experiência paulista, fomentada pelo Instituto de Hygiene, o Dr. Mario Pernambuco afirma serem elas as colaboradoras futuras mais *imprescindíveis* na educação sanitária, com o desenvolvimento do *papel mais importante e mais técnico*. Aperfeiçoadas as noções elementares de higiene aprendidas nas escolas normais, estas professoras estavam no centro da realização da higiene escolar, em parceria com os médicos e enfermeiras, especialmente. Reduzindo os custos com a contratação de médicos, a ideia era multiplicar o número de agentes auxiliares de saúde. O aproveitamento do professorado público fez parte desta estratégia, embora este fato não deva ser tomado como única e possível explicação do agenciamento destes sujeitos. Neste sentido, é necessário ter em consideração um conjunto de representações que se construíram acerca do magistério e do papel do professorado na sociedade de início do século XX, para compreendermos além do que se apresentava como benefícios econômicos para os serviços de saúde pública.

Ainda no âmbito do III Congresso Brasileiro de Higiene é interessante destacar as palavras do cirurgião dentista A. Labatut Simões que, defendendo a organização de um serviço de assistência dentária escolar, relata a experiência portenha com relação a esta questão. O engajamento de professoras portenhas é louvado pelo Dr. Simões e destaca a organização a partir da qual se realizava este serviço na Argentina:

A Argentina, que tanto se tem interessado pelo problema da assistência dentaria escolar, lá as suas professoras ensinam as crianças a armar modelos coloridos de papelão, demonstrá-los [sic] de anatomia normal e pathologica dos dentes. Nas escolas de Buenos Ayres a educação da higiene dentaria é uma preocupação de agrado publico e official, e uma das mais perfeitas organizações da America do Sul. (SIMÕES, 1929, p. 456)

Ao elevar a organização do serviço de assistência dentária da capital argentina – serviço este que também fazia parte do programa de higiene escolar desenhado pelos médicos-higienistas – o inspetor sanitário Labatut Simões faz desta experiência um exemplo a ser seguido no Brasil. Tanto este como outros pontos tratados no interior das teses apresentadas nos congressos organizados pela SBH registram um investimento discursivo para o agenciamento do professorado. A rotina escolar de preenchimento das fichas

individuais de saúde, de verificação do asseio geral dos alunos, bem como a atenção a possíveis sintomas que indicassem o desenvolvimento de alguma anormalidade dos pequenos deveriam compor a prática docente cotidiana.

No discurso do orador oficial Afranio Amaral, no V Congresso Brasileiro de Higiene, realizado em 1929, a infância e a escola primária, mais uma vez, comparecem como escopos das ações sanitárias. A crença na maleabilidade infantil também é marca da fala deste médico e é o que orienta seu discurso, ao afirmar a necessidade de produzir, no cotidiano escolar, hábitos de higiene pessoal e coletiva. A projeção para o futuro fundamenta, em linhas gerais, esta crença e a representação da criança como semente – muito presente nos discursos médicos e educacionais àquele período – faz retomar a ideia da imagem do professorado primário como grande semeador. Nas palavras deste médico, o sucesso final das campanhas sanitárias dependia da formação de hábitos de higiene pessoal e coletiva na infância. Portanto, defendia que a mesma se realizasse nos próprios exercícios escolares diários, associados à instrução. O médico Abreu Fialho também foi uma das vozes erigidas no V CBH e esteve interessado no estudo da higiene no âmbito escolar. Em sua tese intitulada *Organização higienica do ensino, hygiene do trabalho mental, hygiene das férias*, dentre outros assuntos, dá atenção para a higiene mental, na qual os programas de ensino são escopo do debate. A crítica aos programas de ensino geralmente se dava em decorrência de sua vasta extensão, ocasionando na estafa mental dos alunos. Dessa maneira, este médico assinala a importância do mestre estar atento aos esforços investidos nas atividades escolares:

Uma simples vista d'olhos sobre os programas de ensino em nossas escolas, ou o conhecimento pessoal que se tem dos esforços que os alumnos são obrigados a fazer mostram bem o trabalho excessivo, exaustivo que o cérebro de uma criança tem de executar nessa primeira época de vida collegial. Grande atenção há de haver por parte do mestre adestrado no seu officio para evitar os grandes males. (ABREU FIALHO, 1929, p.57)

O problema dos programas de ensino não dizia respeito apenas a algo que tocava a prática docente, mas que alcançava a própria pedagogia. Neste sentido, a Higiene, na condição de corpo de conhecimentos que compunha o plano de formação do professorado, não apenas requisitava do campo pedagógico uma organização do tempo escolar conformada aos estudos realizados especialmente no campo da psicologia – da qual a higiene teve forte influência – como procurava intervir nos modos como os conhecimentos escolares seriam transmitidos aos alunos de modo a não favorecer o desenvolvimento de deformidades. Isso implicava na tomada de novas posturas por parte daqueles que tinham a sala de aula como seu

lugar de ofício. O médico Abreu Fialho defendia que a sobrecarga mental dos alunos, por excesso de estudo, repercutia diretamente no sistema nervoso dos alunos, favorecendo o desencadeamento de uma série de problemas. Sugere, portanto, que quando não versado sobre os estudos de higiene mental, o professor deveria recorrer ao auxílio de um higienista interessado nos problemas escolares.

A convocação do professorado fica bastante clara nas palavras de um grupo de higienistas que, interessado nos problemas da higiene escolar, também se reuniu nos congressos realizados pela SBH, para discutir os rumos da relação entre saúde e educação no país. Relatando experiências próprias, tomando de empréstimo exemplos de outros países, aqueles médicos reunidos no propósito de pensar a infância, a escola, a pedagogia e seus sujeitos a partir de uma perspectiva higiênica cumpriram um papel na elaboração das políticas de saúde no Brasil e em sua aplicação em distintas esferas da vida, inclusive a escolar, que merece atenção. Na sessão de encerramento do V Congresso Brasileiro de Higiene, os médicos José Paranhos Fontenelle e Xavier de Oliveira apresentaram uma moção na qual se registra o apelo ao professorado brasileiro. Requisitava-se a realização de um congresso com a participação tanto das autoridades sanitárias como do magistério, a fim de se discutir a relação entre saúde e instrução:

Considerando que a Saúde e a Instrução do povo devem constituir o maximo objectivo de uma nação em plena formação, como a nossa [...] e, considerando, afinal, que, dos municipios, são factores maximos para sua melhoria no ponto de vista da Hygiene e da Instrucção as autoridades sanitárias e do magistério: indico ao voto do V Congresso Brasileiro de Hygiene: dentro do prazo de dois annos, a contar desta data, sob os auspícios do Departamento Nacional de Saude Pública e do Departamento Nacional de Ensino e da Sociedade Brasileira de Educação, e debaixo do alto patrocínio dos governos Federal e Estaduaes, seja realisado um Congresso das autoridades sanitárias e do magisterio de todos os Municipios do Paiz, para o fim especial de tratar das altas questões que dizem com a saúde e com a instrução do povo brasileiro. (OLIVEIRA, FONTENELLE, 1929, p.180-181)

Conquanto estivessem delimitados os papéis do médico e do professor, em início do século XX, o propósito parecia ser o de estimular uma cooperação entre estas duas profissões. Educação e saúde entrecruzavam-se, projetando para o futuro da nação uma mocidade economicamente produtiva e desejavelmente vigorosa. Os congressos brasileiros de higiene se constituíram espaço de socialização de ideias e de produção de discursos que intentaram incluir a escola primária no projeto de formação da consciência sanitária. Neste sentido, investigar a infância – etapa do desenvolvimento humano supostamente “maleável e dócil” –,

investindo em sua “plasticidade”, fora visto como uma maneira de alcançar as famílias, regenerar a população e garantir um futuro de prosperidade.

Ao propormos uma visada em algumas das teses apresentadas nos congressos brasileiros de higiene, ao longo da década de 1920 – de modo especial aquelas que tiveram como objeto a questão da higiene escolar –, o interesse foi de pensar os discursos que atravessaram a produção dos compêndios de higiene endereçados aos professores, bem como problematizar o lugar destes agentes nestes mesmos discursos. Que papel se projetava para o magistério primário? Pensando o problema no âmbito institucional, em que medida os programas de ensino de higiene, na Escola Normal do Distrito Federal, mantiveram relação com o que se discutia no âmbito desses congressos? A partir do exame aqui realizado, observamos que um conjunto de discursos se projetou para o professorado no sentido de convencê-lo que a higiene consistia em um corpo de conhecimentos necessário à sua prática. Por meio de uma intervenção que procurou alcançar, dentre outras questões, os aspectos pedagógicos da prática da professora e professor primários, a higiene escolar expressou o interesse de governar, cada vez mais pormenorizadamente, os sujeitos da ação educativa.

## **2.2 Intervenções na formação do professorado: os cursos de educadores(as) sanitários(as)**

A presença da higiene no plano de formação de professores primários se materializou por uma série de dispositivos, fosse nos programas de ensino dos cursos normais fosse nos compêndios didáticos destinados ao subsídio da disciplina. Interessante é ainda observar que outras estratégias foram mobilizadas no sentido de aprofundar o conhecimento adquirido nas escolas normais através da realização de cursos, cuja temática central era a higiene. Dando continuidade à proposta de tornar pensáveis algumas intervenções na formação do professorado e, propriamente, em sua prática – com relação ao tema da higiene –, debruçamo-nos, de um modo especial, sobre as ações da *Secção de Educação Physica e Hygiene* (SEPH), da ABE, ao longo dos anos 1920. Interessa-nos problematizar a realização de cursos de higiene para o aperfeiçoamento do professorado primário carioca.

Autores dos compêndios de higiene indicados para uso na Escola Normal do Distrito Federal, José Paranhos Fontenelle e Júlio Afrânio Peixoto, compartilharam o espaço de



discussão acerca da educação nacional no âmbito da ABE. Embora a fundação da ABE tenha sido no ano de 1924 – dez anos após a primeira edição de *Noções de Hygiene*, de Afrânio Peixoto e Graça Couto, e seis anos posteriores à primeira edição do *Compendio de Hygiene*, de José Paranhos Fontenelle – a inserção destes dois médicos no debate fomentado por esta associação nos indica, em certa medida, algumas aproximações (que não excluem, de igual modo, as divergências de ideias) com relação aos princípios defendidos pelos autores destes compêndios.

Em dezembro de 1924 atestava-se a criação, na ABE, de dez seções e indicação de seus respectivos presidentes <sup>91</sup> que, como organização de grupos temáticos de trabalho, ficariam responsáveis pela realização de conferências, cursos, dentre outras atividades, a fim de atuar na educação carioca: 1ª ensino primário; 2ª ensino normal; 3ª ensino secundário; 4ª ensino profissional; 5ª ensino doméstico; 6ª ensino técnico e superior; 7ª ensino artístico; 8ª educação física e higiene; 9ª educação moral e cívica e 10ª, educação da infância abandonada. O médico José Paranhos Fontenelle foi nomeado o primeiro presidente, em 1924, da SEPH. Ao longo de seu funcionamento, esta seção contou com a presidência de Faustino Espozel, Belisário Penna, Gustavo Lessa, Jorge de Moraes e Renato Pacheco, entre os anos de 1925 e 1935.

A primeira reunião da SEPH, registrada em ata, ocorreu em 25 de maio de 1926 e traçava as primeiras tentativas de intervenção na educação escolar do Distrito Federal, por meio das quais se propunha requisitar, junto ao prefeito da capital, a criação de praças de diversão para crianças nos diferentes bairros; estudar a questão da educação física para o sexo feminino e da educação sexual – assunto este que ganha, paulatinamente, espaço nos debates educacionais em decorrência, dentre outras razões, do movimento eugênico, que põe como problema a reprodução humana e o desenvolvimento da raça, dando especial atenção ao papel da mulher. No ano em exame não foram registradas muitas atividades pela SEPH, ocorrendo apenas sete reuniões.

No ano de 1927, já sob a presidência do médico Belisário Penna, a SEPH teve sua atividade organizada em dois eixos de ação: a primeira, junto ao povo e a segunda, ação junto às escolas. Neste ano a SEPH propunha um acordo com os diretores das fábricas da capital federal para a realização de uma série de conferências populares sobre higiene, ilustradas com projeções luminosas fixas e móveis em dias previamente determinados. Com relação às escolas do Distrito Federal, resolvia-se levar adiante os inquéritos sobre educação física;

---

<sup>91</sup> Cf. Ata da 4ª Sessão do Conselho Diretor da ABE. Também disponível em [http://www.abe1924.org.br/images/docs/arg\\_digi/atas\\_cd/atas1924/atcd4s19241227.pdf](http://www.abe1924.org.br/images/docs/arg_digi/atas_cd/atas1924/atcd4s19241227.pdf)

estabelecer um acordo com o diretor da instrução pública para a organização, por meio da SEPH da Associação Brasileira de Educação, de um programa de higiene para as escolas primárias; confeccionar trabalhos sobre os assuntos higiênicos destinados ao aumento do “cabedal de conhecimentos” dos professores públicos, orientando-os sobre o modo de ensinar higiene às crianças e confeccionar livros infantis de higiene. Naquele ano também se previa a criação de um curso de férias para as professoras <sup>92</sup>, facultativo, porém que fosse tomado com o apoio do diretor de instrução pública. A proposta da SEPH dá a ver uma primeira tentativa, registrada em ata, de realização de um curso para professoras da capital federal, desejando-se estreitar os laços entre a atuação da ABE e a Diretoria de Instrução Pública. Por fim, ainda na mesma reunião, os membros da SEPH registram a necessidade de convocar a participação dos médicos escolares em todas as ações, coordenadas por este grupo, que se fizesse em benefício da higiene e educação física nas escolas primárias da capital.

Na 9ª reunião da SEPH, realizada em 29 de julho de 1927, incumbia-se o Dr. Alair Accioly Antunes <sup>93</sup> e Faustino Espozel (ambos também docentes efetivos da cadeira de higiene da Escola Normal do Distrito Federal) da organização do programa para o curso de férias aos professores da capital, devendo-se limitá-lo ao estudo das doenças transmissíveis e a parte pedagógica do ensino da higiene às crianças. A experiência no magistério, de ambos os encarregados desta função, possivelmente contribuiria para que fossem traçadas as bases de um curso em higiene que atendesse às necessidades do magistério primário da capital. A 10ª reunião da SEPH foi realizada apenas em 14 de dezembro de 1928, quando se propôs a realização de um inquérito sobre a maneira como era realizado o ensino da higiene nas escolas da capital. Mais ousados no projeto de propagação dos ensinamentos da higiene, é proposta nesta reunião a organização das bases de um programa de higiene e educação física que fosse adotado em todo o Brasil, e não apenas na capital federal – conforme havia sido proposto no ano anterior. Sem mais notícias do curso de férias, no ano anterior, que seria organizado pelo Dr. Alair Accioly e Faustino Espozel, na 10ª reunião foi traçado o programa de um curso de

---

<sup>92</sup> A realização de cursos de aperfeiçoamento para professores esteve dentre as propostas de atuação da ABE. No ano de 1926 anunciava-se no Boletim desta associação a realização dos seguintes cursos e seus respectivos realizadores: Física, pelo Dr. Dulcídio Pereira; Química, Dr. C.A. Barbosa de Oliveira; Desenho, Dr. F. Nerêo Sampaio; Psicologia Experimental, Dr. Manoel Bomfim; História Natural, Dr. E. Roquette Pinto; Matemática, Dr. Euclides Roxo; Português, professor A. Joviano; Geografia na escola ativa, professor Dr. E. Backheuser e Fisiologia Vegetal, pelo professor Dr. Mello Leitão. No Boletim é relatada a experiência do curso de Física, com aulas “ilustradas com projecções e experiências as mais interessantes, algumas das quaes com aparelhos de possível fabricação pelos alumnos das escolas primarias” (BOLETIM DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO, janeiro de 1926, p. 16)

<sup>93</sup> Alair Accioly Antunes, além de um dos membros da SEPH, da ABE, foi diretor do Instituto de Educação do Rio de Janeiro nos períodos de 1938-1939 e 1954-1965.

*Aperfeiçoamento em Higiene*<sup>94</sup>, destinado às professoras primárias da capital que, segundo as informações constantes na ata, se realizaria no ano de 1929.

Concentrando os esforços da ABE em atuar, dentre outras áreas, no preparo do magistério para o ensino da higiene nas escolas primárias da capital federal, este curso de *Aperfeiçoamento em higiene* dá a ver os modos como a intervenção na formação deste grupo procurava ir além do que se propunha na estrutura dos programas de ensino de higiene da Escola Normal do Distrito Federal. Ao mesmo tempo em que a educação higiênica do professorado primário, paulatinamente, colocava-se como um dos imperativos do ofício docente, ela também se apresentava como mais uma possibilidade de atuação deste agente na escola e na sociedade de um modo geral.

Com ações que requisitavam desde o apoio da Diretoria Geral de Instrução Pública até a adesão dos professores das classes primárias, a SEPH se constituía espaço de reunião de médicos e professores (mais tarde, com a participação de militares<sup>95</sup>) interessados em fazer efetivos seus projetos para a educação da capital do país. É importante assinalar, no entanto, que não compreendemos as ações da ABE como um campo homogêneo. Faz-se necessário reconhecer que, como instituição que reuniu intelectuais de diferentes formações e campos de atuação, não é possível compreender a ABE como um todo homogêneo. Debates divergentes foram travados e propostas distintas pensadas para a atuação na educação tanto carioca como nacional (o que se expressa, com mais intensidade, a partir da realização das conferências nacionais de educação). No entanto, os membros da ABE guardavam algo em comum: o interesse em intervir nos rumos de uma educação entendida em seu sentido mais amplo possível – pois, além da educação escolar (atendendo desde a escola primária até o ensino superior), estava no horizonte das ações da ABE a educação concebida no âmbito doméstico, na atuação junto às famílias.

A realização de cursos de higiene pela SEPH sugere uma tentativa de transformação da prática docente, pautada não mais apenas na especial atenção em relação à aplicação e à escolha dos métodos de ensino, mas, também, preocupada com o que antecede este problema: a saúde do aluno. Neste sentido, a prática docente é cada vez mais orientada a perceber as maneiras adequadas de conduzir o ensino, identificando as diferenças entre os alunos, classificando-os e, a partir disto, empregando, sob uma orientação higiênica, os métodos que

---

<sup>94</sup> Ver Anexo B.

<sup>95</sup> A presença de militares é registrada nas atas da Secção de Educação Physica e Hygiene a partir de 1933, permanecendo até o ano de 1937, quando a SEPH deixa de existir. Naquele ano, a SEPH se encontrava sob a presidência do Major Azambuja Brillhante.

mais conviriam à realidade educacional constatada. O programa do curso é apresentado na tabela a seguir:

Tabela 6 - Programa do curso de *Aperfeiçoamento em Higiene*, organizado pela *Secção de Educação Physica e Hygiene* em 1928 (ABE).

Ordem das lições	Pontos tratados
1 <sup>a</sup>	Orientação do ensino da higiene na escola primária
2 <sup>a</sup>	Doenças contagiosas comuns, seu reconhecimento e profilaxia
3 <sup>a</sup>	<i>Repetição da lição anterior</i> <sup>96</sup>
4 <sup>a</sup>	Impaludismo (tuberculose)
5 <sup>a</sup>	Impaludismo
6 <sup>a</sup>	Verminoses
7 <sup>a</sup>	Animais nocivos e como deles se libertar
8 <sup>a</sup>	<i>Repetição da lição anterior</i>
9 <sup>a</sup>	Ensino de puericultura na escola primária
10 <sup>a</sup>	<i>Repetição da lição anterior</i>
11 <sup>a</sup>	A nutrição na idade escolar e pré-escolar
12 <sup>a</sup>	<i>Repetição da lição anterior</i>
13 <sup>a</sup>	Higiene mental: maus hábitos e sua profilaxia; organização higiênica do ensino.
14 <sup>a</sup>	Educação sexual
15 <sup>a</sup>	Higiene dos órgãos dos sentidos; teste de visão e audição; cuidados corporais.
16 <sup>a</sup>	<i>Repetição da lição anterior</i>
17 <sup>a</sup>	Fundamentos fisiológicos da educação física nas escolas
18 <sup>a</sup>	A correta atitude física dos escolares
19 <sup>a</sup>	Metodologia dos jogos
20 <sup>a</sup>	Metodologia dos exercícios
21 <sup>a</sup>	Jogos rítmicos
22 <sup>a</sup>	Higiene do edifício e do material escolar
23 <sup>a</sup>	As funções da enfermeira escolar
24 <sup>a</sup>	As funções do médico escolar
25 <sup>a</sup>	O papel da saúde pública na vida de uma cidade

<sup>96</sup> No programa é feito uso do termo “idem” para sugerir a repetição do estudo da lição anterior.

Como se pode observar pela tabela anterior, baseada nas informações contidas na ata da *Seção de Educação Física e Higiene*, o curso propunha um estudo extenso, com vinte e cinco lições a serem abordadas, onde também se pode perceber a repetição de algumas destas, sugerindo a concessão de uma importância maior ao assunto tratado ou, possivelmente, o reconhecimento da extensão dos seus conteúdos. A proposta do curso é iniciada com orientações ao professor sobre o ensino da higiene nas escolas primárias. Logo em seguida, como na proposta registrada no ano de 1927 (sobre a prioridade do estudo das doenças), cinco lições são dedicadas à profilaxia e reconhecimento das doenças que possivelmente mais afetavam à população e, desta maneira, chamavam a atenção dos serviços de saúde pública, como a tuberculose, por exemplo – doença para a qual são dedicadas duas lições em sequência.

O curso proposto pelos membros da *Seção de Educação Física e Higiene* também reserva atenção ao ensino da puericultura nas escolas primárias. Nestas linhas, deve-se assinalar que a puericultura esteve relacionada ao imperativo de preparar a geração vindoura, preocupando-se com o futuro da raça humana. Considerada pelo médico Afrânio Peixoto (1921), um capítulo da eugenia, a puericultura – pela importância que assumia nos discursos sobre o melhoramento da raça –, era defendida como essencial nos diferentes níveis de ensino, sobretudo para o sexo feminino. Peixoto ainda assinala que o ensino da puericultura era indispensável às crianças, defendendo, portanto, sua realização desde as escolas primárias. Este médico toma como referência a experiência norte-americana para defender a importância deste “capítulo da eugenia” para os pequenos:

Cuidar da saúde de outrem, uma boneca figuradamente, ou realmente uma criança, é ser levado a pensar e a cuidar em tudo que se refere à própria saúde. Reflexivamente, tal educação higiênica resultará proveitosa à própria **aluna**. Não vos esqueça esta recomendação, que eu quisera ver desde já adoptada entre nós: no país pedagógico por excelência, na Norte-América, o ensino da puericultura nas escolas e nos colégios de meninas é uma diversão, nunca omitida, e a mais encantadora das disciplinas, que preparam e educam para a vida. (PEIXOTO, 1921, p. 65; grifo meu)

Observamos, a partir das palavras deste médico baiano, que a puericultura é incentivada, especialmente, na educação do sexo feminino. Particularmente porque a maternidade é biologicamente inerente ao sexo feminino, o ensino da puericultura convergia para a educação da futura mãe que, embora pequena, poderia aprender pelos cuidados dispensados às bonecas noções rudimentares sobre as necessidades do desenvolvimento infantil. No *Compendio de Hygiene*, de Fontenelle, o estudo da puericultura também esteve

dentre as noções elementares e essenciais à formação dos futuros professores primários. Como veremos posteriormente, este médico se dedica a um tratamento detalhado acerca do desenvolvimento da criança, das fases do crescimento, dentre outras questões incluídas no estudo da puericultura.

A décima primeira lição do curso de *Aperfeiçoamento em Higiene* se reserva ao estudo da nutrição na idade escolar e pré-escolar, assunto que também mereceu a atenção dos médicos higienistas àquele momento<sup>97</sup>. Nos programas de ensino da Escola Normal do Distrito Federal, embora não haja uma referência específica ao termo nutrição do escolar, a questão alimentar também recebe tratamento no plano de formação do professorado. A décima terceira lição do curso é reservada ao estudo da higiene mental – importante ramificação da higiene que ganhava força nos debates educacionais especialmente a partir da década de 1920. Embora o plano do curso, organizado pelos membros da *Seção de Educação Física e Higiene*, não nos permita verificar os objetivos que perpassavam a inclusão deste assunto no curso de aperfeiçoamento<sup>98</sup>, apenas sua presença já nos indica a emergência da necessidade de abordar questões acerca do domínio dos atos, da educação das condutas, que se colocavam pareadas aos estudos desenvolvidos na psicologia. A higiene mental se apresentava como mais um campo de investigação que despertava a atenção de médicos e que impulsionava transformações nos processos pedagógicos, já que influenciava na maneira como os conteúdos escolares seriam transmitidos aos alunos, de modo a não perturbar a formação dos mesmos. Como se pode observar no programa do curso, a abordagem da higiene mental era acompanhada do estudo da organização higiênica do ensino, o que possivelmente pôs em discussão questões como as dos programas de ensino, a organização do tempo escolar e os próprios projetos educativos para atender a classificação científica dos alunos em “normais” e “anormais”.

---

<sup>97</sup> O médico Aristides Ricardo, em seu manual *Noções de Higiene Escolar*, publicado em 1936, por exemplo, reserva vinte e cinco páginas ao estudo da alimentação do escolar. Compostas por referência a pesquisas realizadas junto às escolas, tanto brasileiras como estrangeiras, estas páginas trazem tabelas sobre o valor energético dos alimentos e a indicação de seu consumo por faixa etária, bem como as variações de peso levando em conta o sexo e a idade dos escolares. Estes estudos assinalam para a importância que ganhava o conhecimento – já desde o século XIX –, cada vez mais detalhado, das características da criança em idade escolar e a classificação destes indivíduos a partir da aferição de um conjunto de elementos de seu desenvolvimento.

<sup>98</sup> Apenas no ano de 1927 que podemos constatar referência ao estudo *psíquico* da criança no plano de formação de professores primários na Escola Normal do Distrito Federal – ainda assim o uso do termo higiene mental não havia comparecido, até aquele momento, no programa da disciplina de higiene. Esta afirmação está baseada no exame que foi realizado dos programas de ensino entre os anos 1905 e 1929. Neste exame, no entanto, não estão incluídos os programas entre os anos de 1917 e 1922, os dos anos de 1923, 1925, 1926 e 1928, pois não foram localizados.

A higiene mental previa a adaptação do indivíduo ao meio, sendo importante a conformação de hábitos adequados às diferentes realidades que o aluno deveria enfrentar quando na vida adulta. Neste sentido, os primeiros hábitos, criados durante a infância, deveriam cooperar para o equilíbrio das ações: a educação cumpriria importante papel nisto. Dando prosseguimento ao curso, a educação sexual também compôs o quadro de lições destinadas ao aperfeiçoamento em higiene do professorado da capital federal. Em um período em que a co-educação era aclamada nos meios educacionais – especialmente entre aqueles que defendiam os princípios da escola nova –, e era acompanhada pela participação das mulheres, ao lado dos homens, nos espaços públicos, a educação sexual se apresentava como necessária à quebra ou indagação dos tabus que permeavam o imaginário da sociedade há séculos. Propor o estudo da educação sexual em um curso de higiene endereçado ao professorado carioca possivelmente significou preparar o terreno para a convivência entre os sexos no ambiente escolar e, também de modo especial, lançar as bases do controle da vida sexual.

O controle da vida sexual dos indivíduos também interessava fortemente às políticas do Estado e à atuação dos médicos-higienistas, como sujeitos que deveriam trabalhar em favor das decisões estatais com relação à saúde pública. Já que o futuro era o tempo para o qual se projetavam as preocupações do Estado, como poder legitimado, e de médicos e educadores – como sujeitos convocados para este projeto – a educação sexual operaria no sentido de fazer as gerações vindouras mais sadias, livres das doenças ocasionadas pelo contato sexual sem cautelas higiênicas. Não é possível descartar a hipótese, no entanto, de que a aceitação da abordagem da educação sexual nas escolas provocou controvérsias, pois ela ia de encontro a questões culturais que ainda eram mantidas como tabus.

O médico Afrânio Peixoto foi um dos intelectuais que, engajado com as causas da educação brasileira, nas primeiras décadas do século XX, defendeu a realização da educação sexual nas escolas e também no ambiente familiar. De acordo com o médico, a não abordagem das questões sexuais com as crianças, tanto por parte dos pais como dos professores, impulsionava-as a recorrerem, por conta própria, a livros, criados e companheiros mais velhos, aprendendo sobre os mistérios do sexo deturpadamente. O conhecimento do corpo humano, das especificidades dos sexos, da menstruação e da própria reprodução dos seres humanos compunha o repertório das questões que se colocavam à educação sexual. Afrânio Peixoto, em seu livro *Eunice ou A educação da Mulher*, publicado em 1936, relatando sua experiência como diretor de instrução pública do Distrito Federal, em 1916,

afirma que concedia três faltas por mês às professoras – referentes a média de dias em que a mulher se encontra no período da menarca<sup>99</sup>.

O médico e professor de higiene José Paranhos Fontenelle (1932) defendia que a educação sexual deveria ser realizada de modo claro, incisivo, breve e direto. Respondendo com franqueza e verdade às perguntas sobre a maternidade, feitas pelos pequeninos, e abordando, com as crianças mais crescidas, assuntos de história natural – que, iniciando com a explanação do processo de fecundação das flores, induzisse-as a pensar o mesmo processo com os próprios seres humanos – a educação sexual deveria se realizar, na escola, com o objetivo de fornecer o “fundamento único da saúde sexual”. No entanto, para o médico paraense, o resto da educação sexual deveria se realizar na própria iniciação à vida sexual, pois considerava que nem o professor teria as melhores qualidades para essa educação, nem a sala de aula seria o local ideal para tal.

As lições elencadas para a realização do aperfeiçoamento do professorado foram completadas com o estudo da higiene dos órgãos dos sentidos, teste de visão e audição, além dos cuidados corporais. Interessante é observar que, embora a intenção não fosse formar médicos e enfermeiras, o curso atendia ao estudo integral do ser humano – ainda que por meio de noções. Aos professores não era dado o “poder” do diagnóstico, mas o conhecimento dos sintomas de certas doenças e deformidades que afetavam, com mais incidência, a população escolar, auxiliaria no sentido de evitar “equivocos” pedagógicos (ao menos era o que se desejava). O aprendizado de noções sobre os testes de visão e audição, por exemplo, estava intimamente ligado ao ensino da leitura e da escrita. Neste sentido, o processo de alfabetização dos pequenos deveria ser conduzido pela observação do aluno, com o intuito de identificar possíveis problemas no aprendizado que pudessem estar diretamente relacionados a deformidades na visão e/ou na audição. Desta feita, a prática docente é incitada à tomada de novas posturas frente ao ensino escolar.

Elemento de realização da educação integral do indivíduo, a educação física também esteve dentre as lições planejadas para o curso organizado por membros da ABE. Sua abordagem, no curso, esteve ligada aos fundamentos fisiológicos da educação do corpo no ambiente escolar. O estudo da educação física é seguido pela abordagem das atitudes físicas dos alunos, metodologia dos jogos, metodologia dos exercícios e jogos rítmicos, fechando o eixo de disciplinarização do corpo do escolar. A higiene do edifício e do material escolar

---

<sup>99</sup> Embora a experiência como diretor da instrução pública tenha sido muito breve (em torno de um ano apenas), Afrânio Peixoto afirma o seguinte: “Quando fui diretor de instrução, no Distrito Federal, concedi o abono de 3 faltas, às professoras, por mês. Homens, professores e inspetores, na sua estouvada insciência, me vieram reclamar contra tal – feminismo – e exigir favor igual...” (PEIXOTO, 1936, p. 189)



ocupa a vigésima segunda lição. A organização e apresentação do espaço físico da escola, como uma das dimensões do exercício de disciplinamento dos alunos, era um assunto necessário e que encontrava lugar na escrita dos compêndios de higiene endereçados aos professores. A higiene do material escolar se apresentava como outro elemento importante e concorrente para a realização da educação higiênica dos alunos e da própria proteção da saúde. Livros, cadernos, mapas escolares, dentre outros objetos que compõem a cultura material escolar, não poderiam ser focos de disseminação de doenças. Desta feita, os procedimentos referentes à assepsia destes materiais não poderiam faltar no cabedal de conhecimentos necessários ao professor.

As três últimas lições programadas para o curso se referem a duas figuras que, trabalhando junto aos professores, cooperavam para a criação de bons hábitos nos estudantes: o médico e a enfermeira. A presença destes dois agentes no cotidiano escolar sugeria o “poder discursivo” dos mesmos na orientação e realização da educação higiênica neste ambiente. Tomados como orientadores da prática docente, o trabalho dos médicos e enfermeiras nas escolas também deveria ir ao encontro do processo pedagógico, desvendando os mistérios das possíveis dificuldades de aprendizagem, dos problemas da escrita, de leitura e tantos outros escolhos da vida escolar, que acreditavam ter como pano de fundo um problema de saúde. Coadjuvantes do projeto de higienização na escola e na sociedade de modo geral, o professorado era capacitado para entrar na ordem do discurso, embora um conjunto de restrições e interdições operasse no sentido de controlar a produção dos discursos médico-higiênicos.

A última lição do curso contemplava o papel da saúde pública na vida de uma cidade. Diferentes médicos, como José Paranhos Fontenelle, por exemplo, defendiam a necessidade de fazer a população conhecer os benefícios da saúde pública. Em oposição à coerção, este médico afirmava que a população só desenvolveria a consciência sanitária se educada para isto. O curso de aperfeiçoamento em higiene, portanto, oferecia ao professorado carioca a oportunidade de aprofundar os conhecimentos outrora iniciados na escola normal. Como os cursos de educadoras sanitárias realizados em diferentes regiões do país, a ideia era fazer do magistério primário um pelotão de agentes comprometidos com o projeto de higienização da sociedade brasileira. Já assinalamos que os gastos com recurso humano (contratação de médicos, enfermeiras, inspetores sanitários e tantos outros agentes envolvidos neste processo) eram onerosos aos cofres públicos. Desta maneira, nada mais conveniente do que aproveitar os professores públicos para cooperar nesta tarefa.

No Boletim da ABE, de maio de 1929, anunciavam-se as ações da SEPH, dentre elas a de realização de cursos para o professorado primário da capital federal. A nota intitulada *Secção de Hygiene e Educação Physica*, publicada neste Boletim, anunciava a realização de um curso de *Hygiene Geral*, que começaria em março do mesmo ano e compreenderia vinte e oito aulas. De acordo com este documento, mais de quarenta professoras já havia se inscrito e entre os docentes do curso figurariam “alguns dos nossos melhores higienistas” (sem, no entanto, identificá-los), prevendo-se que o mesmo seria o mais prático possível. Talvez por generalização do termo (supondo que a maioria eram mulheres) ou, efetivamente, porque a procura pelo curso de *Hygiene Geral* era prioritariamente feminina, a nota da SEPH registra, de toda maneira, a presença de mulheres professoras. Quarenta mulheres daquelas que se dedicavam ao magistério primário da capital federal buscavam o curso, possivelmente interessadas no aprofundamento das questões higiênicas e no aperfeiçoamento de sua prática. Interessante é observar que as ações da SEPH, com relação ao magistério primário, eram orientadas por um grupo de professoras que frequentavam às reuniões desta seção. Desta maneira, indicavam as necessidades do magistério a respeito da educação higiênica realizada nas escolas primárias, de acordo com o próprio Boletim:

Deve-se dizer que nesses trabalhos preparatórios temos sido orientados por um pequeno grupo de professoras que têm comparecido ás nossas reuniões e se mostram excellentes interpretes das necessidades das nossas escolas. Temos submettidos os nossos planos de acção ao parecer da presidente da Secção de Ensino Primário, D. Celina Padilha. Cumpre aqui accrescentar que a Secção de Hygiene e Educação Physica tem recebido suggestões para promover conferencias de vulgarização em collegios, em fabricas, etc, [...] A nossa linha de acção principal parece-me dever ser junto ao professorado. (BOLETIM DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO, 1929, p. 37)

Buscava-se no âmbito da SEPH um diálogo com as escolas primárias da capital. Neste sentido, era conveniente que se mantivesse a participação das próprias professoras como orientadoras das práticas de educação higiênica. No entanto, cabe assinalar que, ao examinarmos este documento, necessita-se ter em consideração que o mesmo conforma-se segundo uma montagem não-neutra e é investido dos interesses do grupo que o produz. Neste sentido, embora não tenha sido possível identificar que grupo de professoras era este, onde as mesmas atuavam, a partir de que momento passaram a participar das reuniões da *Secção* e como começaram a participar, é importante observarmos este documento como representação do que esta associação, especialmente a SEPH, desejava construir de si mesma. Desta maneira, por estas palavras, registradas no Boletim, é possível observar que esta associação

desejava ser percebida, na sociedade educacional carioca, como um laço de união entre os intelectuais que dela faziam parte e as escolas, tanto primárias como a escola normal.

No ano de 1920, Lausane Pycosz (2007) identifica, a partir do exame dos *Archivos Paranaenses de Medicina*, a realização de um curso de Higiene Elementar – instituído pelo Serviço de Profilaxia Rural daquele estado –, endereçado aos professores públicos. Metodologicamente realizado a partir de conferências teóricas e orientações práticas, o curso de Higiene Elementar era composto especialmente por lições sobre doenças contagiosas, verminoses, bem como os perigos do álcool e da morfina – reforçando a dimensão moral abarcada pela higiene. Complementava o curso a realização das sabatinas, assistidas pelo inspetor geral de ensino, o diretor do ginásio e escola normal e outras numerosas “pessoas gradas”, conforme demonstra o excerto deste documento selecionado por Pycosz (2007, p.82). A realização deste curso no estado do Paraná reforça a ideia de que o professorado era tomado, àquele momento, como um batalhão que, armado pelas noções de higiene, deveria cumprir a missão de formadores de hábitos saudáveis nas gerações futuras. A realização de palestras também compôs o repertório de ações interessadas na intervenção da formação do professorado, para além do que se realizava no âmbito das escolas normais. No estado do Paraná, por exemplo, Pycosz (2007) ainda assinala a realização destas palestras pela Inspeção Geral de Ensino, abordando desde questões sobre doenças até os processos pedagógicos, tratando sobre os programas e livros escolares, por exemplo.

Comprendermos a realização de cursos como aqueles planejados pelos membros da ABE e este, organizado pelo Serviço de Profilaxia Rural, no estado do Paraná, implica observá-los como um interesse difuso de intervir, de forma disciplinar, na formação e aperfeiçoamento dos professores públicos. Como se pode observar pela estrutura do curso lecionado no Paraná – composto por uma parte teórica e outra prática –, a realização das sabatinas era consagrada com a presença de “pessoas gradas”, dando legitimidade ao curso e, ao mesmo tempo, evidenciando a tentativa de disciplinarização daqueles que esperavam obter o certificado de conclusão. Passados doze anos da realização deste curso pelo Serviço de Profilaxia Rural, no Paraná, Larocca e Marques (2010) identificam o planejamento de um curso de Educação Sanitária, organizado pela Inspeção Médica Escolar paranaense, com roteiro apresentado pelo diretor deste serviço, José Pereira Macedo. De acordo com as autoras, a intenção não era substituir a cadeira de higiene do curso normal, mas oferecer *bases concretas para a compreensão do programa de higiene do Estado*.

A experiência de realização de cursos de aperfeiçoamento em higiene que visavam, de um modo especial, aos professores formados pelas escolas normais do país também é identificada no estado de São Paulo por Heloísa Rocha (2003a). Ao examinar o regulamento do curso de Educadores Sanitários, ministrado em São Paulo pelo Instituto de Hygiene, Rocha afirma que “a admissão ao curso se fazia mediante aprovação em ‘exame vestibular’ que consistia de duas provas escritas: uma de cultura geral, em forma de solução de problemas ou testes, e a outra de noções de Anatomia e Fisiologia humanas” (ROCHA, 2003a, p. 148). Para esta última, a base era o programa de ensino das Escolas Normais do estado de São Paulo, sorteando-se o tema no momento de realização da prova. Dentre as exigências para inscrição no curso de educadores sanitários estava ser diplomado pela escola normal do estado de São Paulo e ter boa saúde e imunização contra a varíola e a febre tifóide. O tempo de exercício no magistério também se apresentava como um critério classificatório para aqueles que desejavam ingressar no curso – supondo que a prática pedagógica pudesse favorecer o ensino da higiene realizado pelos educadores sanitários.

Ao passo em que identificamos no Brasil, iniciativas em proveito do aperfeiçoamento do professorado, com relação aos conhecimentos da Higiene, também percebemos que o projeto de higienização se realizou em Buenos Aires por vias que guardaram, mais uma vez, semelhanças com o caso brasileiro. Este projeto, no entanto, necessitava de uma participação significativa de sujeitos, que não poderia se restringir a médicos e *maestros*. O efetivo de médicos não era suficiente para o atendimento de toda a população escolar portenha, tampouco o acompanhamento cotidiano junto às famílias dos alunos. Neste sentido, incentivava-se a formação de um corpo de visitadoras escolares, que seriam auxiliares diretas neste projeto de higienização e estariam a serviço tanto da escola como das famílias. Nas palavras do médico inspetor Carlos Cometto, na *Revista de Educación*, em 1922, precisava-se, para o exercício desta função, de “personas con ciertos conocimientos generales, con una cultura, un carácter afable y especiales condiciones para que puedan dar benéficos resultados” (COMETTO, 1922, p. 800). Não foi sem propósito que as *maestras* compareciam como aquelas que poderiam suprir a necessidade que, então, via-se emergir. O médico Carlos Cometto assinalava a existência de muitas *maestras* que ainda não haviam conseguido postos de trabalho e, portanto, poderiam ser recrutadas e preparadas para a atuação como visitadoras escolares:

Existen en nuestra provincia muchos centenares de maestras diplomadas, sin haber conseguido empleo. Aprovechemos a aquellas que demuestran tener particulares

inclinaciones para el fin que nos proponemos, instruyámoslas y serán las futuras visitadoras de higiene escolar. Si el resultado fuera favorable, como ha sucedido en los países más civilizados del mundo, se podría extender este servicio a las demás ciudades y pueblos de la Provincia, de cierta importancia, consiguiendo, por intermedio de este servicio de visitadoras escolares, la educación higiénica. La educación higiénica de nuestro pueblo por medio de la escuela. La ignorancia sobre las prácticas más elementales de la higiene general e infantil es la causa primordial de la morbilidad y mortalidad en nuestro país. (COMETTO, 1922, p.800)

Embora as *maestras* fossem apontadas, pelo médico Carlos Cometto, como adequadas para o exercício da função de visitadoras escolares, o mesmo não deixa de assinalar a importância das mesmas apresentarem “particulares inclinações” para o fim proposto: realizar a educação higiênica prestando auxílio ao médico escolar e assistindo às famílias dos escolares. Tal experiência de recrutamento de docentes, especialmente do sexo feminino, para atuarem ao lado de médicos também é observada no Brasil. Tanto a experiência no território argentino como no brasileiro se constituem como casos que podem nos auxiliar no sentido de tornar pensáveis os modos como as mulheres professoras foram colocadas como, supostamente, as mais adequadas para a realização da educação higiênica, exercendo a função de agentes de saúde e ultrapassando os limites dos muros das escolas. O conjunto de fontes até aqui examinado nos permite afirmar que se intentava estabelecer uma relação entre educação e saúde, embora se tenha de reconhecer que os projetos de intervenção médico-higiênica não foram homogêneos, tampouco sua aplicação e constituição na formação das professoras foi sem questionamentos.

É possível pensarmos que as escolas normais, embora oferecessem um programa de ensino de higiene, não davam conta ou não alcançavam os reais objetivos do Estado e de seu grupo aliado no projeto de higienização da sociedade – os médicos-higienistas. Dotar distintas instituições ou determinadas áreas de serviços públicos com cursos de higiene, voltados para o professorado<sup>100</sup>, indicava uma possibilidade de atuação para além da escola – uma extensão do magistério e, possivelmente, uma distinção salarial. A experiência paulista – com relação a esta formação higiênica do professorado através da realização de cursos após a formação nas escolas normais – dá indícios desta distinção salarial, já que, com o diploma de *educadores sanitários*, estes professores poderiam ser comissionados. Nas palavras de Heloísa Rocha (2003a), “aqueles que já exerciam o magistério eram considerados comissionados no Instituto de Higiene, recebendo os vencimentos integrais do cargo, prática que já havia sido ensaiada, anteriormente com outros profissionais” (p. 149). Ainda segundo Rocha (2003a), embora a

<sup>100</sup> Heloísa Rocha (2003b) assinala que, embora o exercício do magistério se apresentasse como um dos requisitos de inscrição no curso de educadores sanitários, o mesmo foi procurado por diretores, vice-diretores e por profissionais que, inclusive, não exerciam o magistério.

iniciativa de formação de educadores sanitários, em São Paulo, tenha sido iniciada em 1925, com a reforma sanitária dirigida por Geraldo de Paula Souza, a profissão foi oficializada somente no ano de 1938.

A importância do incentivo na realização de cursos como estes crescia na medida em que se tornavam também alarmantes os índices de mortalidade infantil, a degeneração de parte da população pelo alcoolismo, a degradação das famílias por um suposto “desconhecimento” de medidas higiênicas no trato doméstico. O professorado primário – com a participação especialmente de mulheres que atuavam no magistério – representava parcela da população que, habilitada pela formação nas escolas normais (e, em alguns casos, melhor preparada a partir dos cursos em higiene oferecidos por diferentes instituições), poderiam auxiliar na melhoria das condições de saúde da população escolar.

Traço da união entre a família, a escola e os serviços de saúde, o magistério primário foi escopo de distintas intervenções que intentaram fazer dele o braço direito dos médicos-higienistas e corpo de agentes de concretização das ações do Estado no âmbito da saúde pública. Resgatar estes traços da história da formação docente significa identificar projetos distintos que procuraram atravessar este grupo e fazer dele o canal de intervenção no cotidiano da sala de aula.

### 3 DA HIGIENE NA FORMAÇÃO DO PROFESSORADO PRIMÁRIO

De conteúdo escolar à condição de disciplina autônoma, a Higiene percorreu interessante trajetória na formação do professorado primário carioca. Ao realizarmos, neste capítulo, a reflexão acerca da presença da Higiene no curso normal, operamos com a hipótese de que sinalizou uma tentativa de ampliação do papel docente na sociedade que se configurava na passagem do século XIX para o XX. Ao reunir um corpo de conhecimentos científicos com o propósito de oferecer aos professores, em formação, uma educação higiênica adequada aos novos anseios sociais, tanto a disciplina lecionada nas escolas normais como a retórica presente nos compêndios cumpriram funções didáticas que merecem ser investigadas.

De início, importante enfatizar que a veiculação da higiene na formação do professorado esteve associada, de um modo especial, ao problema da saúde pública. Ademais, como assinala Pycosz e Oliveira (2009), observa-se “a associação da higiene com a cruzada moralizadora que tinha, principalmente na higiene escolar, importante sustentação” (p. 141). Não se perde de vista, outrossim, o fato de a preocupação com o desenvolvimento infantil ter posto em pauta uma série de intervenções em sua formação escolar. Neste sentido, compreendemos ser indissociável, também, o problema da formação higiênica do professor e as questões relativas à assistência e ao cuidado da infância. Como veremos, esta indissociabilidade pode ser expressa pela própria organização dos conteúdos da disciplina e dos assuntos presentes nos compêndios, nos quais a questão da infância compareceu sob diferentes abordagens.

Ao passo que a higiene oferecia aos futuros professores um corpo de conhecimentos postos como necessários à regulação da saúde, também produzia representações acerca do papel destes sujeitos no âmbito escolar. Um olhar perscrutador e sensibilizado era requisitado aos professores primários, a fim de se desenvolver aptidão para a percepção de anormalidades no corpo infantil. Disciplinava-se o olhar dos professores a fim de se exercer o poder de regulação do corpo infantil. Representados como *braços direitos do higienista*, estes sujeitos deveriam cumprir função complementar aos dos médicos e enfermeiras também atuantes no espaço escolar. Cabe-nos investigar de que maneira contribuiu, para o alcance de tal finalidade, o aparato didático constituído pela disciplina de Higiene e os compêndios destinados ao professorado. Vale ressaltar que privilegiamos, de modo especial, o olhar sobre

os discursos médico-higiênicos, conquanto não perdemos de vista a existência de contradiscursos com relação a esta intervenção médica no preparo do professorado<sup>101</sup>.

### **3.1 Uma breve trajetória da *Hygiene* nos programas de ensino da Escola Normal: de conteúdo à disciplina escolar**

Há cerca de duas décadas, registra-se o crescimento do interesse de pesquisadores de diversas áreas em compreender o processo de escolarização de determinados saberes, como assinala o estudo de Júnior e Galvão (2005). Na medida em que se comprometem com a historiografia das disciplinas, matérias ou conteúdos escolares – que, segundo estes autores, trata de um mesmo campo de estudos<sup>102</sup> – estas pesquisas operam com a noção de tempos escolares, já que se debruçam sobre as transformações dos saberes escolarizados, não circunscritos a uma linearidade lógica<sup>103</sup>. Embora não estejamos interessados em escrever uma história da disciplina de Higiene na Escola Normal do Distrito Federal, cabe-nos realizar algumas incursões no campo de estudos da História das Disciplinas Escolares para, a partir delas, apresentar algumas questões consideradas importantes neste propósito.

---

<sup>101</sup> Conquanto extrapole o limite temporal deste estudo, consideramos válido dar destaque à carta de Fernando de Azevedo a Lourenço Filho, datada de 26 de janeiro de 1944, na qual registra as seguintes palavras: “Agora, um outro assunto sobre o qual resolvi escrever-lhe, em caráter reservado, a instâncias de amigos e de pessoas interessadas (...). Sabe que há mais de um ano foi elaborado sob a inspiração de médicos (substituto do Dr. G. Paula Souza) um projeto de reforma do ensino normal, em que se carregou tanto a mão em matéria de higiene que não se fica sabendo se as futuras escolas normais se destinarão a formar professores primários ou a preparar enfermeiras” (CPDOC/FGV.LF c 36.11.21. Rolo 1, fot. 221-26). Nesta carta, ao fazer referência ao contexto da reforma Capanema, Fernando de Azevedo oferece indícios a respeito dos contradiscursos suscitados com a intervenção médica na formação do professorado. Tais palavras registram o questionamento acerca dos limites desta interferência, pondo em reflexão não apenas o plano de formação dos futuros professores, mas, igualmente, o que caberia ao seu ofício.

<sup>102</sup> Marcílio Júnior e Ana Maria Galvão (2005) afirmam que História das Disciplinas Escolares, História das Disciplinas Curriculares, História das Matérias Escolares, História dos Saberes Escolares, História dos Conteúdos Escolares são expressões que remetem a um mesmo campo de pesquisa. Neste sentido, independente do termo utilizado, o interesse comum a estas histórias ( ou à historiografia) é investigar o papel exercido pela escola e outras instâncias sociais na definição do que, ao longo do tempo, tem sido apresentado como essencial na formação de distintas gerações.

<sup>103</sup> Júnior e Galvão, neste mesmo estudo, assinalam a partir das pesquisas de Tarcísio Mauro Vago (2002), no campo de estudos da Educação Física, e Maria Betânia e Silva (2003), na Educação Artística, que a constituição dos saberes escolares é um processo complexo. Dessa maneira, afirmam que a história de determinados saberes não expressa necessariamente a história da escolarização destes mesmos saberes. A história da Educação Física, por exemplo, não se confunde com a história das práticas corporais, embora mantenham relações entre si.



Na década de 1990, André Chervel afirmava em seu texto *História das disciplinas escolares: reflexões sobre um campo de pesquisa*, que se presenciava, àquele momento, uma tendência entre os docentes de se estudar a história de sua própria disciplina. Ainda de acordo com Chervel, o termo “disciplina” e a expressão “disciplina escolar”, até o fim do século XIX, não designavam mais que “a vigilância dos estabelecimentos, a repressão das condutas prejudiciais à sua boa ordem” (CHERVEL, 1990, p. 178) e que até os anos 1930 nem o *Dictionnaire de l’Academie* – dicionário oficial da língua francesa – registrava o termo disciplina no sentido de conteúdos escolares. No entanto, no Brasil, registramos o uso dos termos disciplina e matéria (escolar) no decreto n. 1.241<sup>104</sup>, de 13 de março de 1912, o que nos faz supor que a compreensão dos termos já estivesse sendo aqui associada à idéia de conteúdos escolares. Vale, no entanto, apontar que nos programas de ensino da Escola Normal do Distrito Federal examinados, não são encontradas referências ao termo *disciplina* e sim *programma*.

De acordo com Chervel (1990), a emergência do termo *disciplina* em seu novo sentido, nos primeiros decênios do século XX, preencheu uma lacuna lexicológica, já que havia a necessidade de um termo genérico, pondo em evidência novas tendências profundas do ensino, tanto primário quanto secundário. Apesar das considerações de Chervel – e levando-se em consideração o fato de se tratar da experiência francesa –, parece que ainda não tínhamos, no Brasil, a utilização do termo *disciplina* com um “rigor conceitual”, em início do século XX, conquanto sua aparição e relação com a ideia de conteúdos de ensino já fosse assinalada pelo decreto referenciado anteriormente, em 1912.

Além dos aspectos históricos do uso do termo *disciplina*, assinalados por Chervel (1990), comparece outro problema no campo de estudos de História das Disciplinas Escolares. Trata-se da compreensão dos conteúdos de ensino como imposição da sociedade e da cultura – percepção esta que contraria, segundo este autor, a compreensão da existência autônoma das disciplinas. O problema assinalado por André Chervel nos faz questionar a própria configuração da disciplina de Higiene, na Escola Normal, compreendendo-a não como mera expressão de uma “vulgarização científica”, orientada pela classe médica, mas também como resultado de uma produção escolar. Ou seja, conquanto reconheçamos uma relação entre a disciplina escolar de Higiene, lecionada nas escolas normais, e a Higiene divulgada nos meios científicos, compreendemos que este corpo de conhecimentos passou por um processo de transformações no regime institucional até se conformar em um projeto de

---

<sup>104</sup> O decreto dá regulamento à reforma do ensino normal e tem estes termos utilizados quando se estabelece o plano de estudos deste nível de ensino.

formação “adequado” para o professorado. Neste sentido, apontamos as características que a disciplina de Higiene assumiu no curso de professores, tomando como referência os programas de ensino da Escola Normal do Distrito Federal produzidos entre 1914 e 1929<sup>105</sup>.

Como já assinalado, o interesse não está em escrever uma história da disciplina de Higiene – até porque fazê-la mobilizaria um corpo documental bem mais amplo do que este de que dispomos. No entanto, vale reforçar tal objetivo a partir da asserção de André Chervel, mais uma vez, que nos ajuda a pensar os objetivos que presidem o resgate das questões acerca das disciplinas escolares no campo da História da Educação:

Se o papel da escola é o de ensinar e, de um modo geral, o de “educar”, como não ver que a história da função educacional e docente deve constituir o pivô ou o núcleo da história do ensino? Desde que se compreenda em toda a sua amplitude a noção de disciplina, desde que se reconheça que uma disciplina escolar comporta não somente as práticas docentes da aula, mas também as grandes finalidades que presidiram sua constituição e o fenômeno de aculturação de massa que ela determina, então a história das disciplinas escolares pode desempenhar um papel importante não somente na história da educação mas na história cultural. (CHERVEL, 1990, p. 184)

Nesse sentido, investigar as questões que envolvem a constituição das disciplinas escolares consiste em um exercício interessante para a historiografia educacional, já que também remete à própria investigação da função educacional em determinados tempos, espaços e sociedades. Sublinhe-se o fato de que não é tão somente pelo exame dos programas de ensino de Higiene que chegaremos a uma compreensão da complexidade que envolveu o processo de escolarização deste conhecimento – entenda-se, no curso normal – ainda no século XIX. Cabe-nos perguntar em quais circunstâncias passou-se a investir na formação do professorado com relação ao ensino das noções elementares de Higiene; quais razões presidiram a inserção de uma disciplina que compunha o plano de formação de médicos na Corte, sem entender este processo, no entanto, como uma simples transposição didática<sup>106</sup>.

A partir de diferentes mecanismos, seja pela inserção da disciplina no curso normal seja pela veiculação do impresso como meio de subsidiar a formação do professorado, desde o século XIX pode ser verificada a presença da higiene, embora com contornos diferentes

---

<sup>105</sup> Há lacunas no tempo assinalado, já que nem todos os programas foram localizados no acervo do Centro de Memória Institucional do ISERJ. Foram localizados os programas de 1894, 1899, 1904-1916, 1924, 1927 e 1929.

<sup>106</sup> De acordo com Júnior e Galvão (2005), nesta noção, os pesquisadores investigam o percurso do saber até chegar à escola, compreendendo este processo como transformação do conhecimento científico exterior à escola em conhecimento escolar. Noção contrária também é apresentada por estes dois autores quando demonstram a abordagem da *disciplina escolar como cultura escolar*. Nesses estudos, a escola é compreendida como “local de produção do conhecimento com características originais” (JÚNIOR, GALVÃO, 2005, p. 399).

daqueles de início do século XX. Vale retomar o fato de que a racionalidade médica procurou alcançar os diferentes domínios da vida social, como a família e a escola, mas é possível afirmar que, nesta última, o conjunto disciplinar inerente à própria organização e funcionamento deste espaço (rotinização de condutas, divisão do tempo escolar e sistemas de vigilância próprios) foi percebido como forma supostamente eficaz de cuidar da juventude vindoura.

Dermeval Saviani (2009) afirma que, no Brasil, a preparação de professores nas escolas normais foi conduzida pela preocupação com o domínio dos conhecimentos a serem transmitidos nas escolas de primeiras letras. Ao examinarmos o decreto nº 1.241, de 13 de março de 1912, observamos que esta relação estava, de fato, explícita. Este decreto, que reformava o ensino normal no Rio de Janeiro, instituíu que, a cada disciplina ou matéria introduzida nos programas das escolas primárias, uma cadeira correspondente deveria ser estabelecida no curso normal. Esta relação entre o plano de formação do professorado e o conjunto de conhecimentos ensinados nas escolas primárias reforça a ideia de que o preparo dos mestres para o enfrentamento das questões higiênicas, no âmbito escolar, deveria ser iniciado nas escolas normais.

Em março de 1880, o decreto nº 7.684, que criava a Escola Normal da Corte, também instituíu a cadeira Elementos de Ciências Físicas e Naturais e de Higiene e Fisiologia como integrante do plano de formação do magistério primário. Não foi possível acompanhar ano a ano, a partir daí, a presença da Higiene na Escola Normal, mas se pode afirmar que, no programa de ensino de 1889<sup>107</sup>, a mesma ainda não comparecia como disciplina autônoma – no sentido de reunir conteúdos e carga horária próprios –, mas sim como um dos conteúdos que davam os contornos da disciplina de Zoologia, que pertencia à cadeira de “Elementos de Ciências Naturais”. Este fato parece reforçar a tese levantada por Júnior e Galvão (2005) de que, nem sempre, a história dos saberes se confunde com a história da disciplina escolar destes mesmos saberes ou conhecimentos.

Para compreender a presença da Higiene no plano de formação dos futuros professores, optamos, como já assinalado, por um exame dos programas de ensino da Escola Normal do Distrito Federal. Para isto, é importante ressaltar que operamos com a hipótese de que a organização do ensino em programas não equivale à noção de organização curricular tal como concebemos hoje. Esta primeira organização é aqui compreendida segundo o conceito de projeto ou direção de curso que, segundo Ecar (2011), atravessou a Primeira República.

---

<sup>107</sup> Cópia do documento original, na íntegra, pode ser encontrada no artigo de André Castanha (2008).

Portanto, entende-se o programa de ensino como algo restrito e com função pontual de discriminar, em linhas gerais, os conteúdos escolares. Embora estas advertências assinalem para o caráter lacônico dos programas de ensino em início do século XX <sup>108</sup>, considerá-los como fontes para a compreensão de certos aspectos condizentes ao campo disciplinar e à dinâmica de ensino estabelecida torna-se um exercício interessante.

Em 1889, ano no qual o país vivencia sua reorganização política e administrativa – a passagem para o regime republicano –, e quando, a partir de então, a antiga Escola Normal da Corte passa a ser denominada Escola Normal do Distrito Federal, a abordagem da Higiene, no programa de ensino, realizava-se apenas nas turmas do 3º ano, último ano do curso normal, àquele momento. O tratamento associado entre a Higiene e a disciplina de Zoologia supõe a compreensão do estudo da primeira como pertencente ao domínio da Biologia.

---

<sup>108</sup> De acordo com Faria Filho e Vidal (2000, p. 20), a partir dos anos 1920 e 1930, os programas de ensino das escolas primárias passaram a assumir publicações próprias, deixando de comparecer no corpo de leis e decretos e tornando mais complexa sua elaboração. Se isto pode ser identificado para este nível de ensino, afirmamos que a questão se diferencia para o curso normal da Escola Normal do Distrito Federal, que já desde fins do século XIX dispunha de publicação independente. Esta independência, no entanto, não dispensou o caráter, ainda sim, conciso das publicações.

Tabela 7 – Programa de Zoologia do 3º ano da Escola Normal da Corte <sup>109</sup>

<b>Zoologia</b>	
<b>Anatomia e Fisiologia do homem</b>	<p style="text-align: center;">Esqueleto. Articulações – Movimentos. Músculos</p> <p style="text-align: center;">Digestão em geral – Dentes. Mastigação – Deglutição. Glândulas digestivas e transformação dos alimentos.</p> <p style="text-align: center;">Absorção – Nutrição em geral</p> <p style="text-align: center;">Circulação em geral – Órgãos da circulação – Chilo. Linfa. Sangue.</p> <p style="text-align: center;">Respiração – Órgãos. Fenômenos mecânicos, físicos e químicos – Laringe, voz.</p>
<b>Higiene</b>	<p style="text-align: center;">Habitação – escolha do local. Ventilação. Exposição. Iluminação – Asseio – Exame destas questões relativamente à escola.</p> <p style="text-align: center;">Mobília escolar – Atitudes viciosas.</p> <p style="text-align: center;">Asseio do corpo – Vestuário.</p> <p style="text-align: center;">Alimentação e refeições. Exame destas questões relativamente à escola.</p> <p style="text-align: center;">Indisposições das crianças; cuidados que se lhes devem prestar.</p> <p style="text-align: center;">Primeiros cuidados no caso de moléstias e acidentes: epilepsia, histeria, síncope, indigestão, cólica, hemorragia, queda, ferimentos, mordeduras, queimaduras, etc.</p> <p style="text-align: center;">Primeiros cuidados aos afogados – Primeiros cuidados às vítimas de certos envenenamentos mais comuns. Perigos de certos utensílios de cobre.</p> <p style="text-align: center;">Primeiros sintomas das moléstias, principalmente das contagiosas.</p> <p style="text-align: center;">Epidemias. Meios preventivos. Vacinação.</p> <p style="text-align: center;">Afecções transmissíveis dos animais ao homem.</p>

É interessante observar que, neste programa, os conteúdos de Higiene são marcados pela preocupação com o ambiente escolar e a criança, dando os contornos de uma higiene escolar - embora o uso do termo não compareça - e oferecendo ao professorado o estudo de questões que deveriam estar diretamente relacionadas a seu ofício. Distintamente do que se pode observar no exame deste programa, a Higiene estudada nos programas de ensino seguintes não se encontra mais no domínio da Zoologia e alcança condição de disciplina autônoma, com conteúdos e carga horária próprios, no curso da Escola Normal do Distrito Federal dos primeiros anos do século XX. Aliás, no programa de 1899 já se pode observar a presença da Higiene como disciplina autônoma lecionada para o 4º ano do curso normal.

Para a compreensão dos sentidos do processo de escolarização da Higiene, no curso normal, é necessário percebê-la como disciplina com conteúdos e fins que, intencionalmente, projetavam-se para a ação docente; como matéria de ensino que mantinha correspondência

<sup>109</sup> Tabela baseada no Relatório apresentado à Assembleia Geral Legislativa da Corte na Quarta Sessão da Vigésima Legislatura, reproduzido no trabalho de Castanha (2008).

com o ensino primário – pois também era nele ensinada –, e como campo prescritivo, concomitantemente. Além do exposto, deve-se acrescentar que a disciplina de Higiene também cumpria o papel de suscitar nos professores a responsabilidade pelos cuidados com a saúde, que ganhava dimensão social cada vez maior, e da transformação do espaço escolar em difusor dos preceitos que supostamente os escolares levariam para o restante de suas vidas. Desde sua presença ainda associada a outras disciplinas no curso normal, no século XIX, até sua constituição como disciplina “autônoma”<sup>110</sup>, na virada do século XIX para o XX, a Higiene endereçada aos futuros professores, divulgada nos programas de ensino, foi assumindo diferentes contornos e percebe-se sua paulatina aproximação do lugar de ofício do mestre.

O programa de ensino mais antigo localizado no acervo do Centro de Memória Institucional do ISERJ – que já constava com a denominação de Escola Normal do Distrito Federal – é referente ao ano de 1894. Porém, curiosamente, nele não consta referência à Higiene. Seguindo a progressão dos anos, o programa de ensino seguinte se refere a 1899, quando a presença da disciplina pode ser constatada no 4º ano do curso normal. Nos conteúdos expostos, o estudo da disciplina se limitou, em linhas gerais, às abordagens da higiene do corpo (com preocupações em torno do asseio, dos hábitos prejudiciais à saúde, dos exercícios físicos, vestuário, como alguns dos exemplos) e do meio (com ênfase nas questões sobre iluminação artificial, ar, solo, água, etc.)<sup>111</sup>, não comparecendo assuntos relativos às práticas pedagógicas ou com ênfase explícita na escola e na criança – diferente do que se

---

<sup>110</sup> Vale enfatizar o uso restrito do termo autonomia aqui. O que se deseja assinalar é a condição da Higiene como disciplina que, por certo período, não comportou em sua titulação referência a outro campo disciplinar. Se compreendida neste sentido, esta “autonomia” da Higiene pode ser verificada entre os anos 1894 (a partir do primeiro programa de ensino no qual a Higiene comparece autonomamente) e 1927 (último programa localizado no qual a Higiene aparece nesta condição). O programa de ensino de 1928 não foi localizado. No entanto, no de 1929 a disciplina é referenciada pela titulação “Higiene e Puericultura”.

<sup>111</sup> Na íntegra, o programa traz as seguintes abordagens: “1) Hygiene. Necessidade de seu ensino; 2) Modificadores intrínsecos de ordem biológica: idade, sexo, constituição, temperamentos. Idiosyncrasias, hábitos e suas leis. Habitos viciosos, hereditariedade. Imminencias mórbidas; 3) Modificadores intrínsecos de ordem physica: movimento, repouso. Efeitos do exercício em geral. Exercício exagerado. Attitudes profissionais e escolares. 4) Fórmashygienicas do movimento. Locomoção em geral. Leis geraes de exercício; 5) Modificadores extrínsecos ou meio externo: calor e seus efeitos. Calor artificial. Regras concernentes á saude; 6) Vestuarios. Regras geraes. Espartilho e seus accidentes; 7) Luz e sua influencia sobre o organismo. Causas das alterações da visão. Indicação e contra-indicação das lunetas; 8) Collocação da escola sob o ponto de vista da luz. Illuminação artificial; 9) Ar atmosférico e seu papel hygienico. Arejamento dos aposentos. Viciação do ar; 10) Principios de prophylaxia geral. Influencia do asseio, ar, luz, solo, alimentos, agua e bebidas fermentadas; 11) Exercício, educação e hygiene da voz; 12) Exercício e hygiene do ouvido. Regras especiaes aos meios escolares; 13) Hygiene da pelle e seus anexos. Banhos; 14) Alimentação. Alimentos. Hygiene dos dentes; 15) Molestias escolares. Myopia. Deformação da rachis. Molestias atribuídas á sobrecarga de trabalhos intellectuaes e a sedentariedade; 16) Molestias contagiosas da escola e sua prophylaxia; 17) Vaccinação e revaccinação; 18) Alcoolismo, sem perigos. Sua prophylaxia pela escola” (PROGRAMA DE ENSINO DE 1899, p. 12)

constata no programa de Zoologia de 1889, no qual a higiene comparece como um dos conteúdos a serem lecionados.

No programa de ensino do ano de 1902,<sup>112</sup> a Higiene comparece tanto para o 3º como 4º ano do curso normal – diferente do que se constatou no programa de 1899, quando esta disciplina foi lecionada apenas para o 4º ano. Uma observação, no entanto, merece ser ressaltada: a abordagem da Higiene, neste programa, se deu em conjunto com História Natural, tendo a carga horária diminuída do 3º para o 4º ano. No primeiro, a disciplina era lecionada três vezes por semana (uma hora por dia); já para o segundo, duas vezes por semana, mantendo-se a mesma carga horária diária. Neste programa de ensino, identifica-se a menção de dois compêndios: um de Langlebert, para o 3º ano, com título não identificado<sup>113</sup>, e *Precés d' Hygiène*, de A. Lacassagne, para o 4º ano. Dentre os conteúdos da disciplina História Natural e Higiene, comparece, apenas para o 4º ano, a higiene escolar. Para o 3º ano, a disciplina esteve restrita, especialmente, ao ensino da fisiologia humana.

Com apresentação bastante sucinta, pode-se identificar como pontos tratados neste programa, referente ao ano de 1902, o asseio, o trabalho e o repouso, sobrecarga intelectual e moléstias escolares, dando ênfase às deformações físicas e à miopia. A abordagem da higiene escolar no programa de ensino de 1902 pode ser compreendida como a tentativa de aproximação, cada vez maior, com o lugar de efetivação do ofício do professor, a escola, embora a enumeração dos pontos tratados ainda indique uma maior ênfase na higiene do corpo.

Se a higiene manteve relação com a educação, identificada a partir da segunda metade do século XIX, no Brasil, sua presença na Escola Normal também supõe uma relação com os conhecimentos pedagógicos. Esta relação pode ser captada pela própria organização dos programas de ensino de Pedagogia da Escola Normal do Distrito Federal que, em início do século XX, passavam a fazer referência a uma chamada “pedagogia dos preceitos higiênicos”. Embora esta “pedagogia dos preceitos higiênicos” estivesse associada à educação do físico – com ênfase na abordagem da fisiologia humana e na educação dos sentidos, especialmente, e não propriamente fosse marcada por um interesse de questões pedagógicas mais gerais, a partir do ponto de vista higiênico, esta relação não deve ser rejeitada. Em 1904, o programa de

---

<sup>112</sup> Não foram localizados os programas referentes aos anos de 1900 e 1901.

<sup>113</sup> Realizando pesquisa na atual biblioteca do ISERJ, localizamos o compêndio *Historie Naturelle*, de J. Langlebert, em sua 63ª edição, publicada em 1901. Embora não possamos realizar uma afirmação, é possível que este tenha sido o compêndio adotado para a disciplina História Natural e Higiene, em 1902, já que a circulação de livros franceses era intensa na escola normal.

Pedagogia traça os objetos de estudo de um dos eixos da disciplina a ser estudado, intitulado “Educação physio-organica”<sup>114</sup>, que assinala as seguintes abordagens:

- I- Educação physica negativa; hygiene escolar
- II- Pedagogia dos preceitos higienicos
- III- Educação physica positiva. Exercicios physicos
- IV- Physiologia e hygiene dos exercicios
- V- Estudo critico do programma primário respectivo
- VI- Educação dos sentidos em geral. Cultura do sentido táctil, da olfacção, da gustação e do sentido muscular
- VII- Educação da vista e do ouvido
- VIII- Pedagogia dos trabalhos manuaes, nas classes de meninos e nas classes de meninas.
- IX- Estudo crítico do programa.

É interessante observar que, na condição de abordagens que preconizavam o corpo como objeto de estudo – perceba-se o apelo ao físico e ao estudo dos sentidos –, Higiene e Pedagogia compartilham o mesmo espaço de discussão, entrecruzando-se. Vale ainda destacar que em momento algum do programa identificamos o tratamento da Pedagogia como ciência; o que difere do caso da disciplina de Higiene que, neste mesmo programa de ensino, teve seu estatuto científico logo anunciado ao início, sendo apresentadas aos professores em formação as justificativas de seu estudo e a necessidade de tê-la no rol de disciplinas.

No que se refere ao ano de 1904, os conteúdos da disciplina de Higiene, no programa da Escola Normal do Distrito Federal, foram organizados em “Noções Preliminares”, segundo as quais se apresentam a definição de Higiene e os conhecimentos que seu estudo envolve, e “Higiene Somática”, que reúne conteúdos, dentre outros, sobre exercícios físicos e higiene escolar. Neste último caso, como o próprio termo sugere, a Higiene tinha como principal interesse o estudo do corpo. Sobre a higiene escolar, privilegiou-se a abordagem do asseio, trabalho e repouso, e sobrecarga intelectual. Com o programa organizado em 21 tópicos, os quatro últimos correspondem ao tratamento das moléstias escolares, princípios da profilaxia geral, profilaxia da varíola e da tuberculose. Neste programa, não há indicação de compêndio

---

<sup>114</sup>O mesmo programa de Pedagogia, além do eixo “*Educação physio-organica*” segue com os eixos de estudo intitulados *Educação Intelectual e Instrução*, *Educação Moral* e *Educação da Vontade*, cada um dos quais resguardando abordagens próprias de discussão.



para o ensino da disciplina e, como observado nos programas anteriores, a higiene escolar ocupa um dos últimos assuntos a serem tratados. Curiosamente, os programas de ensino publicados no ano de 1905<sup>115</sup> fazem referência ao ano de 1904, de acordo com a inscrição na capa deste programa, mantendo-se os conteúdos, já mencionados anteriormente, relativos à disciplina de Higiene. No ano seguinte, 1906, os programas de Higiene e Pedagogia seguem inalterados.

A partir do exposto até o momento, cabe destacar que, distinguindo-se do programa de 1902 – que mantinha o ensino da Higiene associado ao da História Natural – os programas posteriores, que puderam ser localizados, assinalam a condição da higiene como disciplina “autônoma” na Escola Normal do Distrito Federal. Esta autonomia sinaliza, ao mesmo tempo, a distinção de fins e objetivos que se procurou realizar entre a disciplina de higiene e história natural e a importância que passa a ser dada à primeira, visto que dispunha de carga horária e exames próprios. Se, dado o caráter lacônico dos programas, não foi possível perceber, com maior minudência, a disciplina de higiene como corpo de conhecimentos interessado em moldar o *fazer* docente – o que fica mais evidente nos compêndios de higiene, já que cumprem finalidade de outro plano – a partir destas fontes podemos, ao menos, observar sua transformação ao longo do tempo e os modos como a higiene escolar passou a comparecer no plano de formação dos futuros mestres. Se o interesse era preparar o professorado para educar higienicamente a infância escolarizada, cabe-nos examinar por quais conteúdos este propósito pretendeu se realizar. O exame dos programas de ensino, acompanhado da análise dos compêndios de higiene, auxilia-nos neste sentido.

Pelo que observamos, até o programa de ensino de 1906 a ênfase era dada, dentre os conteúdos abordados, à educação do corpo e a uma sucinta abordagem acerca da sobrecarga intelectual, supondo o interesse na organização dos programas e tempo escolares. Ainda assim, a higiene escolar ocupava parcela pequena, com breve apresentação dos pontos de interesse. A higiene endereçada aos professores em formação ocupava-se, em grande medida, até aquele momento, da fisiologia humana e tinha no âmbito de suas preocupações a relação do homem com o meio ambiente. Esta questão, inclusive, é problematizada na própria

---

<sup>115</sup> Para a disciplina de Pedagogia – que, neste ano, passa a ser intitulada *Pedagogia e Metodologia* –, a organização dos conteúdos é alterada, o que supõe a realização de revisão dos programas. Neste programa, a disciplina perdeu a divisão dos conteúdos em eixos (*educação “físio-orgânica”, educação intelectual e instrução, educação moral e educação da vontade*, como apontado anteriormente), porém manteve-se a referência à higiene escolar (como um dos primeiros conteúdos abordados) e à “pedagogia dos preceitos higiênicos”, que não apresenta, mais uma vez, informações detalhadas do que se propunha a tratar. A permanência da abordagem da higiene dentre os conteúdos da disciplina de Pedagogia permite afirmarmos uma tentativa de entrelaçamento entre estes dois campos, não obstante o que pareceu uni-los seja a ênfase ao estudo da educação do físico.

publicação do compêndio *Noções de Hygiene*, do médico Afrânio Peixoto. Na primeira edição deste compêndio, em 1914, o estudo da fisiologia humana ocupa as primeiras 61 páginas. No entanto, em sua segunda edição, em 1921, a parte sobre fisiologia humana é suprimida com a justificativa de que se tratava de matéria estudada na disciplina de História Natural. Este fato ajuda a reforçar a ideia de que se tentava conformar um campo próprio da Higiene e isto se refletiu, inclusive, no plano de formação dos futuros professores a partir da organização dos programas de ensino da disciplina.

O programa da disciplina de Higiene referente ao ano de 1907, com 22 pontos para estudo, destina três deles ao tratamento dos assuntos escolares. Pela primeira vez, dentre os programas examinados, a higiene escolar aparece sob duas classificações: *somática* e *pedagógica*. De modo interessante, isto significa uma distinção, nestes programas, que passa a se fazer entre “higiene do corpo” e aquela centrada nos assuntos de interesse da pedagogia, mais voltados para o processo de ensino e aprendizagem dos alunos. Neste programa, não foi realizada apresentação mais detalhada acerca da denominada *higiene pedagógica*. Mas, se comparamos este programa com os programas de ensino anteriores, percebemos um refinamento dos assuntos propostos aos futuros mestres, especialmente com relação à escola. Seguindo os pontos de estudo referentes aos assuntos escolares, comparecem a questão do mobiliário, exercícios físicos e sua adequação aos programas e horários escolares. As moléstias de manifestação no espaço escolar também mereceram atenção, sobretudo a miopia e as deformações da coluna em decorrência das más posturas durante as atividades em sala de aula. Neste programa também não há indicação de compêndio e a disciplina permanece sendo lecionada apenas para as turmas de 4º ano do curso normal.

O programa de ensino do ano de 1908 permanece com a organização e os conteúdos inalterados com relação ao ano anterior. A situação difere, em 1909, quando a disciplina de Higiene recebe novos contornos e a higiene escolar ganha apresentação mais detalhada dos assuntos tratados no âmbito do seu domínio <sup>116</sup>. São apresentados, dentre os assuntos abordados, a higiene pedagógica, sala de aula, mobiliário escolar, emprego do tempo, programas das aulas, exames, férias, penas escolares, higiene do pessoal escolar (professores, alunos e outros funcionários), moléstias escolares, prevenção e, pela primeira vez, a inspeção médica escolar. O detalhamento destes assuntos indica a aproximação dos conteúdos, cada vez maior, às questões inerentes ao cotidiano das salas de aula e evidencia que a preocupação restrita à educação do corpo começa a dar lugar à educação intelectual, a partir do estudo dos

---

<sup>116</sup> Neste ano, o programa da disciplina de Pedagogia permanece, mais uma vez, inalterado.

programas das aulas e exames escolares, especialmente. A higiene endereçada ao professorado das classes primárias em formação ganhava novos contornos.

Ademais, cabe-nos chamar a atenção para o registro do estudo da inspeção médica escolar no programa de 1909. Este fato nos ajuda a tornar pensável tanto a relação destes programas de ensino com o contexto no qual foi produzido como o próprio papel dos professores àquele momento. Dessa maneira, a primeira questão a ser assinalada é o fato da inspeção médica escolar estar dentre os assuntos da disciplina no momento em que se tramitava o projeto de lei para regular este serviço na capital do país, o Rio de Janeiro. De acordo com o pediatra Artur Moncorvo Filho (1926), o decreto n. 778, que dava instruções para o serviço de inspeção nas escolas, foi baixado em maio de 1910, após ser apresentado no ano anterior, por este mesmo autor, o projeto de lei do qual se originou tal determinação. A presença da abordagem da inspeção médica escolar sinaliza a consonância do programa de ensino com as questões colocadas à sociedade carioca, àquele momento, bem como sugere a necessidade de os professores conhecerem este dispositivo, seu funcionamento e o próprio papel que cumpriram como auxiliares nesse processo <sup>117</sup>.

Os programas de ensino dos anos de 1910, 1911 e 1912 apresentam pequenas mudanças, porém não significativas. Estes documentos se tornaram ainda mais concisos na apresentação dos conteúdos das disciplinas do curso normal, porém permaneceram as referências à higiene escolar (mobiliário, programas de ensino e inspeção médica escolar, como alguns dos exemplos). Já em 1913, uma sensível mudança deve ser assinalada: subtraído o quantitativo de pontos discriminados na disciplina de higiene – passando a contemplar de 22 para 15 núcleos de assunto – a referência às questões sobre o espaço escolar passam a compor oito pontos, como pode ser observado na tabela a seguir, observando-se que as mesmas ganharam maior atenção na organização dos conteúdos postos como necessários ao professor primário em formação.

---

<sup>117</sup> Após seis anos, o serviço de inspeção médica escolar foi reorganizado, por iniciativa atribuída ao médico Afrânio Peixoto, e foi objeto do decreto n. 1.058, de 29 de janeiro de 1916. Diferente do decreto baixado em 1910, que previa o auxílio do professor no preenchimento das cadernetas de saúde dos alunos, este último delega ao médico o manuseio exclusivo deste documento – embora registre o papel do professor no exercício da vigilância, em sala de aula, a fim de evitar nos alunos as deformações causadas por atitudes viciosas durante os trabalhos escolares.

Tabela 8 – Programa de Higiene do 4º ano da Escola Normal do Distrito Federal <sup>118</sup>

Higiene	
<b>Parte introdutória</b>	Definição de Higiene, suas relações com as ciências; evolução histórica – objeto e divisão da higiene; utilidade do seu estudo.
<b>Lições</b>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1º O meio natural: o solo e a atmosfera;</li> <li>2º Os climas; aclimação e aclimamento;</li> <li>3º As habitações;</li> <li>4º Os cuidados corporais e o vestuário;</li> <li>5º Os alimentos, os condimentos e as bebidas;</li> <li>6º O exercício e o repouso em geral; o sono e a vigília;</li> <li>7º Noções de etiologia e profilaxia das molestias evitáveis;</li> <li>8º O edifício escolar e a sala de aula;</li> <li>9º O mobiliário e o material escolares; higiene da leitura e da escrita;</li> <li>10º O exame sanitário do aluno; a ficha e caderneta de saúde;</li> <li>11º A educação física, intelectual e moral;</li> <li>12º A organização dos horários e dos programas; exames, férias. O ambiente extra-escolar;</li> <li>13º As molestias escolares e o ensino da higiene nas escolas primárias.</li> <li>14º A inspeção médica escolar;</li> <li>15º O médico escolar, seu papel e suas relações: as obras de preservação escolar.</li> </ol>

Vale destacar que, pela primeira vez, a preocupação com o ensino da higiene nas escolas primárias se tornou explícita nos programas da disciplina (13º ponto, conforme tabela), dando, com isso, relevância ao ofício do mestre e seu papel na difusão dos preceitos higiênicos. É possível que a entrada deste assunto no programa de ensino de higiene mantenha relação com o decreto nº 1.241, baixado no ano anterior, que assinalava a necessidade de o plano de formação de professores manter relação com o ensino nas escolas primárias. Tornava-se necessário não apenas fornecer ao professorado primário as noções elementares de higiene, mas instrumentalizá-lo com questões relativas ao como ensinar os preceitos aos pequenos no cotidiano escolar. A inspeção médica escolar ainda aparece como uma das preocupações deste programa de ensino e o papel do médico, no ambiente escolar, ocupa a última lição a ser fornecida aos futuros professores, como se pode observar a partir da tabela.

<sup>118</sup> Tabela baseada nos Programas de Ensino da Escola Normal do Distrito Federal para o ano de 1913.

Conquanto não se possa aferir como se deu o ensino da higiene na prática, no cotidiano do curso normal, estes programas de ensino auxiliam no sentido de tornar pensável o que esteve no horizonte do plano de formação dos futuros professores, registrando-se aquilo que se elencou como essencial dentre as disciplinas. Ainda percebemos, a partir de uma visada nos programas da Escola Normal produzidos desde o século XIX, que, de conteúdo à constituição da disciplina, a Higiene passou por um processo de transformações que dá a ver uma tentativa de aproximá-la (ou adequá-la) ao fim que a ela caberia no plano de formação docente: fornecer as bases para o ensino desta disciplina nas escolas primárias e conduzir a prática pedagógica.

No ano de 1914, o programa de ensino de Higiene não se altera, permanecendo as quinze lições estudadas no ano anterior. No ano de 1915 <sup>119</sup>, é a primeira vez que se registra, dentre os programas localizados e examinados, o uso de um compêndio brasileiro <sup>120</sup>: *Noções de Higiene*, dos médicos Afrânio Peixoto e Graça Couto. Neste ano, a disciplina é, curiosamente, intitulada *Higiene e primeiros cuidados médicos* –denominação esta que, no ano seguinte, é alterada para *Higiene Escolar* – e, com um programa mais detalhado, era composta pela abordagem de 20 lições. Como registrado no programa desta disciplina, a matéria apresentada deveria ser lecionada ao longo de todo o ano letivo, respeitando-se a ordem e o desenvolvimento. Tal advertência se dava pelo fato da disciplina ser lecionada por diferentes professores e devia-se estimular, portanto, a uniformidade do curso.

Neste contexto, no qual se constata a presença da Higiene na condição de corpo de conhecimentos dirigidos à formação do professorado primário, merecem nota as discussões também estabelecidas no território argentino. A docência argentina esteve sob a mira das lentes médicas e, como na experiência brasileira, o aparecimento da higiene no plano de formação do professorado guardou forte relação com o ensino nas escolas primárias, já que para além da educação higiênica do próprio professorado, projetava-se especialmente para as crianças a esperança de uma nação futura sadia. Na Argentina, o problema do ensino da higiene foi discutido em diferentes espaços e com a participação de distintos sujeitos. A

---

<sup>119</sup> Neste mesmo ano, o médico e professor de Higiene e Puericultura da *Escuela Normal de Profesoras Nº 1 da Capital*, Mariano Etchegaray, publicou seu compêndio *Higiene e Puericultura* para uso das escolas normais e colégios nacionais do território argentino. Posteriormente, faremos a apresentação devida deste compêndio.

<sup>120</sup> Como vimos, não era frequente na disciplina de Higiene a indicação de compêndios para uso nas aulas. Apenas no ano de 1902 esta informação foi registrada neste documento, porém dizia respeito a um compêndio francês. Cabe ressaltar, no entanto, que no programa de 1915 o compêndio dos médicos Afrânio Peixoto e Graça Couto foi registrado como *Elementos de Higiene* – título que, na verdade, pertence à autoria de Afrânio Peixoto, apenas, e que foi publicado no ano anterior à publicação de *Noções de Higiene*. Desta forma, acreditamos na existência de um erro na referência, já que comparece a inscrição “*Compendio – Afrânio Peixoto e Graça Couto*”.

*Revista de Educación*<sup>121</sup> foi um dos veículos de divulgação dos discursos médico-higiênicos, como podemos observar pelo excerto do texto escrito pelo professor de Anatomia e Higiene, Pedro Garcia, em 1915, no periódico citado:

Pretendemos que la Higiene ha adquirido sobrada importancia para ser enseñada con la amplitud que corresponda, y, como materia aparte, porque su asociación con otras la perjudica limitándola en tiempo y en extensión. Creemos, además, que la Higiene no debe únicamente “ser enseñada” sino también y principalmente “ser practicada” en, con y por los mismos alumnos, en mérito a consideraciones que vamos a exponer en esta comunicación. (GARCIA, 1915, p. 428)

Neste texto, intitulado *Enseñanza y práctica de la Higiene*, Garcia destacava a importância que ganhava o estudo das *ciências físico-naturais* no cenário escolar. Tal importância estava associada a uma ideia que se fortalecia, especialmente com as contribuições de Herbert Spencer, de que a conservação do indivíduo deveria ser o primeiro conjunto de conhecimentos a ser considerado como importante pela humanidade. Outrossim, neste excerto é sobrelevada a importância de se estabelecer a Higiene como matéria independente no plano de formação escolar, questão esta claramente discutida àquele momento por outros autores na *Revista de Educación*. Esta reivindicação, por parte deste médico, evidencia uma diferenciação com relação ao que observamos no caso do Rio de Janeiro. Vejamos, brevemente, por quais motivos.

Ao menos na Escola Normal do Distrito Federal – instituição que tomamos como uma das referências neste estudo –, a Higiene já se constituía como disciplina autônoma desde os anos finais do século XIX, como já constatado. A partir de então, a disciplina passou a compor o plano de formação do professorado todos os anos posteriores. Em Buenos Aires, onde tomamos como referência documentos da *Escuela Normal N° 1*<sup>122</sup>, a Higiene aparece como disciplina independente, para o curso de *maestras normales*<sup>123</sup>, apenas no ano de 1914 e, é importante assinalar, esteve associada, desde então, ao ensino da puericultura. Ainda que a disciplina, neste ano, tenha se constituído como *matéria independiente* (com carga horária e

<sup>121</sup> A *Revista de Educación* foi um importante veículo de difusão dos ideais educacionais e pedagógicos que, criada por Domingo Sarmiento, em 1858, constituiu-se como publicação oficial da direção de escolas de Buenos Aires. Como impresso que circulou periodicamente, ao longo do século XX, reuniu interessantes artigos entre os quais aqueles que deram tratamento ao problema da higiene.

<sup>122</sup> O acesso aos documentos foi possível a partir da pesquisa no Centro de Investigación da *Escuela Superior N° 1 en Lengua Viva Pte. Roque Sáenz Peña*, antiga *Escuela Normal N°1 de la Capital*. Localizada em Buenos Aires, esta escola tem sob sua guarda vasto conjunto de documentos institucionais que puderam ser consultados durante o período de estágio de mestrado-sanduíche.

<sup>123</sup> É importante assinalar que a *Escuela Normal N° 1* era destinada somente ao sexo feminino e formava as professoras em dois níveis: as *maestras normales* (para atuarem nas escolas primárias) e as *profesoras normales de ciencias y letras* (atuantes, especialmente, no ensino secundário).

programa próprio), isto não significou que estivesse ausente, anteriormente, do plano de formação das *maestras* da *Escuela Normal N° 1* como conteúdo lecionado no interior de outra disciplina <sup>124</sup>. Havia, no entanto, quem considerasse que se tratava de um ensino ainda rudimentar e, por conseguinte, insuficiente para o esperado preparo das futuras *maestras*. O professor da disciplina de *Higiene y Puericultura*, Mariano Etchegaray, neste sentido, assinala a necessidade do ensino ser completado pela atuação efetiva dos médicos escolares, a partir da realização de conferências destinadas aos futuros *maestros*:

La enseñanza de la higiene debe ser hecha siempre por el médico, porque la preparación sobre la materia que tienen los maestros, es, desgraciadamente, muy rudimentaria; recién este año se enseña Higiene en las Escuelas Normales, como materia especial. Los médicos escolares deben dar frecuentes conferencias sobre temas generales de higiene á los niños de sus escuelas en presencia de sus maestros. La higiene corporal, y de los diversos órganos; los peligros de la carie dentaria, escoliosis, miopía, etc; el medio de evitar estas enfermedades escolares y cómo se deben tratar; el peligro del alcohol, etc.; son temas que frecuentemente deben abordarse para bien de los alumnos é instrucción de los maestros. (ETCHEGARAY, 1915, p. 384)

Na opinião deste médico, embora a higiene fosse lecionada, já àquele momento, nas escolas normais de Buenos Aires, o ensino era rudimentar e, possivelmente, não correspondia aos ideais médicos. Neste sentido, a realização de conferências destinadas aos alunos aspirantes ao magistério cumpriria o papel de complementação do preparo concebido no curso normal. É muito interessante observar que, conquanto os *maestros* fossem representados como importantes colaboradores no projeto de higienização escolar, o discurso dado como competente provinha dos médicos. Aos médicos caberia realizar conferências sobre higiene, pois autorizados pelo discurso científico para assim fazê-lo. A autoridade médica era reforçada, sobretudo, pela realidade que se registrava: ao mesmo tempo em que o ensino da higiene era elevado como de máxima importância nos cursos normais, sua condição elementar no plano de formação tornava o preparo dos professores não condizente com os anseios médico-higiênicos.

---

<sup>124</sup> Indício da presença da higiene, como conteúdo, na formação dos *maestros*, a correspondência da *Inspección General de Enseñanza Secundaria y Normal*, datada de 25 de abril de 1903, já registrava sua abordagem na disciplina de história natural, lecionada para o quarto ano das escolas normais. Em 1909, o ministro de instrução pública lançava as bases do ensino da higiene tanto para as escolas normais femininas como masculinas de Buenos Aires, apresentando-se como conteúdo integrado ao ensino de Anatomia e Fisiologia. Em linhas gerais, previa-se para a higiene, naquele ano, o estudo da profilaxia da tuberculose, condições naturais da água, solo e ar, princípios de construção higiênica de casas, efeitos do tabaco e do álcool sobre a saúde, exercícios físicos e primeiros auxílios (em caso de asfixia, queimaduras, feridas, fraturas e insolação). Neste programa de estudo, não há abordagem sobre higiene escolar, podendo-se constatar que o mesmo tinha como escopo os problemas de higiene geral. Esta é mais uma questão que evidencia distanciamentos com relação ao caso da Escola Normal, no Rio de Janeiro, já que a higiene escolar já era apresentada como parte do corpo de conhecimentos desde o ano de 1902, permanecendo no programa destinado à formação dos futuros professores ao longo do século XX.

Tais considerações a respeito do processo de constituição da disciplina de Higiene, no plano de formação do professorado, demonstram que os esforços em tornar tal corpo de conhecimentos base da educação higiênica não se perceberam apenas no território brasileiro. Experiência também vivenciada na formação docente argentina, a tentativa de inclusão da Higiene, como disciplina autônoma, significou parte dos esforços pelo preparo do professorado para lidar com as questões de saúde em sua prática.

Na Escola Normal do Distrito Federal, a adoção de *Noções de Higiene*, no programa de ensino de 1915, acompanhou os novos contornos que a disciplina passava a ter naquele ano. Frente a este quadro, cabe-nos interrogar: o compêndio *Noções de Higiene* manteve relação com o programa para o qual serviu como subsídio, no ano de 1915? Em que medida estes dois dispositivos escolares nos permitem tornar pensável o preparo do professorado primário para o enfrentamento das questões de saúde no cotidiano de sua prática? Debrucemo-nos sobre estas questões.

### **3.2 As *Noções de Higiene* no programa de ensino: novos contornos da disciplina**

O programa de Higiene da Escola Normal do Distrito Federal recebeu novos contornos no ano de 1915<sup>125</sup>. Com os assuntos mais detalhados em cada lição, este programa dispunha de uma organização que visava à manutenção da uniformidade do ensino da higiene nesta instituição. Como nos outros programas desta disciplina, produzidos para a organização do ensino na Escola Normal, a Higiene é introduzida a partir do estudo de sua importância, histórico e evolução. Neste sentido, procura-se construir, de início, o lugar discursivo da Higiene para o campo da formação dos futuros professores e sua importância como corpo de conhecimentos que auxiliaria a prática docente.

Em 1914, o compêndio *Noções de Higiene* fora publicado pela Francisco Alves e, com a autoria dos médicos Afrânio Peixoto e Graça Couto, foi anunciado como aquele que preencheria uma “lacuna sensível”, pois se tratava do “primeiro desse gênero”<sup>126</sup> que se

---

<sup>125</sup> Ver Anexo C

<sup>126</sup> Para situar esta assertiva que comparece no prefácio da 1ª edição, vale assinalar que por “gênero” os autores parecem se referir ao escolar (didático), pois, anteriormente, ainda no prefácio, fazem referência à experiência das escolas norte-americanas onde *noções de higiene* eram dadas aos alunos em todos os cursos primários, secundários e normais.



publicava no Brasil. Desse modo, a publicação da primeira edição do compêndio de higiene foi colocada como aquela que assumia dianteira na produção brasileira, tratando-se de um esforço patriótico já que, segundo os autores, a higiene consistia em uma preocupação já há muito tempo compartilhada por governos, corporações docentes e pedagogos.

Diferente do modo como se propunha iniciar o ensino da Higiene pelo programa da disciplina da Escola Normal – apresentando as justificativas do estudo desta disciplina –, o compêndio *Noções de Higiene* tem o conteúdo introduzido pela abordagem da fisiologia humana. Reunindo um conjunto extenso de imagens sobre diferentes partes do corpo humano, a primeira parte deste compêndio constitui 62 páginas que, na segunda edição, são suprimidas pela justificativa de que se tratava de um estudo desnecessário, já que estudado em História Natural. O prefácio deste compêndio, no entanto, assume a responsabilidade de, brevemente, apresentar algumas das questões que atravessavam o ensino da higiene no Brasil e a necessidade de estendê-lo aos diferentes níveis de instrução. Neste sentido, no prefácio de autoria dos médicos Afrânio Peixoto e Graça Couto, registra-se o lugar que assumia a higiene no contexto do Brasil de início do século XX e o imperativo da máxima, que se desejava levar a cabo, “melhor prevenir do que curar”:

A Higiene, estudo da saúde e dos meios de lhe obter a conservação, constitue, de há muito, e cada vez mais, uma preocupação dos governos, das corporações docentes, dos pedagogos. Todos estão convencidos de que, em tempo, se obtém facilmente da educação popular o que, a más horas, não se consegue mesmo da medicina, ainda tão deficiente e, por vezes, incapaz. Já passou em provérbio que é melhor prevenir do que curar. Sobretudo, é mais fácil, pois certamente é possível, enquanto que a saúde perdida nem sempre se recupera, embora a custo de sofrimentos e dispêndios. É por isso que em todos os cursos primários, secundários e normais, da Europa e da América do Norte, noções de Higiene são dadas aos alunos, como sequência lógica do estudo das ciências físicas e naturais. É um complemento necessário dos livros de ensino dessas disciplinas. (PEIXOTO, GRAÇA COUTO, 1914. Prefácio)

Com uso aprovado para o programa de ensino da disciplina *Higiene e Primeiros Cuidados Médicos*, na antiga Escola Normal do Distrito Federal, em 1915, este compêndio de higiene se constitui interessante fonte de estudo. Embora não tenha sido destinado somente às escolas normais, estava no horizonte desta produção a formação de professores primários. Deste modo, a higiene infantil e escolar também são contempladas na cadeia discursiva de *Noções de Higiene*. Esses elementos evidenciam que o interesse de dotar a formação de professores com conhecimentos sobre a “art of preserving health” – já evidenciado, aliás, desde fins do século XIX quando a cadeira Elementos de Ciências Físicas e Naturais e de Higiene e Fisiologia fora criada na Escola Normal da Corte – fora algo levado aos anos

republicanos e consolidado a partir de um conjunto de iniciativas, dentre elas, a produção de compêndios de higiene.

A primeira edição de *Noções de Higiene*, adotada no programa da disciplina *Higiene e Primeiros cuidados médicos*, é organizada em cinco grandes partes, como se pode observar na tabela a seguir. Embora não se obedeça, necessariamente, a mesma ordem de abordagem dos conteúdos, o programa da disciplina tem organização similar a do compêndio dos médicos Afrânio Peixoto e Graça Couto. Desta feita, aparece em ambos o estudo do solo, ar, água, vestuário, clima, higiene infantil e doenças, como principais núcleos de assuntos abordados.

Tabela 9 – Organização da 1ª edição de *Noções de Higiene* (1914)

Parte	Conteúdos Abordados	Nº de Páginas
I	Elementos de saúde – Corpo normal e funcionamento regular – Noções sobre órgãos e funções do corpo humano.	62
II	Condições gerais de saúde: I) A terra; II) A água; III) O ar; IV) O clima; V) A alimentação; VI) A roupa; VII) A casa	314
III	Condições especiais de saúde: I) A criação; II) A educação; III) O exercício; IV) O trabalho; V) O asseio; VI) Vida no campo e na cidade: Higiene urbana.	131
IV	Agraves à saúde e meios de os evitar: I) Acidentes; II) Doenças evitáveis (Febre amarela, malária, peste, cólera, febre tífica, desintéria, varíola, escarlatina, sarampo, difteria, meningite cérebro-espinhal, infecção puerperal, oftalmia dos recém-nascidos, tracoma, tuberculose, lepra, tireoidite parasitária, úlcera de Baurú, ancilostomose, sarna, tinhas, cancro, beriber, ofidismo); III) Profilaxia: notificação, isolamento, desinfecção, imunização; IV) Doenças comuns, regimes e dietas.	135

Como afirmado, *Noções de Higiene* configurou-se como um compêndio com projeto editorial que pretendia atender a um público diversificado. Desde os professores primários em formação até os futuros dentistas, a publicação deste compêndio materializava a intenção de seus autores de propagar “ideias e conhecimentos úteis, em bem da saúde”, conforme assinalam no prefácio. Atendendo, portanto, dentre outras, a formação do professorado, na

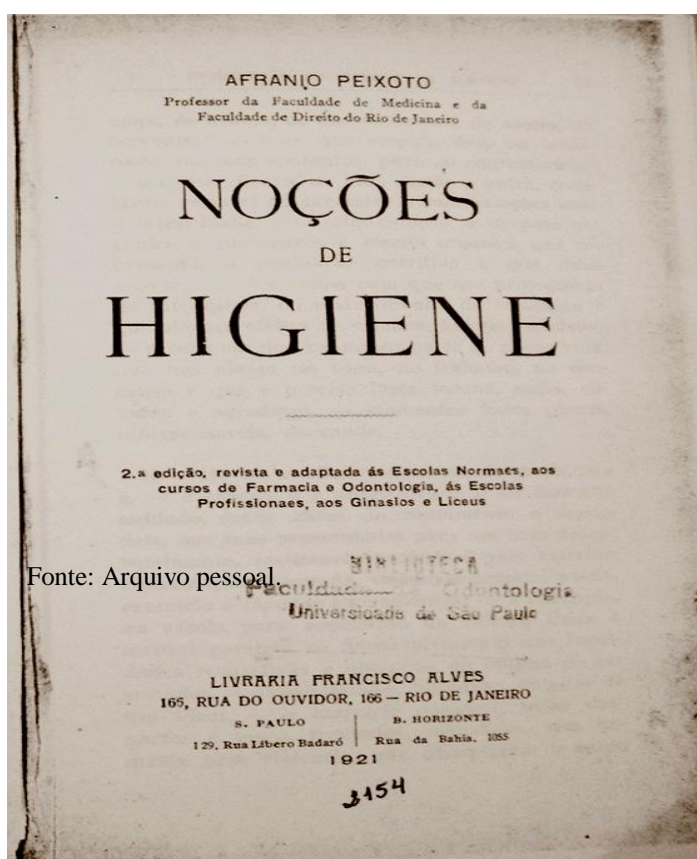
terceira parte, intitulada **condições especiais de saúde**, a educação comparece como um dos tópicos a serem abordados.

Como se pode observar a partir da tabela acima, a terceira parte deste compêndio, sob o título **condições especiais de saúde**, reúne seis tópicos. O primeiro, intitulado **a criação**, dispõe-se a tratar especialmente das questões relativas ao desenvolvimento e higiene infantil, conteúdos que também são explorados no programa de ensino da disciplina *Hygiene e Primeiros Cuidados médicos*, em 1915. Neste último, as *noções de hygiene infantil* são apresentadas na oitava lição a ser estudada e contempla questões relativas aos cuidados corporais, vestuário das crianças, alimentação, aleitamento, desmama e regime de vida das crianças. A importância de se estudar a higiene infantil presidia, dentre outras questões, a necessidade de oferecer ao professor noções acerca do desenvolvimento daqueles que estariam sob seu resguardo, nas escolas primárias. A ideia da infância como uma etapa frágil, suscetível às intempéries do convívio humano perpassa o estudo acerca da higiene infantil, sobretudo porque o problema da mortalidade se apresentava ainda como uma das maiores preocupações sociais. Portanto, a preocupação em voltar o olhar para a infância baseava-se, de modo especial, na fragilidade ostentada por esse pequeno ser. Nas palavras dos autores de *Noções de Hygiene*, repouso físico e moral deveria constituir a criação da criança, porque desta maneira a menor infração não repercutiria nela, comprometendo sua saúde e compleição (PEIXOTO; GRAÇA COUTO, 1914). Ao mesmo tempo em que esta condição biológica da criança ressaltava a necessidade de zelar por ela, de forma atenciosa, também esteve associada a este pressuposto a questão econômica. Gerir a infância brasileira incluía controlar as taxas de mortalidade e investir em uma série de iniciativas, a fim de projetar para o futuro uma população produtiva. Isto demandava, portanto, cuidados que antecederiam o nascimento da criança, resguardando à puericultura um papel também bastante especial.

A higiene moral também esteve dentre as questões abordadas pelo compêndio *Noções de Hygiene*, embora não se identifique o mesmo no programa da disciplina no ano de 1915. Especialmente ao evidenciarem os problemas sociais ocasionados pelo alcoolismo, os autores se preocupam em demonstrar, a partir de uma série de imagens, as consequências ocasionadas pela ingestão excessiva de bebidas alcoólicas. Cabe ressaltar que os autores tomam como sujeitos destes problemas “a gente do povo”, reforçando a ideia, ainda que indiretamente, de que estes problemas estavam associados a uma questão de condição econômica de parte da população. Temos, portanto, um discurso competente, qualificado, produzindo segregações e culpabilizando aqueles que se constituíam como alvos prioritários das medidas sanitárias. Por

um lado, desejava-se afirmar um conjunto de avanços da higiene no sentido de fomentar o aperfeiçoamento da condição de vida humana; por outro, temos como consequências da proliferação destes discursos a desqualificação da população pobre e a produção autorizada da segregação social.

Imagem 6 – Folha de rosto da 2ª edição de *Noções de Higiene* <sup>127</sup>

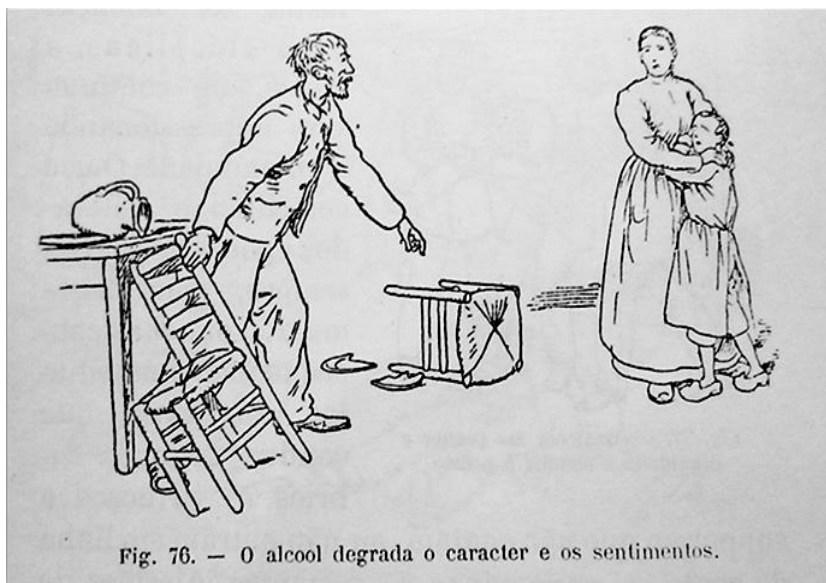


Fonte: Arquivo pessoal.

O problema do alcoolismo recebe ênfase em *Noções de Higiene* e também é um dos assuntos abordados no programa de *Higiene e Primeiros cuidados médicos*. Um conjunto de imagens compõe a retórica acerca dos malefícios do alcoolismo e retrata desde os problemas que ocasionariam no indivíduo até as implicações em questões hereditárias, atribuindo ao consumo excessivo de bebidas alcoólicas a loucura, os defeitos físicos e a degeneração dos descendentes de alcoólatras.

<sup>127</sup> Como se pode observar pela imagem, na segunda edição se registram os leitores esperados, dentre eles, os futuros professores.

Imagem 7 – Campanha anti-alcoolismo em *Noções de Hygiene*.



Fonte: Arquivo pessoal.

Imagem 8 – Exemplificação de descendência degenerada dos alcoólatras.



Fonte: Arquivo pessoal.

Controlar esta parte da população que oferecia riscos sociais significava, na perspectiva destes discursos científicos – profundamente marcados também por ideologias – sanear o país das mazelas do banditismo, da vagabundagem, da prostituição, dentre outros

problemas apontados no texto. A infância não poderia sofrer as consequências da ignorância da “gente do povo”, muito menos a população mais abastada. Para “sanear” a população, os discursos médico-higiênicos tomam como instrumentos uma série de classificações, operação de distinções que chegou à escola especialmente com a aplicação dos testes psicológicos. Se a Higiene, na condição de “união de várias ciências”<sup>128</sup>, desejava “melhorar” a prática pedagógica e qualificar o professor para enfrentar os desafios impostos àquele momento, é necessário considerar que esta melhoria foi acompanhada de uma série de questões que excedem a uma simples ideia de aperfeiçoamento.

Acerca da educação escolar, observamos no programa da disciplina de *Hygiene e Primeiros cuidados médicos*, em 1915, a abordagem da importância da higiene escolar<sup>129</sup>, a inspeção médica, as moléstias escolares e a higiene da educação intelectual, interessada no estudo dos programas e horários escolares, férias e *penas disciplinares*. Estas questões também são abordadas em *Noções de Hygiene*, embora resumidamente. O tema da educação comparece na primeira edição deste compêndio ocupando dezesseis páginas.

Em linhas gerais, podemos afirmar que o programa da disciplina de Higiene lecionada na Escola Normal do Distrito Federal, em 1915, esteve harmonizado com os assuntos abordados no compêndio dos médicos Afrânio Peixoto e Graça Couto. Embora o projeto editorial deste compêndio tenha visado a um público heterogêneo, identifica-se com clareza a abordagem do tema da educação, por meio da qual o apelo ao professorado primário aparece, delimitando o grupo de leitores para o qual se destina esta discussão.

De acordo com os autores, a Pedagogia cumpriria seu papel a partir do ensino de “como se devia conseguir” a consciência coletiva da humanidade (via educação) e a higiene

---

<sup>128</sup> Vale ressaltar que operamos, neste momento, com o conceito de Higiene apresentado no compêndio *Noções de Hygiene*. É importante destacar que não havia, àquele momento, um consenso acerca de seu estatuto e é possível, desta maneira, encontrarmos ora a definição de Higiene como ciência, ora como campo de aplicação de várias ciências.

<sup>129</sup> A respeito do tratamento dado à higiene escolar, convém assinalar que tal preocupação também é registrada nas discussões estabelecidas no âmbito da *Revista de Educación*, na Argentina. Neste periódico, identificamos uma interessante discussão por meio da qual o médico inspetor Clemente Trejo assinala a necessidade de se ensinar a higiene escolar nas escolas normais. Este é um texto que se colocava no âmbito da preocupação que se via, àquele momento, de se consolidar o ensino da higiene nas escolas normais argentinas, tornando-a uma disciplina autônoma no plano de formação dos futuros *maestros*. Neste texto, o autor assinala a importância de se requisitar, para esta disciplina, uma carga horária mais ampla. A ideia era instituir uma *higiene escolar aplicada*, hierarquizando as disciplinas de acordo com um suposto grau de importância e igualando a higiene ao estudo de matérias como a literatura e prática de ensino, por exemplo. Para isto, o próprio autor apresenta um projeto de modificação dos planos de estudo, ao fim do texto, prevendo-se o ensino da disciplina de higiene escolar com a carga de três horas semanais. A ideia era constituir “verdaderos guardiones de los intereses generales”, portanto a discussão em pauta era a formação higiênica através de uma disciplina que estivesse mais adequada, estrutural e didaticamente, a esta necessidade. Neste texto, Clemente Trejo apresenta um projeto de modificação da disciplina de higiene escolar nas escolas normais argentinas. Tal projeto foi apresentado no âmbito do *Primer Congreso Nacional del Niño* e a proposta era inserir a disciplina no quarto ano do curso normal (ver Anexo D).

interviria no sentido de “proteger a saúde contra as imperfeições, os excessos e as eventualidades perigosas” (PEIXOTO, GRAÇA COUTO, 1914, p.401). Introduzido o assunto, os autores reúnem nas páginas dedicadas ao tema da educação um conjunto de questões que, supostamente, dependiam do auxílio dos conhecimentos da Higiene, para evitar que a escola se tornasse uma *usina de débeis e anormais*.

O programa do curso normal do ano seguinte, em 1916, passa por modificações. Adequando-se ao decreto 1.059, de 14 de fevereiro daquele mesmo ano, que reorganizava o ensino na Escola Normal, este programa não possui mais indicação de compêndio para o acompanhamento da disciplina. Sob o título *Hygiene Escolar*, o programa da disciplina é organizado em dois momentos: o primeiro, que cumpria oferecer *Noções geraes de Hygiene* ao professorado, era realizado no 3º ano do curso normal, cujo propósito era o estudo de três lições por semana; o segundo, intitulado *Puericultura, Hygiene Escolar, cuidados médicos a prestar em caso de necessidade* se realizava no quarto ano e mantém o mesmo propósito assinalado anteriormente. Neste programa de ensino, a apresentação da disciplina *Hygiene escolar* é introduzida pelo sexto artigo do decreto referenciado anteriormente:

XVI – A Hygiene Escolar compreenderá as noções geraes, necessárias ao estudo das condições de manança da saúde nas escolas, e as particulares dependentes do meio escolar – local, população, **práticas pedagógicas**, exercícios, perigos eventuaes e preservação contra as doenças transmissíveis. Noções de puericultura, conhecimentos perfunctórios das principaes moléstias e doenças infantis, para reconhecê-las, dada a emergência, primeiros cuidados médicos a prestar em caso de necessidade, completarão o programma, commentado por exposições e exercícios práticos, para inteira utilidade deste ensino. (PROGRAMMAS DE ENSINO DA ESCOLA NORMAL, 1916, p.67).

Como se pode observar, a aproximação entre a Higiene e o campo pedagógico é, mais uma vez, afirmada no programa de ensino da disciplina. E, o exame do mesmo nos permite observar que esta aproximação se estabelece, mormente, a partir da discussão que suscitavam os programas e métodos de ensino escolares – questões que comparecem em *Noções de Hygiene* e no *Compendio de Hygiene* baseadas nos estudos fisiológicos acerca do trabalho intelectual. É interessante observar, ainda neste programa, que se buscava estabelecer uma relação entre o mestre e médico, cabendo ao primeiro o estudo de seus deveres relativos à higiene no ambiente escolar. Acerca da relação entre estes dois profissionais, esta relação se manifesta, de um modo especial, quando o problema a ser tratado é a profilaxia de doenças na escola. Como podemos constatar no exame dos programas de ensino anteriores, o estudo das *doenças escolares* (como a escoliose e a miopia, por exemplo) é um dos que recebem maior

extensão no plano de formação higiênica dos professores, embora seja apresentado dentre as últimas lições a serem estudadas em todos os programas.

Também observamos a presença da higiene como um dos conteúdos que compunha a disciplina de Pedagogia<sup>130</sup> naquele ano letivo. Ela comparece dentre os assuntos abordados para as turmas do 3º ano – pois ao 4º ano a cadeira de Pedagogia destinava-se ao estudo da História da Educação – e associada à lição de economia escolar<sup>131</sup>. Neste sentido, a higiene é constituída como uma das questões que os professores – que, porventura, assumissem funções de administração no âmbito escolar – deveriam ter atenção, juntamente com aquelas inerentes ao regime escolar, administração, inspeção pedagógica e sanitária, como constam no programa. A partir desta constatação, deve-se registrar que a Higiene que outrora comparecia nos programas de Pedagogia, restrita ao estudo do físico, assume nova função nas questões relativas à gestão do espaço escolar.

Os programas de ensino referentes ao ano de 1917 não foram localizados. No entanto, é neste ano que o médico e professor José Paranhos Fontenelle inicia sua carreira no magistério da Escola Normal do Distrito Federal e publica *Notas das aulas de Higiene professadas na Escola Normal*<sup>132</sup>, pela Typographia do Jornal do Commercio, de Rodrigues & Cia<sup>133</sup>. Logo no ano seguinte, em 1918, o *Compendio de Higiene* deste médico é publicado pela editora Leite Ribeiro & Maurillo. Se, anteriormente, o projeto fora reunir nas *Notas* os conteúdos lecionados no ano letivo de 1917, o projeto editorial do *Compendio de Higiene* materializa a intenção de tornar esta segunda publicação guia da disciplina de Higiene na Escola Normal, como podemos observar pelas palavras do próprio autor no prefácio. Entre o período de 1917 e 1922, não foram localizados programas de ensino da

---

<sup>130</sup> Neste ano, a cadeira **Pedagogia: história da educação, economia e leis escolares** é distribuída nos dois últimos anos do curso normal a partir da seguinte organização: no 3º ano, abordava-se **Pedagogia, economia e leis escolares**; e, para o 4º ano, destinava-se o estudo da História da Educação (que ainda, àquele momento, não se constituía como disciplina autônoma).

<sup>131</sup> A economia escolar é uma das últimas lições que compõem o programa da cadeira de Pedagogia, naquele ano, e pareceu estar associada à ideia de noções de administração escolar.

<sup>132</sup> Esta *Nota das aulas* pode ser localizada no acervo da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro e foi organizada em fascículos. Apenas o segundo fascículo foi localizado no acervo e o mesmo traz abordagens acerca do ar, clima e domicílio. Como consta neste documento, o primeiro fascículo foi composto por uma **introdução** e pela abordagem acerca do solo e da água. Não conseguimos identificar a existência do terceiro fascículo desta *Nota*.

<sup>133</sup> Não conseguimos identificar informações mais detalhadas acerca das razões que fomentaram a publicação destas *Notas*, se por encomenda institucional ou por iniciativa própria de seu autor. No entanto, é interessante assinalar a condição de Fontenelle como professor-autor ao deixar registro do que, possivelmente, constituiu-se como aulas dadas ao longo daquele ano letivo.



Escola Normal do Distrito Federal <sup>134</sup>. No entanto, para o ano de 1918, a própria publicação do *Compendio de Hygiene* nos oferece indícios acerca dos conteúdos que integravam o plano de educação higiênica do professorado carioca. Ademais, o prefácio deste compêndio escolar já nos confirma os seus leitores previstos: alunos do curso de formação de professores da Escola Normal do Distrito Federal.

Na tabela seguinte, podemos observar a organização da primeira edição do *Compendio de Hygiene*. Analisando desde questões referentes ao meio e como o mesmo influenciava na saúde do homem até o estudo dos problemas da higiene infantil e escolar, o conteúdo do livro, em sua primeira edição, foi organizado em duas partes. Na primeira, o autor realiza a introdução do assunto e aborda algumas noções acerca do ser humano e sua relação com o meio. Na segunda, intitulada “Parte Especial”, Fontenelle afirma que a mesma é “destinada a encarar as questões que mais diretamente interessam ao educador” e possui como núcleos de estudo a higiene infantil, escolar e a puericultura. Na tabela a seguir apresentamos a organização da primeira edição do *Compendio de Hygiene*:

Tabela 10- Organização da 1ª edição do *Compendio de Hygiene* (1918)

	Conteúdos abordados	Nº de páginas
<b>PARTE GERAL</b>	A água	27
	O ar	20
	O clima	32
	Cuidados corporais	20
	O vestuário	16
	Os alimentos	72
	A habitação	40
	Profilaxia das doenças	44
	<b>PARTE ESPECIAL</b> <b>PARTE</b>	Higiene infantil e puericultura
Regimen de vida das crianças		32
O edifício escolar		14
Mobiliário escolar		10
A leitura e a escrita		10
Desenvolvimento corporal e psíquico da criança		11
Educação física		17
Educação intelectual e moral		17
Doenças escolares		21
Débeis e anormais		26
Inspeção sanitária das escolas		20

<sup>134</sup> A pesquisa se realizou no acervo do Centro de Memória Institucional do Instituto Superior de Educação do Estado do Rio de Janeiro ao longo do primeiro ano de realização do mestrado.

A sequência dos assuntos tratados neste compêndio escolar segue aquelas já constatadas no exame dos programas anteriores da disciplina de higiene. Iniciando com o estudo da *higiene geral* até alcançar a especificidade da *higiene escolar*, o compêndio reúne e resume as *noções* elencadas como necessárias à prática docente. Neste sentido, constata-se a repetição dos principais temas que compuseram a educação higiênica do professorado na Escola Normal do Distrito Federal: higiene geral, higiene infantil, higiene escolar e puericultura (geralmente estudada em associação com a higiene infantil).

Após o ano de 1916, apenas o programa de ensino de 1924 foi localizado. No entanto, para o ano de 1923, localizamos os *Programas de Exames*, nos quais podemos observar a organização da avaliação da disciplina de Higiene e identificar os conteúdos requisitados. A Higiene compõe o conjunto de disciplinas lecionadas no quarto ano do curso normal e o exame é constituído por uma parte teórica e outra, prática. A parte teórica é composta por vinte lições<sup>135</sup> que reúnem aquelas já observadas nos programas anteriores, desde a higiene geral até a higiene escolar, com preocupações que se encerram nas doenças escolares. A parte prática foi reservada, de modo especial, às questões relativas ao estudo dos parasitas, solo e água, envolvendo a realização de testes laboratoriais. Em linhas gerais, o que se observa de distinto com relação aos programas anteriores é a presença da abordagem da eugenia no exame da disciplina de Higiene – tema que no *Compendio de Hygiene*, por exemplo, aparece apenas na segunda edição, em 1925.

Para encerrar a visada nos programas de ensino de Higiene da Escola Normal, correspondentes ao período que nos cabe examinar (1914-1928), localizamos aqueles referentes aos anos de 1924 e 1927. Com relação ao primeiro, a Higiene se constitui disciplina para o 4º ano do curso normal e registra um programa extenso, mais detalhado e composto por 36 lições – características que diferem daquelas relativas aos programas anteriores. Algumas lições teóricas são entremeadas com lições práticas e observa-se uma preocupação em detalhar, com mais rigor, todos os conteúdos que deveriam ser abordados ao longo do ano letivo<sup>136</sup>. Em linhas gerais, o programa referente ao ano de 1924 mantém a organização da

---

<sup>135</sup> Em palavras resumidas, as lições abordadas são: 1) considerações gerais sobre a higiene; 2) saúde e doença, eugenia e climatologia; 3) asseio corporal; 4) alimentação; 5) vestuário; 6) educação física; 7) habitação; 8) infecção; 9) infestações e profilaxia; 10) estudo geral da profilaxia; 11) etiologia das principais doenças transmissíveis; 12) edifício escolar; 13) mobiliário escolar; 14) desenvolvimento da criança; 15) higiene da educação intelectual e moral; 16) métodos de ensino, programas e horários escolares; 17) doenças comuns ao meio escolar; 18) estudo dos *anormais*; 19) obras de preservação escolar; 20) inspeção médica nas escolas.

<sup>136</sup> No fim do programa é registrada a seguinte nota: “Até o dia 30 de Abril deverão ser ensinados os pontos 1 a 8; até 30 de junho os pontos 9 a 17; até 31 de agosto os pontos 18 a 25, e até 31 de outubro os pontos 26 a 36” (PROGRAMAS DOS CURSOS DA ESCOLA NORMAL, 1924, p.70). Como se observa, as lições a serem

disciplina de Higiene como nos anos anteriores: inicia-se com o estudo da importância da Higiene, passando por questões relativas à higiene do meio (água, ar, solo, clima), da alimentação, vestuário e trabalho. A higiene infantil é introduzida a partir do estudo da puericultura até chegar, efetivamente, nas questões concernentes à higiene escolar (arquitetura escolar, mobiliário, leitura, escrita, educação física e intelectual, a educação dos anormais, dentre outros assuntos). O que se observa de novidade no programa é a introdução do estudo da educação sexual, tema que não identificamos nos programas examinados anteriormente, mas que é abordado também na segunda edição do *Compendio de Hygiene*, da autoria de Fontenelle, em 1925. Com relação a isto, no programa da disciplina estabelece-se, por exemplo, o estudo de um plano de educação sexual desde a escola primária (que não é explicitado, mas que possivelmente guarda relação com o que é exposto no *Compendio*)<sup>137</sup>.

Neste plano de educação sexual, embora Fontenelle explicita a necessidade de se iniciá-lo desde a escola primária, conclui a apresentação afirmando que a escola não seria o local mais adequado para explicar questões mais complexas acerca da sexualidade humana. De qualquer modo, é interessante assinalar que a questão da sexualidade ganha, aos poucos, espaço no plano de formação de professores e que é possível pensar que a abordagem deste tema tenha estado associada tanto às exigências sociais de controle, especialmente das doenças venéreas, como por uma emergente necessidade da própria formação concebida nas escolas primárias, quando a puericultura também passava a ser requisitada desde a educação mais tenra. Parece-nos, neste sentido, que o incentivo à adoção de um plano de educação sexual desde a escola primária tinha uma finalidade mais profilática (tanto de doenças, como a sífilis, quanto de problemas sociais) que, propriamente, de mero incentivo de conversas nas salas de aula sobre a sexualidade entre homens e mulheres. Tal constatação baseia-se na própria afirmação do autor do *Compendio de Hygiene*, quando defende que com a chegada da adolescência – etapa da vida mais suscetível às descobertas sexuais – o “resto da educação sexual” deveria ser feito “fora da escola”.

---

abordadas são organizadas em quatro períodos, ao longo do ano letivo, supondo uma tentativa de homogeneização do ensino da higiene na Escola Normal, já que a cadeira da disciplina era composta por distintos professores. O detalhamento de cada um dos conteúdos que deveriam ser abordados também reforça esta tentativa de melhor organização do ensino da higiene naquela escola.

<sup>137</sup> Conforme consta na folha de rosto dos Programas de Ensino de 1924, a reforma que se realizou com relação às disciplinas que compunham o plano de formação dos futuros professores contou com a participação de diferentes professores da Escola Normal, dentre eles José Paranhos Fontenelle. Neste sentido, embora a segunda edição do *Compendio de Hygiene* só tenha vindo à lume no ano de 1925, operamos com a hipótese de que o programa de Higiene já guardava relação com este compêndio. No programa não há referência à adoção de compêndio escolar para a condução da disciplina. No entanto, parece-nos curiosa a inclusão da abordagem da educação sexual, como ocorre da primeira para a segunda edição do *Compendio*.

Ainda a respeito desta designada educação sexual, no plano de formação de professores, constatamos a presença da questão da “moralidade individual e social”. Não há detalhamentos sobre em que consistiria a abordagem deste assunto. No entanto, supomos que o propósito tenha sido o de explicitar, aos futuros professores, as questões morais relacionadas ao problema da sexualidade. Ou seja, as implicações, tanto para o indivíduo como para a sociedade, da tomada de atitudes que ferissem as questões socioculturais com relação à sexualidade.

O programa de ensino de Higiene do ano 1927 é mais extenso e detalhado. Nele podemos observar a separação da disciplina em uma parte teórica e outra prática – tal como eram organizados os programas dos exames no ano de 1923. À parte teórica foram reservadas 55 lições, dentre as quais uma que, pela primeira vez, pode ser observada no programa da disciplina: um estudo comparativo entre as escolas urbanas e rurais, suas características, vantagens e desvantagens de cada uma delas a partir da perspectiva higiênica. Neste programa, diferente do que ocorre nos anteriores que puderam ser examinados, observa-se uma tentativa de articular o problema da higiene escolar desde as primeiras lições, associando-o com o estudo da *higiene geral*. Ou seja, as noções de higiene escolar encontraram-se dispersas ao longo de todo o programa da disciplina, desde as questões do ar no ambiente escolar (conteúdo que era abordado separadamente nos programas anteriores e sob o título de *higiene geral*) até, propriamente, a abordagem da contribuição da escola no trabalho da saúde pública. A realização da parte prática da disciplina era prevista da seguinte maneira:

Tabela 11- Organização da parte prática da disciplina de Higiene do curso normal (1927)

Tipo de atividade	Questões a serem observadas
<p align="center"><b>Demonstração prática</b></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Principais tipos de micróbios</li> <li>- Principais tipos de macroparasitas</li> <li>- <i>catathermometria</i></li> <li>- Fotometria</li> <li>- Elementos que constituem a poeira</li> <li>- Antropometria escolar</li> <li>- Emprego da escova de dentes</li> <li>- Agudez visual</li> <li>- Agudez auditiva</li> <li>- Mobiliário escolar</li> <li>- Inspeção sanitária do escolar</li> </ul>
<p align="center"><b>Inspeção na Escola Normal, Escola de Aplicação e Escolas Públicas Municipais, com apresentação de relatórios descritivos e críticos.</b></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Situação da escola</li> <li>- Tipo de escola</li> <li>- Asseio da escola</li> <li>- Ventilação da sala de aula</li> <li>- Iluminação da sala de aula</li> <li>- Abastecimento e distribuição de água na escola</li> <li>- Lavatórios e latrinas da escola</li> <li>- Merenda</li> <li>- Número de vacinados e revacinados</li> <li>- Educação Física</li> <li>- Mobiliário da escola</li> <li>- Frequência de bons e maus hábitos sanitários dos alunos</li> </ul>

Tipo de atividades	Local de realização da atividade
<b>Visitas dirigidas pelo professor</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Laboratório microbiológico</li> <li>- Laboratório parasitológico</li> <li>- Entrepasto de leite</li> <li>- Instalação de frigorificação de alimentos</li> <li>- Dispensário de higiene infantil</li> <li>- Dispensário anti-tuberculoso</li> <li>- Assistência dentária infantil</li> <li>- Estação de tratamento biológico de águas de esgoto</li> </ul>

A partir da visada dos programas de ensino da Escola Normal do Distrito Federal, podemos realizar a seguinte síntese: de conteúdo associado à disciplina de Zoologia até sua constituição como disciplina autônoma, a Higiene incluída no plano de formação dos futuros professores primários reuniu um conjunto de noções que, para além de um interesse de educar higienicamente o próprio professor, intentava instrumentalizá-lo para a prática cotidiana nas salas de aula. A necessidade de conhecer a fisiologia infantil, seu desenvolvimento físico e intelectual esteve pautada na justificativa de que eram os conhecimentos sobre a conservação do indivíduo aqueles que deveriam ter primeiro grau de importância na formação humana.

Na medida em que se fez necessário o conhecimento do funcionamento dos serviços de inspeção médica escolar (a partir da promulgação do decreto nº 778, em 1910, no Rio de Janeiro), em que a educação sexual passou a ser requisitada (ainda que com certos limites) no plano de formação das escolas primárias, dentre outras questões que passam a constituir os programas de Higiene, nota-se uma tentativa de harmonização com os debates médicos àquele momento. Os próprios compêndios de Higiene dão ideia acerca desta harmonização. O tema da eugenia, que também passa a figurar dentre os assuntos abordados no programa de Higiene, em 1923, também é um dos que comparecem no compêndio de Fontenelle a partir da segunda edição, de 1925. Note-se que este é um período em que distintos projetos de esterilização eugênica de grupos humanos são levados a cabo nos Estados Unidos, Suíça, Dinamarca e Suécia, como assinala Maciel (1999), e os efeitos dos mesmos são sensíveis também no Brasil, pois, em 1918, fundava-se a Sociedade Eugênica do Brasil, por Renato Kehl, em São Paulo. Neste quadro, a discussão sobre eugenia (ou higiene da raça) se tornava necessária no plano de formação de professores, acompanhando os efeitos e as peculiaridades que este movimento ganhava em terra brasileira. No entanto, no *Compendio de Hygiene*, por

exemplo, os efeitos desta discussão são representados por uma abordagem bastante sucinta, segundo a qual Fontenelle procura apresentar apenas a definição de eugenia e os significados que representava para a formação física, mental e moral do indivíduo.

Em um contexto em que a propaganda higiênica implicava em efeitos sensíveis no plano de formação desde as escolas primárias até o ensino superior, os programas de ensino na Escola Normal guardam as marcas dos debates sociais em voga, da legislação e do próprio desenvolvimento científico que impulsionava a conformação de uma Pedagogia *mais científica*. A caminho do preparo do professorado carioca para enfrentar as exigências sanitárias em voga, a disciplina de Higiene oferecia a base elementar para uma atuação que se esperava além dos muros da escola.

### 3.3 A *Hygiene* divulgada pelos compêndios

Num país novo, em que tudo está quase por fazer [...], pareceu esforço patriótico esse de dotar as nossas escolas de um livro que propaga idéas e conhecimentos uteis, em bem da saúde. Elle preencherá uma lacuna sensível, pois é o primeiro desse gênero que se publica no Brasil: essa vanglória é compensada pela esperança de que o estímulo promova melhores, motivo de justas felicitações. (Trecho do prefácio da 1ª edição, publicada em 1914, de *Noções de Hygiene*, da autoria de Afrânio Peixoto e Alberto Graça Couto)

Tres ordens de considerações serviram de directriz ao meu trabalho de preparar um livro [...]: 1º, redigir um compendio brasileiro – pela lingua, pelo ponto de vista e pelos exemplos; 2º, uniformizar etimologicamente o vocabulario dessa disciplina, quanto á semântica, á ortografia e á prosodia; 3º, finalmente afastadas as discussões doutrinarias, apresentar somente noções concretas, esteiadas na explicação mais logica e mais geralmente aceita, [...] visando a racional educação higienica dos professores primários, – indispensável segundo o moderno criterio. (Trecho do prefácio da 1ª edição do *Compendio de Hygiene*, publicada em 1918, da autoria de José Paranhos Fontenelle).

Os compêndios brasileiros, mencionados acima, foram publicados com o intuito de atender às necessidades didáticas da Higiene nas escolas normais. Curioso é observar, a partir da própria leitura dos prefácios de ambas as publicações, que a ideia de pioneirismo permeou a escrita dos autores, supondo a carência desse tipo de produção no mercado escolar brasileiro. Esta é uma característica comum que, de certa forma, marca a escrita de ambos os compêndios e os insere na perspectiva deste trabalho. Ao partirmos da hipótese de que estes textos cumpriram a função de suportes de um corpo de discursos médico-higiênicos, como

procuraram educar, formar e convencer o professorado primário acerca dos supostos benefícios da higiene para sua prática?

Primeiramente, o traço comum para o qual chamamos a atenção entre ambas as publicações é o público leitor almejado: os professores primários em formação. Por um lado, procuramos observar o conjunto de conhecimentos destinados aos futuros professores (que conjunto de elementos inscritos na disciplina Higiene é endereçado a estes sujeitos? Estes compêndios reúnem conhecimentos acerca de quê?). Por outro, investigar os discursos que intentaram conduzir a prática docente e conformar representações acerca destes sujeitos (o que forjam a respeito da prática do professor? Como estes sujeitos são representados na perspectiva destes textos?). As interrogações apresentadas são suscitadas a partir da inquietação que nos provocou a percepção de alguns dos modos como certas questões acerca do papel docente perduraram ao longo da história, ainda que se tenha de levar em consideração suas reinvenções, nas quais se têm como principais produtores os próprios professores.

Comprendemos que os espaços escolares também se constituíram como espaços clínicos ao longo da história e este fenômeno está relacionado, dentre outros aspectos, a própria configuração da instituição escolar que, já no século XIX, era escopo da presença e intervenção médicas. Este tipo de afirmação parece impor uma percepção unilateral (ou até reducionista) frente à complexa constituição da instituição escolar, suas práticas e sujeitos. No entanto, desejamos chamar a atenção para o fato de que reconhecemos a intervenção médico-higiênica neste espaço não como a força-motriz que produziu certas interpretações acerca dos espaços escolares, mas como *uma das forças* que reafirmam a condição da instituição escolar como um espaço concorrencial, um campo em disputa.

A correção das posturas corporais durante as atividades escolares e a atenção aos aspectos “anormais” de aprendizagem, por exemplo, são algumas das questões que se colocavam para a prática docente através dos compêndios de higiene. As lições dispensadas aos cuidados com a postura corporal dos alunos, para além de representarem questões estéticas historicamente construídas, representam um *poder pedagógico* sobre o corpo que procurou também na atuação dos docentes sua manifestação. George Vigarello (2001) realiza uma interessante discussão acerca dos modos como determinados discursos e práticas atuaram, historicamente, na construção de representações sobre o corpo, especialmente o infantil. Vigarello afirma que o corpo é o espaço no qual se impõe os limites sociais e psicológicos da conduta, bem como o emblema onde a cultura inscreve seus signos. Neste



sentido, que papel é destinado ao docente em relação ao corpo infantil? Os discursos médico-higiênicos procuraram não apenas construir um conjunto de normas acerca de como educar física, intelectual e moralmente os corpos infantis, mas, de igual modo, produzir e legitimar a escola primária como um dos principais escopos de efetivação do projeto de regeneração da população.

Ao lado das considerações que explicitam estes compêndios como ostensivas fontes para a tentativa de compreensão acerca de alguns dos modos como os preceitos higienistas atingiram a formação do professor, é necessário apresentar ainda uma questão. Esses suportes, como documentos para a historiografia educacional, por mais interessantes que se constituam à vista, não são capazes de explicar este fenômeno, mas permitem tão somente sua inteligibilidade. Como assinala Michel de Certeau (1982, p. 103), o documento “é o postulado e o ponto de partida – mas também o ponto cego – da compreensão”. Deste modo, um “suporte hipotético” que admite conjecturas. E a existência deste “ponto cego” da compreensão se torna ainda mais evidente quando se tem no horizonte a “produção dos consumidores”, os “modos de proceder da criatividade cotidiana”, também lembrados por Certeau (1998). Assim, cabe-nos interrogar esses compêndios na condição de suportes de discursos que, embora nos permitam alguma compreensão sobre a relação entre higiene e a conformação de certas representações de docência em início do século XX, não representam uma totalidade discursiva, tampouco se constituem verdades acerca de um momento histórico específico. Se os discursos compilados nesses compêndios ajudam a tornar pensáveis certos critérios que se impunham como essenciais ao ofício do mestre, também expressam formas de regulamentação e disciplinamento do professorado, ao prescrever normas, que necessitam ser investigadas.

### 3.3.1 Noções de Higiene e Compendio de Higiene: breves aspectos da produção e da circulação das obras

Tanto *Noções de Higiene* como o *Compendio de Higiene* possuem registros de adoção nos programas de ensino da Escola Normal do Distrito Federal. Este último, com sua primeira edição publicada em 1918, representa um investimento do próprio professor na tentativa de auxiliar no ensino da disciplina de Higiene que lecionava nesta mesma escola,

desde o ano de 1917. Conquanto se trate de projetos editoriais distintos <sup>138</sup>, ambos os compêndios de higiene guardam as características do gênero didático e expressam tentativas de veiculação de projetos de formação educativa que tiveram como base o discurso científico.

Produzidos a partir da década de 1910, *Noções de Higiene* e o *Compendio de Higiene* alcançaram edições que se prolongaram até os anos 1940. A longevidade das edições publicadas pode ser justificada pela condição de textos destinados ao uso escolar e, especialmente, pela própria posição ocupada pelos seus autores: Afrânio Peixoto, que compartilhou a autoria da primeira edição com o médico Alberto Graça Couto, já possuía projeção tanto no campo médico como no educacional no momento de publicação de seu compêndio. José Paranhos Fontenelle, um ano antes da publicação do *Compendio de Higiene*, assumia a função de professor de Higiene na Escola Normal do Distrito Federal, da qual se afastou apenas na década de 1950, quando foi jubilado. Fontenelle já atuava na Diretoria Geral de Saúde Pública do Rio de Janeiro como interino desde 1909. Neste sentido, já se encontrava em contato direto com os problemas sanitários da capital por meio de sua atuação no Serviço de Estatística Demógrafo-sanitária. Esta experiência, somada a outras, é um registro que marcou a escrita do *Compendio de Higiene*.

Em 1915, Júlio Afrânio Peixoto foi indicado diretor da Escola Normal do Distrito Federal e, no ano seguinte, dispensando a primeira função, assumiu o cargo de diretor geral de instrução pública. Embora Afrânio Peixoto não fosse professor da disciplina de Higiene na Escola Normal do Distrito Federal, operamos com a hipótese de que a adoção de seu compêndio no programa de ensino de 1915 esteve associada à sua atuação como diretor desta escola. Ainda operamos com a hipótese de que o exercício do magistério nesta escola se apresentou como uma das razões para que as edições do compêndio de Fontenelle alcançassem a década de 1940.

---

<sup>138</sup> Enquanto *Noções de Higiene* se endereçava, além das escolas normais, a cursos como os de farmácia e odontologia, o *Compendio de Higiene* se destinava especialmente à formação de professores primários.

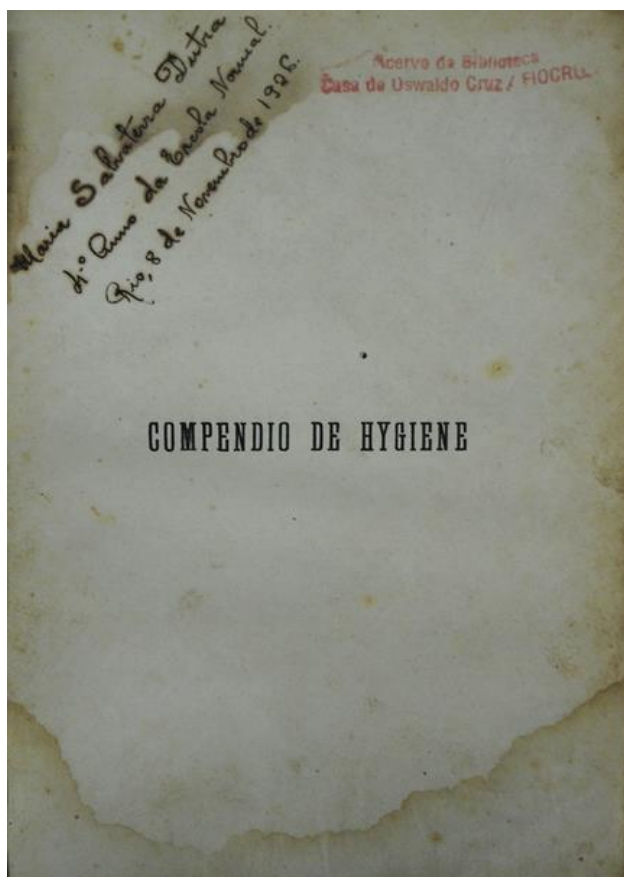
Tabela 12 – Comparativo das edições de *Noções de Hygiene* e *Compendio de Hygiene*

Título	Edição	Ano	Editores
Noções de Hygiene	1ª	1914	Francisco Alves
Compendio de Hygiene	1ª	1918	Leite Ribeiro & Maurillo
Noções de Hygiene	2ª	1921	Francisco Alves
Compendio de Hygiene	2ª	1925	Propriedade do autor
Noções de Hygiene	3ª	1925	Francisco Alves
Compendio de Hygiene	3ª	1930	Canton & Beyer
Noções de Hygiene	4ª	1930	Francisco Alves
Compendio de Hygiene	4ª	1932	Canton & Reile
Noções de Hygiene	5ª	1932	Francisco Alves
Compendio de Hygiene	5ª	1940	Guanabara Koogan
Noções de Hygiene	6ª	1935	Francisco Alves
Compendio de Hygiene	***	***	***
Noções de Hygiene	7ª	1939	Francisco Alves
Compendio de Hygiene	***	***	***
Noções de Hygiene	8ª	1941	Francisco Alves
Compendio de Hygiene	***	***	***

Pela tabela apresentada, podemos notar que a produção destes compêndios atingiu três décadas, embora com um quantitativo de edições que se diferencia ao longo desse período. *Noções de Hygiene* alcançou oito edições – todas elas publicadas pela mesma editora, a Francisco Alves – enquanto o *Compendio de Hygiene* registrou cinco edições revisadas e cada uma delas publicada por uma editora distinta. Dado o gênero didático no qual estes compêndios se incluem, é possível supormos que as sucessivas edições, ocorridas com a revisão e ampliação de conteúdos, em ambos os casos, deram-se em decorrência do público escolar. No caso de *Noções de Hygiene*, essa hipótese pode ser comprovada com mais segurança em decorrência da existência de um público ainda mais amplo já que, além dos professores primários, este compêndio se endereçava a outros profissionais em formação, como assinalamos anteriormente. Já acerca do *Compendio de Hygiene*, marcas de uso supõem

sua utilização na turma do 4º ano da Escola Normal do Distrito Federal, em 1926, como se lê no ante-rostro abaixo:

Imagem 9 – Ante-rostro do *Compendio de Hygiene* com inscrição de aluna: “Maria Salvaterra Dutra. 4º ano da Escola Normal. Rio, 8 de Novembro de 1926”



Fonte: Biblioteca da Casa de Oswaldo Cruz.

No que diz respeito ao *Compendio de Hygiene*, é possível acentuarmos ainda que, embora destinado ao ensino da higiene, sua indicação foi aferida, por exemplo, no programa da disciplina Psicologia Educacional como livro de consulta para o estudo da psicologia da infância, em 1937<sup>139</sup>. Este mesmo compêndio também compareceu dentre as indicações de “leituras recomendáveis para alargamento da cultura geral” no programa da disciplina Educação Física, Recreação e Jogos, lecionada pela professora Louis Marietta Williams, no Instituto de Educação, e na disciplina Biologia Educacional, cuja seção era chefiada pelo próprio Fontenelle, ainda em 1937, na mesma instituição. O *Compendio de Hygiene* se

<sup>139</sup> Informação localizada nos Arquivos do Instituto de Educação, no volume I de março de 1937.

encontrou dentre os títulos apontados por Diana Vidal (2001) que figuraram na lista de *best-sellers* do Instituto de Educação na década de 1930.

Ao operarmos com os números das edições alcançadas, podemos observar uma significativa longevidade que, somada às revisões pelas quais passavam estes compêndios, supõe uma relação com a atividade escolar e seu público. José Paranhos Fontenelle, por exemplo, a cada edição publicada do *Compendio de Hygiene* procurava apontar nos próprios prefácios as alterações realizadas no texto, o aprimoramento do projeto gráfico e tipográfico (como a composição textual, a inserção de figuras, numeração de parágrafos, como alguns dos exemplos), dentre outras questões que procuravam interferir diretamente nas formas de ler do público escolar. Da primeira para a segunda edição, o *Compendio de Hygiene* recebe um acréscimo de conteúdo significativo, além de um conjunto de alterações que são destacadas pelo seu autor:

Não era desejo meu publicar uma nova edição deste livro sem ter podido augmental-o com os capítulos necessários para que a obra, sem perder a fôrma elementar, viesse a ser um repositório completo e systemático de todas as noções que constituem a hygiene. Razões dictadas pela procura do livro levaram-me a apressar a publicação, sem que o trabalho de completar a obra podesse ter sido terminado [...]. Foram introduzidos, nesta edição, vários melhoramentos materiaes, como a numeração dos paragraphos, para as referencias, e um desenvolvido índice alphabetico, que vae no fim do volume [...]. Como apparece agora, penso que este compendio poderá continuar a prestar alguns benefícios ao ensino dos princípios elementares de hygiene, e, assim, o entrego á publicidade. (Trecho do prefácio à segunda edição do *Compendio de Hygiene*, em 1925)

As alterações não pararam na passagem da primeira para a segunda edição. Até o ano de 1940, no qual identificamos a última edição do *Compendio de Hygiene*, o texto recebeu alterações, decorrentes das revisões realizadas cuidadosamente pelo autor. Da segunda para a última edição, por exemplo, o livro recebeu um acréscimo de 126 páginas, tornando seu conteúdo mais denso. Em todos os prefácios, Fontenelle procurou esclarecer ao leitor que o interesse nos acréscimos de conteúdo procurava ir ao encontro direto das necessidades de seu público, mobilizando-se constantemente pelo desejo de “por o livro de acordo com os conhecimentos científicos modernos”. O aperfeiçoamento gráfico também foi uma marca nas edições do *Compendio de Hygiene*, sobretudo porque procurava facilitar o manuseio do texto, já que endereçado, de modo especial, ao público escolar. Tais considerações nos fazem retomar a afirmação de Alan Choppin, quando se refere ao fato de que, na condição de objeto fabricado, o texto escolar é sujeito às limitações técnicas do momento em que é produzido e “participa de um sistema econômico cujas regras e usos, tanto no nível da produção como do

consumo, influem necessariamente na sua concepção quanto na sua realização material” (CHOPPIN, 2002, p. 14). As revisões de conteúdo e o interesse em aprimorar graficamente o texto são algumas das questões que se colocam para os sujeitos envolvidos com a produção de textos escolares. Ademais, estas questões estiveram no horizonte do médico e professor Fontenelle e, provavelmente, foram impulsionadas pelo ativo mercado que ele mesmo supõe existir quando registra nos prefácios uma grande procura pelo seu compêndio.

Em 1914, o compêndio *Noções de Higiene* era publicado pela Francisco Alves e, com a autoria dos médicos Afrânio Peixoto e Alberto Graça Couto, foi anunciado como aquele que preencheria uma “lacuna sensível”, pois se tratava do “primeiro desse gênero” que se publicava no Brasil. Desse modo, a publicação da primeira edição do compêndio de higiene foi colocada como aquela que assumia dianteira na produção brasileira, tratando-se de um esforço patriótico já que, segundo os autores, a higiene consistia em uma preocupação já muito tempo compartilhada por governos, corporações docentes e pedagogos.

Com uso aprovado para o programa de ensino da disciplina *Higiene e Primeiros Cuidados Médicos*, na antiga Escola Normal do Distrito Federal, em 1915, este compêndio de higiene constitui uma curiosa fonte de estudo. Este texto passou por alterações significativas da primeira para a segunda edição, pois, com o falecimento de Alberto Graça Couto, toda a parte dedicada ao estudo anatômico e fisiológico do corpo humano foi extraída. O objetivo era se adequar ao público leitor esperado:

Este livro apareceu, na edição anterior, assinado também pelo nome do Dr. Graça Couto, que para ele escreveu a primeira parte, um estudo anatômico e fisiológico do corpo humano. O livro pretendia ser elementar, mas excedeu, de muito, essa intenção, alcançando quase classe imediata. Agora, tendo de reimprimi-lo e de corrigir nele porção da tara original, para adaptá-lo, perfeitamente, aos alunos do curso médio de Higiene, que o procuraram (Escolas Normas, Cursos de Farmacia e de Odontologia, Escolas Profissionais, Colegios e Licêus), aquela primeira parte era inútil, pois que estudada nos livros de Historia Natural, e o meu saudoso companheiro faltava-me, para dividir comigo os encargos desta edição. (Trecho do prefácio à 2ª edição de *Noções de Higiene*, em 1921)

Nas palavras de Afrânio Peixoto, o texto havia excedido sua intenção em um primeiro momento. Portanto, percebeu a necessidade de adequá-lo ao nível de estudo de seus leitores em sua segunda edição. Segundo o autor, a intenção era manter o caráter elementar do compêndio, já que se destinava a alunos do curso médio de Higiene. O projeto gráfico e tipográfico do livro permanece sem mudanças significativas, diferente do que notamos com as edições do *Compendio de Higiene*, de Fontenelle, até sua última edição. Sobretudo na 2ª edição de *Noções de Higiene*, de 1921, que passou a ter somente a autoria de Afrânio Peixoto

e contou com a ampliação da discussão sobre educação escolar. Ademais, os “conselhos” direcionados ao professor primário são intensificados e uma crítica à pedagogia daquele momento é sensivelmente observada em sua cadeia discursiva. Se este compêndio nos parece ser um caso expressivo para se pensar os modos como a higiene procurou intervir na formação do professor e confrontar-se, por vezes aliar-se aos conhecimentos da pedagogia, cabe, portanto, examinar, ao lado de outro compêndio direcionado a este público-leitor, de que maneira essas questões também se evidenciam, conformando projetos de formação docente a partir do paradigma científico da Higiene.

### 3.3.2 Arte de prolongar a vida? Higiene segundo os autores dos compêndios

“É melhor prevenir do que curar”. A partir desta máxima os autores dos compêndios aqui examinados afirmam a Higiene como um campo que se distanciava da Medicina. De acordo com os autores da primeira edição de *Noções de Higiene*, Afrânio Peixoto e Graça Couto, a medicina era deficiente e incapaz, posto que tinha seus instrumentos voltados para a intervenção no processo de manifestação das doenças. Como higienistas, portanto, defendem a necessidade de intervenção na causa das doenças e não em sua manifestação. Verifica-se, pois, a defesa de um programa de proteção e melhoria da saúde física e mental do homem. É esta definição de Higiene, como um corpo de doutrina que visava à intervenção no meio, a fim de evitar a doença, que permeia a escrita de *Noções de Higiene* e orienta o programa de formação tanto dos futuros professores primários, como dos demais leitores para os quais este compêndio era destinado.

Ao trazer uma definição de Higiene, na segunda edição deste compêndio, Afrânio Peixoto, no entanto, afirma não considerá-la “precisamente uma ciência”. De acordo com este autor, a Higiene consistia em “um conjunto de preceitos, buscados em todos os conhecimentos humanos, mesmo fora e além da medicina, e tendentes a cuidar da saúde e a poupar a vida” (PEIXOTO, 1921, p. 7). Era a compreensão da Higiene como “aplicação prática de todas as ciências” e como “corpo de doutrina independente” da Medicina que definia o direcionamento da abordagem de *Noções*.

Ainda na segunda edição deste compêndio, Afrânio Peixoto apresenta um quadro evolutivo da Higiene, operando com quatro ciclos que nos ajudam a compreender, inclusive, o

empreendimento da escrita deste compêndio. No primeiro ciclo, denominado *religioso*, a doença era posta como castigo e o doente, um sacrílego, afugentado e banido. No segundo ciclo, definido *médico*, Afrânio Peixoto afirma a existência da defesa do doente contra a doença e o desenvolvimento de uma noção de piedade com relação ao doente. No ciclo *profilático*, a doença, passa a ser percebida como um perigo público. Decorriam dessa visão o desenvolvimento de práticas de isolamento, as quarentenas, a desinfecção, a notificação compulsória, as vacinas e as leis coercitivas – questões que nos remetem, por exemplo, ao episódio da Revolta da Vacina, no Rio de Janeiro, em 1904. O último momento é denominado *ciclo econômico*. Afrânio Peixoto afirma ser este o ciclo pelo qual passava a Higiene naquele momento de publicação do compêndio e que, portanto, constituía-se solo desse empreendimento. A percepção *econômica* baseava-se, especialmente, na compreensão do indivíduo como uma máquina ou instrumento de trabalho. Nesta perspectiva, se doente, o indivíduo se constituiria como um “instrumento de trabalho e riqueza parado, estragado ou perdido” (PEIXOTO, 1921, p. 10). Portanto, a utopia de extinção da doença perpassava os ideais higienistas. O intento de intervir no meio, a fim de conhecer a fundo a causa, a etiologia das doenças e extirpá-las, fez da escola um dos principais espaços de atuação dos higienistas.

Já para o médico e professor José Paranhos Fontenelle, a concepção de Higiene se diferenciava em alguns aspectos com relação aos pressupostos que norteavam a escrita de *Noções*. Embora estejam em consenso com a ideia da Higiene como um campo que traz contribuições de diferentes conhecimentos científicos<sup>140</sup>, Fontenelle parece se distanciar da definição de Afrânio Peixoto, ao reconhecer a Higiene como ciência. Para Fontenelle, a Higiene tinha uma importância econômica, já que procurava melhorar a capacidade de trabalho dos indivíduos, aumentando-se a riqueza da coletividade; aspecto este também destacado por Afrânio Peixoto nas edições de *Noções de Higiene*. Ademais, tal como defende Afrânio Peixoto, em *Noções*, Fontenelle também destaca a oposição existente entre Higiene e Medicina, defendendo a promoção higiênica da prevenção ao invés do esforço médico pela cura. Nesta perspectiva, o interesse comum está em estudar o meio em que vive o indivíduo, a fim de identificar nele as causas das doenças e torná-lo favorável à manutenção da saúde. Não é sem propósito, portanto, que em ambos os compêndios, o estudo do solo, do ar, água e clima, por exemplo, faz parte de um repertório de conhecimentos que antecede, propriamente, os espaços físicos como a casa, a escola e a fábrica. Todas as questões elencadas integram, pois, o programa de Higiene endereçado aos professores.

---

<sup>140</sup> O autor destaca, dentre outras, as contribuições da física, fisiologia, psicologia, sociologia, economia política e antropologia.



Segundo o autor do *Compendio*, o problema geral da Higiene se desdobrava em quatro ideias: 1º) ensinar aos pais os princípios da eugenia e da puericultura, isto é, da formação e criação dos filhos, nas melhores condições, bem como educar as crianças no cuidado consigo mesmas; 2º) procurar e corrigir, o mais cedo possível, os defeitos individuais; 3º) fiscalizar, proteger e melhorar todos os seres humanos, nas diversas fases da vida e nas diferentes atividades e profissões; 4º) combater as doenças transmissíveis e os vícios degenerativos. Com preocupações que partiam desde a concepção do bebê até a chegada à vida adulta, estas ideias compuseram o programa da Higiene e estiveram presentes nas noções veiculadas pelo *Compendio de Hygiene*.

### 3.3.3 O programa de Higiene para os futuros professores

Os compêndios de Higiene veicularam programas de formação que merecem ser investigados. O propósito deste tópico é examinar os modos como foi organizada a Higiene endereçada aos professores primários e quais conhecimentos foram eleitos como necessários a esta formação. A fim de alcançarmos tal propósito, apresentamos, de forma breve, os temas que compuseram a escrita de *Noções* e o *Compendio de Hygiene*. Posteriormente, voltamos a atenção para o principal tema de interesse, que é a higiene escolar e os modos como tanto o professor, a escola e seus sujeitos são representados no âmbito dos discursos médico-higiênicos aos quais estes compêndios dão suportes.

Na condição de programas para a formação de um público que se diferenciava daquele que compunha as cadeiras de medicina, é necessário destacar que em ambos os compêndios os autores procuram assinalar a condição elementar do texto apresentado. Ou seja, os dois projetos editoriais conformam uma iniciativa que visava veicular noções de Higiene que, embora rudimentares, intentavam formar a base da educação higiênica supostamente necessária ao indivíduo. Embora evidenciem particularidades, *Noções* e o *Compendio de Hygiene* reúnem temas em comum<sup>141</sup>, como podemos observar a partir da tabela seguinte:

---

<sup>141</sup> A fim de não tornar a apresentação exaustiva, realizamos um esforço de síntese e organização dos assuntos em temas. Cabe assinalar, no entanto, que em ambos os compêndios a organização dos assuntos não corresponde necessariamente à ordem e ao agrupamento que apresentamos na tabela.

Tabela 13 - Programa de Higiene dos compêndios (1ª edição)

Temas	Noções de Higiene	Compendio de Higiene
Noções de fisiologia	Esqueleto; órgãos e aparelhos.	***
Higiene do meio	Solo; água; ar; clima; casa.	Solo; água; ar; clima; habitação (casa)
Higiene Individual	Alimentação (alimentos animais, vegetais e líquidos, incluindo-se o estudo do alcoolismo e seus malefícios); vestuário; exercícios físicos; asseio corporal (cuidados com pés, mãos, boca, nariz, etc)	Cuidados corporais (pele, cabelos e couro cabeludo; boca; orelhas, nariz, axilas, mãos, pés, etc.); vestuário; alimentação (alimentos animais, vegetais, condimentos, incluindo-se o estudo do alcoolismo, seus malefícios e profilaxia)
Higiene do Trabalho	Trabalho industrial; carga horária; insalubridade; acidentes e danos à saúde (em decorrência do exercício de determinadas atividades); alimentação.	Higiene do mestre; aptidões físicas necessárias, profilaxia dos inconvenientes profissionais; perigos representados pelos mestres e outros profissionais escolares.
Higiene Infantil	Criação; aleitamento; vestuário infantil; proteção contra doenças infecciosas.	Mortalidade infantil; características gerais da infância; puericultura; crescimento infantil; cuidados corporais, vestuário; alimentação; dentição; sono; marcha e linguagem; passeios, brinquedos e exercícios; vacinação; desenvolvimento psíquico e corporal da criança em idade escolar.
Higiene Escolar <sup>142</sup>	Edifício escolar (espaço e organização); regime escolar (recreios; idade escolar, programas, livros escolares; estafa; leitura e escrita); inspeção médica; vigilância sanitária do meio escolar e individual dos alunos.	Edifício escolar, asseio da escola; mobiliário; leitura e escrita; educação física; educação intelectual e moral (trabalho intelectual, fadiga, organização prática do ensino, métodos de ensino, programas, horários, prêmios e punições); <i>doenças escolares</i> (deformações da coluna, miopia, defeitos da linguagem, etc); <i>débeis e anormais</i> ; inspeção sanitária escolar.
Higiene Urbana	Calçamento, esgotos, abastecimento de água, edifícios públicos (hospitais, quartéis, cemitérios, etc)	***
Acidentes, doenças e sua profilaxia	Ferimentos e hemorragias; envenenamento e embriaguez; asfixia; febre amarela; malária; peste; cólera; febre tífica; disenteria; varíola; escarlatina; sarampo; difteria; meningite; infecção puerperal; tracoma; tuberculose; lepra; doenças parasitárias.	Profilaxia das doenças transmissíveis (febre amarela, cólera, peste, paludismo, tuberculose, lepra, difteria, carbúnculo, tétano, febre tifóide, paratífoses, <i>influenza</i> , disenteria, sífilis, etc.)

<sup>142</sup> Vale assinalar que a expressão *higiene escolar* não é referenciada em *Noções de Higiene* tanto na primeira como na segunda edição, privilegiando-se o uso do termo *educação* para dar tratamento às questões higiênicas relativas ao espaço escolar.

Como se pode observar nos quadros acima, ambos os compêndios, por contemplarem o estudo da mesma disciplina, guardam temas em comum. A diferenciação na primeira edição se deu apenas com relação aos temas *noções de fisiologia* (que já na segunda edição de *Noções de Hygiene* é eliminado) e *higiene urbana*, que comparecem apenas na edição do compêndio *Noções*. Vale assinalar, no entanto, que embora reúnam temas em comum, os mesmos guardam especificidades e formas distintas de abordagem, além da diferenciação quanto ao interesse dado a cada um dos temas. Esta diferenciação é observada, sobretudo, com relação ao tema escolar. Com abordagem mais ampla que a realizada em *Noções*, o *Compendio de Hygiene* apresenta um estudo que, conquanto seja elementar (reafirmando sua condição de compêndio), dá tratamento a distintas questões que compõem o cenário escolar a partir da perspectiva médico-higiênica. Ademais, o *Compendio* inclui um estudo que nos pareceu bastante interessante, embora de apresentação sucinta: a questão da higiene do mestre, assunto que não é tratado em *Noções*.

A tabela apresentada nos permite obter uma ideia geral acerca dos temas e assuntos que compuseram o programa de Higiene destes dois compêndios para uso em escolas normais. Partindo de questões mais gerais, com relação ao meio, e perpassando as preocupações higiênicas relativas ao indivíduo e sua formação, tanto *Noções* como o *Compendio de Hygiene* apresentam um plano básico de formação que não excedeu o propósito da elementaridade, conquanto tenhamos constatado, especialmente da primeira para a segunda edição de ambos os compêndios, a ampliação dos assuntos abordados. No caso de *Noções*, por exemplo, o tratamento das questões escolares foi ampliado, incluindo-se referências a autores como Gustave Le Bon, Herbert Spencer, Montaigne e Claparède – que já compunham a escrita do *Compendio de Hygiene*, desde a primeira edição, em 1918.

É importante destacar, ainda, a presença em comum do tema da Higiene Infantil. Antecedendo, nos dois casos, o tratamento dos assuntos escolares, este tema se constitui introdução à questão da higiene no plano do desenvolvimento humano. Nele são explanadas noções de puericultura e o estudo tem uma justificativa em comum, apresentada por ambos os autores: a preocupação com o futuro da pátria. As taxas de mortalidade infantil são ressaltadas em ambos os compêndios, delineando um quadro de risco com relação ao “futuro da espécie humana e das nacionalidades fortes”, como assinala Afrânio Peixoto (1921). Não é sem propósito que este tema mereceu atenção nestes dois compêndios escolares, imputando responsabilidade tanto aos governantes e pais como àqueles para os quais se destinavam: os

professores primários. Fontenelle assinala na primeira edição do *Compendio* a importância do estudo da Higiene Infantil:

Todos os que se occupam com as crianças teem a mais estricta obrigação de conhecer as grandes regras da puericultura, e o hygienista precisa ser ouvido em todo o curso do crescimento da criança, para aconselhar as mães em cada caso especial. É nosso encargo analysar, agora, em linhas geraes, o problema da puericultura, que é a synthese da hygiene infantil; mais tarde teremos de ver a criança na escola, para estatuirmos as regras da hygiene escolar. (FONTENELLE, 1918, p. 437)

De acordo com Afrânio Peixoto (1921), de 1.000 crianças nascidas no Rio de Janeiro, 185 morriam no primeiro ano de vida, número considerado por ele mais elevado do que o de “quase todas as grandes cidades civilizadas”. Posta como “ofício de salvação pública”, a puericultura é apresentada em *Noções de Hygiene* como estudo indispensável para o conhecimento da criança, a prevenção da mortalidade infantil e a promoção da saúde. Vale acrescentar que Afrânio Peixoto foi um dos intelectuais que defenderam a inserção do ensino da puericultura desde a escola primária e como disciplina lecionada, de modo especial, às meninas<sup>143</sup>. Nas escolas normais, a puericultura também integrava o plano de formação, dando ênfase à proteção e formação higiênica da população escolar. Para além da justificativa científica postulada por meio da Higiene, a representação veiculada do magistério como prolongamento das funções maternas também produzia um clima favorável para a permanência da puericultura como assunto tratado nos cursos normais, voltando-se tal discurso especialmente para o sexo feminino. Neste sentido, ao incluir o estudo da Higiene Infantil, estes dois compêndios reafirmavam o lugar do aprendizado sobre o crescimento e desenvolvimento da criança no plano de formação do professorado primário. Nas palavras de Fontenelle (1918), o conhecimento de cada momento do grau de desenvolvimento físico e mental da criança na escola se fazia necessário segundo o *moderno conceito de educação* e deveria se constituir, por conseguinte, como padrão pelo qual o regime educativo seria traçado. Estabelecia-se, então, a importância do professor como agente atento a estas questões, cumprindo o papel de “braço direito do higienista”.

O estudo das doenças e sua profilaxia é outro tema que, posto como de grande importância, compareceu no programa de Higiene endereçado ao professorado. Especialmente

---

<sup>143</sup> Esta ideia é claramente exposta no livro *Ensinar a Ensinar*, publicado em 1921, sob a autoria de Afrânio Peixoto: “É a eugenia a moderna arte ou sciencia que se preocupa com uma raça humana sadia e feliz e a felicidade daqueles donde há de vir. Um dos seus capítulos, no qual a tenra infância das escolas terá colaboração é a ‘puericultura’, no que se refere ao trato aos irmãosinhos mais tenros, ajudando no próprio lar as mães e aprendendo para o futuro o divino mister de mãe.” (PEIXOTO, 1921, p. 64)

com relação à tuberculose – doença que se constituía como preocupante tanto na capital brasileira como em Buenos Aires <sup>144</sup> de início do século XX –, as lições de *Noções* tomavam a educação como importante base da propaganda profilática. Na regra higiênica, não bastava combater a doença, era preciso extirpá-la da população. Observa-se, portanto, a força que ganhava o discurso pautado na profilaxia, especialmente a partir de sua promoção no espaço escolar:

A educação será o eixo da propaganda anti-tuberculosa: a convicção geral do mal a evitar só se pode realizar pela convicção de cada um. Lições de coisas higienicas devem ser dadas por toda a parte. A escola primaria deve ser principalmente a officina higienica rudimentar [...] e em que o professor, educado higienicamente, além da instrucción, pelo exemplo e pela pratica, dê conhecimento das vantagens do asseio, acostumando os alumnos a serem limpos, a tossirem convenientemente, a se servirem de lenço e de escarrador a tempo, a se alimentarem, recreiarem, trabalharem, dormirem, convenientemente, para a conservação da saúde. (PEIXOTO; GRAÇA COUTO, 1914, p. 599)

A partir das palavras assinaladas pelos autores da primeira edição de *Noções*, podemos constatar o interesse em alargar o papel do professorado: além da instrução, compartilhava-se a responsabilidade pela promoção e conservação da saúde. Realizariam o ofício de mestres, porém, executando-o a partir das lentes de médicos. Os professores eram arregimentados para o erguimento da bandeira da saúde pública, exercendo não apenas a nobre tarefa da instrução, mas também cumprindo a missão patriótica de salvação da raça. Versados e bem práticos na transmissão das noções de Higiene, os professores primários também deveriam contar com um espaço escolar adequado – embora a realidade nem sempre se constituísse tal como o quadro idealizado.

Ainda a respeito das doenças e sua profilaxia, é interessante assinalar o modo como a escola é representada como potencial espaço de disseminação e produção de enfermidades. Na primeira edição do *Compendio de Hygiene*, Fontenelle reúne sob a denominação de *doenças escolares* três grandes grupos de assuntos: 1º *deformações e transtornos corporais*; 2º *defeitos da linguagem e doenças nervosas*; 3º *doenças infectuosas e parasitárias*. No grupo

---

<sup>144</sup> Diego Armus (2007) demonstra os efeitos da propaganda anti-tuberculosa na capital portenha, dentre outras questões, através da própria configuração que assumia o espaço urbano. O ideário do verde urbano impulsionava a constituição de parques arborizados em locais estratégicos da cidade, pautando-se na correlação que se passava a estabelecer entre o pulmão e o verde das árvores disseminadas. A instituição de parques arborizados representava, nesta perspectiva, uma interferência no *sistema respiratório* da cidade, fortificando os corpos e fortalecendo o espírito. Nas escolas primárias, a propaganda anti-tuberculosa se realizou, sobretudo, a partir da defesa da exercitação do corpo como recurso profilático – daí, a implantação curricular da educação física desde as escolas primárias. Nas palavras de Armus, “entre fines del siglo XIX y comienzos del XX los contenidos curriculares de la educación física en la escuela primaria se apoyaron en los juegos – libres, atléticos o clásicos –, los ejercicios gimnásticos – naturales, militares o metodizados –, las rondas escolares, que combinaban movimiento físico com música, y las excursiones y actividades dal aire libre” (ARMUS, 2007, p. 90)

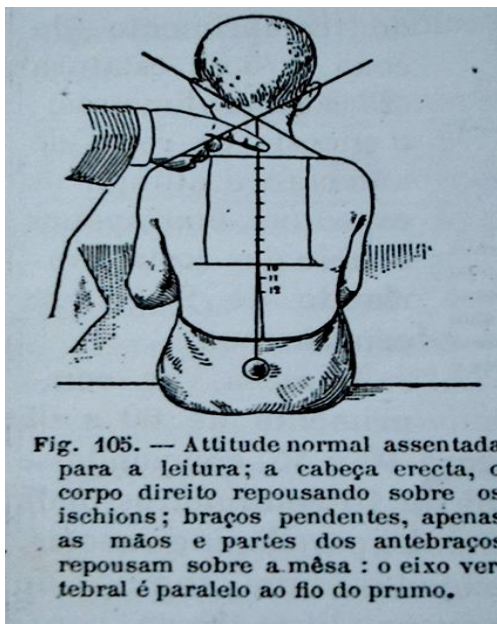
*deformações e transtornos corporais*, a escoliose é a primeira deformação da coluna vertebral assinalada pelo autor. De acordo com Fontenelle, este tipo de deformação se constituía a mais frequente nos escolares, especialmente dentre meninas entre 7 e 15 anos de idade, e estava relacionada à atitude defeituosa que os alunos mantinham durante os trabalhos na carteira escolar. O ofício dos mestres incluía, portanto, a vigilância constante das posições adotadas pelos alunos durante as atividades escolares, a fim de evitar a produção de deformidades corporais.

É interessante assinalarmos que estas preocupações com relação ao corpo do aluno não estiveram tão somente justificadas por uma iniciativa profilática que encontrava nos pressupostos científicos seu apoio discursivo. A percepção do corpo como algo a ser investigado e corrigido – se aparentemente fora de um determinado padrão de normalidade – constituía-se um poder pedagógico de regulação. Como *massa* a ser modelada, o corpo infantil foi escopo de intervenções tanto médicas como pedagógicas no espaço escolar, para as quais os professores primários também concorreriam como espécie de oleiros. *A educação da verticalidade*, portanto, alcança a escola, tentando formar não apenas corpos aceitáveis dentro de certo padrão estético, mas, mormente, regulados e vigorosos. Nas palavras de George Vigarello,

El cuerpo es el primer lugar donde la mano del adulto marca al niño, es el primer espacio donde se imponen los límites sociales y psicológicos que se le dan a su conducta, es el emblema donde la cultura inscribe sus signos como se fueran blasones. La rectitud es una dimensión privilegiada en medio de esta proliferación de figuras intercambiables. El cuerpo del niño debe ser erguido. Su porte es el renovado objeto de una discreta o insistente educación de la verticalidad. (VIGARELLO, 2001, p. 7)

O argumento da prevenção transformava a configuração do espaço escolar e a ação dos sujeitos nele circunscritos. Um aparato prescritivo amparava-se na atuação dos professores e conformava uma pedagogia das atitudes corporais, segundo a qual a regulação dos corpos infantis deveria ser constante. Com um olhar criterioso e apurado, os professores primários deveriam assumir o papel de investigadores dos corpos infantis. Nos compêndios de Higiene, as imagens completavam as lições acerca das corretas atitudes corporais a serem tomadas durante as atividades escolares. Racionalizando e sistematizando normas, o intento era alcançar a regulação do corpo da criança. Isto implicou na adoção de posturas também distintas por parte dos professores.

Imagem 10 – Demonstração de atitude correta para a realização do trabalho de leitura na 1ª edição de *Noções de Hygiene*



Fonte: Arquivo pessoal.

Imagem 11 – Demonstração de atitude correta para a realização do trabalho de leitura na 1ª edição de *Noções de Hygiene*



Fonte: Arquivo pessoal.

É importante assinalar, todavia, que, embora o professorado primário tenha sido convocado para o auxílio na campanha higiênica, que se pretendia realizar no interior da escola, o papel dos médicos escolares permanece como de destaque neste espaço. Em ambos os compêndios, é notável a representação que se forja acerca destes agentes como *conselheiros* nos espaços escolares para os quais os ouvidos dos professores deveriam estar atentos. Como sujeitos detentores de um discurso competente, os médicos escolares não apenas estariam encarregados da realização da inspeção higiênica escolar (desde os prédios até o exame individual de saúde dos alunos), mas, igualmente, tornavam-se responsáveis pela instrução higiênica dos professores, sobretudo com a realização de palestras.

Apresentados, em linhas gerais, os programas de Higiene de *Noções* e do *Compendio*, empreenderemos, a seguir, o tratamento dado à educação escolar. Procuraremos examinar tanto as representações de docência veiculadas a partir dos discursos sobre a escola e seus sujeitos, como alguns indícios de como o próprio campo da Pedagogia é percebido pela ótica destes médicos interessados na causa higiênica.

#### 3.3.4 “Fábrica de tortos e myopes”: a abordagem da higiene escolar nos compêndios

De acordo com Fontenelle (1918), a intervenção dos higienistas no espaço escolar começou a se realizar a partir da segunda metade do século XIX com estudos isolados sobre, por exemplo, a ventilação, miopia no escolar até se reconhecer a necessidade de fiscalização sanitária dos edifícios escolares e o próprio exame individual de saúde dos alunos e funcionários. Realizando referência a alguns destes estudos sobre higiene escolar, o autor do *Compendio de Hygiene* descreve um breve histórico que dá introdução ao tema no texto que àquele momento publicava. O médico descreve da seguinte maneira os pressupostos da Higiene Escolar:

Extendido por tal forma o âmbito de sua acção, o escopo actual da hygiene escolar é, em resumo, procurar que durante a educação não seja perturbado o desenvolvimento do alumno, nem sejam criadas deformidades corporaes; facilitar ás crianças o aproveitamento de seu esforço; traçar as normas da educação dos débeis e anormaes; integrando-os na comunidade productiva; e evitar, finalmente, a propagação de doenças, o que acabaria sendo um desperdício econômico em educar a criança e vel-a morrer antes de alcançar o período de productividade. (FONTENELLE, 1918, p. 471)



Estes pressupostos da Higiene Escolar, assinalados por Fontenelle, serviram como eixos orientadores do programa apresentado por este compêndio, já que resumem, em linhas gerais, a proposta textual relativa ao estudo empreendido sobre o espaço da escola e seus sujeitos. Interessante é observar uma das principais questões que esteve associada à campanha higiênica na escola e que é assinalada por Fontenelle: a questão econômica. Associada à ideia de produtividade, a promoção da saúde no espaço escolar, para além de um interesse no bem-estar do indivíduo, visava ao bem-estar da coletividade. E este bem-estar, dentre outras questões, envolvia o desenvolvimento econômico da nação. Uma nação produtiva e rica dependia, segundo aquele ideário, de mão-de-obra forte e sadia.

No *Compendio*, a referência aos estudiosos alemães Max Von Pettenkoffer, higienista, e Hermann Cohn, oftalmologista, tanto anuncia os estudos nos quais Fontenelle ancora sua escrita, para tratar de higiene no espaço escolar, como assinala uma questão interessante: a escola como laboratório e escopo da intervenção médica. Neste sentido, a atenção incide especialmente sobre os professores, alunos-leitores que cumpririam importante papel nesse processo. O primeiro conselho dado aos mestres em formação era de que a educação deveria permitir, do melhor modo, o desenvolvimento do aluno, impedindo o aparecimento de deformidades corporais. Cabe assinalar que não apenas uma preocupação com o físico está em pauta, mas a higiene intelectual é cuidadosamente tratada, pois interferiria diretamente no processo ensino-aprendizagem. A psicologia é a “inspiradora” da higiene moderna, segundo Fontenelle, e por ela seria possível estabelecer linhas gerais do regime de educação dos pequenos.

Embora a expressão Higiene Escolar não esteja registrada em *Noções*, a educação também foi escopo das lições compendiadas. Diferente de como se realiza no *Compendio de Hygiene*, na primeira edição de *Noções*, os autores Afrânio Peixoto e Graça Couto introduzem o tratamento das questões escolares apresentando uma definição de educação e não, propriamente, de Higiene Escolar. Desta feita, definem a educação como o “processo pelo qual se integram na personalidade, assim contínua e progressivamente guiada e dirigida, noções de decência e de proveito pessoal e social, regras de bem viver para a vantagem própria e comum” (PEIXOTO, GRAÇA COUTO, 1914, p. 25). Os autores assinalam, ainda, o papel desta educação na formação de hábitos e *automatismos inconscientes*, princípios estes relacionados à educação higiênica. Na perspectiva dos autores, a educação se constituía como o meio de se desenvolver a instrução dos alunos. Por conseguinte, a escola é posta como instituição adequada e eficaz para a formação do homem, contribuindo para a produção de

uma consciência coletiva para a humanidade. Para o alcance deste desígnio de formação humana, os autores assinalam que a pedagogia deveria ensinar como consegui-lo, na medida em que a higiene interviria para “proteger a saúde contra as imperfeições, os excessos e as eventualidades perigosas, capazes de perturbá-lo e mesmo impedi-lo” (PEIXOTO, GRAÇA COUTO, 1914, p. 401). Os papéis entre estes dois campos, pedagogia e higiene, parecem, então, bem definidos.

Após o texto introdutório, ambos os compêndios iniciam o estudo sobre o espaço escolar a partir de um conjunto de normas acerca da construção dos edifícios. O *Compendio de Hygiene* apresenta um estudo mais detalhado, na medida em que em *Noções* são apresentadas apenas as questões mais rudimentares acerca do assunto. Um consenso, no entanto, é registrado entre os dois compêndios escolares: a necessidade de construção dos prédios em local afastado de obstáculos que pudessem interferir na entrada de iluminação natural. As normas apresentadas sobre como situar, orientar, construir e dispor um prédio escolar são bastantes técnicas e pode ser questionada até sua utilidade para o trabalho docente. Que aplicação teria o conhecimento das metragens adequadas para o levantamento de paredes e construção de escadas nos edifícios escolares? Teria o professor intervenção direta neste processo? É necessário ressaltar, ao menos, que se este conjunto de regras parece não ter aplicações diretas na atuação dos professores - no sentido de os mesmos poderem interferir, previamente, no processo de construção do edifício escolar -, é pertinente a consideração do fato de que a arquitetura escolar cumpre função educativa.

Como é assinalado por Fontenelle (1918), o belo contribui para a própria educação dos “pequenos habitantes” da escola e é também neste sentido que a higiene pareceu operar: não apenas em favor de questões profiláticas, mas igualmente estéticas. Para acentuar esta função educativa relacionada à arquitetura escolar, cabe exemplificá-la a partir de outra questão apresentada por Fontenelle em seu *Compendio*. Ao descrever as proporções necessárias para as janelas das salas de aula, o autor sublinha a importância das mesmas não serem excessivamente altas, “para não dar à escola o aspecto de prisão” (FONTENELLE, 1918, p. 475). E, embora outras questões possam contribuir para que, simbólica ou efetivamente, a escola possa ser percebida ou associada à imagem de uma prisão, a arquitetura, neste caso, tinha implicações diretas nesta associação. Esse detalhe não fugiu às vistas dos médicos higienistas.

Afirmamos que o professor não poderia interferir no processo de construção dos edifícios escolares. Portanto, caberiam alguns questionamentos sobre a utilidade das regras

minuciosamente estabelecidas, em ambos os compêndios, acerca de tal processo. Cabe ressaltar, no entanto, que, se esta afirmação pode ser aceitável, também o é o seguinte fato: o prédio escolar, já construído, interferiria diretamente no trabalho docente, especialmente quando o assunto tratado é o espaço da sala de aula. Apresentada, por Fontenelle, como a “capital pedagógica da escola”, a sala de aula deveria dispor de um espaço adequado tanto para o trabalho dos alunos quanto para aquele realizado pelos professores. De acordo com Fontenelle (1918), o edifício escolar deveria ser “um conjunto de salas de aula convenientemente preparadas e não uma construção qualquer dividida em salas de aula” (p. 474). O médico apresenta as justificativas:

Deve a sala ter uma fôrma rectangular, de preferência á fôrma quadrada porque já está verificado serem assim bem mais asseguradas a illuminação natural e a fiscalização por parte do mestre. Seu comprimento máximo deve ser de 9 m, para garantir ás crianças da ultima fila a perfeita leitura do que foi escripto no quadro negro, assim como a voz do professor o alcance ao fundo da sala. [...] Importante de considerar é também a questão da altura, que nunca deve ser menor de 4 m, garantindo assim uma capacidade de 5m<sup>2</sup> por alumno. Para augmentar tal capacidade nunca será conveniente fazer crescer demasiado a altura, o que prejudicaria a voz do professor. (FONTENELLE, 1918, p. 474)

Fiscalização, compreensão do aluno, saúde relativa à voz do professor. Notamos, a partir das normas apresentadas, os modos como os critérios técnico-higiênicos tinham justificativas claras a respeito da dinâmica da sala de aula e da prática docente. Pensando a arquitetura do espaço da “capital pedagógica” e projetando nela os movimentos dos sujeitos que a ocupam, este corpo de normas, se atendido ou não, interferiria diretamente na dinâmica da sala de aula e, propriamente, na saúde vocal dos professores. É decorrente disto a importância apresentada em ambos os compêndios de não ser a sala de aula um espaço dividido aleatoriamente e sem atenção às questões antes assinaladas.

Estabelecidas as regras relativas às dimensões da sala de aula, *Noções* e o *Compendio de Hygiene* apresentam, na mesma sequência, um estudo acerca do mobiliário escolar. Descrevendo as dimensões das carteiras e bancos escolares, em *Noções* encontramos normas sintetizadas sobre o mobiliário que compõe o cenário da sala de aula. Especialmente pela constatação de que as dimensões dos bancos e carteiras (na sua relação com a estatura da criança) poderiam afetar diretamente a coluna vertebral dos alunos, ocasionando problemas como a escoliose, por exemplo, a atenção a estes mobiliários se realiza a partir da disposição de imagens ilustrativas. Ademais, podemos assinalar a existência desse conjunto de imagens,

que compõem *Noções*, como elemento que constitui os *protocolos textuais*<sup>145</sup> e que cumpre importante função na atribuição de sentidos àquilo que se lê. Nas palavras de Márcia Cabral da Silva, os “protocolos textuais das obras constituem suportes e índices para se entender, entre outros aspectos, a concepção de leitor criada pelos editores” (SILVA, 2010, p. 101). A ideia de se investir no poder discursivo das imagens pode ser percebida, dessa maneira, como uma tentativa de tanto estabelecer, previamente, sentidos à leitura como sugere a necessidade de constituir as imagens como parte do discurso que intentava convencer o professorado de seu papel na sala de aula.

Para além de uma preocupação com o corpo infantil, o mobiliário escolar também deveria atender às necessidades de limpeza e vigilância. A respeito disso, Fontenelle destaca, por exemplo, na primeira edição do *Compendio*, a necessidade da carteira escolar “ser aberta pela frente e pelos lados, para facilidade de limpeza e de fiscalização do mestre” (FONTENELLE, 1918, p. 490). Observamos, portanto, que não há apenas uma preocupação com as questões de saúde física dos alunos, mas também se encontram associadas a estas normas as questões disciplinares pertencentes à dinâmica escolar. O papel vigilante, que deveria ser exercido pelos professores, não esteve, desta forma, ausente neste contexto. E, cabe assinalar, o próprio mobiliário escolar parecia concorrer para a efetivação desta vigilância nos pormenores.

Seguindo as normas destinadas à confecção do mobiliário escolar, no *Compendio de Hygiene* o autor apresenta ainda questões bastante interessantes acerca da cátedra do professor. Posta em um plano elevado na sala de aula, a cátedra é condenada por este autor e sua explicação nos parece harmonizada aos novos ideais de educação que se propagava, especialmente a partir do movimento da escola nova. A relação aluno-professor é vista a partir de uma perspectiva diferenciada, diferenciando-se igualmente a disposição do mobiliário escolar, mormente quando se tratava da escola primária:

Nas escolas primarias deve desaparecer a cathedra do professor, não só porque não é ella necessária, como porque apresenta certos inconvenientes. Para o ensino primário não há necessidade de fazer lições sob fórma de prelecção, pois que a sala de aula é uma sala de trabalho e o professor deve estar no maior contacto possível com seus alumnos, trabalhando conjunctamente com elles. Demais, está quase sempre collocada sobre um estrado, que só serve para facilitar o accumulo de poeira, sendo de difficil asseio, pelo que deve ser condemnado absolutamente. (FONTENELLE, 1918, p. 493)

---

<sup>145</sup> O conceito de *protocolos textuais* é desenvolvido, de modo pormenorizado, em Chartier (1996).

A interferência da disposição do mobiliário escolar na relação professor-aluno é mais um aspecto interessante que se evidencia neste corpo de discursos destinados aos professores. Importante destacar, neste sentido, os modos como esta relação é captada por este discurso médico-higiênico a partir da materialidade da sala de aula. A defesa da inexistência da cátedra, nas escolas primárias, pareceu ter implicações diretas nas formas como os professores lidariam tanto com os alunos quanto promoveriam a sala de aula como um espaço de aprendizagem que – conquanto disciplinado e disciplinar – passava a ser pensado a partir de perspectivas renovadas de ensino. É interessante assinalar, no entanto, que curiosamente na segunda edição do *Compendio* esta discussão acerca da cátedra do professor é suprimida pelo autor.

Em *Noções de Hygiene* não encontramos esse tipo de discussão. No entanto, observamos como o professor é representado nos discursos médico-higiênicos na relação com os aspectos materiais da escola. Após tratarem do mobiliário, os autores de *Noções* voltam a atenção para os ambientes que também compõem o cenário escolar, como o vestiário e lavatórios. Dessa maneira, os mesmos sublinham a responsabilidade do professor na realização da educação higiênica e na promoção de *hábitos de decência* nos alunos com relação ao uso destes espaços:

Na escola, principalmente, deve começar a educação hygienica e o professor é responsável por ella, como pela instrucção. Os habitos de decência e de entretenimento hygienico desses utensílios, fáceis de adquirir-se no começo da vida, persistem felizmente pelo resta della. (PEIXOTO, GRAÇA COUTO, 1914, p. 407)

A crença de que a realização da educação higiênica, desde as escolas primárias, produziria um sistema duradouro de hábitos implicou em um investimento discursivo a respeito do papel do professor na escola. E este investimento pode ser observado nos compêndios escolares em exame. O conjunto de questões tratadas a respeito do espaço escolar, em ambos os compêndios, procura ir ao encontro da prática docente. Conquanto se busquem, nestes compêndios, relações entre o papel do professorado e os diferentes aspectos da realidade escolar, é perceptível o intento de interferir no trabalho docente, ressaltando-se a importância do exercício de um olhar vigilante e perscrutador.

### 3.3.5 Higiene pedagógica: o entrecruzamento de olhares a respeito do ensino escolar

A pedagogia como *arte de ensinar* foi gradativamente solapada, em início do século XX, por iniciativas que visavam à consolidação de uma *pedagogia científica* (CARVALHO, 2000, p. 113). Isto não significou apenas a multiplicação de laboratórios de *pedagogia experimental*, ainda nos anos 1910, mas a circulação, a partir do impresso pedagógico, de modelos de docência alicerçados em paradigmas científicos. Desta feita, conhecimentos como o da psicologia – beneficiada, sobretudo, pelo desenvolvimento de testes de inteligência – da biologia e higiene conformavam o “cabedal científico” necessário ao ofício dos professores, especialmente das classes primárias.

Para darmos tratamento específico às questões de higiene escolar que diziam respeito a um conjunto de assuntos inerentes aos processos de ensino e aprendizagem, tomamos de empréstimo a expressão *higiene pedagógica* que comparece no *Compendio*. A *higiene pedagógica* parece não ter se constituído como um campo autônomo de estudos, mas o tema que aborda é tratado especialmente no âmbito do que se denominou como estudo da *higiene escolar*, compreendendo questões ligadas ao ensino e à aprendizagem, à higiene intelectual e moral dos alunos, bem como dos professores. A expressão não comparece em *Noções*, no entanto as questões tratadas neste compêndio, a respeito dos programas escolares, os métodos de ensino e os livros, por exemplo, servem-nos como indícios do tratamento dado ao tema. Embora haja uma diferença com relação ao aprofundamento dado a cada um dos assuntos que compõe esta *higiene pedagógica* (*Noções* é claramente mais elementar que o *Compendio de Higiene*), procuraremos apontar as questões que receberam tratamento em ambos os compêndios, não perdendo de vista o lugar dos professores nesses discursos.

### 3.3.6 O ensino da leitura e da escrita: perspectivas higiênicas

A questão da leitura e da escrita não se limitou às recomendações de iluminação da sala de aula. O *como* ler e escrever foi escopo de um conjunto de prescrições, por meio das quais a escrita recebeu especial destaque. Em ambos os compêndios é observada a defesa da campanha, promovida por George Sand, por meio da qual resumidamente se defendia o

método de escrita vertical pela frase “papel direito, corpo direito e escrita direita”. Esta fórmula de escrita já começava a ser implantado no Brasil desde o início do século XX.

O estudo da higiene da leitura e da escrita faz parte do conjunto de assuntos tratados nos compêndios. Procurava-se solicitar dos professores a postura vigilante e atenciosa dada a necessidade de impedir a produção de desvios e deformações oculares e da coluna vertebral dos alunos. Sobretudo por representar inconvenientes maiores que a leitura, segundo a perspectiva médico-higiênica, a escrita recebeu grande atenção nos discursos veiculados em início do século XX. A escolarização da escrita representou, igualmente, uma escolarização dos corpos infantis, produzindo-se normas quanto às formas adequadas de se manter o corpo durante a realização desta atividade escolar. A este respeito, Diana Vidal e Gvirtz assinalam que,

Se a escola pretendia construir uma prática diferenciada dos espaços domésticos e religiosos, instituindo um lugar próprio de enunciação, não devia apenas ensinar a escrever, mas precisava produzir uma única representação de escrita. Assim, escolarizar o ato de escrever supunha uma escolarização do corpo daquele que escreve, construindo uma posição adequada à escrita e uma forma correta de escrever. Na construção discursiva desse escrever as teorias higienistas do fim do século assumiram um papel importante, inscrevendo o discurso escolar no campo da cientificidade. (VIDAL, GVIRTZ, 1998, p. 19)

O ato de escrever representava, portanto, não apenas o cumprimento de uma tarefa escolar, mas o exercício do disciplinamento de corpos. Nesse sentido, fora necessário estabelecer normas e produzir métodos que, adequados às condições corporais de uma criança em idade escolar, devessem fazer da escola um espaço de promoção da saúde e não uma *fábrica de tortos e míopes*. Destarte, tanto em *Noções* como no *Compendio* encontramos a defesa da escrita direita (ou vertical) sob a justificativa de que este método possibilitaria uma boa posição para a coluna vertebral, o que contrariamente não ocorreria com a adoção do método de escrita inclinada. A adoção do método de escrita direita, segundo Fontenelle, facilitaria, além disso, o trabalho do professor em sala de aula, já que obedeceria a uma *tendência natural* de escrita:

Em conclusão, poderemos dizer que, *na escola primária pelo menos*, deve ser recommendada a escripta vertical, porque exige o papel em posição direita e o corpo em attitude symetrica, o que só em parte é possível na escripta vertical, necessitando comtudo esforços da parte do mestre. Ao contrario, a manutenção dos alumnos em posição correcta, para a escripta vertical, torna-se um fácil trabalho para o professor, porque essa é a tendência natural dos que escrevem por tal methodo. (FONTENELLE, 1918, p. 503)

O professor deveria ser o colaborador da efetivação do método da escrita vertical na escola primária. O método de escrita defendido em ambos os compêndios era aquele que já se difundia em países como os Estados Unidos e Argentina, e que ganhava adeptos nos meios educacionais e médicos brasileiros. É necessário atentar, no entanto, para o fato de que este mesmo método, embora considerado o mais adequado em início do século XX, pouco mais tarde se recolocava em pauta, especialmente a partir dos estudos realizados sobre a escrita muscular, como assinalam Vidal e Gvirtz (1998). Os autores de *Noções de Higiene* descrevem as atitudes corporais necessárias à aplicação do método de escrita vertical, assinalando a importância do mestre na vigilância dos hábitos dos escolares:

A escrita deve ser reta ou direita, sobre o papel direito, e o corpo direito. Assim, repousando igualmente sobre os dois sincipites, sem curvatura do dorso, sem levantamento da espádua, apenas a mão e o ante-braço direitos se deslocarão no decorrer da escripta. A escripta inclinada é uma causa de posições viciosas, muito communs infelizmente, mas que se deveriam evitar. O mestre que deve vigiar sobre todos esses meios e habitos escolares, completará a sua acção tutelar e só então pedagógica, com todos os conselhos e advertências suasórias para corrigir más tendências e dar boa direcção á espontaneidade infantil. (PEIXOTO, GRAÇA COUTO, 1914, p. 415)

As preocupações com o corpo infantil e seu disciplinamento puseram em destaque um conjunto de debates acerca do que se legitimaria como o mais adequado e higiênico na realização das tarefas escolares. Pusera em destaque, igualmente, o papel do professorado primário tanto para o exercício da vigilância daqueles que tinha sob sua tutela como para o discernimento dos “perigos” que o ambiente escolar oferecia aos corpos infantis, produzindo desvios e deformações. Apesar dos conselhos e advertências médico-higiênicas endereçadas aos professores, em *Noções* os autores destacam que deveria ser do alcance da pedagogia o *como ensinar* e o estudo dos processos de ensino, já que identificavam neste campo progressos “consideráveis e rapidamente crescentes” (PEIXOTO, GRAÇA COUTO, 1914, p. 415). As diretrizes eram lançadas, caberia aos sujeitos no campo pedagógico atentar para o *discurso competente* dos médicos-higienistas, para evitar escolhos no desenvolvimento da criança em idade escolar.



### 3.3.7 A educação intelectual em pauta

Ao introduzir a abordagem da higiene da educação intelectual, Fontenelle retoma a máxima, que outrora é referenciada no *Compendio*, de que “a criança vai toda para a escola: corpo, inteligência e alma”. Baseado nesta máxima, o médico afirmava introduzir, a partir daquele momento, os *fundamentos científicos da educação intelectual*. Para isto, logo de início, apóia-se nos estudos de H. Méry e J. Genevrier <sup>146</sup>, para afirmar a necessidade de se conhecer o que a criança pode aprender, antes de se fixar o que *deve*. Traçavam-se, já por estas linhas, questões interessantes acerca da prática docente e do próprio campo de estudo da pedagogia.

Em *Noções de Higiene*, o tratamento das questões inseridas no tema da educação intelectual não recebe a mesma organização didática que a realizada no *Compendio* (não se encontram organizadas sob um título e com a disposição em tópicos distintivos). No entanto, não deixa de comparecer no corpo textual a abordagem de questões como os programas de ensino, livros, métodos de ensino (onde se faz referência, aliás, apenas ao método intuitivo), o debate sobre a idade adequada para início da vida escolar e estafa mental. Vale acrescentar que a discussão destes assuntos é ampliada na segunda edição de *Noções*, acrescentando-se também referências a importantes nomes do campo pedagógico, como Montaigne e Claparède, para citar alguns exemplos. Para que o exame do tema da educação intelectual – comum aos dois compêndios –, alcance as interessantes modificações realizadas na segunda edição de *Noções* e apresente acréscimos qualitativos nesta tentativa de comparação entre as duas obras, tomaremos também como referência a segunda edição do *Compendio de Higiene*, publicada em 1925.

A representação da escola como espaço de produção de deformidades é comum à perspectiva de ambos os autores destes compêndios escolares, como já vimos em outro momento. Foi, assim, partindo deste pressuposto que se difundiram os discursos médico-higiênicos, expandindo-se até o espaço escolar e produzindo normas também a respeito das questões de ensino e de aprendizagem. Na segunda edição de *Noções*, Afrânio Peixoto assinala a responsabilidade da escola sobre o futuro das crianças e seu papel na formação e não deformação dos corpos infantis:

---

<sup>146</sup> Estes dois últimos são autores de *Hygiene Scolaire*, livro no qual, possivelmente, Fontenelle se inspirou para a escrita de seu compêndio.

É da maior importância e da mais onerosa responsabilidade: a escola, pelo seu regime physico, hygienico, mental, tem uma influencia decisiva sobre a criança e o homem futuro. Se nem sempre ella é capaz de os fazer melhores, quase sempre ella os fazia, e ainda os faz, definhados, entorpecidos, viciosos, doentes...Nessa época da vida, delicada e sensível sobre todas, as impressões e conseqüências são da maior gravidade. Por isso tanta preocupação pedagógica, principalmente de há um século, por tornar a escola capaz de suas utilidades, supprimindo-lhe os enormes defeitos. (PEIXOTO, 1914, p. 366)

Se à escola é legada a responsabilidade sobre o *homem futuro*, não está separado da mesma o papel do professorado primário na formação da criança. E esta formação, como assinalado pelos próprios autores dos compêndios, implicaria no atendimento tanto às necessidades físicas como intelectuais e morais da criança. É nesta perspectiva que os programas escolares e métodos aplicados em proveito do processo ensino-aprendizagem são revisitados pelos compêndios, completando as preocupações sobre a higiene física e moral da criança. Contudo, é importante frisar que a perspectiva médico-higiênica a respeito do espaço escolar e seus sujeitos consistiu em uma construção discursiva que procurou fundar verdades – sob o emblema da *cientificidade* – que, no entanto, não deixaram de ser refutadas.

Baseando-se nos pressupostos teóricos de Gustave Le Bon (especialmente na ideia de que a educação se realiza do consciente para o inconsciente), o autor do *Compendio* traça as linhas do regime pré-escolar, endereçado aos menores de sete anos (visto que a partir desta idade o autor defende o início da vida escolar) e assinala a importância de se educar as crianças, levando-se em consideração suas capacidades e singularidades. Para Fontenelle, na idade pré-escolar não deveria se realizar a instrução, estabelecendo-se apenas como metas o desenvolvimento da memória e da imaginação. Enviadas às *escolas maternas*, as crianças pré-escolares deveriam ser formadas por *educadoras especiais*:

Foi Froebel quem imaginou e poz em pratica taes escolas, com o nome de “Kindergarten”, palavra que bem traduzida do allemão não pôde significar, como há quem pense, um jardim para crianças, mas, sim, dar idéa de que a criança é uma planta que precisa ser cultivada com a delicadeza com que o são as plantas de jardim. Para isso, devem ser preparadas *educadoras especiaes*, consagradas exclusivamente á educação das crianças pequeninas, pois que o emprego das professoras communs em taes escolas produz infallivelmente máos resultados. (FONTENELLE, 1925, p. 573; grifos do autor)

Fontenelle não aprofunda a reflexão acerca do preparo destas *educadoras especiais*, aptas a lidarem com crianças pequeninas. Todavia, a partir da assertiva de que as *professoras comuns* trariam maus resultados a este tipo de educação, podemos operar com a hipótese de que o autor acreditava que o preparo geral oferecido nas escolas normais deixava a desejar com relação ao enfrentamento dos desafios da atuação na pré-escola. Já em *Noções*, a questão da

educação pré-escolar aparece a partir de um resumido programa: ensino indireto, realizado a partir de lições de coisas tendo como finalidade a *educação dos sentidos*. Quanto à definição da idade escolar, os autores se aproximam em suas posições: Fontenelle define os sete anos como a idade ideal para o início da vida escolar; Afrânio Peixoto, embora não defina uma idade fixa, afirma que a ida à escola não deveria ser precoce, defendendo que “só além dos 6 a 8 anos deveriam ser os pequenos mandados à escola” (PEIXOTO, 1921, p. 366).

Ao traçar o programa da educação pré-escolar – ancorado em estudos desenvolvidos no campo da psicologia –, Fontenelle destaca a importância dos professores serem conhecedores do desenvolvimento psíquico da criança. Ademais, compartilha dos pressupostos teóricos de Herbert Spencer, para defender que a base da educação nesta etapa da vida deveria ser constituída pela lógica de assimilação, por meio da qual se parte do simples ao complexo, do concreto ao abstrato:

Apoiados em dados psicologicos, devemos dizer que nos primeiros annos de escolaridade é sobretudo a *memória* que deve ser explorada pelo educador. Somente mais tarde, e pouco a pouco, será tentada a formação do *juízo*, trabalho difficil e importante, na educação intellectual, e que exige do educador perfeito conhecimento e integral observância das leis do desenvolvimento psychico da criança. E’ preciso, como bem accentuou Spencer, passar do simples ao complexo, do definido ao indefinido, do concreto ao abstracto, do particular ao geral. (FONTENELLE, 1925, p. 574; grifos do autor)

O interesse na criança em idade escolar (e pré-escolar) impulsionou o desenvolvimento de testes e constantes experiências junto às escolas cujos resultados, divulgados por distintos meios (dentre eles, os próprios compêndios), ofereciam ao professor o cabedal científico posto como indispensável à prática docente. Em início do século XX, quando os testes de inteligência ganhavam espaço nos meios científicos, nas escolas do Rio de Janeiro realizavam-se experiências, a fim de se estabelecer padrões de normalidade e fixar normas educativas a partir dos resultados alcançados. O teste de inteligência desenvolvido pelos franceses Alfred Binet e Theodor Simon, embora de grande projeção àquele momento, foi passível de críticas em ambos os compêndios. A crítica se sustentava, para os dois autores, na assertiva de que se tratava de um modelo de teste restrito, já que realizado em um bairro de Paris. Para o médico Afrânio Peixoto, o meio social e um conjunto de questões antropológicas deveriam ser tomadas também como referências no teste de Binet e Simon, e não apenas a idade como fator influenciador no desenvolvimento mental da criança. Ademais, este autor atenua a responsabilidade da higiene acerca do assunto, afirmando ser sua explanação “da alçada da psicologia pedagógica” (PEIXOTO, 1921, p. 379). Fontenelle, apesar de estar em

consenso com a crítica realizada por Afrânio Peixoto, indicou a possibilidade de alterações nos padrões do teste (pois considerados rígidos pelo autor), a fim de adequá-lo à realidade das escolas brasileiras. O autor, inclusive, relata no compêndio a experiência de aplicação do teste nas escolas do Rio de Janeiro:

Tentando aplicar em nosso meio esses padrões psychometricos, o autor deste livro foi-se convencendo de que para cada agrupamento de crianças seria preciso alterar profundamente a escala, facto já verificado em vários paizes, por differentes experimentadores (Goddard, Simpson, Strong, Huey, Yerkes, Hardwick, Luisa e Antonio Sergio), que todos salientaram a excessiva rigidez dos padrões, por inexacta attribuição das varias provas ás diversas idades, em condições differentes das em que experimentaram Binet e Simon, isto é, em crianças de certos bairros de Paris. (FONTENELLE, 1925, p. 585)

O autor do *Compendio* relata que realizou o teste em 200 crianças em idade escolar e pré-escolar, fato que influenciou, portanto, os modos como se posicionou frente à questão de sua aplicação. Aliás, as possibilidades de realização de experiências junto às escolas no Rio de Janeiro por Fontenelle foram facilitadas pelo exercício do cargo de chefe no Serviço de Profilaxia Rural, a partir do ano de 1918. Em artigo publicado em *A folha médica*, em 1920, intitulado *Deficiência mental nos escolares*, Fontenelle, inclusive, assinala que foi a partir de sua nomeação para o cargo de professor na Escola Normal que passou a se interessar pelas questões de higiene escolar. Desta feita, o compêndio escrito por este médico não traz apenas as marcas de suas leituras e seu empreendimento no estudo da higiene escolar, mas, de igual modo, tem impressos em suas páginas os relatos de experiências acumuladas em decorrência de outras funções exercidas no plano profissional.

Ao estabelecer normas acerca da educação intelectual realizada na escola, *Noções* e o *Compendio de Hygiene* não apenas conformam um corpo de discursos que se voltam para a prática docente, mas produzem ordenamentos para o próprio campo pedagógico. Ao delimitar a idade escolar, tomando como referência os pressupostos médico-higiênicos, bem como ao estabelecer programas de educação escolar e pré-escolar, estes compêndios procuram interferir no processo educativo, ainda que em ambos encontremos a afirmação de que caberia à higiene apenas intervir nas questões relacionadas à proteção da saúde.

Fica claramente exposta, ao longo dos dois textos, uma tentativa de definição (e distinção) dos papéis da higiene e da pedagogia, conquanto percebamos que as questões de ambos os campos são apresentadas de forma entrecruzada. Em *Noções*, por exemplo, embora tenhamos encontrado afirmações de seu autor através das quais se reservava à pedagogia as questões relativas ao *como* ensinar, indiretamente, ao defenderem a adoção do método

intuitivo nas escolas, ao realizarem críticas aos programas de ensino e afirmarem os livros escolares como *defeituosos*, estes autores produzem modelos de ensino, modos de instruir – não obstante tomem como parâmetro os “erros pedagógicos”. Em outras palavras, podemos observar que, ao apontar as “falhas” cometidas pela pedagogia, o autor produz discursos que procuram suas justificativas, mormente, no postulado científico. As críticas aos modos como se vinha realizando a instrução na escola contribuiriam para reforçar a necessidade da intervenção higiênica:

A hygiene do alumno será cuidada para que o repouso de nove horas de somno, a alimentação abundante e em intervallos nunca maiores de seis horas, o recreio, exercícos e vida livre, deixados á sua espontaneidade, lhes sejam dados, compensando assim as coações do regime escolar. Este deve ser regulado de sorte a ser agradável e não inspirar repulsa ou terror ao alumno: as lições diffíceis e as exigências dos mestres concorrem muito para isso. Já não a dizer, hoje em dia, dos ferozes castigos corporaes da velha pedagogia ignorante. (PEIXOTO, 1914, p. 366)

A tentativa de regulação do regime escolar produzia novas exigências para a prática docente. Era necessário, sob a ótica médico-higiênica, estabelecer horários de repouso, intervir na organização dos programas, repensar os métodos de ensino e todas estas questões afetavam, diretamente, o trabalho desenvolvido pelos professores em sala de aula. Ademais, o alcance da pedagogia pela hygiene expressou o interesse em compreender, cada vez mais pormenorizadamente, o que havia por trás do processo educativo: o ser humano e sua constituição como sujeito da aprendizagem. Neste sentido, foi nas teorias psicológicas já em desenvolvimento àquele momento que a hygiene escolar encontrou seu principal esteio.

Os aforismos de Montaigne e Gustave Le Bon foram significativos no sentido de somar argumentos contra a educação puramente mnemônica e abstrata que, segundo o médico Fontenelle, acompanhava os desatinos da pedagogia. Esta crítica foi realizada, no *Compendio*, ao tratar do problema dos métodos de ensino e se afirmar a necessidade de condenar o ensino abstrato nas escolas brasileiras. Em *Noções*, a mesma crítica é realizada por Afrânio Peixoto e o autor se apóia em Montaigne para defender um programa de ensino no qual se exercesse a reflexão, o raciocínio e a aplicação prática dos conhecimentos e não puramente o cultivo da memória e da decoração. Nas palavras do autor de *Noções*, decorar, recitar, ditar e copiar deveriam se constituir como exercícios acessórios de ensino, pois se constituídos como base, consistiriam na “mais deplorável traição à educação”. Afrânio Peixoto considera o assunto da “esfera da pedagogia”, porém não deixa de tratar da importância de se basear a instrução das escolas primárias no programa formulado por Montaigne no qual afirma que “cabeças querem antes bem desenvolvidas, que bem cheias” (PEIXOTO, 1921, p. 371). De acordo com este

médico, o professor deveria aspirar o “feliz e perfeito desenvolvimento mental de cada aluno”.

Para Fontenelle, no entanto, o estabelecimento de um ensino objetivo e prático nas escolas brasileiras ia além do problema dos métodos. Neste sentido, sugere que as transformações na educação poderiam ser sentidas se começassem da própria escolha dos professores. A este respeito, é interessante assinalar que já no contexto da publicação da 1ª edição do *Compendio de Hygiene*, em 1918, os candidatos ao ingresso na Escola Normal do Distrito Federal deveriam se dirigir, anteriormente, à Diretoria de Higiene e Assistência Pública para submissão à inspeção de saúde<sup>147</sup>. Deste modo, a profilaxia já se iniciava pela seleção dos futuros professores que se apresentassem aptos com relação às condições físicas. A este respeito, por exemplo, Puiggrós (1996) assinala que, na Argentina, o corpo médico escolar exerceu eficazmente a função de implantar normas de conduta, estabelecendo a separação entre saúde e enfermidade. Penetrando na vida cotidiana das escolas, o higienismo se constituiu, a partir de distintos rituais, pela aplicação concreta do princípio de promoção da saúde e pelas palavras dos *maestros*.

Fontenelle aponta em seu compêndio, no entanto, uma profilaxia que não dizia respeito necessariamente ao físico dos futuros mestres, mas tratou de uma profilaxia dos maus métodos de ensino. A prevenção dos métodos abstratos de ensino, segundo Fontenelle, iniciava-se a partir da seleção daqueles que teriam sob sua tutela pequenas vidas em botão:

O mal é tão grande e tão longe está ainda a possibilidade de ser modificada oficialmente essa situação, que a correção deve vir da própria *escolha dos professores*. Ha educadores cujo methodo de ensino parece tornar as crianças menos inteligentes do que são, enquanto outros conseguem como que desenvolver a intelligencia dos menos dotados. O processo de escolha dos professores representa

<sup>147</sup> Um caso que nos ajuda a pensar, para além do território brasileiro, o funcionamento desta inspeção prévia dos candidatos ao magistério foi o que identificamos a partir das fontes localizadas no Centro de Investigación da *Escuela Superior N° 1 en Lenguas Vivas Pte. Roque Sáenz Peña*. No ano de 1914, uma carta escrita por uma estudante chama a atenção por registrar indícios do funcionamento da inspeção médica na *Escuela Normal N°1 de la Capital*. A aluna, cujo nome era Lia Dominguez, desejava prosseguir seus estudos, iniciando o primeiro ano no curso normal. No entanto, relata na carta que, ao se apresentar para o médico escolar foi diagnosticado um *defeito no coração*, que a estudante alegava não ser de seu próprio conhecimento, nem sequer do médico que prestava assistência à família. A aluna pedia justiça quanto à decisão tomada pelo inspetor médico em não permitir a ela o acesso ao primeiro ano do curso normal, sobretudo porque afirmava ter vários irmãos e não desfrutar de *bienes de fortuna*. E conclui a carta afirmando: “es para mi una necesidad seguir estudiando, mis fuerzas físicas no se oponen a ellos como lo justifica mi médico particular, por esto ruego a su fineza una más a sus obras justas”. Não localizamos documentos que nos permitissem afirmar algo sobre a aceitação ou recusa da matrícula desta estudante na escola normal. No entanto, esta carta oferece indícios acerca dos modos como se procurava realizar, com certo rigor, a seleção daquelas que comporiam as classes do curso normal naquela escola e, futuramente, serviriam à nação argentina com o exercício do magistério. Em 1916, no entanto, registrava-se, na *Memoria de Justicia e Instrucción Pública*, que algumas alunas encontravam “facilidades” para o ingresso no curso normal, conquanto a inspeção médica tivesse identificado algum tipo de doença que, supostamente, impediria o exercício do magistério.

uma parte importante na questão dos métodos de ensino: o systema dos “repetidores”, usado na França, e o dos “docentes”, que pouco a pouco está sendo introduzido entre nós, merecem por isso os mais francos encomios, porque só ensinando podem os professores demonstrar sua capacidade de ensinar. Nos E. Unidos já está sendo tentado até o systema de serem os professores eleitos pelos alumnos. (FONTENELLE, 1918, p. 544).

Para além da seleção de ordem biológica que ditaria a aptidão ou inaptidão para o exercício do magistério, a escolha dos professores pelo método de ensino utilizado é um aspecto interessante apontado por Fontenelle. Parte importante na questão dos métodos, pelas palavras do autor do *Compendio*, os professores primários deveriam ser aqueles capazes de desenvolver a inteligência dos que tinham sob sua tutela. Sob esta perspectiva, o sucesso no processo ensino-aprendizagem dependeria, em grande parte, do professorado “bem selecionado”, que, condenando o ensino abstrato e instituindo o ensino concreto e objetivo, contribuiria para que a instrução baseada no saber de cor fosse questionada e combatida. A higiene da educação intelectual da criança, portanto, estava sob a responsabilidade dos professores e seu modo de condução do ensino na sala de aula.

Além da defesa de um ensino que conduzisse à reflexão e ao raciocínio, Afrânio Peixoto assinala a importância de se despertar no aluno o interesse. Este estímulo, de acordo com o médico, deveria partir do professor e se tratava de um elemento indispensável para o pleno exercício do ensino:

O método para conduzir até aí, a esse pleno e perfeito exercício do ensino, deve ter um guia indispensável que lhe abra todas as portas do entendimento: é o interesse, isto é, a animação excitada, a curiosidade despertada, o estímulo dado ao conhecimento, com que não há dificuldade para aprender, nem esforço para ensinar. Será dom pessoal do professor? Sim, mas que se cultiva, e que o programa, o assunto devem facilitar. Sem o interesse de aprender, não há apreensão do que se ensina: falha a missão do professor e a da escola. Fastidiosa, fatigante, dessaborida, nem instrue, nem educa: tempo perdido e parco desenvolvimento mental, de que muito esperava a higiene e que a pedagogia frustrou. (PEIXOTO, 1921, p. 372)

Nas palavras do médico Afrânio Peixoto a respeito do processo de ensino, podemos identificar uma responsabilização do professor, da escola e, propriamente, da pedagogia, ao destacar a necessidade de se realizar a instrução a partir do estímulo ao interesse e curiosidade do aluno. Neste trecho, mais uma vez, fica evidente uma tentativa de distinção entre o que concebia como interesse e responsabilidade do campo da pedagogia e o que, de fato, pertenceria ao âmbito da higiene. Nos discursos veiculados por este compêndio constrói-se uma ideia de que caberia à higiene formular as normas, estabelecer as diretrizes do bom desenvolvimento do aluno, esperando-se da pedagogia o atendimento a cada uma delas para

que o processo ensino-aprendizagem ocorresse de acordo com os *critérios modernos* de educação. Ademais, também se impõem expectativas sobre o trabalho docente, esperando não apenas a constante verificação do processo de desenvolvimento físico, intelectual e moral de cada aluno, mas uma aplicação “acertada” dos métodos de ensino, uma atenção aos conteúdos ensinados (e se adequados à idade mental do aluno), dentre outras importantes questões que em *Noções* e no *Compendio* são assinaladas.

Outro elemento que esteve dentre aqueles referidos nos compêndios de higiene examinados é o relacionado aos programas de ensino. A respeito deste assunto, identificamos um consenso entre ambos os autores dos compêndios com relação à ideia de que os programas escolares, em geral, desrespeitavam a capacidade intelectual dos alunos. As críticas se baseiam na constatação de que os programas de ensino, alongados e aprofundados ano a ano, desrespeitavam as necessidades e possibilidades efetivas das crianças. De acordo com Afrânio Peixoto, os programas de ensino deveriam merecer maior desvelo, a fim de não inspirar repulsa no aluno:

Os *programmas* são ordinariamente vistosos, recheiados de noções que devem impressionar bem *aos adultos*. Quase sempre ignorantes das necessidades normaes e das possibilidades effectivas das crianças, acabam por ser ministrados á força e inutilmente, por meio da memória e sem o auxilio da reflexão, e nenhum proveito por tanto, produzindo cansaço. A maior parte da materia dos *programmas* escolares é feita em toda a parte de noções inúteis e ociosas. (PEIXOTO, 1921, p. 367)

Se, por um lado, Afrânio Peixoto realiza sua crítica com relação aos programas escolares, apontando as deficiências dos mesmos, por outro, Fontenelle assinala em seu *Compendio* a necessidade de realização de uma reforma. Para este último, tornava-se necessário estabelecer uma organização dos conhecimentos escolares, a fim de se privilegiar, nos programas de ensino, aquilo que se considerava indispensável à formação da criança, ordenando-se progressivamente tais conhecimentos e, portanto, partindo-se de estudos práticos até se chegar aos teóricos. O estudo psíquico do aluno, de suas características de acordo especialmente com a idade, configurava novas formas de educar e instruir. Defendia-se, para além do reconhecimento de que cada aluno aprende de uma forma diferente, a necessidade de se adequar os métodos de ensino à realidade apresentada pelo mesmo. A crítica ao ensino abstrato, que se presenciou nos compêndios brasileiros examinados, está presente também no compêndio argentino *Higiene y Puericultura* fundamentada no pressuposto do respeito ao desenvolvimento psíquico do aluno, sugerindo-se que, quanto mais tenra a idade, mais concretas deveriam ser as lições ensinadas:



Aunque estos son puntos donde la pedagogía tiene únicamente la dirección en la práctica, voy a citar las conclusiones á que han llegado los pedagogos é higienistas.

1º Las materias de enseñanza deben ser arregladas, según los hábitos intelectuales de los escolares, y los métodos pedagógicos deben ajustarse al desarrollo psíquico del niño.

2º La enseñanza debe ser objetiva, reduciendo el trabajo de la memoria verbal, y llevando la instrucción de lo concreto á lo abstracto.

3º Las reparticiones de las clases deben ser hechas de acuerdo con los resultados de la experimentación: ventajas del entrenamiento, influencia nociva del trabajo prolongado, necesidad de los reposos más prolongados en forma de asuetos y vacaciones; variación del rendimiento, según que el trabajo sea ejecutado durante las horas de la mañana é de la tarde, después del almuerzo ó después de los ejercicios físicos.

4º Deben observarse todas las condiciones higiénicas necesarias, para que el organismo del niño soporte normalmente su desarrollo físico y la fatiga intelectual, que invariablemente provocan los estudios; necesidad de aereación, de alimentación apropiada, y de ejercicios físicos bien reglamentados. (ETCHEGARAY, 1915, p. 337)

Os pontos compartilhados pelo médico Mariano Etchegaray, para além de expressarem tentativas de transformações nas formas de ensino, procuravam interferir na própria configuração do campo pedagógico. O “olhar clínico” daqueles que exerciam o magistério era requisitado constantemente, bem como um conjunto de outras atitudes eram assinaladas no sentido de conformar uma prática docente adequada aos preceitos higiênicos. As conclusões destacadas por Etchegaray no excerto acima, com relação aos aspectos pedagógicos, vão ao encontro das expectativas higiênicas expostas tanto em *Noções* como no *Compendio de Hygiene*, dando a ver, neste sentido, aproximações entre os programas apresentados por estas publicações, que tinham em comum o professorado como principal público-leitor.

Fontenelle, autor do *Compendio*, ao tomar o psicólogo Gustave Le Bon como referencial, assinala que, além da necessidade de reformar os programas, deveria ser promovida a reforma dos métodos de ensino. E, a realização desta última implicava, diretamente, na necessidade de reforma do magistério. Ao compartilhar esta ideia, Fontenelle chama a atenção para um interessante aspecto desta percepção médico-higiênica acerca da educação e instrução escolar. Reformar o magistério significava, nesta perspectiva, alcançar a modificação dos modos como se vinha realizando o ensino nas escolas brasileiras e que foi alvo de críticas por parte destes médicos higienistas. Para este médico, portanto, o problema residia, de modo especial, na seleção daqueles que levariam à cabo a instrução e educação nas escolas. No entanto, não bastava selecioná-los apenas pela habilidade para a prática docente, também se encontrava em questionamento a aptidão física dos professores. A respeito desta última, podemos notar alguns dos dispositivos que foram postos em funcionamento a fim de

regular a matrícula nas escolas normais, como o estabelecimento de decretos sobre a seleção de alunos e, como complemento desta seleção, a realização da inspeção médica prévia.

Nesta seleção do professorado, tomando-se como parâmetro a aptidão física, colocou-se em questionamento, portanto, a saúde do professor. O debate acerca da saúde do mestre esteve presente no periódico argentino *Revista de Educación* e nos ajuda a refletir sobre um aspecto que, no caso brasileiro, vimos presente, de forma mais intensa, apenas na 1ª edição do *Compendio de Hygiene*, de Fontenelle. Na *Revista de Educación*, do ano de 1918, foi publicado um texto, da autoria do doutor Carlos S. Cometto<sup>148</sup>, no qual se discutia a profilaxia da tuberculose dentre o professorado. Interessante é observar nesta publicação como o próprio exercício do magistério fora colocado como fator desencadeante para o desenvolvimento da tuberculose. A relação que este médico estabelece entre a doença e a docência é muito interessante, sobretudo porque não apenas diz respeito às formas como o exercício do magistério era percebido sob um ponto de vista médico, mas também porque provoca questionamentos acerca dos modos como este grupo era representado economicamente:

Los maestros enfermos de tuberculosis pulmonar y laríngea se encuentran en la provincia de Buenos Aires, en proporción relativamente elevada. La vida sedentaria en ambientes antihigiénicos, la respiración del aire viciado en las aulas, el trabajo muchas veces excesivo, las malas condiciones económicas, el reducido sueldo que se les paga, la insuficiente y defectuosa forma de alimentarse, el esfuerzo continuo de los órganos vocales, son todos factores que preparan el terreno a la tuberculosis. (COMETTO, 1918, p. 11)

De forma clara, como seres humanos, submetidos a inevitável condição biológica, os professores não poderiam estar excluídos do processo saúde-doença, tampouco encontrarem-se ílesos frente a ambientes que oferecessem riscos à manutenção da saúde. No entanto, cabe destacar as maneiras como os discursos médicos produziam estes sujeitos e a eles atribuíam um conjunto de características que, aparentemente, mais guardavam relação, sob nossa perspectiva, com o grau de fragilidade orgânica apresentado por cada indivíduo (não se tomando apenas a sala de aula como fator preponderante) do que, propriamente, com a prática docente. A gestão da saúde do professorado e o zelo dos alunos tinham implicações muito amplas, que não podem ser entendidas tão somente como simples preocupação dos governantes e seus agentes. As implicações iam desde a ordem das representações sobre o professorado, pelas quais se divulgava como necessidade a constituição de um corpo saudável

---

<sup>148</sup> O texto intitula-se *Profilaxis antituberculosa del maestro de escuela*, e foi apresentado em forma de trabalho na *Conferencia Nacional de Profilaxis Antituberculosa de Cordoba*, em 1918.

e homogêneo de agentes, até as questões de ordem econômica que a gestão das doenças fazia emergir. Desta maneira, é preciso observar que a interferência dos discursos médico-higiênicos no campo docente e, conseqüentemente, na produção de representações sobre os professores esteve associada a um desejo de controlar biológica e socialmente este grupo, bem como de prevenir conseqüências talvez desastrosas, especialmente de ordem econômica e social.

Além da questão da saúde do professor, os livros escolares também foram escopos de reflexões. Esta discussão é encontrada apenas em *Noções*, mas nos parece bem interessante para continuarmos refletindo acerca dos modos como a escola e seus sujeitos foram pensados sob a perspectiva médico-higiênica. A crítica realizada por Afrânio Peixoto a respeito dos livros escolares parte da mesma constatação daquela referente aos programas de ensino: são considerados veiculadores de conhecimentos abstratos e complicados para o nível de entendimento da criança em idade escolar (de 7 até 13 ou 14 anos, segundo o médico Fontenelle). Afrânio Peixoto assinala a condição dos livros escolares como *defeituosos* e critica a “vaidosa ostentação de conhecimentos” que educadores e professores possuíam, esquecendo-se do destino e fim do livro escolar. Por mais uma vez, os professores primários são evocados nos discursos veiculados por este compêndio, produzindo-se representações acerca do que deveriam ser e em que deveria consistir seu ofício. Nesta perspectiva, fica caracterizado que *ser professor* ia além da tarefa de educar e instruir. Era necessário possuir lentes de médicos, um olhar apurado para perceber e corrigir – dentro dos limites de seu ofício – as imperfeições produzidas pelo ambiente escolar.

Ainda a respeito do tema da educação intelectual, é preciso apontar outro assunto que foi escopo dos discursos veiculados pelos compêndios de higiene examinados e que, de algum modo, também implicou na interferência no trabalho docente: a educação dos *anormais* psíquicos. De acordo com Fontenelle, os *anormais psíquicos* compreendiam “todas as crianças idiotas, imbecis, retardadas, indisciplinadas, instáveis e ingovernáveis” (FONTENELLE, 1925, p. 598) e as causas poderiam ser desde a hereditariedade da criança<sup>149</sup> até a “educação defeituosa”, especialmente concebida no ambiente familiar. Já em *Noções de Higiene*, o problema da educação dos *anormais* é registrado apenas na segunda edição e foi objeto de breve reflexão. Para iniciar o assunto, Afrânio Peixoto identifica a reflexão tanto pertencente ao campo da pedagogia como da higiene, assinalando também a importância do professor estar atento à questão da capacidade mental dos alunos:

<sup>149</sup> Apontavam-se como problemas desta hereditariedade a *miséria fisiológica*, decorrente da condição social dos progenitores, a sífilis, intoxicação alcoólica e casamentos consanguíneos.

Questão pedagógica, tanto como higiênica, e da competência do medico escolar, sem desinteressar á professora, é a da verificação da capacidade mental dos alunos, para reconhecimento dos *anormaes* e distinção dos *atrasados* pedagógicos, como, igualmente, dos *supernormaes*. É obvio que esta noção deve ser preliminar a qualquer ensino; será como a da terra, onde se vae semear: conhecendo-a, saber-se-á o que lhe convém, como lhe convém, e o que se pode fazer para melhorar as condições más ou deficientes ou ao contrario favorecê-la com a cultura adequada. (PEIXOTO, 1921, p. 377; grifos do autor)

Embora Afrânio Peixoto considerasse difícil a tarefa de medir a capacidade intelectual de cada criança, expõe a necessidade do professor saber avaliar o grau de inteligência do aluno, com relação à idade, ao seu desenvolvimento físico e meio social. A partir desta avaliação, afiançada pela palavra do médico escolar, um programa educativo poderia ser estabelecido, respeitando-se as particularidades intelectuais de cada aluno. Afrânio Peixoto não dá aprofundamento à questão. No entanto, no *Compendio de Hygiene* de Fontenelle, encontramos um programa educativo para cada grupo de anormalidade, no qual ainda são assinaladas algumas das maneiras como o professor poderia identificar, dentre seus alunos, aqueles que necessitariam de um acompanhamento especial dentro da escola, em classes especiais, ou fora, em internatos e colônias.

Para darmos tratamento a esta questão, consideramos necessário realizar, ainda que sumária e brevemente, alguns apontamentos sobre o problema da *anormalidade*. Foucault (2001) reflete, a partir da constituição do campo da psiquiatria, como o problema da anormalidade foi tomado pelo discurso jurídico e penal – até se conformar uma *psiquiatrização* do desejo e da sexualidade, já em fins do século XIX – bem como se constituiu, em dado momento, justificativa para ingerências no âmbito familiar (especialmente sob a chave da relação entre anomalia e hereditariedade). É preciso ressaltar que o problema da anormalidade esteve associado a uma tentativa de normalização das diferenças entre os indivíduos e, é claro, necessita ser compreendido a partir do campo discursivo no qual é produzido: o campo médico. Esta *medicina do anormal* procurou, por conseguinte, definir, classificar e nomear tudo aquilo que fugisse a um padrão de normalidade que, haja vista, fora arbitrário. O interessante no problema da anormalidade é a racionalização pela qual passam os indivíduos e na qual se estabelece uma medida comum para se normalizar as diferenças. Conquanto a ação de classificar para intervir no espaço escolar tenha sido percebida como uma maneira de atender às necessidades individuais de aprendizagem, é preciso ressaltar que também produziu segregações e hierarquizações, ao excluir aqueles que se encontravam além ou aquém de uma determinada linha de normalidade. Ao classificar os *corpos anormais* também se procurava exercer um poder sobre eles.

No *Compendio de Hygiene*, a definição de normalidade física da criança em idade escolar esteve baseada em dados nos quais se observa o estabelecimento de uma relação entre idade, estatura, peso, perímetro torácico e coeficiente de robustez. Para se chegar a um padrão do que se poderia considerar normal, como descreve Fontenelle, seria necessário o exame de um grupo significativo de estudantes, possibilitado pelo trabalho desenvolvido pelo serviço médico escolar. Fontenelle apresenta um levantamento entre escolares de São Paulo e do Distrito Federal, chegando a números hipoteticamente conclusivos. Quanto mais distanciado, para cima ou para baixo, o escolar estivesse de uma linha de normalidade (identificada, especialmente, pelos números), mais significativo seria o estado de anormalidade do indivíduo. É preciso assinalar, no entanto, que esta definição de anormalidade apresentada no *Compendio* é visivelmente relativa, especialmente quando demonstra a diferença entre o desenvolvimento médio de uma criança brasileira e o das européias e americanas. Para traçar um nível de normalidade psíquico do escolar, Fontenelle toma como instrumento a escala de Binet e Simon – conquanto realize críticas aos padrões fixos tomados por seus criadores para realizar tal avaliação – e deposita confiança na possibilidade de se medir a inteligência da criança a partir de testes:

Criando outras provas e trocando o valor de algumas, para obter sufficiente afastamento entre as médias das diversas idades, caracterizadas assim mais facilmente, fórma-se um instrumento malleavel, que póde ser empregado em qualquer lugar, pois que os afastamentos serão medidos em relação á média das crianças examinadas, desaparecendo a fixidez dos “padrões” das diferentes idades. Os methodos de psychometria, ou medição da intelligencia, permitem reconhecer, com sufficiente approximação os casos de anormalidade psychica e determinar o valor do atrazo ou adeantamento intellectual. (FONTENELLE, 1925, p. 586)

De acordo com o médico Fontenelle, para descobrir os *alunos anormais*, existia um conjunto de sinais diferenciais e constantes que poderiam ser identificados a partir da observação atenta por parte dos professores. Tais sinais eram a inteligência, o grau de instrução e do caráter das crianças. Ao identificar o grau de anormalidade do aluno, a intenção apontada não seria, segundo o autor, a da seleção natural, porém a seleção didática. Neste sentido, são traçados os programas educativos dos *anormais*, respeitando-se o conjunto de características de cada grupo identificado. A psicometria passava a ser tomada como aliada do processo educativo, conquanto se possam questionar as consequências de sua aplicação no meio escolar, ao também operar para a produção de estigmas e práticas segregacionistas. Na classificação dos anormais, realizada no *Compendio*, por exemplo, às crianças classificadas

como *idiotas e imbecis*<sup>150</sup> eram destinados os asilos e colônias especiais, pois consideradas *ineducáveis* ou com poucas possibilidades de educação. De acordo com Fontenelle, é na escola, no entanto, que se deveriam descobrir os *retardados mentais perfectíveis*, por serem anormais suscetíveis à educação e por apresentarem capacidade de participarem da vida comum, vivendo na sociedade sem “representarem um peso morto” (FONTENELLE, 1925, p. 607). Na classe dos *retardados mentais*, aparecem cinco subgrupos: 1) *retardados simples*, para os quais são indicados, no trato escolar, variações nas ocupações intelectuais e exploração da afetividade nestes indivíduos; 2) *retardados desequilibrados* (subdivididos em *astênicos* e *instáveis*), cuja classificação engloba características como a preguiça e, em sentido oposto, a excessiva excitação do aluno; 3) *retardados subnormais*, com simples retardamento no conjunto de suas faculdades intelectuais; 4) *retardados transitórios*, que, tendo sofrido doenças agudas ou crônicas, são crianças que apresentariam certa deficiência nas faculdades intelectuais e 5) *retardados pedagógicos ou atrasados*, que, de acordo com Fontenelle, não seriam anormais, mas crianças que, impedidas de frequentarem normalmente a escola, apresentariam atrasos de educação – conquanto apresentassem inteligência *normal e completa*. O autor do *Compendio* ainda apresenta os cegos e surdos-mudos que, também considerados *normais*, são identificados como indivíduos que apenas se constituíam anormais em relação às outras crianças pela impossibilidade de poderem fazer sua educação nas escolas comuns, já que não poderiam aproveitar dos métodos habituais de educação, baseados na palavra falada, escrita e ouvida.

Após apresentar tais classificações, Fontenelle traça um programa educativo dos *retardados mentais* sob quatro eixos: o primeiro ancorou-se na educação física, considerada pelo autor de maior importância para as crianças anormais. Sugere para estes alunos tanto a realização da ginástica como de trabalhos manuais de dobraduras de papéis e recorte de figuras, já que se necessitaria desenvolver neles a habilidade motora. O segundo eixo é o da *educação sensorial*, por meio da qual destaca a importância de se visar o aperfeiçoamento dos sentidos. Com efeito, as atividades sugeridas compreendem desde aquelas que permitiriam ao aluno, por exemplo, identificar distintos tipos de superfícies (lisas, rugosas, secas ou úmidas), estimulando-se o tato, até o reconhecimento da intensidade, altura e direção dos sons, estimulando-se a audição. O terceiro tratou da *educação intelectual*, por intermédio da qual se

---

<sup>150</sup> Fontenelle (1925) caracteriza a criança *idiota* como aquela em que há completa deficiência sensorial, motora e intelectual, conservando apenas o instinto da nutrição. Ainda se constituem como características dos *idiotas* o não saber andar, falar e tomar objetos. Já os *imbecis* são considerados anormais cuja inteligência teria um desenvolvimento relativo. Diferente dos primeiros, estes desenvolveriam a capacidade de atenção, memória e vontade, embora de forma limitada.

assinala a importância de se cultivar, antes de tudo, a atenção e a memória. Dentre as atividades, está a reprodução (em forma de desenho e feita pelos alunos) de objetos apresentados previamente e ausentados, a fim de se estimular a memória. No último eixo, *educação moral*, Fontenelle destaca que a regra diretriz é ganhar a afeição e confiança da criança, pois “o mestre amado de seus alumnos faz delles o que quer” (FONTENELLE, 1925, p. 615). Portanto, o ensino moral deveria se realizar por meio de exemplos de obediência, ordem, polidez, disciplina e bondade.

A partir do programa educativo traçado, podemos observar o grau de interferência que a higiene procurou exercer na educação escolar das crianças – ancorando-se, especialmente, nos estudos desenvolvidos no campo da psicologia –, conformando representações sobre docência pautadas em um *espírito científico*, cujas ações de experimentar, examinar, identificar e classificar se transferiam, também, para a ação do professorado primário. Ao produzirem a representação dos professores primários como perscrutadores do corpo infantil, os discursos médico-higiênicos, veiculados pelos compêndios, fizeram proliferar os princípios, dentre outros, de uma pedagogia ortopédica, cujo principal propósito era a correção de corpos. Embora a palavra correção sugira uma oposição com relação à prevenção, princípio tão caro aos médicos-higienistas, é preciso ressaltar que ambas se constituíram elementos-chave da retórica médica. Corrigir e prevenir deveriam ser ações simultâneas, praticadas cotidianamente no espaço escolar e configuradas como hábitos. A escola era vista pelos médicos-higienistas como um espaço de produção de deformidades e acentuação de anormalidades por sua “natureza própria”. Por esta justificativa, a retórica médico-higiênica procurou interferir neste espaço, convocando a participação dos professores primários.

Investigando a biologia infantil e estudando as mais “adequadas” formas de adaptação da criança ao meio escolar, o professor primário conseguiria, sob a ótica dos médicos-higienistas, conduzir com devida segurança a formação dos pequenos. Corrigir os corpos infantis e promover o hábito das medidas profiláticas no ambiente escolar representavam formas de cooperação tanto para a segurança social (já que os degenerados eram postos como um perigo) como para a prosperidade econômica, pois dependente de uma força de trabalho forte e sadia. Visavam-se, por conseguinte, benefícios que extrapolavam os muros da escola, refletindo-se na vida social mais ampla.

### 3.4 “É preciso que a carreira do ensino não seja o refúgio dos débeis”: a saúde do mestre sob a mira da higiene

Demos tratamento, em grande parte deste capítulo, aos discursos médico-higiênicos voltados especialmente para o corpo infantil, conquanto tenhamos procurado observar o lugar do professor primário neste campo discursivo. Embora o tema da higiene do mestre tenha comparecido brevemente no *Compendio de Hygiene* (em *Noções* não identificamos o tratamento do tema), e apenas na primeira edição, consideramos fundamental tratá-lo aqui, já que se constitui indício de uma preocupação com um corpo adulto que, inevitavelmente, cumpriria uma função exemplar no contexto da educação concebida no espaço escolar. O olhar sobre o professor é deslocado para sua percepção como um ser biológico e, portanto, também aparece como escopo das lentes médicas.

As duas primeiras questões apontadas por Fontenelle, para justificar a necessidade de dar tratamento ao problema da higiene dos professores, foram a proteção destes sujeitos contra o contágio dos alunos e a profilaxia das doenças profissionais que, por um dado conjunto de causas, poderiam acometê-los. Com efeito, a abordagem do tema da higiene do mestre no *Compendio* registra e atesta uma preocupação em somar ao corpo prescritivo uma percepção biológica dos mestres e assinalar, sobretudo, o processo saúde-doença no exercício da profissão. A cultura dos bons hábitos e boas maneiras também deveria ser partilhada pelos professores, pois, além de mediadores do processo de aprendizagem do aluno, eles deveriam se constituir exemplos vivos para os educandos. Portanto, abordar a questão da saúde dos mestres não apenas tocava uma preocupação com o problema da higiene do trabalho, mas assinalava para a importância de não torná-los agentes transmissores de doenças contagiosas e maus exemplos para aqueles que tinham sob sua guarda.

É curioso observar que, ao assinalar a importância de se proteger os professores contra as doenças ocasionadas (ou favorecidas) pelo exercício da profissão, Fontenelle afirme a necessidade de se iniciar tal proteção pela própria seleção daqueles que comporiam o magistério. As exigências de um “perfeito estado de saúde” e “vigor suficiente” para o exercício da docência completavam o conjunto de idealizações médico-higiênicas que mais pareceram produzir distanciamentos com relação à realidade vivenciada nas escolas brasileiras do que aproximações. Não obstante as inspeções médicas concorressem para a seleção prévia dos candidatos ao magistério, o projeto de escolarização da população



brasileira demandava um corpo numeroso de professores para cumprirem os desígnios da instrução e educação escolar. Como “dar conta” de um projeto de escolarização com rígidas normas de seleção para o exercício da docência? Inevitavelmente, os laços do projeto médico-higiênico foram afrouxados onde se encontraram brechas para isso e, possivelmente, a realidade teve de produzir atalhos para alcançar o principal escopo: a civilização do povo por meio de sua instrução e educação. Fontenelle, no entanto, registra uma imagem que nos pareceu perfeccionista a respeito do corpo do professor e defende a atenção a distintos detalhes de sua compleição, a fim de separar apenas aqueles cuja saúde estivesse dentro de certa linha de normalidade ou do “corrigível”:

Para proteger os professores contra os inconvenientes da profissão que teem de exercer, o melhor meio é começar por exigir que se apresentem nas escolas normaes indivíduos em perfeita saúde e com vigor sufficiente para supportar a difficil profissão a que se vão entregar. Os candidatos á profissão de professor devem ser cuidadosamente examinados a respeito da normalidade de todas as suas funcções, e até de simples predisposições mórbidas. A funcção visual deve ser perfeita, ou pelo menos fácil e completamente corrigível por vidros apropriados, e a surdez, quando não for de origem transitória, deve ser causa de não admissão. A voz deve ser clara e perfeita, tanto no que respeita á normalidade das diversas partes do aparelho phonador, quanto do modo por que se produz: a gagueira, quando não curável, deve ser uma contra-indicação para a funcção de professor. (FONTENELLE, 1918, p. 605)

Ao lado das questões de saúde que foram impostas como requisitos de seleção dos futuros docentes, Fontenelle dá tratamento breve a um conjunto de doenças que supostamente afetariam o exercício do magistério, dificultando-o ou até mesmo impedindo-o. A primeira doença referenciada é a tuberculose, pois de imenso perigo de contágio e de difícil tratamento àquele momento. As *nevroses* (ou neuroses) também são apontadas como um grupo de moléstias importantes de se considerar, pois, de acordo com Fontenelle, o “trabalho do ensino” poderia provocá-las nos indivíduos predispostos ou agravá-las nos que já estivessem doentes. Dentre os candidatos ao magistério deveriam ser excluídos aqueles que apresentassem quadros de epilepsia e histeria. De acordo com o autor do *Compendio*, moças históricas nunca seriam boas professoras, “representando até perigo para as crianças que lhes são confiadas” (FONTENELLE, 1918, p. 605). Especialmente por estas duas últimas doenças, o médico assinala a importância de ser rigoroso o exame dos candidatos ao professorado, abrangendo até mesmo o levantamento de informações sobre hereditariedade, antecedentes e predisposições mórbidas. Neste sentido, o que estava sob a mira deste corpo discursivo não era o *dom pessoal* do professor, mas, primeiramente, sua aptidão física para o exercício de seu ofício.

Como pontuamos no primeiro capítulo desta dissertação, a iniciativa de produzir compêndios endereçados aos professores primários em formação é registrada em diferentes países. No caso argentino, chamou-nos a atenção os modos como o compêndio *Higiene y Puericultura*, do médico e professor da *Escuela Normal N° 1 de la Capital* Mariano Etchegaray, também deu tratamento à questão da saúde do professor. Ao tratar deste tema, ambos os compêndios (*Higiene y Puericultura* e o *Compendio de Hygiene*) evidenciam não apenas um interesse na relação de causa trabalho-doença, mas expressam uma das dimensões do poder médico sobre a vida e sua gestão. Mariano Etchegaray inicia a abordagem, destacando as razões pelas quais a saúde do professor deveria ser também alvo de atenção no discurso médico-higiênico:

La carrera del magisterio, por el trabajo diario que obliga á efectuar, tanto en la escuela como en el domicilio del maestro, expone á este, á enfermedades profesionales, además de las enfermedades que puede adquirir por el contacto con los alumnos, ó por las malas condiciones higiénicas de los locales escolares. Las enfermedades profesionales del maestro, llamadas así por la frecuencia de éllas en el gremio, son la tuberculosis, las afecciones á la laringe, y las enfermedades nerviosas, causadas por el género de vida, por la clase del trabajo y por el surmenage intelectual e físico. (ETCHEGARAY, 1915, p. 392)

Observa-se pelo excerto acima que, vulneráveis às enfermidades escolares e submetidos às más condições higiênicas dos prédios escolares, os professores mereciam atenção com relação aos aspectos de sua saúde. Com este propósito, Mariano Etchegaray destaca na parte do texto intitulada *Higiene del Maestro*<sup>151</sup> questões que tratavam desde os mecanismos de seleção para ingresso no curso normal até as condições de trabalho dos docentes. O autor defende que, pela condição de responsáveis pela formação dos *maestros*, as escolas normais deveriam dispor de mecanismos de seleção para que todo aspirante ao curso apresentasse as condições físicas necessárias para o exercício da profissão, supondo suportar as fadigas e privações do exercício do magistério – defesa que, de modo semelhante, encontramos no *Compendio de Hygiene*. Para Mariano Etchegaray, a melhor educação higiênica que se poderia oferecer ao *maestro* era exigir que atendesse, em estrito cumprimento, todas as prescrições higiênicas, fazendo-se, por conseguinte, adquirir um hábito. Na percepção deste médico, o professor deveria se constituir como bom exemplo para seus alunos. Neste sentido os cuidados com seu próprio corpo expressariam um real compromisso com seu papel de colaborador do projeto de higienização do espaço escolar. A proporção de afecções evitáveis e curáveis nas escolas normais da capital era alarmante, no

---

<sup>151</sup> Este tema é ampliado na edição de 1937 deste compêndio, no entanto não será tratado aqui.

entanto. A este respeito, Etchegaray assinala que as mesmas existiam por “abandono, negligencia é ignorância de lós alumnos y de sus padres” (ETCHEGARAY, 1915, p. 387). Ou seja, podemos perceber que, embora diferentes mecanismos tenham sido postos em funcionamento, a fim de regular o ingresso dos aspirantes ao magistério e sua permanência em boas condições de saúde, os mesmos expressaram falhas e nos servem como exemplo para se (re)pensar o controle do aparato escolar, por parte daqueles que ditavam as normas: os médicos higienistas.

No *Compendio de Hygiene*, o professor é percebido como um profissional de vida sedentária que, entregue à “difícil profissão”, estaria facilmente suscetível às alterações da saúde. De acordo com Fontenelle, o exercício da docência também facilitava o desenvolvimento de *tics* e *histeria* (FONTENELLE, 1918, p. 608), devendo, portanto, a saúde deste profissional merecer especial atenção. A estafa física e intelectual que acometia os professores era, segundo o médico e autor do *Compendio*, decorrente das más condições higiênicas em que os mesmos viviam:

As múltiplas causas de estafa physica e intelectual a que são votados os professores podem juntar-se más condições hygienicas em sua vida privada, porque *habitam, muitas vezes, edificios mal ventilados e mal iluminados*, onde terão de examinar e corrigir os trabalhos dos alumnos, em *precárias condições*, além de que padecem de uma alimentação apressada e irregular. (FONTENELLE, 1918, p. 606; grifos meus)

O trabalho docente é visto, por este médico, como tarefa penosa. Com propensão ao desenvolvimento de distintas doenças, Fontenelle sugere que a saúde do professor devesse ser inspecionada com regularidade, a fim de se evitar riscos aos alunos. O mestre deveria cuidar para que, na escola, não se tornasse um exemplo distorcido daquilo que ensinava. Lidando com vidas em seu cotidiano e devendo ser exemplo vivo da boa saúde, cabia ao professor conhecer as “regras de bem viver” e aplicá-las para seu próprio benefício. A saúde da voz é outro assunto tratado no interior do tema da higiene do mestre e que, por sua indiscutível importância, é alvo das atenções ainda hoje. Para o cuidado deste potencial instrumento de trabalho, Fontenelle registra um conjunto de questões para as quais o professor deveria estar atento durante a atividade de ensino, como a condenação do uso de vestuários muito apertados (como os espartilhos, por exemplo, àquele momento bastante utilizado entre as mulheres, conquanto considerado “anti-higiênico”) e o uso de técnicas, a fim de se evitar a fadiga vocal.

O tema da higiene do mestre desaparece das edições posteriores do *Compendio*. Por conseguinte, cabe questionar: se a saúde dos candidatos ao magistério deveria se encontrar em “perfeito estado” e a inspeção de suas condições físicas se constituir atividade corriqueira ao

cotidiano escolar, por que tal assunto passa a não mais receber atenção neste compêndio? É curiosa a atitude do autor com relação às modificações que realiza em seu texto, excluindo um assunto que nos pareceu de grande importância para os discursos médico-higiênicos, já que tratava daqueles que mais exerceriam influência sobre o aluno na escola. Não obstante, foi interessante observar que a saúde do professor já estava sob a mira da higiene, embora o tratamento do tema tenha parecido estar associado muito mais a uma preocupação final com a proteção da saúde dos alunos do que, propriamente, com a promoção do bem-estar do professorado no exercício da profissão.

O que haveria além da prescrição higiênica veiculada pelos compêndios aqui examinados? É importante assinalar, por um lado, que, na condição de textos endereçados aos professores primários em formação, tanto *Noções* como o *Compendio* trazem marcas prescritivas, elevando-se à condição de guias supostamente indispensáveis para a prática docente. Neles são idealizadas ações que condiziam com as expectativas higienistas para o ambiente escolar e, propriamente, para o processo educativo. No entanto, por outro lado, há de se reafirmar que os efeitos dessa leitura para a experiência docente é algo mais complexo de se captar. Os modos como os professores se apropriaram deste tipo de leitura e fizeram usos dela ainda consistem em interrogações que os limites e os objetivos desta dissertação não nos permite alcançar. O historiador do livro Robert Darnton nos lembra a respeito das questões ainda ocultas sobre os processos de leitura e os modos como os leitores se apropriam do que leem:

Apesar de uma volumosa literatura sobre sua psicologia, fenomenologia, textologia e sociologia, a leitura continua a ser misteriosa. Como os leitores entendem os sinais na página impressa? Quais são os efeitos sociais dessa experiência? E como ela sofre variações? [...] O historiador do livro pode empregar suas noções de “públicos fictícios”, “leitores implícitos” e “comunidades interpretativas”. Mas ele também pode achar que suas considerações são um pouco estáticas no tempo. (DARNTON, 2010, p. 144)

Os usos que os leitores fazem dos textos ainda configuram lacunas a respeito das quais a historiografia tem empreendido esforço com o intuito de preenchê-las. A tarefa é complexa e não envolve apenas o interesse dos historiadores em dar tratamento à questão, mas, de igual modo, evidencia-se um problema com relação às fontes documentais. Onde encontrá-las? Como tratá-las? Por mais que o texto procure modelar determinadas práticas, há de se reconhecer a multiplicidade e variabilidade das leituras que dele são feitas, cabendo ao historiador interrogá-las, quando possível. O caso de *Noções* e o *Compendio*, embora não dê conta destes *usos efetivos*, pode auxiliar no sentido de identificar as marcas dos discursos

científicos na prática docente e na própria pedagogia, evidenciando um campo prescritivo que tem resquícios no presente, conquanto se apresente sob novos mecanismos e com a presença de outros novos agentes.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do exposto, podemos perceber como e por quais mecanismos os discursos médico-higiênicos voltados para o professorado procuraram ritualizar a palavra de ordem, que era *sanear*. Outrossim, constatamos os mecanismos pelos quais se buscou qualificar os professores primários para lidarem com os novos desafios impostos e fixar, portanto, os papéis que tais sujeitos deveriam exercer no âmbito da instituição escolar, com auxílio de outros sujeitos multiplicadores dos discursos, como as enfermeiras e os inspetores sanitários escolares.

Com o propósito de divulgar a *arte de conservar a saúde* e dilatar a prática docente, a Higiene reuniu um corpo de conhecimentos e difundiu, através de distintos suportes, discursos que, ao procurarem interferir na formação do professorado primário, produziram representações. Ao ditar as normas para um *fazer* docente alinhado aos desafios da promoção da saúde e dos bons hábitos, tanto os compêndios de higiene como os discursos veiculados na imprensa periódica e congressos auxiliaram para que os preceitos médico-higiênicos se difundissem nos debates educacionais e naqueles acerca da formação do professorado. O “discurso competente” da higiene procurou atingir a formação docente com o objetivo de arregimentar sujeitos capazes de multiplicar as supostas verdades científicas em nome de um progresso que tinha a escola como seu principal escopo.

Ao registrarmos, no primeiro capítulo, uma notável produção e circulação de compêndios de Higiene para a formação de professores, constatamos um interesse em fazer com que tal preparo estivesse em harmonia com as demandas do ensino nas escolas primárias. Também notamos uma tentativa de convencer tais sujeitos – a partir de distintos enunciados discursivos – que o engajamento nos problemas de saúde pública dizia respeito ao seu papel. As publicações registradas em outros países reforçaram a ideia de que os discursos médico-higiênicos se multiplicaram a partir de dois principais elementos comuns às realidades geográficas: a escola primária e a escola normal. Alcançando estes dois níveis de formação escolar, tais discursos pareceram convergir para a produção de supostas verdades que se pretenderam universais. Neste sentido, a instituição médica esforçou-se em proveito da universalização da ideia de que a escola se constituía espaço deformador, justificando, portanto, sua intervenção. Os professores primários foram convocados, no âmbito destes discursos, a auxiliarem no processo de transformação da escola e, para isto, uma formação

atenta às questões biológicas fez-se necessária. A palavra impressa, como vimos, cumpriu importante função neste sentido, ao lado do aparato didático-pedagógico composto pelos programas de ensino de Higiene nas escolas normais.

Notamos, de mesmo modo, que o interesse neste tipo de formação – a higiênica – ia além das questões inerentes ao espaço da sala de aula, lugar de ofício do professorado primário. Como indicamos no segundo capítulo desta dissertação, reforçado pelos discursos veiculados no âmbito dos congressos, o preparo dos docentes também se buscou realizar a partir de cursos de aperfeiçoamento, após a formação concebida nas escolas normais. Tais cursos, ao alargarem o papel dos professores primários na sociedade de início do século XX, também prepararam sujeitos para reforçarem o quadro de pessoal atuante nos postos de saúde e no âmbito das famílias. Isto significou um investimento discursivo que pretendeu convencer o professorado de que o problema da saúde pública também deveria ser partilhado por esse grupo. Portanto, no primeiro capítulo, assinalamos que a produção e circulação de compêndios de Higiene cumpriram importante função na difusão dos conhecimentos eleitos como necessários aos professores em formação nas escolas normais. Já no segundo capítulo, ampliamos a discussão e indicamos que, sobretudo no limiar da década de 1920, tal preparo procurou extrapolar os limites dos cursos normais e buscou complementar a formação a partir de cursos específicos. Tais constatações nos permitem concluir, por conseguinte, que diferentes mecanismos funcionaram no sentido de estabelecer um campo de normalização do *fazer docente*, no qual se teve como lente de compreensão os aspectos biológicos.

Ao realizarmos, no terceiro capítulo, apontamentos sobre a disciplina de Higiene no plano de formação de professores da Escola Normal do Distrito Federal e intentarmos uma articulação com o que se apresentou em *Noções* e no *Compendio de Hygiene*, examinamos o aparato didático-pedagógico no qual se fundamentou o ensino dos preceitos científicos. Neste sentido, pudemos concluir que o conjunto de conhecimentos endereçados aos futuros professores reuniu, em grande parte, noções elementares que tiveram o corpo infantil como um dos principais protagonistas dos enunciados discursivos. Conquanto os professores primários tenham sido representados como os responsáveis pela educação higiênica dos pequenos, podendo-se identificar recorrente convocação destes sujeitos nos discursos produzidos sobre a escola, foi a partir da tentativa de disciplinarização do corpo infantil que se conformaram normas acerca dos métodos de ensino, da organização dos programas e horários escolares, como alguns dos exemplos. Nos programas de ensino da Escola Normal e nos compêndios de Higiene observamos, com a progressão dos anos, que as questões sobre a

higiene escolar foram expandidas. Especialmente com o auxílio da psicologia, o tema da educação intelectual ganhou novas dimensões e as críticas aos modos como se realizava o ensino nas escolas primárias enrijeceram-se. Os professores primários foram representados como “braços direito” dos médicos-higienistas, ampliando-se o papel daqueles que antes tinham como ofício apenas o educar e o instruir. Conquanto a realização da educação e instrução permanecesse como ofício dos mestres, via-se configurar uma tentativa de alargamento de seu papel na sociedade de início do século XX, por meio da qual a responsabilidade pela saúde dos alunos se constituía como um bem social. E, embora preocupados em dar um ensino prático de higiene, tanto aos alunos como aos professores, os compêndios versando sobre a “nova medicina” fizeram parte do projeto de divulgação e inculcação dos *bons hábitos* e distintas estratégias editoriais foram utilizadas a fim de facilitar o processo de educação.

As ações que procuraram incluir o professorado primário na causa higiênica não se encontraram estanques daquelas voltadas para o âmbito da escola primária. Como constatamos, a partir do exame dos programas de ensino da Escola normal do Distrito Federal, o plano de formação docente esteve associado às questões que se colocavam no âmbito da saúde pública do Rio de Janeiro. A compreensão do funcionamento dos serviços de inspeção médica nas escolas primárias e do papel exercido pelo médico no ambiente escolar são apenas dois dos exemplos de como o lema da saúde passou a fazer parte do corpo de assuntos dos quais os professores primários em formação deveriam ter conhecimento. Os compêndios de Higiene complementaram os aspectos didático-pedagógicos do ensino nos cursos normais e sua produção e circulação, também registrada em outros países, representaram esforços editoriais atravessados pelas questões sociais e econômicas vivenciadas no mundo. Ademais, o problema da saúde pública, como procuramos registrar, não se limitou à esfera individual. Tal problema envolveu aspectos políticos, sociais e econômicos, especialmente, já que se entendia que uma nação produtiva era resultado da existência de indivíduos fortes e sadios compondo a força de trabalho nacional. Acrescenta-se a isto as implicações morais que a difusão dos hábitos higiênicos pretendia gerar. Principalmente a partir da abordagem do tema do alcoolismo, que esteve presente tanto nos programas de ensino como nos compêndios, o discurso da moral se encontrou atrelado à Higiene endereçada aos futuros professores.

A interferência médico-higiênica na formação e no ofício docentes representou apenas uma das questões que perpassaram a história ou histórias da *profissão professor*. Tal



afirmação corrobora a ideia de que este nível de formação se configurou como um campo de disputas de distintos grupos, sendo alvo de diferentes políticas e ações. A tentativa de disciplinarização do olhar dos professores primários, para enxergarem a prática educativa não como ação mecânica, mas pautada na dinâmica biológica das crianças, configurou-se apenas como uma das diferentes ações pelas quais se tentou interferir na formação deste grupo. As representações dos professores primários como “construtores da nação” e discípulos da missão educativa coexistiram com tantas outras interessadas na conformação de um estatuto para o professorado naquela sociedade.

A instrumentalização do ofício docente com lentes que deveriam enxergar o biológico infantil e compreender seu funcionamento (ainda que de modo elementar) foi expressão do propósito de fazer da escola primária um espaço de promoção da saúde e adequar a formação do professorado a este intento. Esta instrumentalização, de forma clara, foi acompanhada pela tentativa de transformação do campo da pedagogia, impulsionando um olhar diferenciado sobre os programas e métodos de ensino. Outrossim, realizava-se o traçado de programas educativos para atender às necessidades dos considerados “anormais”, como na classificação estabelecida à época. Para isto, a psicologia trouxe significativas contribuições, como pudemos observar pelo exame dos compêndios escolares de higiene.

*Perscrutador da alma infantil*, como afirmava o médico Aristides Ricardo (1926) ou *braço direito do higienista*, como se constatou no discurso proferido pelo médico Guimarães Filho – na ocasião da I Conferência Nacional de Educação – ao professor primário era delegado importante papel naquela sociedade de início do século XX. Papel que, na ótica dos médicos higienistas, deveria ultrapassar os limites da escola, produzindo bons efeitos no âmbito social com relação à saúde pública. A inclusão da Higiene no plano de formação dos cursos normais, a produção e a circulação de compêndios escolares sobre a matéria e a seleção do magistério, a partir da atenção à aptidão física dos candidatos, constituíram-se como alguns dos matizes que configuraram a história da profissão docente tanto no Brasil como em diferentes partes do mundo.

Outrora conclamado o papel social, político e cultural que a escola primária cumpriria, a participação dos professores primários se constituiu fundamental. Em um momento em que os ideais higienistas se consolidavam nos meios científicos brasileiros, a formação de professores primários não se encontrou alijada do processo. Para levar as armas da ciência contra a fraqueza do corpo aos pequenos futuros cidadãos, nas escolas normais do país eram preparados aqueles que, por meio de disciplinas correlatas ao campo médico, ergueriam a

bandeira da saúde em culto à pátria. A missão do professor primário, deste modo, passava em sua essência pelo educar, instruir e o zelar da integridade física dos sujeitos sob sua guarda. Para prepará-lo para este desígnio, dentre as disciplinas elencadas como essenciais à sua formação, a Higiene foi uma das que compuseram os programas de ensino das escolas normais. O professorado primário tinha uma responsabilidade a ser cumprida tanto na escola como perante a sociedade de um modo geral, para isto foi imprescindível, sob a perspectiva médico-higiênica, que a defesa da vida fosse sua primeira maior causa.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABREU JÚNIOR, Laerthe de Moraes. Mulheres na educação: missão, vocação e destino? A feminização do magistério ao longo do século xx. In: SAVIANI, Dermeval et al. *O legado educacional do século XX no Brasil*. Campinas, SP: Autores Associados, 2006. p. 59-107.
- ABREU JÚNIOR, Laerthe de Moraes. Apontamentos para uma metodologia em cultura material escolar. *Pro-Posições*, Campinas: Faculdade de Educação UNICAMP, v. 16, n. 46, p. 145-164, jan./abr., 2005.
- AGUIRRE, Roberto. Higiene escolar. *Revista de Educación*, La Plata, v.64, n.1, p. 118-122, ene/feb. de 1923.
- AMARAL, Afranio. Discurso do orador official Dr. Afranio Amaral. In: *Annaes do Quinto Congresso Brasileiro de Hygiene*. Rio de Janeiro: Officinas Graphicas da Inspectoria de Demographia Sanitaria, 1929, pp. 30-45.
- ANGELIS, Nicolau Meira. Pela perfeição da raça brasileira. In: COSTA, Maria José Franco Ferreira da; SHENA, Denilson Roberto; SCHMIDT, Maria Auxiliadora (Orgs.). *I Conferência Nacional de Educação*. Brasília: MEC, SEDIA/INEP, IPARDES, 1997.
- ARMUS, Diego. *La ciudad impura: salud, tuberculosis y cultura en Buenos Aires (1870-1950)*. Buenos Aires: Edhasa, 2007.
- ATA DA 4ª SESSÃO DO CONSELHO DIRETOR DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO (1924) [Datilografado]. Acessível no Arquivo da Associação Brasileira de Educação, Rio de Janeiro, Brasil.
- ATAS DA SECÇÃO DE EDUCAÇÃO PHYSICA E HYGIENE (1925-1937) [Datilografado]. Acessível no Arquivo da Associação Brasileira de Educação, Rio de Janeiro, Brasil.
- AZEVEDO, Fernando de. *Novos caminhos e novos fins: a nova política de educação no Brasil*. São Paulo: Melhoramentos, 1958.
- BASTOS, Maria Helena Câmara. Infância, higiene e educação. In: *28ª Reunião Anual da ANPED*, 2005, Caxambu.
- BESSE, Susan Kate. *Modernizando a desigualdade: reestrutura da Ideologia de Gênero no Brasil, 1914-1940*. São Paulo: EdUSP, 1999.
- BEZERRA, Rozélia. *A higiene escolar em Pernambuco: espaços de construção e os discursos elaborados*. 2010. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.
- BILHAR, Irineu Lopes D'Alcantara. Tese apresentada à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, 1906.

BITTENCOURT, Circe. *Livro didático e saber escolar* (1810-1910). Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

BOARINI, Maria Lúcia. Higienismo, eugenia e a naturalização do social. In: Boarini, Maria Lúcia. (Org.). *Higiene e raça como projetos: higienismo e eugenismo no Brasil*. Maringá: EdUEM, 2003. p. 19-43.

BOLETIM DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO (1925-1929). Acessível no Arquivo da Associação Brasileira de Educação, Rio de Janeiro, Brasil.

BOLLORIOU, María José; CORNELIS, Stella Maris. Velar por la salud de los niños en edad escolar: los servicios médicos escolares argentinos en los inicios del siglo XX. In: *V Taller de Historia Social de la salud y de la enfermedad*. Buenos Aires, 2012.

BRETAS, Marcos Luiz. *Ordem na cidade: o exercício cotidiano da autoridade policial no Rio de Janeiro: 1907-1930*. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

BUFREM, Leilah Santiago et al. Os manuais destinados a professores como fontes para a história das formas de ensinar. *Revista HISTEDBR*, Campinas, n.22, p. 120 –130, junho 2006.

CARTA DE FERNANDO DE AZEVEDO A LOURENÇO FILHO [Manuscrito], LF c 36.11.21. Rolo 1, fot. 221-26. Acessível no Acervo do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC), Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, Brasil.

CARVALHO, Marta Maria Chagas de. Modernidade pedagógica e modelos de formação docente. *São Paulo em Perspectiva*, v.14, n.1, p. 111-120, 2000.

CARVALHO, Marta Maria Chagas de. *Molde nacional e fôrma cívica: Higiene, Moral e Trabalho no projeto da Associação Brasileira de Educação* (1924-1931). Bragança Paulista: EdUSF, 1998.

CARVALHO, Marta Maria Chagas de; TOLEDO, Maria Rita. Os sentidos da forma: análise material das coleções de Lourenço Filho e Fernando de Azevedo. In: OLIVEIRA, Marcus Aurélio Taborda de (Org.). *Cinco estudos em história e historiografia da educação*. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

CASTANHA, André Paulo. Programa de Ensino da Escola Normal da Corte. *Revista HISTEDBR*, Campinas, n. 32, p. 254-285, dez. 2008.

CASTRO, Maria Antonieta de. A escola e a educação sanitária. In: OLIVEIRA E SILVA, Arlette Pinto de. *Páginas da história: notícias da II Conferência Nacional de Educação da ABE*. Brasília: INEP, 2004.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. Petrópolis: Editora Vozes, 1998.

CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

CHARTIER, Roger. *Práticas da Leitura*. São Paulo: Estação Liberdade, 1996.

CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: Difel; Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

CHAUÍ, Marilena. *Cultura e democracia: o discurso competente e outras falas*. São Paulo: Editora Moderna, 1993.

CHERVEL, André. História das disciplinas escolares: reflexões sobre um campo de pesquisa. *Teoria e Educação*, n.2, p. 177-229, 1990.

CHOPPIN, Alain. O historiador e o livro didático. *Revista História da Educação*, Pelotas, n. 11, abril, 2002.

CIRCULAR DO CONSEJO NACIONAL DE EDUCACIÓN DE 6 DE JANEIRO DE 1912 [Datilografado]. Acessível no Centro de Investigación da Escuela Superior Nº 1 en Lenguas Vivas Pt. Roque Sáenz Peña, Buenos Aires, Argentina.

CIRCULAR DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE HIGIENE ESCOLAR DE 23 DE FEVEREIRO DE 1924 [Datilografado]. Acessível no Centro de Investigación da Escuela Superior Nº 1 en Lenguas Vivas Pt. Roque Sáenz Peña, Buenos Aires, Argentina.

CIRCULAR Nº 4 ENDEREÇADA À DIREÇÃO DA ESCUELA NORMAL Nº 1 DE LA CAPITAL [Datilografado]. Acessível no Centro de Investigación da Escuela Superior Nº 1 em Lenguas Vivas Pt. Roque Sáenz Peña, Buenos Aires, Argentina.

COMETTO, Carlos S. La visitadora escolar: necesidad de crear un servicio de visitadoras escolares en las principales ciudades de la provincia. *Revista de Educación*, La Plata, v.63, n.7, p.793-, ago/sept. de 1922.

COMETTO, Carlos S. Profilaxis antituberculosa del maestro de escuela. *Revista de Educación*, La Plata, n. 1, año LIX, pp. 11-26, enero de 1918.

COSTA, Jurandir Freire. *Ordem médica e norma familiar*. Rio de Janeiro: Graal, 1989.

CUNHA, Antônio Geraldo da. Dicionário Etimológico de Língua Portuguesa. Rio de Janeiro: Lexikon, 2010.

CUNHA, Maria Clementina Pereira. Loucura, Gênero feminino: as mulheres do Juquery na São Paulo do início do século XX. *Revista Brasileira de História*, v. 9, n. 18, ago./set., p. 121-144, 1989.

DARNTON, Robert. *O beijo de Lamourette: mídia, cultura e revolução*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

DAVID, Juliana Vital Abreu. Estratégias de intervenção no espaço do lar: a relação família-escola no âmbito do Serviço de Ortofrenia e Higiene Mental (1934-1939). In: *VI Congresso Brasileiro de História da Educação*, 2011, Vitória.

DAVID, Juliana Vital Abreu. Faça seu filho feliz: o papel dos discursos especializados na construção da família moderna. In: *XIV Semana de Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro*, 2009, Rio de Janeiro.

DI LISCIA, María Silvia. Médicos y maestros. Higiene, eugenesia y educación en Argentina (1880-1940). In: DI LISCIA, María Silvia; SALTO, Graciela Nélide. *Higienismo, educación y discurso en La Argentina (1870-1940)*. Santa Rosa: Editorial de la Universidad Nacional de La Pampa, 2004.

DI LISCIA, María Silvia; SALTO, Graciela Nélide (Orgs.). *Higienismo, educación y discurso en la Argentina (1870-1940)*. Santa Rosa: Editorial de la Universidad Nacional de La Pampa, 2004.

DIWAN, Pietra. *Raça Pura: uma história da eugenia no Brasil e no mundo*. São Paulo: Contexto, 2007.

DOMINGUEZ, Lia. Carta à inspetoria médica da Escuela Normal N° 1 de la Capital [Manuscrito]. Acessível no Centro de Investigación da Escuela Superior N° 1 en Lenguas Vivas Pt. Roque Sáenz Peña, Buenos Aires, Argentina.

ECAR, Ariadne Lopes. *Conhecimentos pedagógicos como orientação para a “missão docente”: a formação na Escola Normal de Niterói na primeira república (1893-1918)*. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

ESCOLA NORMAL. Programma de Exammes: Anno lectivo de 1923. Rio de Janeiro: Empreza Brasil Editora, 1923.

ETCHEGARAY, Mariano. *Higiene y Puericultura*. Buenos Aires: Imprenta y Litografia de G. Kraft, 1915.

FARIA FILHO, Luciano Mendes et al. A cultura escolar como categoria de análise e como campo de investigação na história da educação brasileira. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v.30, n.1, p. 139-159, jan./abr., 2004.

FARIA FILHO, Luciano Mendes; VIDAL, Diana. Os tempos e os espaços escolares no processo de institucionalização da escola primária no Brasil. *Revista Brasileira de Educação*, n. 14, p. 19-34, mai/ago, 2000.

FERREIRA, Manoel. In: *Annaes do Segundo Congresso Brasileiro de Hygiene*. Rio de Janeiro: Pimenta de Mello & Cia, 1928, vol. 1.

FIALHO, Abreu. Organização hygienica do ensino, hygiene do trabalho mental, hygiene das férias. In: *Annaes do Quinto Congresso Brasileiro de Hygiene*. Rio de Janeiro: Officinas Graphicas da Inspectoria de Demographia Sanitaria, 1929.

FONTENELLE, José Paranhos. A profissão sanitária. In: *Annaes do Segundo Congresso Brasileiro de Hygiene*. Rio de Janeiro: Pimenta de Mello & Cia, 1928, pp. 71-81, vol. 1.

FONTENELLE, José Paranhos. *A saúde pública no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Departamento Nacional de Saúde, 1937.

FONTENELLE, José Paranhos. *Compendio de Hygiene*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Propriedade do Autor, 1925.

FONTENELLE, José Paranhos. *Hygiene mental e educação*. Rio de Janeiro: Typ. Do Jornal do Commercio, de Rodrigues & C, 1925.

FONTENELLE, José Paranhos. *Compendio de Hygiene*. Rio de Janeiro: Leite Ribeiro & Maurillo, 1918.

FONTENELLE, José Paranhos; OLIVEIRA, Xavier de. Sessão de encerramento. In: *Annaes do Quinto Congresso Brasileiro de Hygiene*. Rio de Janeiro: Officinas Graphicas da Inspectoria de Demographia Sanitaria, 1929.

FOUCAULT, Michel. *Os anormais*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. São Paulo: Edições Loyola, 2010.

FOUCAULT, Michel. *Arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense, 1987.

GARCIA, Pedro. Enseñanza y práctica de la Higiene. *Revista de Educación*, La Plata, v.56, n. 5, p. 540-555, julio de 1915.

GONDRA, José Gonçalves. *Artes de civilizar: Medicina, Higiene e Educação escolar na Corte Imperial*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2004.

GONDRA, José Gonçalves. Entre o cura e o médico: higiene, docência e escolarização no Brasil imperial. *Revista História da Educação*, ASPHE/FaE/UFPel, Pelotas, n. 22, p. 183-204, mai/ago. 2007.

GONDRA, José Gonçalves. Homo hygienicus: educação, higiene e a reinvenção do homem. *Cadernos CEDES*. Campinas, v.23, n.59, p. 25-38, abril, 2003.

GONZAGA, Leonel. Como se pode fazer a assistência médica aos alunos pobres das escolas primárias. In: COSTA, Maria José Franco Ferreira da; SHENA, Denilson Roberto; SCHMIDT, Maria Auxiliadora (Orgs.). *I Conferência Nacional de Educação*. Brasília: MEC, SEDIA/INEP, IPARDES, 1997.

GOUVEA DE BARROS. Discurso. In: *Annaes do Quinto Congresso Brasileiro de Hygiene*. Rio de Janeiro: Officinas Graphicas da Inspectoria de Demographia Sanitaria, 1929, pp. 37-51, vol. 1.

GUIMARÃES FILHO, Alvaro. Educação e Higiene Mental. In: COSTA, Maria José Franco Ferreira da; SHENA, Denilson Roberto; SCHMIDT, Maria Auxiliadora (Orgs.). *I Conferência Nacional de Educação*. Brasília: MEC, SEDIA/INEP, IPARDES, 1997.

JÚNIOR, Marcílio; GALVÃO, Ana Maria de Oliveira. História das disciplinas escolares e história da educação: algumas reflexões. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 31, n. 3, p. 391-408, set./dez. 2005.

LAROCCA, Liliana Müller; MARQUES, Vera Regina Beltrão. Higienizar, cuidar e civilizar: o discurso médico para a escola paranaense (1920-1937). *Interface*, v. 14, n. 35, p. 753-66, out/dez. 2010.

LE GOFF, Jacques. Documento/Monumento. In: LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas: EDITORA UNICAMP, 1996.

LISBOA, Filogônio. Organização do serviço de enfermeiras no Maranhão. In: *Annaes do Primeiro Congresso Brasileiro de Hygiene*. Rio de Janeiro: Oficinas Graphicas da Inspectoria de Demografia Sanitaria, 1926, vol. 1.

LOURO, Guacira Lopes. Mulheres na sala de aula. In: DEL PRIORE, Mary. *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2008, p. 443-481.

MACIEL, Maria Eunice de S. A eugenia no Brasil. *Anos 90*, Porto Alegre, n. 11, julho, 1999.

MAGALDI, Ana Maria Bandeiro de Mello. Do lar como escola da nação: a família nos debates educacionais dos anos 1920/30. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 2., Natal, 2002. *Anais... História e Memória da Educação Brasileira*. Natal: Editora Núcleo de Arte e Cultura da UFRN, 2002.

MAGALHÃES, José Augusto de. *Lições de Hygiene*. Porto: Typ. Da Empresa Literaria e Typographica, 1921.

MAGALHÃES, Justino. O Manual Escolar no Quadro da História Cultural: para uma historiografia do manual escolar em Portugal. *Sísifo*, Revista de Ciências da Educação, n. 1, set./dez., 2006.

MARTINEZ, Pedro Luiz Moreno. Los pensionados de la JAE y la Higiene Escolar. *Revista Educación*. Madri, número extraordinário, p. 167-190, 2007.

MELO, Francisco Figueira de. Educação sanitária em São Paulo. In: OLIVEIRA e Silva, Arlette Pinto de. *Páginas da história: notícias da II Conferência Nacional de Educação da ABE*. Brasília: INEP, 2004.

MEMORIA DE JUSTICIA E INSTRUCCIÓN PÚBLICA DO ANO DE 1916. Tomo III. Buenos Aires: Talleres Gráficos de la Penitenciaría Nacional, 1916.

MENDES, Teixeira. *O ensino público e o Despotismo sanitário* [Datilografado], IP-362f. In: Seção Editorial do Jornal do Commercio, 1910. Acessível no Acervo do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, Brasil.

MENDES, Teixeira. *A Higiene oficial e a verdadeira Higiene* [Datilografado], IP-70f. In: Seção Editorial do Jornal do Commercio, 1908. Acessível no Acervo do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, Brasil.

MONCORVO FILHO, Carlos Arthur. *História da proteção à infância no Brasil (1500-1922)*. Rio de Janeiro: Emp. Graphica, 1926.

MÜLLER, Lúcia. *As construtoras da nação*. Niterói: Intertexto, 1999.

NÓVOA, António. O passado e o presente dos professores. In: NÓVOA, António (Org.). *Profissão professor*. Porto: Porto Editora, 1991.



OLIVEIRA, Maria Cecília Marins de; OLIVEIRA, Joseane Maria Andrade Mouzinho de. Da saúde higienista às práticas educativas nos programas saúde das famílias. *Revista Científica SER - Saber, Educação e Reflexão*, Agudos/SP, v.1, n.1, Jan-Jun/2008.

PAIVA, Tamires Farias de. O que esse baiano tem? Apontamentos sobre a trajetória intelectual e inserção de Afrânio Peixoto nos debates educacionais. In: *X Jornada do HISTEDBR*, Bahia, 2011.

PAIVA, Tamires Farias de. *Por uma educação sob medida: um estudo das representações da mulher em Afrânio Peixoto (1931-1944)*. Monografia. Faculdade de Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2010.

PEIXOTO, Afrânio. *Noções de História da Educação*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1933.

PEIXOTO, Afrânio. *Ensinar a Ensinar: ensaios de pedagogia aplicados à educação nacional*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1921.

PEIXOTO, Afrânio. *Noções de Hygiene*. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1921.

PEIXOTO, Afrânio. *Eunice ou A educação da mulher*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1936.

PEIXOTO, Afrânio; COUTO, Alberto Graça. *Noções de Hygiene*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1914.

PENNA, Belisário. *Escola Prática de Hygiene* [Manuscrito], BP/PI/TI90002040-43. Acessível no Arquivo da Casa de Oswaldo Cruz, Manguinhos, Rio de Janeiro.

PENNA, Belisário. *Guardiães da saúde* [Manuscrito], BP/PI/TP90002040-28. Acessível no Arquivo da Casa de Oswaldo Cruz, Manguinhos, Rio de Janeiro.

PENNA, Belisário. Por que se impõe a primazia da educação higiênica escolar. In: COSTA, Maria José Franco Ferreira da; SHENA, Denilson Roberto; SCHMIDT, Maria Auxiliadora (Orgs.). *I Conferência Nacional de Educação*. Brasília: MEC, SEDIA/INEP, IPARDES, 1997.

PERNAMBUCO, Mario. A Acção do Posto de Hygiene Municipal em Hygiene Escolar. In: *Annaes do Terceiro Congresso Brasileiro de Hygiene*. São Paulo: São Paulo Editora, 1929, pp. 437-447.

PORTER, Charles. *School Hygiene and The laws of health*. New York: Longmans, Green and Co., 1908.

PREFEITURA DO DISTRICTO FEDERAL. Programma de ensino para o ano de 1910 da Escola Normal do Distrito Federal. Rio de Janeiro: Officinas Graphics do Paiz, 1910.

PREFEITURA DO DISTRICTO FEDERAL. Programma para a Escola Normal do Distrito Federal (1927). Rio de Janeiro: Officinas Graphics do "Jornal do Brasil", 1927.

PREFEITURA DO DISTRICTO FEDERAL. Programmas de ensino para o anno de 1907. Rio de Janeiro: Typographia Carvalhaes, 1907.

PREFEITURA DO DISTRICTO FEDERAL. Programmas de ensino para o ano de 1912 da Escola Normal do Distrito Federal. Rio de Janeiro: Empreza Photo-mechanica do Brazil, 1912.

PREFEITURA DO DISTRICTO FEDERAL. Programmas de ensino para o ano de 1913 da Escola Normal do Distrito Federal. Rio de Janeiro: Empreza Photo-mechanica do Brazil, 1913.

PREFEITURA DO DISTRICTO FEDERAL. Programmas de ensino para o ano de 1915 da Escola Normal do Distrito Federal. Rio de Janeiro: Oscar N. Soares, 1915.

PREFEITURA DO DISTRICTO FEDERAL. Programmas de ensino para o ano de 1916 da Escola Normal do Distrito Federal. Rio de Janeiro: Typographia do Jornal do Commercio, 1916.

PREFEITURA DO DISTRICTO FEDERAL. Programmas de ensino: 1904. Rio de Janeiro: Typographia da Gazeta de Notícias, 1904.

PREFEITURA DO DISTRICTO FEDERAL. Programmas de ensino: 4º anno. Rio de Janeiro: Typographia da Gazeta de Notícias, 1905.

PREFEITURA DO DISTRICTO FEDERAL. Programmas dos cursos da Escola Normal (1924). Rio de Janeiro: Officinas Graphicas do “Jornal do Brasil”, 1924.

PREFEITURA DO DISTRICTO FEDERAL. Programmas de ensino para o anno de 1908. Rio de Janeiro: Typographia Carvalhaes, 1908.

PREFEITURA DO DISTRICTO FEDERAL. Programmas de ensino para o anno de 1909. Rio de Janeiro: Typographia do Jornal do Commercio, 1909.

PREFEITURA DO DISTRICTO FEDERAL. Programmas de ensino para o ano de 1911 da Escola Normal do Distrito Federal. Rio de Janeiro: Officinas Graphicas do Jornal do Brazil, 1911.

PREFEITURA DO DISTRICTO FEDERAL. Programmas de ensino para o ano de 1914 da Escola Normal do Distrito Federal. Rio de Janeiro: Papelaria e Typographia Villas-Boas & Cia, 1914.

PREFEITURA DO DISTRICTO FEDERAL. Programmas de ensino: 1906. Rio de Janeiro: Typographia da Gazeta de Notícias, 1906.

PUIGGRÓS, Adriana. *Qué se pasó en la educación argentina desde la conquista al menemismo*. Buenos Aires: Kapelusz, 1996.

PYCOSZ, Lausane Corrêa. *A higiene nos grupos escolares curitibanos: fragmentos da história de uma disciplina escolar (1917-1932)*. 2007. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2007.

PYCOSZ, Lausane Corrêa; OLIVEIRA, Marcus Aurélio Tabora de. A higiene como tempo e lugar da educação do corpo: preceitos higiênicos no currículo dos grupos escolares do estado do Paraná. *Currículo sem Fronteiras*, v.9, n.1, p. 135-158, jan/jun 2009.

RAMÍREZ, Carlos Ernesto Noguera. Los manuales de higiene: instrucciones para civilizar al pueblo. *Revista Educación y Pedagogía*, v. 14, n. 34, p. 277-288, 2002.

RICARDO, Aristides. *Noções de Higiene Escolar*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1936.

ROCHA, Célia. *A re-significação da eugenia na educação entre 1946-1970: um estudo sobre a construção do discurso eugênico na formação docente*. 2010. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2010.

ROCHA, Heloísa Helena Pimenta. Alfabetização, saneamento e regeneração nas iniciativas de difusão da escola primária em São Paulo. *Pro-Posições*, Campinas, v. 22, n. 65, p. 151-172, maio/ago. 2011.

ROCHA, Heloísa Helena Pimenta. A educação sanitária como profissão feminina. *Cadernos Pagu*, n.24, p.69-104, jan/jun 2005b.

ROCHA, Heloísa Helena Pimenta. *A higienização dos costumes: educação escolar e saúde no projeto do Instituto de Higiene de São Paulo (1918-1925)*. São Paulo: FAPESP, 2003a.

ROCHA, Heloísa Helena Pimenta. Educação escolar e higienização da infância. *Cadernos Cedes*, Campinas, v. 23, n.59, p. 39-56, abril, 2003b.

ROCHA, Heloísa Helena Pimenta. Prescrevendo regras de bem viver: cultura escolar e racionalidade científica. *Cadernos Cedes*, ano XX, n. 52, novembro, 2000.

ROCHA, Heloísa Helena Pimenta. Inspeccionando a escola e velando pela saúde das crianças. *Educar, Curitiba*, n. 25, p. 91-109, 2005a.

ROCHA, Heloísa Helena Pimenta; GONDRA, José Gonçalves. A escola e a produção de sujeitos higienizados. *Perspectiva*, Florianópolis, v. 20, n. 2, p. 493-512, jul./ dez., 2002.

SAVIANI, Dermeval. Formação de professores: aspectos históricos e teóricos do problema no contexto brasileiro. *Revista Brasileira de Educação*, v. 14, n. 40, jan/abr 2009.

SCHUELER, Alessandra Frota Martinez de. Professoras primárias na cidade do Rio de Janeiro. Notas sobre a feminização da docência. *Revista Rio de Janeiro*, n. 13-14, mai/dez. 2004.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SEVCENKO, Nicolau. *A revolta da vacina: mentes insanas em corpos rebeldes*. São Paulo: Brasiliense, 1989.

SILVA, João Carlos da. Pesquisa historiográfica em educação: o Apostolado Positivista do Brasil e a instrução pública no Brasil. In: LOMBARDI, José Claudinei; NELITO, Manoel; NASCIMENTO, Matheus (Orgs.). *Navegando na História da Educação Brasileira*. Campinas: Gráfica FE, 2006.

SILVA, José Claudio Sooma. *Teatros da modernidade: representações de cidade e escola primária no Rio de Janeiro e em Buenos Aires nos anos 1920*. 2009. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

SILVA, Márcia Cabral da. A coleção Menina e Moça: entre o bom comportamento moral e a formação do gosto literário. *Revista Currículo sem Fronteiras*, v.10, n.2, p.91-105, jul/dez. 2010.

SILVA, Márcia Cabral da. A materialidade da leitura em infância. In: SILVA, Márcia Cabral da. *Uma história da formação do leitor no Brasil*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2009.

SILVA, Márcia Cabral da; PAIVA, Tamires Farias de. Noções de História da Educação: “modesta flor” em coleção para professores. *Revista Teias*, v. 14, n. 28, p. 135-151, maio/ago. 2012.

SILVA, Maria Betânia e. *A inserção da arte no currículo escolar: Pernambuco, 1950-1980*. 2003. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2003.

SIMÕES, A. Labatut. Posto permanente de Hygiene municipal: sua organização seu funcionamento e sua fiscalização. In: *Annaes do Terceiro Congresso Brasileiro de Hygiene*. São Paulo: São Paulo Editora, 1929, pp. 449-458.

SISTO, Genaro. Examen individual de los niños escolares: informes del Cuerpo Médico Escolar. In: *El Monitor de la educación común*. Buenos Aires: Consejo Nacional de Educación, 31 de agosto de 1914, pp. 316-319.

SOUZA, Geraldo de Paula. Os centros de saúde na organização sanitária de São Paulo. In: *Annaes do Terceiro Congresso Brasileiro de Hygiene*. São Paulo: São Paulo Editora, 1929.

SOUZA, Josefa Eliana. A higiene escolar no curso de pedagogia de Helvécio F. de Andrade. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 3., Curitiba, 2004. *Anais do...* Curitiba: O Congresso, 2004.

STEPHANOU, Maria. *Tratar e educar: discursos médicos nas primeiras décadas do século XX*. 1999. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1999.

TEIXEIRA, Gisele Baptista. *O grande mestre da escola: os livros de leitura para a escola primária da capital do império brasileiro*. 2008. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

TREJO, Clemente. Necesidad de enseñar la higiene escolar aplicada en las escuelas normales. *Revista de Educación*, La Plata, pp. 316-32, abr/ mai 1914.

VAGO, Tarcísio Mauro. *Cultura escolar, cultivo de corpos: Educação Physica e Gymnastica como práticas constitutivas dos corpos de crianças no ensino público primário de Belo Horizonte (1906-1920)*. Bragança Paulista: EdUSF, 2002.

VIDAL, Diana Gonçalves ; GVIRTZ, Silvina. O ensino da escrita e a conformação da modernidade escolar Brasil e Argentina, 1880-1940. *Revista Brasileira de Educação*, n. 8, mai/ago 1998.

VIDAL, Diana Gonçalves. *O exercício disciplinado do olhar: livros, leituras e práticas de formação docente no Instituto de Educação do Distrito Federal (1932-1937)*. Bragança Paulista: EdUSF, 2001.

VIGARELLO, George. *Corregir el cuerpo: historia de um poder pedagógico*. Buenos Aires: Nueva Visión, 2001.

VILLELA, Heloísa de Oliveira Santos. O mestre-escola e a professora. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes ; VEIGA, Cynthia Greive (Orgs.). *500 anos de educação no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. p. 95-134.

VIÑAO FRAGO, Antonio. Higiene, salud y educación en su perspectiva histórica. *Educar em Revista*. n. 36, Curitiba, 2010.

VIVIANI, Luciana Maria. *Formação de professoras e escola normal: a biologia necessária*. 2003. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003. 295 p.

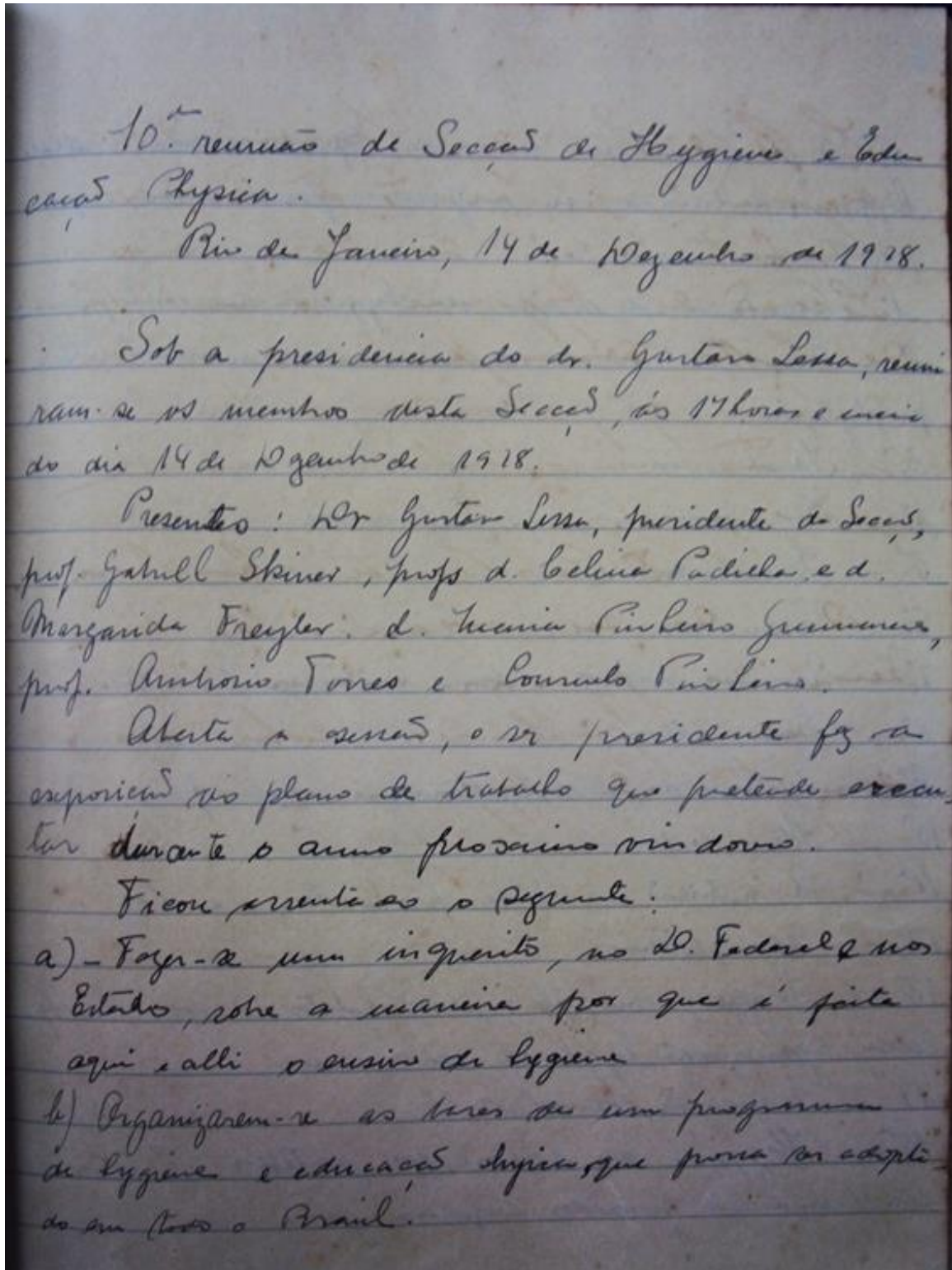
YVES-MOLLIER, Jean. *A leitura e seu público no mundo contemporâneo – ensaios sobre história cultural*. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

**ANEXO A - Conclusões da Seção *Educação Sanitária* da II Conferência Nacional de Educação (1928).**

Autor	Conclusão
F. Mello	<p>1- A consciência sanitária do povo é a garantia do ideal de beleza e de força, porque tem por base a saúde.</p> <p>2- Só se consegue a formação da consciência sanitária de um povo instruindo as massas e educando as crianças nas escolas, com o objetivo de formar hábito higiênico</p> <p>3- Inculcar na criança a aspiração da brasilidade, sempre mais feliz e mais forte, pela saúde de cada um e para o aperfeiçoamento da raça</p>
Dr. Ernani Agrícola	<p>4- A educação sanitária no Brasil deve ser, de preferência, iniciada com intensidade na escola primária, que é: a) centro irradiador para os lares e a coletividade; b) ponto de convergência, onde encontramos um número considerável de pessoas em idade favorável à fixação de hábitos sadios e maiores oportunidades para o desenvolvimento prático dos princípios eugênicos.</p> <p>5- O elemento de mais eficiência para a educação sanitária na escola primária é a professora, satisfatoriamente instruída nas modernas práticas de Saúde Pública e capaz de atuar pelo ensino e pelo exemplo.</p>
A. Magalhães	<p>6- O ensino gradativo e prático dos preceitos gerais de higiene deverá ser obrigatório em todas as escolas.</p> <p>7- A conquista de hábitos higiênicos e a correção dos que forem perniciosos à saúde constituirão os principais objetivos da educação sanitária.</p> <p>8- A criação de pelotões de saúde, a distribuição de prêmios entre os mais diligentes no cumprimento dos preceitos de higiene, a distribuição dos alunos em partidos antagônicos constituirão recursos preciosos para a implantação de hábitos higiênicos.</p>
Maria Antonieta de Castro	<p>9- A ignorância das mães sobre as noções de puericultura é uma das causas da mortalidade infantil.</p> <p>10- As noções de puericultura devem ser ministradas desde os últimos anos da escola primária.</p> <p>11- É de grande necessidade a disseminação dos cursos de puericultura por todo o Brasil, como uma das medidas que se impõem para a melhoria da saúde da criança brasileira.</p>
Adelino Carvalho de Mendonça	<p>12- A diminuição da mortalidade infantil e, portanto, o aumento da população, dependendo, em grande parte, dos conhecimentos da puericultura, a difusão desses conhecimentos referentes, é um problema vital para o país.</p>

Autor	Conclusão
Luiz Medeiros	<p>13- Todos os males brasileiros se reúnem numa crise de educação.</p> <p>14- A moderna pedagogia sanitária indica a escola como um meio eficaz para a promoção de hábitos sadios, dado o pouco ou nenhum aproveitamento do reduto, que não mostra tendência em modificar aqueles hábitos que, pouco a pouco, se integram na sua personalidade.</p> <p>15- Da higienização dos nossos infantes depende o futuro da nacionalidade: relevá-la a um segundo plano é um grave erro pedagógico e um crime de lesa patriotismo.</p>
Sussekind de Mendonça	<p>16- A educação sexual pode e deve ser ministrada no Brasil.</p> <p>17- Ela compreenderá três fases – uma preliminar, que se destina e prepara a infância para a compreensão esclarecida dos destinos do sexo; outra, que se propõe a ministrar aos educandos, nas próprias salas de aulas de Ciências Naturais do curso secundário, o conhecimento das personalidades fundamentais; e uma última, que proporcionará ao adolescente, fora de qualquer curso coletivo e especialização complementar que constitui a educação sexual propriamente dita.</p>
Sem referência a autor	<p>18- O II Congresso Nacional de Educação solicita dos poderes competentes a criação de cursos de puericultura nas escolas normais, professorais, colégios e outros estabelecimentos de educação e bem assim de cursos especiais para os professores que vão se encarregar da difusão desses conhecimentos;</p> <p>19- Os Centros de Saúde constituem um centro de educação sanitária estendendo sua ação benéfica sobre as escolas, domicílios, fábricas, etc;</p> <p>20- A II Conferência Nacional de Educação lembra a conveniência de se disseminar o Centro de Saúde em todos os Estados, como fator preponderante para melhorar as condições de saúde do povo.</p>

ANEXO B- Programa do Curso de Aperfeiçoamento em Higiene constante na Ata da 10ª Reunião da *Secção de Educação Physica e Hygiene* da Associação Brasileira de Educação (14/12/1928)<sup>152</sup>.



<sup>152</sup> Fonte: Arquivo da Associação Brasileira de Educação.



- c) Organizar-se um curso de aperfeiçoamento em  
 hygiene, destinado ás profpores primarias; cujo  
 programma segue-se:
- 1.º - Orientação do ensino da hygiene no ensino primario
  - 2.º - Doenças contagiosas communs, seu reconhecimto e  
 prophylaxia.
  - 3.º - Idem, idem
  - 4.º - Impaludismo, dize Tuberculose.
  - 5.º - Impaludismo
  - 6.º - Vermineos
  - 7.º - Animas noivos e como delle se listatá.
  - 8.º - Idem, idem
  - 9.º - Ensino de puericultura no esooli primario
  - 10.º - Idem, idem
  - 11.º - A nutricao na idade pre-escolar e escolar.
  - 12.º - Idem, idem
  - 13.º - Hygiene mental: maos habitos e sua prophylaxia, organizacao hygienica do ensino.
  - 14.º - Educacao sexual
  - 15.º - Hygiene do regão dos sentidos. Tecto de visão e audicao. Cuidado corporaes.

- 16.<sup>o</sup> Idem, idem
- 17.<sup>o</sup> Fundamentos physiologicos de educacao physica nas escolas.
- 18.<sup>o</sup> A correcta obediencia physica nas escolas.
- 19.<sup>o</sup> - Methodologia dos jogos
- 20.<sup>o</sup> - Methodologia dos exercicios
- 21.<sup>o</sup> - Jogos rythmicos.
- 22.<sup>o</sup> - Hygiene do edificio e do material escolar.
- 23.<sup>o</sup> - As funcoes da infancia escolar
- 24.<sup>o</sup> - As funcoes do medico escolar.
- 25.<sup>o</sup> - O papel de Saude Publica na vida de uma cidade.

Foi designada a prof.<sup>a</sup> laureada Publica para ser  
 em como secretaria de Saude Publica

Conselho Provincial

Secretaria de Saude Publica

1911

**ANEXO C-** Conteúdos do programa da disciplina *Higiene e Primeiros Cuidados Médicos*, da Escola Normal do Distrito Federal do ano de 1915.

Ordem das lições	Pontos tratados
1ª	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Considerações gerais sobre a Higiene, seu objeto, importância de seu estudo;</li> <li>-Relações da Higiene com as ciências que lhe são tributárias;</li> <li>- Histórico e evolução da Higiene.</li> </ul>
2ª	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Estudo do solo sob o ponto de vista higiênico;</li> <li>- Regressão da matéria orgânica no solo. Germens do solo;</li> <li>- Contaminação do solo e propagação de moléstias pelo solo;</li> <li>- Qualidade a exigir para adoção de um terreno para construção;</li> <li>- Noções sobre o saneamento geral do solo.</li> </ul>
3ª	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Estudo da atmosfera sob o ponto de vista higiênico;</li> <li>- Ação dos elementos essenciais do ar sobre o organismo. Ação sobre o organismo das variações de pressão atmosférica, de calor e umidade.</li> <li>- Ar livre e ar confinado. Viciação do ar e ação sobre o organismo dos elementos deletérios mais frequentemente encontrados. Poeiras e pneumoconioses.</li> <li>- Germes do ar e transmissão de moléstias pelo ar.</li> </ul>
4ª	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Estudo da água sob o ponto de vista higiênico. Diversas origens da água, estudo comparativo sob o ponto de vista higiênico. Composição das águas. Requisitos da boa água potável.</li> <li>- Elementos deletérios das águas, sua ação sobre o organismo.</li> <li>- Germens de água e transmissão de moléstias pelas águas.</li> </ul>
5ª	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Estudo geral dos climas. Aclimação e aclimamento. Climas do Brasil.</li> </ul>
6ª	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Do asseio corporal;</li> <li>- Higiene do vestuário, especialmente nos climas tropicais.</li> </ul>

Ordem das lições	Pontos tratados
7 <sup>a</sup>	<ul style="list-style-type: none"> <li>-Noções de higiene alimentar;</li> <li>- Alimentos, sua natureza. Proveniência e escolha, estudo comparativo sob o ponto de vista higiênico;</li> <li>- Principais alterações dos alimentos e moléstias decorrentes;</li> <li>- Contaminação dos alimentos. Transmissão de moléstias pelos alimentos;</li> <li>- Purificação dos alimentos;</li> <li>- Estudo das bebidas sob o ponto de vista higiênico: alcoolismo;</li> <li>- Regime alimentar e ração alimentar.</li> </ul>
8 <sup>a</sup>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Noções de higiene infantil;</li> <li>- Cuidados corporais e vestuários das crianças;</li> <li>- Alimentação das crianças. Aleitamento. Desmama;</li> <li>- Regime de vida das crianças.</li> </ul>
9 <sup>a</sup>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Higiene doméstica;</li> <li>- Escolha do local e construção da casa, de acordo com a higiene;</li> <li>- Iluminação, abastecimento de água, instalações higiênicas;</li> <li>- Cuidados de asseio doméstico. Remoção do lixo.</li> </ul>
10 <sup>a</sup>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Noções sobre infecção e patogenia geral das moléstias infecciosas;</li> <li>- Contágio, epidemias. Meios gerais de profilaxia;</li> <li>- Imunidade. Imunização.</li> </ul>
11 <sup>a</sup>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Noções essenciais sobre etiologia e profilaxia das principais moléstias microbianas;</li> <li>- Febre amarela, peste, cólera, tifo e para-tifóides, difteria, paludismo, varíola e febres eruptivas, tuberculose, lepra e raiva.</li> </ul>
12 <sup>a</sup>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Noções sobre a etiologia e profilaxia das principais parasitoses: filaria, <i>ankilostomiasis</i>, <i>kysto hydatico</i>, verminoses intestinais, sarna, <i>trichophyceas</i>, <i>myases</i>, pediculoses.</li> </ul>
13 <sup>a</sup>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Higiene escolar, sua importância;</li> <li>- Inspeção médica escolar, sua organização;</li> <li>- Papel e deveres do médico escolar, exame sanitário do aluno, ficha e caderneta de saúde;</li> <li>- Seleção e preservação escolar.</li> </ul>

Ordem das lições	Pontos tratados
14 <sup>a</sup>	- Higiene do edifício escolar, especialmente da sala de aula;
15 <sup>a</sup>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Moléstias escolares propriamente ditas: desvios da coluna, sua patogenia.</li> <li>- Vícios de refração, sua patogenia.</li> <li>- Mesa e banco escolar, higiene da leitura e da escrita.</li> <li>- Determinações nervosas na escola.</li> </ul>
16 <sup>a</sup>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Considerações gerais sobre o exercício, o repouso e o sono: fadiga e estafa;</li> <li>- Higiene da educação física.</li> </ul>
17 <sup>a</sup>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Desenvolvimento intelectual da criança;</li> <li>- Higiene da educação intelectual: programas e horários, férias. Penas escolares.</li> </ul>
18 <sup>a</sup>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Primeiros cuidados médicos em casos de acidentes: <ul style="list-style-type: none"> <li>a) contusões e fraturas. Técnica da imobilização provisória;</li> <li>b) Cuidados aos feridos. Regras de assepsia e hemóstase provisória;</li> <li>c) Curativo de urgência das queimaduras;</li> <li>d) Cuidados a prestar aos afogados. Técnica de respiração artificial.</li> </ul> </li> </ul>
19 <sup>a</sup>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Cuidados médicos de urgência nos fatos mórbidos que mais freqüentes vezes se apresentam nas escolas: <i>epistaxis</i>, insolação, cólicas, odontalgia, síncope, vertigens, crises nervosas, convulsões, acesso de asma, etc.</li> <li>- Técnica de injeção hipodérmica.</li> </ul>
20 <sup>a</sup>	- Primeiros cuidados médicos nos casos de envenenamento pelos agentes químicos mais freqüentes e picadas de animais peçonhentos.



## ANEXO D- Projeto de modificação do plano de ensino das escolas normais na Argentina.

PLAN ACTUAL DE LAS ESCUELAS NORMALES	
CUARTO AÑO	<i>Horas semanales</i>
Cosmografía .....	2
Historia .....	3
Literatura .....	3
Instrucción moral y cívica .....	2
Historia Natural .....	2
Pedagogía .....	3
Práctica .....	4
Crítica .....	1
Geometría .....	2
Química .....	2
Dibujo .....	2
Música .....	1
Economía doméstica y labores .....	2
Educación física .....	1
	—
	30
PROYECTO DE MODIFICACIÓN	
CUARTO AÑO	<i>Horas semanales</i>
Cosmografía .....	2
Historia .....	2
Literatura .....	3
Instrucción moral y cívica .....	2
Historia Natural .....	2
Higiene escolar .....	3
Pedagogía .....	2
Práctica .....	3